



ANAIS DA
JORNADA NACIONAL DE
SABERES E COMPETÊNCIAS
DOS **TAEs** (On-line)

FORMAÇÃO • PRÁTICAS • EVIDÊNCIAS • VALORIZAÇÃO

RESUMOS EXPANDIDOS



REALIZAÇÃO



APOIO



MEMBRO





— ANAIS DA —
JORNADA NACIONAL DE
SABERES E COMPETÊNCIAS
— DOS TAEs (On-line) —

FORMAÇÃO • PRÁTICAS • EVIDÊNCIAS • VALORIZAÇÃO

RESUMOS EXPANDIDOS



REALIZAÇÃO



APOIO



MEMBRO



Editora Omnis Scientia

**ANAIS DA I JORNADA NACIONAL DE SABERES E COMPETÊNCIAS DOS
TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO (TAES) –
RESUMOS EXPANDIDOS**

Volume 1

1ª Edição

RECIFE - PE

2026

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

COORDENADOR DO EVENTO

Eder Ferreira de Arruda

COORDENADOR CIENTÍFICO

Daniel Luís Viana Cruz

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO

Anne Kelly Severino Salvino

COMISSÃO ORGANIZADORA

Integrantes da Editora Omnis Scientia

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ane Kelly Severino Salvino

Daniel Luís Viana Cruz

Eder Ferreira de Arruda

Nhatallia Laranjeira Amorim

Túlio Paulo Alves da Silva

PALESTRANTES:

Roneres Costa Campos

Leonardo Silva de Oliveira Bandeira

Kácio D Angelys Silva Sousa

Rauana Batalha Albuquerque Mendes

Mirza da Costa Lopes

Eder Ferreira de Arruda

Eder Ferreira de Arruda

Eduardo Mendes Medeiros

Deusdete Junior Santos

Claudia Fernanda Silva Almeida

Luciene de Almeida Barros Pinheiro

Pedro Henrique de Almeida Melo

Fábio Storch de Oliveira

Editor-Chefe

Dr. Daniel Luís Viana Cruz

Conselho Editorial

Dr. Amâncio António de Sousa Carvalho – ESS-UTAD – Portugal

Dr. Cássio Brancaleone – UFFS – Brasil

Dr. Marcelo Luiz Bezerra da Silva – UEPa – Brasil

Dra. Pauliana Valéria Machado Galvão – UPE – Brasil

Dr. Plínio Pereira Gomes Júnior – UFRPE – Brasil

Dr. Walter Santos Evangelista Júnior – UFRPE – Brasil

Dr. Wendel José Teles Pontes – UFPE – Brasil

Editores de Área - Multidisciplinar

Dr. Plínio Pereira Gomes Júnior

Dra. Rosineide da Silva Bentes

Assistente Editorial

Thialla Larangeira Amorim

Imagem de Capa

Canva

Edição de Arte

Vileide Vitória Larangeira Amorim

Revisão

Os autores



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações 4.0 Internacional.

O conteúdo abordado nos artigos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Lumos Assessoria Editorial

J82

Jornada Nacional de Saberes e Competências dos Técnicos
Administrativos em Educação (1. : 2026 : On-line).
Anais da I Jornada Nacional de Saberes e Competências dos
Técnicos Administrativos em Educação (TAES) : resumos
expandidos [recurso eletrônico] / coordenadores Eder
Ferreira de Arruda, Ane Kelly Severino Salvino e Daniel
Luís Viana Cruz. — 1. ed. — Recife : Omnis Scientia,
2026.
Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-284-0473-5

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE

1. Técnicos administrativos. 2. Educação – Organização
e administração. 3. Gestão educacional. 4. Desenvolvimento
institucional. 5. Gestão de processos administrativos.
6. Educação e Estado. I. Arruda, Eder Ferreira de.
II. Salvino, Ane Kelly Severino. III. Cruz, Daniel Luís Viana.

I-0307262

CDD23: 371.010981

Bibliotecária: Priscila Pena Machado – CRB-7/6971

Editora Omnis Scientia

Av. República do Líbano, nº 251, Sala 2205, Torre A,
Bairro Pina, CEP 51.110-160, Recife-PE.

Telefone: +55 87 99920-5762

editoraomnisscientia.com.br

contato@editoraomnisscientia.com.br



PREFÁCIO

Os Anais da Jornada Nacional de Saberes e Competências dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs) – Resumos Expandidos reúnem uma expressiva produção técnico-científica que evidencia o protagonismo dos servidores na construção de instituições públicas mais eficientes, inovadoras e socialmente comprometidas. Os trabalhos apresentados refletem a diversidade de experiências, pesquisas e práticas desenvolvidas nas Instituições Federais de Ensino, abordando temas relacionados à gestão pública, inovação, educação, saúde, sustentabilidade, tecnologia, produção do conhecimento e desenvolvimento institucional.

Mais do que registrar resultados de estudos e relatos de experiências, esta publicação demonstra que os TAEs desempenham papel estratégico na consolidação do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão universitária. Ao compartilhar conhecimentos produzidos a partir da prática profissional, os autores contribuem para o fortalecimento da cultura de inovação, da melhoria contínua dos processos organizacionais e da valorização do conhecimento técnico como elemento indispensável para o aprimoramento da administração pública e da educação superior brasileira.

Esperamos que estes anais constituam uma fonte de consulta, inspiração e intercâmbio de experiências para servidores, pesquisadores, gestores e estudantes, incentivando novas investigações e fortalecendo redes de colaboração entre instituições. Que os saberes aqui reunidos contribuam para ampliar o reconhecimento da relevância dos Técnicos-Administrativos em Educação como agentes essenciais na promoção da excelência, da inovação e da transformação das instituições públicas de ensino.

Dentre os excelentes trabalhos que compõem este volume, a Editora Omnis Scientia concede menção honrosa às seguintes contribuições:

- ASSOCIAÇÃO ENTRE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS E RESULTADOS INSTITUCIONAIS: EVIDÊNCIAS FAVORÁVEIS DA EXECUÇÃO ESTRATÉGICA NO IFPA;
- O REGISTRO ESCOLAR COMO ESPAÇO PEDAGÓGICO INVISÍVEL: PARA ALÉM DA BUROCRACIA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA;
- PROPOSTA DE MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE PAGAMENTO DOS AUXÍLIOS ESTUDANTIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.

SUMÁRIO

ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO PÚBLICA E PROCESSOS INSTITUCIONAIS

GOVERNANÇA DE PROJETOS NO SETOR PÚBLICO: IMPORTÂNCIA E DESAFIOS PARA A TOMADA DE DECISÃO.....	16
DETERMINANTES NA OBTENÇÃO DA OCUPAÇÃO E RENDA DOS EGRESSOS DA UFC.....	21
O PAPEL DA AUDITORIA INTERNA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE PREVENTIVO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO.....	25
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO CAMPUS DA UFC EM CRATEÚS (2026-2027).....	29
ASSOCIAÇÃO ENTRE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS E RESULTADOS INSTITUCIONAIS: EVIDÊNCIAS FAVORÁVEIS DA EXECUÇÃO ESTRATÉGICA NO IFPA.....	33
GESTÃO FEMININA NA POLÍTICA, CIÊNCIA E LIDERANÇA ACADÊMICA: REPRESENTATIVIDADE E DESAFIOS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS.....	38
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS NO IFRS, CAMPUS ERECHIM, SOB A ÓTICA DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO: PRÁTICAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	43
PROPOSTA DE MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE PAGAMENTO DOS AUXÍLIOS ESTUDANTIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.....	47
PLANEJAMENTO E EFICÁCIA NA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS CT-INFRA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.....	51

ANÁLISE DA TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES EM UMA FARMÁCIA ESCOLA.....	55
---	----

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: REFLEXÕES SOBRE A VALORIZAÇÃO DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO.....	58
--	----

O TEMPO COMO RISCO: O IMPACTO DA MOROSIDADE ADMINISTRATIVA NO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS CONTRATAÇÕES DE TIC.....	61
--	----

ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E CARREIRA DOS TAEs

PCCTAE: CARREIRA DE PASSAGEM? UM ESTUDO SOBRE EVASÃO FUNCIONAL EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL.....	66
---	----

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E CARREIRA DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO: A ATUAÇÃO DA DCEP NA UFRN.....	71
---	----

RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS TAEs: REFLEXÕES SOBRE A RECONFIGURAÇÃO DA CARREIRA.....	75
--	----

‘MUSEUS UNIVERSITÁRIOS COMO ESPAÇO DE SABERES E COMPETÊNCIAS: PRÁTICAS MUSEOLÓGICAS NA VALORIZAÇÃO DOS TAEs.....	80
--	----

A QUALIFICAÇÃO STRICTO SENSU COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS TAEs NA UFPA.....	84
--	----

HORA FICTA NÃO É ADICIONAL NOTURNO.....	89
---	----

O SECIENUFF COMO ESPAÇO DE VALORIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.....	95
--	----

OS DESAFIOS DA SOCIALIZAÇÃO ORGANIZACIONAL: DIFICULDADES ENFRENTADAS POR SERVIDORES PÓS-REDISTRIBUIÇÃO NAS IFEs.....	100
--	-----

ÁREA TEMÁTICA: EDUCAÇÃO, ENSINO E APOIO PEDAGÓGICO

PRIMEIRA INFÂNCIA NA ERA DIGITAL: IMPACTOS DAS TELAS NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EMOCIONAL.....	104
---	-----

O PERFIL DO INVESTIDOR BRASILEIRO (2017-2025) COMO SUBSÍDIO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	107
---	-----

EDUCAÇÃO, ENSINO E APOIO PEDAGÓGICO: CONTRIBUIÇÕES DOS PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DA UFRN PARA A FORMAÇÃO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL.....	111
---	-----

CONTRIBUIÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA PARA A APRENDIZAGEM DE PROGRAMAÇÃO EM CURSOS DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO.....	116
--	-----

O REGISTRO ESCOLAR COMO ESPAÇO PEDAGÓGICO INVISÍVEL: PARA ALÉM DA BUROCRACIA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA.....	120
---	-----

EQUIPE INTERDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL EXPERIÊNCIA DO IFAC CAMPUS RIO BRANCO.....	125
--	-----

PROJETOS DE EXTENSÃO DO IFSP CAMPUS ARARAQUARA: RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2023.....	129
--	-----

ÁREA TEMÁTICA: TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E GERAÇÃO DE VALOR PÚBLICO NO REGISTRO ESCOLAR DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL: ADAPTAÇÃO DO BUSINESS MODEL CANVAS.....	135
---	-----

A ANÁLISE DE DADOS NO CONTEXTO DAS COMPRAS PÚBLICAS: PROPOSTA DE DASHBOARD DESTINADA AOS GESTORES DO CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE.....	138
CAMINHOS DA INOVAÇÃO: A FORMAÇÃO CONTINUADA E A INTEGRAÇÃO PEDAGÓGICA DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS.....	143
OS SISTEMAS SIGAA E SIPAC COMO INSTRUMENTOS DE INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA UFRN.....	147
EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DE ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO NO ACRE.....	150
O CRPI COMO ARTICULADOR DAS QUATRO HÉLICES DA INOVAÇÃO NO IFRS: UM ESTUDO DE CASO DAS EXPERIÊNCIAS EXITOSAS E BOAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS.....	153
PARTICIPAÇÃO EM COMISSÃO DE DIAGNÓSTICO DA INFRAESTRUTURA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UFMG: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	158
PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA A ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UFMG.....	161
EDUCAÇÃO MIDIÁTICA E FORMAÇÃO CONTINUADA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA.....	164
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: O PROTAGONISMO DOS TAEs NA INOVAÇÃO.....	167
FERRAMENTA WEB FACILITADORA PARA PREENCHER FORMULÁRIOS DE SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS E PRESTAÇÃO DE CONTAS NO CCHSA/CAVN/UF PB.....	171

ÁREA TEMÁTICA:

SAÚDE, QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR NO SERVIÇO PÚBLICO

SAÚDE, QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR NO SERVIÇO PÚBLICO: O PROGRAMA VIVER EM HARMONIA DA UFRN.....	177
PROGRAMA MESES COLORIDOS NA UFU: SABERES E COMPETÊNCIAS DOS TAES NA PROMOÇÃO DA SAÚDE DO SERVIDOR.....	181
ESTRATÉGIAS DE CONTROLE DO ESTRESSE OCUPACIONAL APLICADAS A ENFERMEIROS COM SÍNDROME DE BURNOUT: UMA REVISÃO DE ESCOPO.....	186
SÍNDROME DE BURNOUT E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: DESAFIOS PARA O BEM-ESTAR DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO.....	190
READAPTAÇÃO DE SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA NO ANOS DE 2023 A 2025.....	193

ÁREA TEMÁTICA:

PRODUÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

TEORIA CRÍTICA E PÓS-MODERNISMO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: CATEGORIAS ANALÍTICAS FUNDAMENTAIS.....	198
A LICITAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA.....	203
A REVISTA EDUCAÇÃO EM QUESTÃO COMO INSTRUMENTO DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO.....	208
INSTRUMENTOS TÉCNICO-OPERATIVOS DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO, ESTUDO SOCIAL E RELATÓRIOS NO IFAC CAMPUS RIO BRANCO.....	212

A CULTURA DO CONSUMO E AS APOSTAS ONLINE NO BRASIL.....	215
COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E BEM-ESTAR DIGITAL: DESAFIOS INFORMACIONAIS DIANTE DO FENÔMENO DOOMSCROLLING.....	219

ÁREA TEMÁTICA: DIVERSIDADE, INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS

PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS ENTRE ADOLESCENTES NO ACRE: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA FAMÍLIAS FORTES NO CONTEXTO ESCOLAR.....	224
A ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO IFAC, CAMPUS RIO BRANCO NO PERÍODO DE 2019 A 2021.....	229
DIVERSIDADE, INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS NA UFRN: A ATUAÇÃO DAS CPIAS E A POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACESSIBILIDADE.....	233
ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO E SOCIAL DOS ESTUDANTES.....	237
INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA PREVENÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR E NO FORTALECIMENTO DO VÍNCULO FAMÍLIA-ESCOLA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	240
DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA CARREIRA DOS TAEs: ACESSIBILIDADE E PROGRESSÃO NAS IFES.....	244

ÁREA TEMÁTICA:

SUSTENTABILIDADE, MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E AS AÇÕES DA UFRN NA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE.....	249
--	-----

IMPACTO DA POLÍTICA AMBIENTAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS: ANÁLISE COMPARATIVA.....	253
--	-----

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO EDUCACIONAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS/ UFGD.....	257
---	-----

A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO DIREITO AMBIENTAL URBANO BRASILEIRO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL.....	261
--	-----

LOGÍSTICA VERDE E RESPONSABILIDADE SOCIAL: DIRETRIZES DE CONSUMO PARA OS TAEs.....	266
--	-----

ÁREA TEMÁTICA:

EXPERIÊNCIAS EXITOSAS E BOAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS

A ENFERMAGEM COMO EIXO ESTRUTURANTE NA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO EM CLÍNICA ODONTOLÓGICA DE ENSINO DA UFMG	271
--	-----

EXPOSIÇÕES TEMÁTICAS COMO PRÁTICA DE INCENTIVO À LEITURA E VISIBILIDADE DO ACERVO NA BIBLIOTECA DO IFPA CAMPUS ITAITUBA.....	276
--	-----

ÁREA TEMÁTICA: OUTRAS

AVALIAÇÃO DA TEMPERATURA DE RECEBIMENTO DE PREPARAÇÕES SERVIDAS EM UM RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO.....	281
--	-----

ÁREA TEMÁTICA:
GESTÃO PÚBLICA E PROCESSOS INSTITUCIONAIS

GOVERNANÇA DE PROJETOS NO SETOR PÚBLICO: IMPORTÂNCIA E DESAFIOS PARA A TOMADA DE DECISÃO

Deusdete Junior Santos¹

¹Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS.

<http://lattes.cnpq.br/3360137547758207>

PALAVRAS-CHAVE: Governança. Gestão de projetos. Tomada de decisão.

INTRODUÇÃO

Muitas organizações, públicas e privadas, possuem políticas e diretrizes que informam como são gerenciadas e controladas. A governança organizacional estabelece papéis, poderes, ética, responsabilidades e transparência, estando diretamente ligada ao desenvolvimento de projetos e ao alcance de seus objetivos. Quando não corretamente administrados, os projetos tornam-se rapidamente incontrolláveis, sendo comuns problemas relacionados a prazos, escopo, comunicação e custos, conforme apontado em pesquisa com organizações brasileiras (TERRIBILI FILHO, 2013). A relevância desse tema é evidenciada também pelo expressivo volume de investimentos públicos gerenciados por meio de projetos.

Atualmente, as organizações enfrentam questões que exigem deliberações rápidas de tomada de decisão envolvendo múltiplas partes interessadas. Diferentes fatores de fracasso podem comprometer a gestão de projetos, especialmente quando as equipes não têm definidas claramente suas responsabilidades. Conforme o PMBOK Guide – 8ª edição (PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, 2025, p. 10), a governança de projetos consiste na estrutura, funções e processos que orientam as decisões e atividades de gerenciamento de projetos para otimizar a entrega de valor.

Este trabalho investiga as principais funções e a importância da governança na gestão de projetos, apontando seus mecanismos nas perspectivas econômica e organizacional, para compreender por que a governança tem se tornado um assunto tão relevante nos estudos organizacionais das esferas pública e privada.

OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo geral analisar a importância da governança na gestão de projetos, identificando suas principais funções, estruturas e mecanismos de tomada de decisão, tanto na perspectiva organizacional quanto na administração pública, à luz

das atualizações do PMBOK Guide – 8ª edição (PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, 2025). Como objetivos específicos, busca-se: (a) conceituar governança no gerenciamento de projeto com base na literatura especializada contemporânea; (b) identificar a relação entre governança e sucesso dos projetos, considerando a ênfase atual na entrega de valor; e (c) discutir os desafios e benefícios da implementação da governança em projetos no setor público.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, esta pesquisa é qualitativa, pois se dedicou à compreensão de conceitos e significados atribuídos à governança na gestão de projetos. Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa básica, voltada ao avanço do conhecimento teórico sobre o tema. Quanto aos objetivos, caracteriza-se como pesquisa exploratória e descritiva. Em relação aos procedimentos, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, com consulta a livros, artigos de periódicos, revistas especializadas e páginas da internet. A coleta de dados ocorreu por meio de busca digital por artigos com temas ligados à gestão de projetos e governança, abrangendo também materiais sobre gerenciamento de projetos na administração pública. A análise dos dados foi realizada por meio de leitura crítica, síntese interpretativa e confronto entre diferentes fontes teóricas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados revelam que a governança na gestão de projetos, conforme o PMBOK Guide – 8ª edição (PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, 2025), é definida como a estrutura, funções e processos que orientam as decisões e atividades de gerenciamento de projetos para otimizar a entrega de valor. Diferentemente de uma abordagem anterior (PMBOK 6ª edição, 2017), que enfatizava a governança como uma estrutura de autoridade baseada em regras, políticas e procedimentos, a nova edição reposiciona a governança como um dos sete Domínios de Desempenho (Governance Performance Domain), integrando-a com os domínios de Escopo, Cronograma, Finanças, Stakeholders, Recursos e Riscos (PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, 2025, p. 7-10).

Observa-se que a governança ainda é pouco valorizada no desenvolvimento dos processos de gerenciamento de projetos devido ao limitado conhecimento sobre o assunto (GANDARA, 2016; SHAMIM, 2025). Sendo comum que as explicações para falhas se concentrem em aspectos técnicos ou de execução, em vez de na estrutura de decisão e autoridade que a governança proporciona (SHAMIM, 2025). Como consequência, quando os projetos falham, a falta de governança ou seu mau uso acaba passando despercebida como causa principal.

A literatura aponta desafios recorrentes na gestão de projetos no setor público brasileiro, incluindo problemas relacionados a prazos, falta de conhecimento da

equipe sobre metodologias e incertezas quanto aos papéis dos patrocinadores (partes interessadas) (OLIVEIRA et al., 2020). Contudo, o PMBOK 8ª edição amplia essa visão ao afirmar que o sucesso do projeto deve ser avaliado não apenas pela eficiência dos processos, mas principalmente pela entrega de valor ao negócio e às partes interessadas (PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, 2025, p. 16-17). A governança eficaz exige que os processos de tomada de decisão sejam apoiados por informações oportunas, relevantes e confiáveis. Sem uma governança forte, os projetos podem sofrer com a incapacidade de garantir alocação comprometida de recursos, atrasos na tomada de decisões e falta de comprometimento das partes interessadas.

Na administração pública, especificamente, estudos mais recentes confirmam que a falta de planejamento e a incapacidade de executar investimentos (e não propriamente a falta de recursos) permanecem como os maiores obstáculos para projetos no setor público brasileiro (BARROS et al., 2023), corroborando o diagnóstico anterior de que o setor público apresenta atraso em métodos de gerenciamento de projetos (SANTOS; COSTA, 2013). O Tribunal de Contas da União (TCU) identificou que 29 riscos críticos mapeados em 2022 não foram superados até 2024, evidenciando a continuidade do atraso do setor público em métodos de gerenciamento de projetos (CONSULTOR JURÍDICO, 2025) validando a literatura acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A boa governança na gestão de projetos requer funções e responsabilidades claras, alcançadas por meio de uma estrutura que descreva responsabilidades e permita que subordinados saibam a quem se reportar. O foco principal deve estar nas decisões que moldam o projeto e sua direção, sempre orientadas pela otimização da entrega de valor.

No contexto da administração pública, a gestão de projetos assume importância estratégica fundamental. Estudos recentes indicam que a gestão de projetos é um componente essencial da implementação da estratégia no setor público, permitindo que organizações governamentais respondam de forma mais ágil às rápidas mudanças nas condições externas e às crescentes demandas por qualidade nos serviços públicos (MITCHELL; MITCHELL, 2024). Pesquisas demonstram que a eficácia da gestão de projetos no setor público está diretamente relacionada ao desenvolvimento de capacidade interna e à escolha de abordagens adequadas à complexidade de cada iniciativa (OPPERMAN; HAESEBROUCK; MARTENS, 2025).

Experiências exitosas no setor público brasileiro, como a implementação de modelos integrados de gestão de projetos em universidades federais, demonstram que é possível aplicar com sucesso metodologias estruturadas no contexto público, superando desafios históricos de burocracia e rigidez institucional (TAKAGI et al., 2024).

A pesquisa encontrou poucos trabalhos sobre o tema no contexto brasileiro, indicando a necessidade de mais estudos e aprofundamento sobre governança em projetos, especialmente na administração pública, à luz das novas diretrizes do PMBOK 8ª edição.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BARROS, B. R. C. de; CARVALHO, E. B. de; BRASIL JUNIOR, A. C. P. **Budget performance and governance in infrastructure project management: the case of Brazilian inland waterway transport. Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395120210135x>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/9cNPYWGtFjtHGyJXrDYtkGh/>. Acesso em: 17 maio 2026.

BOOMSMA, J.; DANIELS, H. **Effective project and programme management (PPM) in the public sector**. Sopra Steria UK, 22 jul. 2025. Disponível em: <https://www.soprasteria.co.uk/insights/blogs/details/effective-project-and-programme-management-ppm-in-the-public-sector>. Acesso em: 17 maio 2026.

GANDARA, M. G. **Princípios da Governança de Projetos na Administração Pública Brasileira**. 2016. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/MarcioGandara/principios-da-governana-de-projetos-na-administracao-pblica-brasileira>. Acesso em: 16 mai. 2026.

MITCHELL, D.; MITCHELL, S. **Don't go chasing waterfalls? How complexity demands more agile project management approaches to municipal strategy implementation**. State and Local Government Review, v. 56, n. 2, p. 137-156, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1177/0160323X241234567>. Disponível em: https://scholar.google.ch/citations?view_op=view_citation&citation_for_view=eqI9dXwAAAAJ:as0KMg8qHbkC. Acesso em: 17 maio 2026.

OLIVEIRA, R. A. de; ZYCH, D. R.; OLIVEIRA, J. de; MICHALOSKI, A. O. **Challenges in adopting agile project management methodologies in brazilian public sector: a case study of Paraná state revenue service**. Revista de Gestão e Projetos, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 12-36, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5585/gep.v11i2.16522>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/gep/article/view/16522>. Acesso em: 17 maio 2026.

OPPERMAN, R.; HAESEBROUCK, T.; MARTENS, M. **The contribution of project management to public management: developing conceptual linkages**. ScienceDirect, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.scaman.2025.101345>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0951355825000073>. Acesso em: 17 maio 2026.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **A guide to the project management body of knowledge (PMBOK guide): including the standard for project management**. 8. ed. Newtown Square: Project Management Institute, 2025. 386 p. ISBN 9781628258295.

SANTOS, C. de S.; COSTA, C. C. M. **Gerenciamento de Projetos na Administração Pública**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2013. Disponível

em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2013_tn_sto_177_007_23256.pdf. Acesso em: 16 mai. 2026.

SHAMIM, M. M. I. **Why digital government projects fail: a project governance perspective**. Medium, 22 dez. 2025. Disponível em: <https://medium.com/@smactechnologiesbd/why-digital-government-projects-fail-a-project-governance-perspective-741b994235da>. Acesso em: 17 maio 2026.

TAKAGI, N.; VARAJÃO, J.; VENTURA, T.; UBIALLI, D.; SILVA, T. **Managing success criteria and success factors in a BPM project: an approach using PRINCE2 and Success Management on the public sector**. Cogent Business & Management, v. 11, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/23311975.2024.2336273>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23311975.2024.2336273>. Acesso em: 17 maio 2026.

TERRIBILI FILHO, A. **Os cinco problemas mais frequentes nos projetos das organizações no Brasil: uma análise crítica**. Revista de Gestão e Projetos, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 213-237, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5585/gep.v4i2.99>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/gep/article/view/10523/>. Acesso em: 17 maio 2026.

DETERMINANTES NA OBTENÇÃO DA OCUPAÇÃO E RENDA DOS EGRESSOS DA UFC

Sergio Ricardo Braga Moura Filho¹; Alex Bruno Queiroz Maciel ²; Alexandrina Cássia Ramalho Oliveira³; Anderson Carlos Freitas Santos⁴; Augusto Milton Barreto Silva e Junior⁵; José Bruno Soares de Oliveira⁶; Maria Ivonete Alves da Silva⁷; Thalles Diêgo Cavalcante Melo⁸; Viviani Quinto de Azevedo⁹.

¹Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/0108951184051726>

²Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/4665916363819847>

³Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/3851203249249965>

⁴Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/6625161160434380>

⁵Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/3610339024477461>

⁶Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/5601990452024366>

⁷Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/8921097180440054>

⁸Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/3619681128389630>

⁹Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/0322017247468752>

PALAVRAS-CHAVE: Empregabilidade. Mercado de trabalho. Capital humano.

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho contemporâneo apresenta elevado grau de competitividade e exige dos profissionais níveis precisos de qualificação, habilidades e competências. Nesse contexto, a formação superior passa a ser compreendida como um importante instrumento de mobilidade ocupacional e ampliação da renda, especialmente à luz da Teoria do Capital Humano, que compreende a educação como investimento capaz de elevar a produtividade e as oportunidades profissionais dos indivíduos. A Universidade Federal do Ceará (UFC), enquanto instituição pública de ensino superior, possui relevante papel na formação profissional, científica e social de seus estudantes, contribuindo diretamente para a inserção ocupacional de seus egressos.

Entretanto, a obtenção de ocupação na área de formação e o aumento da renda não dependem exclusivamente da graduação. Aspectos pessoais, acadêmicos e ocupacionais também influenciam esse processo, tais como experiências profissionais anteriores, desempenho acadêmico, turno do curso, qualificação complementar e características socioeconômicas. Dessa forma, compreender os fatores que impactam a trajetória

profissional dos egressos torna-se relevante tanto para os estudantes quanto para as instituições de ensino superior (IES), permitindo o aperfeiçoamento de políticas públicas, acadêmicas e estratégias de formação profissional.

A pesquisa analisou os determinantes que influenciam na obtenção da ocupação na área do curso de graduação e/ou o aumento da renda dos egressos dos cursos de graduação da UFC, considerando variáveis de caráter pessoal, da formação acadêmica e de natureza ocupacional.

OBJETIVO

Identificar os fatores que influenciam na probabilidade de obtenção de ocupação na área de graduação e no aumento da renda dos egressos da UFC, analisando a influência e a Razão de Chances (RC) dessas variáveis.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, explicativa e quantitativa, utilizando dados primários e secundários. O estudo foi realizado junto a graduados da UFC do ano de 2011, tendo como universo 597 egressos e amostra composta por 100 colaboradores egressos.

Os dados primários foram coletados por meio da aplicação de questionários estruturados, contendo informações relacionadas às características pessoais, acadêmicas e ocupacionais dos participantes. Também foram utilizados dados secundários provenientes da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), especialmente planilhas contendo o Índice de Rendimento Acadêmico Geral (IRA-Geral) e o Índice de Rendimento Acadêmico Individual (IRA-Individual).

A análise dos resultados foi realizada por meio do modelo econométrico Logit de escolha binária, utilizado para identificar os fatores que influenciam a probabilidade de obtenção da ocupação na área do curso de graduação e o aumento da renda dos egressos. O estudo considerou variáveis explicativas relacionadas à etnia, idade, experiência profissional anterior, turno do curso, desempenho acadêmico, existência de outros cursos superiores e ocupação na área de formação.

Por utilizar dados secundários sem identificação individual dos participantes e questionários voltados à análise estatística das informações, o estudo observou os princípios éticos aplicáveis às pesquisas acadêmicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciaram que a maioria dos graduados analisados encontrava-se ocupada na área do curso de graduação e apresentou aumento de renda após a

conclusão do ensino superior. A pesquisa demonstrou que determinados fatores aumentam significativamente a probabilidade de inserção profissional na área de formação.

No modelo Logit referente à ocupação na área do curso de graduação, quatro variáveis apresentaram influência positiva: etnia, experiência profissional anterior, realização de outro curso superior e turno do curso. Os resultados indicam que experiências prévias na área de atuação, inclusive estágios extracurriculares, contribuem de maneira significativa para a empregabilidade dos egressos.

Além disso, verificou-se que a realização de cursos adicionais de graduação ou pós-graduação aumenta as chances de inserção ocupacional e desenvolvimento profissional, corroborando os pressupostos da Teoria do Capital Humano acerca da relação entre qualificação e oportunidades no mercado de trabalho.

No modelo referente ao aumento da renda, identificou-se que o IRA-Geral, a ocupação na área do curso de graduação e a realização de outro curso superior influenciam positivamente a probabilidade de crescimento da renda. Em contrapartida, a variável idade apresentou influência negativa sobre essa probabilidade.

Os resultados reforçam a relevância do desempenho acadêmico como fator associado ao sucesso profissional e à melhoria das condições econômicas dos egressos. O IRA-Geral mostrou-se importante indicador de diferenciação profissional, validando a hipótese central da pesquisa de que o desempenho acadêmico influencia positivamente o aumento da renda.

A pesquisa também evidenciou a importância da integração entre formação acadêmica e mercado de trabalho, indicando que experiências práticas, qualificação complementar e adequação curricular podem contribuir para ampliar as possibilidades de inserção profissional dos graduados.

A análise evidenciou que a maioria dos egressos (73%) está ocupada em sua área de formação e 75% obtiveram aumento de renda.

No **Modelo Logit 1 (Ocupação)**, quatro variáveis foram estatisticamente significantes ($p < 0,05$):

- **Etnia:** Graduados brancos têm 4,6 vezes mais chances de ocupar-se na área.
- **Turno:** Egressos do turno diurno possuem 3,7 vezes mais chances de inserção na área em comparação ao noturno.
- **Outro Curso Superior:** Concluir outra graduação ou pós-graduação aumenta as chances em 3,99 vezes.
- **Experiência Profissional:** A experiência anterior na área eleva as chances de ocupação atual em 5,9 vezes.

No **Modelo Logit 2 (Renda)**, destacaram-se:

- **IRA-Geral:** O desempenho acadêmico influencia positivamente o aumento da renda, validando a hipótese da pesquisa.
- **Idade:** Para fins de inserção no mercado de trabalho o quesito idade influenciou negativamente, indicando que quanto maior a idade, menor a probabilidade de incremento salarial imediato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu identificar importantes determinantes relacionados à obtenção da ocupação na área do curso de graduação e ao aumento da renda dos egressos da Universidade Federal do Ceará. Os resultados demonstraram que fatores acadêmicos, ocupacionais e pessoais exercem influência significativa sobre a trajetória profissional dos graduados.

O desempenho acadêmico, mensurado pelo IRA-Geral, revelou-se um importante elemento associado ao aumento da renda, enquanto fatores como experiência profissional anterior e formação complementar contribuíram para elevar as chances de inserção ocupacional na área de formação.

Os resultados obtidos reforçam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas e institucionais voltadas à integração entre universidade e mercado de trabalho, incentivo à qualificação complementar, ampliação de oportunidades de estágio e aperfeiçoamento curricular. Além disso, a pesquisa oferece subsídios para futuras investigações sobre empregabilidade e formação superior, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias que favoreçam a inserção profissional dos egressos.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BECKER, Gary. **Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. New York: Columbia University Press, 1975.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

MORAIS, Ana Maria. **Empregabilidade e inserção profissional de diplomados do ensino superior**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012.

SILVA, Antonio Carlos. **Teoria do capital humano e mercado de trabalho**. São Paulo: Atlas, 2006.

O PAPEL DA AUDITORIA INTERNA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE PREVENTIVO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

Viviani Quinto de Azevedo¹; Alex Bruno Queiroz Maciel²; Alexandrina Cássia Ramalho Oliveira³; Anderson Carlos Freitas Santos⁴; Augusto Milton Barreto Silva e Junior⁵; José Bruno Soares de Oliveira⁶; Maria Ivonete Alves da Silva⁷; Sergio Ricardo Braga Moura Filho⁸; Thalles Diêgo Cavalcante Melo⁹.

¹Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/0322017247468752>

²Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/46659136363819847>

³Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/3851203249249965>

⁴Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/6625161160434380>

⁵Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/3610339024477461>

⁶Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/560190452024366>

⁷Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/8921097180440054>

⁸Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/0108951184051726>

⁹Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/3619681128389630>

PALAVRAS-CHAVE: Governança pública. Mitigação de riscos. Aperfeiçoamento institucional.

INTRODUÇÃO

A Administração Pública contemporânea exige mecanismos robustos de governança e controle que assegurem a eficiência, a eficácia e a aplicação escorreita dos recursos coletivos. No âmbito das Instituições Federais de Ensino (IFEs), a complexidade orçamentária e a descentralização de suas atividades finalísticas demandam uma avaliação sistemática de seus procedimentos internos. Diante desse cenário, a auditoria interna governamental se desvincula de uma antiga visão puramente punitiva ou meramente formalista, assumindo uma postura proativa e estratégica de suporte à alta administração. A atuação preventiva das Unidades de Auditoria Interna (Audin) ganha relevância ao mitigar riscos operacionais e ao garantir a integridade dos atos institucionais antes que eventuais inconformidades causem prejuízos ao erário ou ao alcance das metas institucionais.

OBJETIVO

O presente estudo tem por objetivo analisar o papel estratégico e proativo da auditoria interna no contexto das Instituições Federais de Ensino, demonstrando como a atividade de avaliação e consultoria atua como instrumento preventivo de controle e aperfeiçoamento dos processos institucionais.

METODOLOGIA

A metodologia empregada consistiu em uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa e objetivos descritivos. O referencial teórico foi construído por meio do exame da legislação aplicada ao controle interno na Administração Pública Federal — com destaque para a Constituição Federal de 1988 e as diretrizes da Controladoria-Geral da União (CGU) —, além de clássicos da literatura de auditoria, estabelecendo um paralelo conceitual adaptado à realidade e às especificidades normativas das IFEs.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Historicamente, as estruturas de fiscalização nas organizações evoluíram de verificações mecânicas para funções complexas de assessoria (LISBOA, 2009). No setor público federal brasileiro, essa transição consolidou a auditoria interna como uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização (BRASIL, 2017). Nas IFEs, a atuação da auditoria interna diferencia-se do controle interno administrativo propriamente dito: enquanto o controle interno é uma responsabilidade da própria gestão para mitigar riscos cotidianos, a auditoria interna realiza a revisão e a validação independente desse arranjo (ATTIE, 2007).

Para subsidiar a tomada de decisão da alta administração com evidências competentes e suficientes, o auditor governamental utiliza um conjunto estruturado de técnicas, mapeadas na tabela a seguir:

Quadro 1: Técnicas de auditoria interna e aplicações práticas no contexto das IFEs.

Técnica	Descrição Aplicada ao Contexto Público	Exemplo Prático nas IFEs
Exame Documental	Verificação da conformidade, tempestividade e legalidade de atos e suportes documentais.	Análise de processos licitatórios e contratos de prestação de serviços terceirizados.
Inspeção Física	Constatação visual direta quanto à existência e ao estado real de um item examinado.	Verificação física de bens patrimoniais permanentes (equipamentos de laboratório, mobiliário).
Conferência de Cálculos	Constatação autônoma da adequação e exatidão de operações matemáticas.	Recálculo de planilhas de evolução funcional, folha de pagamento ou repouso de bolsas.
Observação	Acompanhamento visual de um processo ou procedimento em execução por terceiros.	Acompanhamento visual do fluxo de recebimento e armazenamento de insumos no almoxarifado central.
Confirmação Externada	Obtenção de declaração formal de fontes externas e independentes à unidade auditada.	Circularização ou checagem de dados cadastrais com outros órgãos federais ou agentes financeiros.
Inquérito e Entrevista	Formulação de perguntas direcionadas a gestores e colaboradores para obtenção de esclarecimentos.	Aplicação de questionários sobre a percepção de riscos operacionais junto aos macrogestores.

Fonte: Criação dos autores.

A utilização dessas técnicas confere rigor metodológico aos relatórios de auditoria interna, que passam a funcionar como ferramentas pedagógicas e preventivas (FRANCO; MARRA, 1992). Em um ambiente de constantes restrições fiscais e demandas por transparência ativa, desmistificar o papel do auditor interno — desvinculando-o da figura de um mero fiscalizador punitivo — é vital para estabelecer uma parceria colaborativa em prol do aperfeiçoamento institucional e da conformidade com os acórdãos dos órgãos de controle externo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação de um modelo preventivo de auditoria interna nas IFEs representa um diferencial estratégico para a sustentabilidade da gestão pública. Embora a auditoria não solucione isoladamente os desafios estruturais das instituições de ensino, suas recomendações com valor agregado subsidiam o planejamento e mitigam os riscos de sanções legais. Conclui-se que o fortalecimento e a autonomia técnica das unidades de auditoria promovem não apenas a conformidade legal, mas estimulam a eficiência e a excelência operacional necessárias à preservação do patrimônio e dos fins educacionais públicos.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ATTIE, William. **Auditoria interna**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Instrução Normativa SFC/CGU nº 03, de 09 de junho de 2017**. Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. Brasília, DF, 2017.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LISBOA, Ibraim. **Manual de Auditoria Interna**: conceitos e práticas para implementar a auditoria interna. Curitiba: Maph, 2009.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO CAMPUS DA UFC EM CRATEÚS (2026-2027)

Jefferson dos Santos Brito¹; Maria da Paz Rodrigues Veras².

¹Universidade Federal do Ceará, Crateús, Ceará.

²Universidade Federal do Ceará, Crateús, Ceará.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Estratégico. Ensino Superior. Terceira.

INTRODUÇÃO

A gestão das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil tem passado por transformações significativas nas últimas décadas, impulsionadas pela necessidade de modelos de governança cada vez mais profissionais, transparentes e alinhados às demandas complexas da sociedade contemporânea. No contexto das universidades federais, o planejamento estratégico deixou de ser uma mera exigência normativa para se tornar uma ferramenta vital de sobrevivência institucional, garantindo a sustentabilidade financeira, a excelência acadêmica e o impacto social.

O Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) surge, nesse cenário, como o elo fundamental de capilaridade estratégica. Ele representa a tradução da visão macroestratégica da instituição para a realidade operacional e as especificidades táticas das unidades acadêmicas. Essa conexão é particularmente crítica em regiões de interiorização, onde as universidades desempenham um papel que transcende a formação acadêmica, atuando como motores de desenvolvimento regional e polos de inovação tecnológica.

O Campus da Universidade Federal do Ceará (UFC) em Crateús, inserido no centro do Sertão de Crateús, é um exemplo emblemático da política de expansão do ensino superior público no Brasil. Criado para atender a uma região historicamente carente de oportunidades educacionais de alto nível, o campus enfrenta o desafio de consolidar sua presença em um ambiente de restrições orçamentárias e desafios logísticos. A elaboração do seu PDU para o biênio 2026-2027 ocorre em um momento crucial de maturidade institucional, exigindo um diagnóstico preciso e ações que integrem ensino, pesquisa e extensão de forma harmoniosa com o arranjo produtivo local. Este trabalho analisa o processo de construção e o conteúdo estratégico desse plano, destacando como o planejamento tático pode potencializar a missão institucional da universidade em contextos periféricos.

OBJETIVO

O presente trabalho tem como objetivo central analisar o Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) do Campus da UFC em Crateús para o biênio 2026-2027. Para tanto, a pesquisa busca descrever a metodologia participativa de elaboração do documento, avaliar o grau de alinhamento estratégico com as diretrizes nacionais e institucionais da UFC e identificar os principais desafios e oportunidades que moldarão o desenvolvimento da unidade nos próximos dois anos.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental e no estudo de caso. O objeto de estudo foi o Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) do Campus da UFC em Crateús para o biênio 2026-2027, bem como os documentos correlatos que subsidiaram sua elaboração e aprovação.

As etapas metodológicas compreenderam:

1. Levantamento Documental: Coleta e organização dos documentos primários, incluindo o PDU do Campus de Crateús (2026-2027) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFC (2023-2027).
2. Análise de Conteúdo: Leitura crítica e sistemática dos documentos, com foco na identificação dos objetivos, metodologia de elaboração do PDU, referencial estratégico, diagnóstico situacional, planejamento de ações, mecanismos de monitoramento e revisão.
3. Revisão Bibliográfica: Consulta a literatura especializada sobre planejamento estratégico, com destaque para autores como Bryson (2018) e Chiavenato (2014), para fundamentar a discussão teórica e a análise dos resultados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O planejamento estratégico em organizações públicas é um tema amplamente debatido na literatura de administração pública contemporânea. Conforme Bryson (2018), o planejamento estratégico não é um fim em si mesmo, mas um esforço disciplinado para produzir decisões e ações fundamentais que moldam e guiam o que uma organização é, o que ela faz e por que ela o faz. No contexto das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, esse processo ganha contornos específicos devido à autonomia universitária e à complexidade de suas atividades finalísticas.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFC 2023-2027 funciona como a “Constituição” da universidade, definindo a missão de “formar profissionais de excelência e produzir conhecimento relevante para o desenvolvimento social”. O PDU, por sua vez, atua como o desdobramento tático desse PDI. Ele operacionaliza a Cadeia de Valor da

universidade, garantindo que os objetivos globais sejam traduzidos em ações concretas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do PDU do Campus de Crateús para o biênio 2026-2027 revela um planejamento robusto e ambicioso, porém ancorado em bases realistas. O documento consolida 11 objetivos estratégicos, desdobrados em 28 programas e monitorados por 131 indicadores de desempenho. Essa densidade informacional demonstra uma evolução na cultura de planejamento da unidade.

Os resultados indicam uma convergência de quase 100% entre as ações do campus e o Mapa Estratégico da UFC. As iniciativas propostas estão distribuídas de forma equilibrada entre os eixos de:

Excelência Acadêmica: Foco na redução da evasão escolar e no aumento da taxa de conclusão de curso, especialmente nas áreas de Engenharia e Ciência da Computação.

Inovação e Pesquisa: Estímulo à produção científica voltada para as necessidades do semiárido, buscando soluções tecnológicas sustentáveis.

Gestão e Infraestrutura: Ações voltadas para a manutenção predial e a otimização dos recursos administrativos.

A discussão dos resultados permite identificar pontos críticos que podem comprometer a execução do plano caso não recebam a devida atenção:

1. **Recursos Humanos:** O diagnóstico aponta que a alta rotatividade de servidores TAEs e docentes é a principal “ameaça” à continuidade administrativa. A dificuldade de fixação de talentos no interior exige que o campus não apenas planeje ações de acolhimento, mas que a Reitoria da UFC implemente políticas institucionais de incentivo à interiorização.

2. **Atratividade e Relevância dos Cursos:** Observou-se uma queda na taxa de preenchimento de vagas em cursos tradicionais. A discussão sugere que o campus precisa repensar sua estratégia para demonstrar a relevância de suas carreiras para o desenvolvimento econômico da região.

3. **Efetividade do Monitoramento:** O PDU prevê um monitoramento trimestral rigoroso. Contudo, a discussão ressalta que, para que o monitoramento seja efetivo, é necessário que as comissões tenham autonomia e recursos para coletar dados de forma fidedigna, evitando que o planejamento se torne uma peça de ficção burocrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) do Campus da UFC em Crateús para o período 2026-2027 representa um avanço significativo na maturidade administrativa da unidade. O documento não é apenas uma resposta a uma exigência da Reitoria, mas um

roteiro estratégico que reflete a identidade e as aspirações de uma comunidade acadêmica inserida no interior cearense.

A análise demonstra que o campus possui um entendimento claro de seu papel como indutor de desenvolvimento regional. No entanto, o sucesso da implementação do PDU dependerá da capacidade de articulação entre a gestão local e a administração superior da UFC, especialmente no que tange à fixação de pessoal e ao aporte de recursos para infraestrutura.

Em suma, o PDU de Crateús cumpre seu papel de instrumento de governança e transparência. Ele reafirma que o planejamento estratégico, quando feito de forma participativa e fundamentada, é o melhor caminho para que a universidade pública cumpra sua missão constitucional de promover o desenvolvimento social e científico em todas as regiões do país.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRYSON, John M. **Strategic Planning for Public and Nonprofit Organizations: A Guide to Strengthening and Sustaining Organizational Achievement**. 5. ed. Hoboken: Wiley, 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília: Presidência da República, 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento Estratégico: Fundamentos e Aplicações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023-2027**. Fortaleza: UFC, 2023. Disponível em: <https://www.ufc.br/pdi>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - CAMPUS CRATEÚS. **Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) 2026-2027**. Crateús: UFC, 2026.

ASSOCIAÇÃO ENTRE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS E RESULTADOS INSTITUCIONAIS: EVIDÊNCIAS FAVORÁVEIS DA EXECUÇÃO ESTRATÉGICA NO IFPA

Mira Ketlen Carvalho Nascimento¹

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Belém, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/5493820639146389>

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento estratégico. Gestão pública. Resultados institucionais.

INTRODUÇÃO

A administração pública contemporânea tem fortalecido práticas voltadas à eficiência, transparência e gestão orientada para resultados, exigindo das instituições públicas maior capacidade de planejamento, monitoramento e avaliação de suas ações estratégicas. O planejamento estratégico passou a assumir papel fundamental na definição de metas, indicadores e iniciativas capazes de direcionar o desempenho institucional e subsidiar a tomada de decisão. Segundo Drucker (1980), o planejamento organizacional constitui elemento essencial para a efetividade administrativa, especialmente em contextos com complexidade institucional.

No âmbito da gestão estratégica, as iniciativas institucionais representam instrumentos relevantes para operacionalização dos objetivos organizacionais, contribuindo para o alinhamento entre planejamento, execução e monitoramento institucional. Para Kaplan e Norton (1997), a execução das iniciativas estratégicas constitui fator essencial para transformar o planejamento institucional em resultados concretos.

Entretanto, embora o cumprimento das iniciativas estratégicas represente importante mecanismo de fortalecimento institucional, sua execução não garante isoladamente o alcance dos resultados esperados, considerando que fatores externos, limitações operacionais, riscos institucionais e especificidades organizacionais também podem influenciar o desempenho das instituições públicas. Para Matus (1993), o planejamento institucional deve considerar a dinâmica organizacional e a influência de múltiplos fatores das estratégias implementadas.

No contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Instituto Federal do Pará (IFPA) apresenta estrutura multicampi e ampla diversidade organizacional, tornando relevante compreender como a execução das iniciativas estratégicas se relaciona com os resultados institucionais alcançados pelas unidades

organizacionais. Nesse cenário, torna-se pertinente investigar se diferentes níveis de execução estratégica podem favorecer o alcance das metas institucionais e influenciar o desempenho organizacional das unidades analisadas.

OBJETIVO

Analisar a associação entre o cumprimento das iniciativas estratégicas e os resultados institucionais das unidades organizacionais do Instituto Federal do Pará (IFPA), buscando verificar a presença de diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de execução das iniciativas estratégicas e o desempenho institucional alcançado.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma abordagem quantitativa, de natureza aplicada e com objetivo descritivo e analítico, desenvolvido a partir de dados institucionais relacionados ao planejamento estratégico do Instituto Federal do Pará (IFPA), coletados em março de 2026 referentes a gestão de 2025. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa documental, uma vez que foram utilizados dados provenientes do monitoramento institucional das iniciativas estratégicas e dos resultados alcançados pelas unidades organizacionais da instituição.

O estudo foi realizado com base nos dados institucionais das unidades organizacionais do IFPA, incluindo os campi e as unidades administrativas da Reitoria. Realizou-se análise estatística descritiva e posteriormente empregou-se o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, com o objetivo de verificar a presença de diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de cumprimento das iniciativas estratégicas (“Cumprida”, “Cumprida Parcialmente” e “Não Cumprida”) em relação aos resultados institucionais alcançados pelas unidades organizacionais. O teste de Kruskal-Wallis é indicado para comparação entre grupos independentes quando não se assume distribuição normal dos dados, sendo amplamente utilizado em análises institucionais e sociais (KRUSKAL; WALLIS, 1952).

Após a identificação de diferenças significativas pelo teste de Kruskal-Wallis, aplicou-se o pós-teste de Dunn com ajuste de Bonferroni, buscando identificar em quais grupos ocorreram as diferenças estatísticas observadas. Conforme Dunn (1964), o pós-teste permite comparações múltiplas entre grupos independentes após rejeição da hipótese nula global, favorecendo interpretações mais detalhadas acerca do comportamento das variáveis analisadas.

As análises estatísticas foram realizadas no software R, utilizando procedimentos de organização, tratamento e análise quantitativa dos dados institucionais. Os dados utilizados nesta pesquisa são disponibilizados publicamente em relatórios institucionais de monitoramento estratégico do IFPA, caracterizando-se como dados secundários de acesso público. Dessa forma, por não envolver identificação individual de participantes nem coleta

direta com seres humanos, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

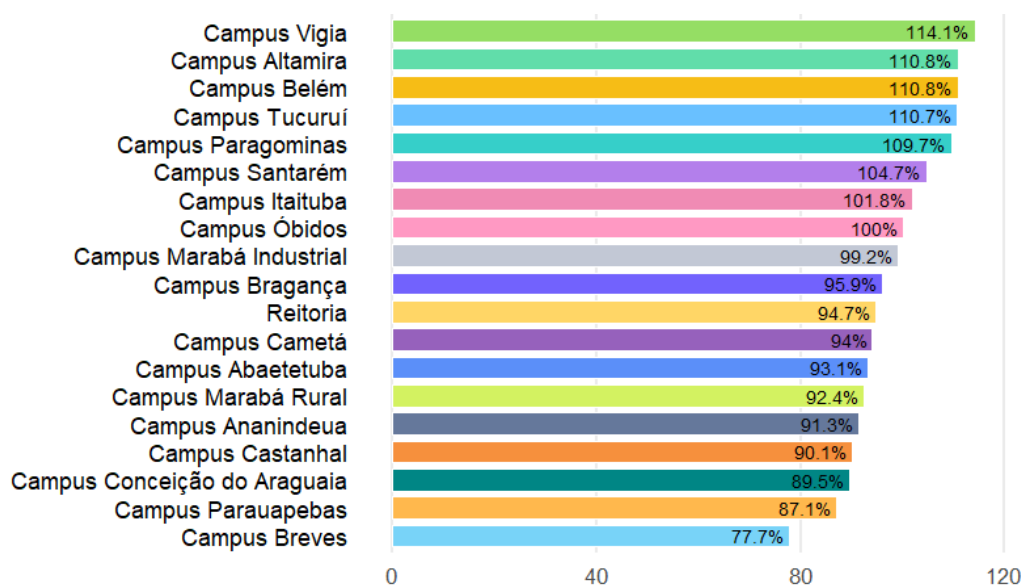
A Tabela 1 apresenta a distribuição das iniciativas estratégicas cumpridas por unidade organizacional do IFPA, bem como os resultados institucionais médios alcançados e os resultados do teste de Kruskal-Wallis. Complementarmente, a Figura 1 ilustra os resultados médios das iniciativas classificadas como cumpridas nas unidades analisadas.

Tabela 1: Relação entre iniciativas estratégicas cumpridas e resultados institucionais das unidades do IFPA.

Unidade Responsável	Iniciativas	Cumpridas	Percentual	Média do Resultado (%)	Estatística H	gl	p-valor
Campus Abaetetuba	104	42	40.4	79.8	11.087	2	0,004
Campus Altamira	63	17	27.0	82.4	9.195	2	0,01
Campus Ananindeua	58	41	70.7	68.7	25.936	2	< 0,001
Campus Belém	65	28	43.1	69.2	45.477	2	< 0,001
Campus Bragança	117	34	29.1	80.5	11.905	2	0,003
Campus Breves	65	9	13.8	38.5	36.560	2	< 0,001
Campus Cametá	58	41	70.7	73.2	25.444	2	< 0,001
Campus Castanhal	91	61	67.0	79.7	8.359	2	0,015
C.Conceição do Araguaia	65	45	69.2	74.1	14.289	2	< 0,001
Campus Itaituba	127	41	32.3	56.1	45.566	2	< 0,001
C.Marabá Industrial	62	58	93.5	95.2	10.638	2	0,005
C.Marabá Rural	141	82	58.2	82.9	19.152	2	< 0,001
Campus Paragominas	60	32	53.3	84.0	21.888	2	< 0,001
Campus Parauapebas	75	49	65.3	73.1	11.406	2	0,003
Campus Santarém	61	38	62.3	95.1	16.485	2	< 0,001
Campus Tucuruí	130	46	35.4	63.3	66.082	2	< 0,001
Campus Vigia	81	36	44.4	69.4	47.435	2	< 0,001
Campus Óbidos	58	1	1.7	57.1	0.382	2	0,826
Reitoria	164	82	50.0	86.6	9.793	2	0,007

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Figura 1: Resultados médios das iniciativas cumpridas por unidade organizacional do IFPA.



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Observa-se que unidades com maiores percentuais de iniciativas estratégicas cumpridas tenderam a apresentar resultados institucionais mais elevados, embora esse comportamento não tenha ocorrido de maneira homogênea entre todas as unidades analisadas. Destacam-se os campi Marabá Industrial, Santarém e Altamira, que apresentaram elevados resultados médios associados a maiores níveis de execução estratégica. Por outro lado, algumas unidades apresentaram diferenças menos expressivas, evidenciando que fatores institucionais, operacionais e contextuais também podem influenciar o desempenho organizacional.

Os resultados do teste de Kruskal-Wallis evidenciaram diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de cumprimento das iniciativas estratégicas em praticamente todas as unidades analisadas, indicando que o desempenho institucional apresentou comportamentos distintos conforme o nível de execução estratégica observado. Em outras palavras, os resultados institucionais não se comportaram da mesma forma entre iniciativas classificadas como “Cumpridas”, “Cumpridas Parcialmente” e “Não Cumpridas”, identificando associação entre a execução estratégica e os resultados alcançados. Apenas uma das unidades analisadas não apresentou significância estatística, o que pode estar relacionado a fatores contextuais, limitações operacionais ou características específicas da distribuição dos dados. Complementarmente, o pós-teste de Dunn demonstrou que as diferenças ocorreram predominantemente entre iniciativas classificadas como “Cumpridas” e “Não Cumpridas”, reforçando a perspectiva de que maiores níveis de execução estratégica tendem a favorecer o desempenho institucional e o alcance dos resultados organizacionais.

Os resultados observados dialogam com estudos voltados à gestão pública orientada por resultados, nos quais o monitoramento institucional e o acompanhamento sistemático das ações estratégicas são apontados como elementos relevantes para o fortalecimento do desempenho organizacional e da tomada de decisão baseada em evidências (PALUDO, 2012; MATIAS-PEREIRA, 2020). Entretanto, os achados não permitem afirmar relação causal direta, considerando que o desempenho institucional também pode ser influenciado por fatores externos, riscos institucionais, limitações operacionais e especificidades organizacionais de cada unidade analisada, conforme discutido por Matus (1993) no contexto do planejamento estratégico situacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciaram diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de cumprimento das iniciativas estratégicas e os resultados institucionais observados, indicando que maiores níveis de execução estratégica tendem a favorecer o alcance das metas organizacionais. Embora não seja possível afirmar relação causal direta, os achados reforçam a relevância do monitoramento estratégico e da gestão baseada em evidências para o fortalecimento das instituições públicas.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- DUNN, Olive Jean. **Multiple comparisons using rank sums**. *Technometrics*, Alexandria, v. 6, n. 3, p. 241-252, 1964.
- DRUCKER, Peter F. **Administração em tempos turbulentos**. São Paulo: Pioneira, 1980.
- KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **A estratégia em ação: balanced scorecard**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- KRUSKAL, William H.; WALLIS, W. Allen. **Use of ranks in one-criterion variance analysis**. *Journal of the American Statistical Association*, Washington, v. 47, n. 260, p. 583-621, 1952.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2020.
- MATUS, Carlos. **Política, planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1993.
- PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração pública: teoria e questões**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

GESTÃO FEMININA NA POLÍTICA, CIÊNCIA E LIDERANÇA ACADÊMICA: REPRESENTATIVIDADE E DESAFIOS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Buena Bruna Araujo Macêdo¹; Julie Idália Araujo Macêdo².

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte.

<http://lattes.cnpq.br/0681855287636843>

²Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte.

<http://lattes.cnpq.br/6002660768622458>

PALAVRAS-CHAVE: Liderança feminina. Gestão pública. Representatividade.

INTRODUÇÃO

A participação feminina nos espaços de poder e tomada de decisão constitui tema central nos debates sobre democracia, igualdade de gênero e representatividade institucional. Embora as mulheres tenham conquistado importantes direitos políticos e sociais ao longo da história, sua presença em cargos de liderança política, científica e acadêmica ainda ocorre de forma desigual, refletindo barreiras estruturais historicamente construídas nas relações sociais e institucionais (Scott, 1995; Haraway, 1995; Santos, 2010).

No Brasil, o direito ao voto feminino foi oficialmente conquistado em 1932, com a promulgação do Código Eleitoral instituído pelo Decreto nº 21.076 (Brasil, 1932). Entretanto, antes mesmo da legislação nacional, a cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, destacou-se como pioneira ao permitir o voto feminino em 1928. Nesse contexto, a professora Celina Guimarães Viana tornou-se a primeira mulher brasileira a exercer o direito ao voto, respaldada pela Lei Estadual nº 660, sancionada pelo então governador Juvenal Lamartine, representando importante marco histórico na luta pela igualdade de direitos e participação política das mulheres.

Em 2022, o Brasil celebrou os 90 anos da conquista do voto feminino, marco que simboliza avanços democráticos significativos, mas que também evidencia desafios persistentes relacionados à baixa representatividade das mulheres nos espaços de poder. Embora as mulheres correspondam à maioria do eleitorado brasileiro, sua presença em cargos eletivos, posições de liderança acadêmica e áreas científicas estratégicas ainda permanece limitada (TSE, 2024). Segundo Haraway (1995), os espaços de produção científica e política são atravessados por relações de poder que influenciam o reconhecimento e a legitimidade dos sujeitos. Para Santos (2006), a democratização das instituições depende da ampliação da diversidade e da participação de grupos historicamente sub-representados

nos processos decisórios.

OBJETIVO

Analisar a participação feminina nos espaços de liderança política, científica e acadêmica no Brasil e no Rio Grande do Norte, destacando avanços históricos, desafios estruturais e a importância da representatividade feminina nos processos institucionais.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada e objetivo descritivo. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, desenvolvida a partir da análise de legislações, documentos institucionais, dados oficiais e produções acadêmicas relacionadas à participação feminina na política, ciência e liderança acadêmica. Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica possibilita compreender fenômenos sociais por meio da análise crítica de estudos científicos já publicados, enquanto a pesquisa documental permite investigar informações históricas e institucionais relevantes para a compreensão do objeto estudado. A coleta e a análise dos dados foram realizadas no período de março e abril de 2026. A análise dos dados foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), permitindo identificar categorias relacionadas à representatividade feminina, desigualdade de gênero e liderança institucional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços históricos alcançados pelas mulheres na política, na ciência e na gestão acadêmica, ainda persistem desigualdades estruturais que limitam sua participação nos espaços de poder e tomada de decisão. A análise dos documentos e dados consultados demonstra que a ampliação dos direitos políticos femininos não foi acompanhada, na mesma proporção, pela ocupação de cargos estratégicos nas instituições públicas e nos espaços de representação política.

A conquista do voto feminino, oficializada no Brasil em 1932, constituiu um marco fundamental para a ampliação da cidadania das mulheres. Entretanto, a participação feminina nos processos decisórios continua marcada por desafios relacionados à desigualdade de gênero e à sub-representação política. Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) indicam que, embora as mulheres representem a maioria do eleitorado brasileiro, sua presença em cargos eletivos permanece significativamente inferior à masculina, evidenciando a persistência de barreiras institucionais, culturais e históricas (TSE, 2024).

No cenário político nacional, a presença feminina em posições de liderança ainda é reduzida. Desde a implementação do voto feminino, apenas uma mulher ocupou a Presidência da República, Dilma Rousseff, entre 2011 e 2016. Além disso, as mulheres continuam sub-representadas no Congresso Nacional, nos governos estaduais e nas administrações municipais, demonstrando que a ampliação dos direitos políticos não garantiu, por si só, a igualdade de participação nos espaços de poder.

No contexto do Rio Grande do Norte, observa-se uma trajetória histórica singular, marcada pelo pioneirismo na luta pelos direitos políticos das mulheres. A experiência de Mossoró, em 1928, quando Celina Guimarães Viana tornou-se a primeira mulher a exercer o direito ao voto no Brasil, bem como a atuação de lideranças como Wilma de Faria, Rosalba Ciarlini e Fátima Bezerra, contribuíram para ampliar a visibilidade da participação feminina na política estadual. Apesar desses avanços, a ocupação de cargos de liderança pelas mulheres ainda ocorre de forma limitada quando comparada à predominância masculina nas estruturas políticas e administrativas.

No âmbito acadêmico e científico, os resultados revelam que a representatividade feminina nos cargos máximos de gestão institucional permanece reduzida. Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), apenas uma mulher ocupou o cargo de reitora desde a criação da instituição, Ângela Paiva Cruz, que exerceu dois mandatos entre 2011 e 2019. De forma semelhante, o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) registra apenas uma mulher na função máxima de gestão institucional, Luzia Vieira de França, ainda no período da antiga Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, entre 1987 e 1991. Esses dados demonstram que a ampliação do acesso das mulheres à educação superior e à produção científica não tem se refletido, na mesma intensidade, na ocupação de posições estratégicas de liderança.

Tal cenário corrobora as reflexões de Scott (1995), ao afirmar que as relações de gênero constituem construções sociais e históricas que influenciam a distribuição de poder e oportunidades entre homens e mulheres. De modo semelhante, Haraway (1995) destaca que os espaços de produção do conhecimento e de tomada de decisão são atravessados por relações de poder que condicionam o reconhecimento e a legitimidade dos sujeitos. Assim, a baixa representatividade feminina em cargos de liderança não pode ser compreendida apenas como resultado de escolhas individuais, mas como expressão de processos históricos e institucionais que reproduzem desigualdades de gênero.

Além dos aspectos quantitativos, os resultados revelam desafios relacionados ao reconhecimento profissional, à legitimidade institucional e ao acesso às redes de influência e decisão. Nesse sentido, a democratização das instituições públicas demanda a ampliação da diversidade nos espaços de gestão, favorecendo a construção de ambientes mais inclusivos, representativos e comprometidos com a equidade. Conforme argumenta Santos (2010), o fortalecimento da democracia pressupõe a incorporação efetiva de grupos historicamente sub-representados nos processos decisórios.

Dessa forma, a representatividade feminina na política, na ciência e na gestão acadêmica constitui não apenas uma questão de igualdade de gênero, mas também um elemento fundamental para o fortalecimento da democracia, da justiça social e da qualidade das instituições públicas. Os resultados reforçam a necessidade de políticas e ações institucionais voltadas à promoção da equidade de gênero, de modo a ampliar a participação das mulheres nos espaços de liderança e contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e plural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu compreender que, embora tenham ocorrido importantes avanços históricos relacionados à participação feminina na política, ciência e liderança acadêmica, ainda persistem desigualdades estruturais que limitam a presença das mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão. Verificou-se que o Rio Grande do Norte possui importante trajetória histórica relacionada à participação política feminina, desde o pioneirismo do voto feminino em Mossoró até a presença de mulheres em cargos de liderança estadual. Contudo, os dados demonstram que a representatividade feminina ainda permanece restrita em diferentes espaços institucionais.

No contexto acadêmico e científico, observou-se que a baixa presença de mulheres em cargos máximos de gestão na UFRN e no IFRN evidencia desafios relacionados à igualdade de oportunidades e ao reconhecimento feminino nos espaços de liderança. Conclui-se que a ampliação da participação das mulheres na política, ciência e gestão acadêmica constitui elemento fundamental para o fortalecimento da democracia, da diversidade institucional e da construção de processos organizacionais mais inclusivos e representativos.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. **Institui o Código Eleitoral**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1932.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- HARAWAY, D. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- IFRN. **Histórico institucional do IFRN**. Natal: IFRN, 2026. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br>. Acesso em: 26 maio 2026.
- SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas eleitorais e participação feminina na política.** Brasília, DF: TSE, 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 26 maio 2026.

UFRN. **Histórico da gestão da UFRN.** Natal: UFRN, 2026. Disponível em: <https://www.ufrn.br>. Acesso em: 26 maio 2026.

UNESCO. **UNESCO in Action for Gender Equality 2022–2023.** Paris: UNESCO, 2023.

UNESCO. **Closing the Gender Gap in Science: Call to Action.** Paris: UNESCO, 2024.

FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS NO IFRS, CAMPUS ERECHIM, SOB A ÓTICA DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO: PRÁTICAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

José Victor Pereira de Souza¹.

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Erechim, RS.

<http://lattes.cnpq.br/8131024548205692>

PALAVRAS-CHAVE: Fiscalização de contratos. Administração pública. Terceirização de serviços.

INTRODUÇÃO

A Administração Pública brasileira, a partir da Reforma do Estado da década de 1990, adotou o modelo gerencial como paradigma orientador, com ênfase na eficiência, na descentralização administrativa e na qualidade dos serviços. Nesse contexto, a terceirização de atividades-meio tornou-se prática corrente, formalizada por meio de contratos administrativos entre o poder público e fornecedores privados (Marinho et al., 2018).

A fiscalização desses contratos constitui um poder-dever da Administração, destinado a assegurar a execução do objeto contratado em conformidade com as condições, os prazos e as especificações pactuadas, prevenindo prejuízos ao erário e garantindo a qualidade dos serviços prestados (Gomes, 2016). A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 117, reforça o caráter obrigatório e sistemático dessa função ao determinar que a execução contratual seja acompanhada por representante especialmente designado pela Administração.

No IFRS, *Campus* Erechim, a terceirização é realidade consolidada, com contratos vigentes em diversas áreas de apoio logístico, operacional e de infraestrutura. A complexidade desse portfólio contratual impõe à equipe de fiscalização desafios operacionais e normativos que merecem investigação científica aprofundada. Diante desse cenário, o presente estudo busca analisar a percepção da equipe de fiscalização, as práticas adotadas, os desafios enfrentados e as perspectivas identificadas, contribuindo para o aprimoramento dos processos internos e para o avanço do debate acadêmico na área da Administração Pública.

OBJETIVO

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar as principais práticas, desafios e perspectivas relacionados à fiscalização de contratos no IFRS, Campus Erechim, sob

a ótica da equipe de fiscalização. Como objetivos específicos, propõe-se: (a) identificar as práticas adotadas e os desafios enfrentados pelos fiscais de contratos no exercício da função; (b) caracterizar as perspectivas institucionais relacionadas ao aprimoramento da fiscalização contratual; e (c) propor, à luz da pesquisa bibliográfica, soluções para os desafios identificados.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza aplicada, com fins exploratório e descritivo, e utiliza, quanto aos meios, pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso (Vergara, 2009; Gil, 2010). A abordagem é quali-quantitativa com predominância qualitativa: a dimensão qualitativa visa compreender percepções e experiências dos fiscais; a quantitativa manifesta-se na aplicação de estatística descritiva sobre os dados do questionário estruturado (Prodanov; Freitas, 2013).

O universo compreendeu os 38 servidores designados como fiscais técnicos e/ou administrativos (titulares ou substitutos) no IFRS, Campus Erechim, no período de novembro de 2025 a fevereiro de 2026, com adesão de 97,4% (37 respondentes), conferindo caráter censitário e ampla representatividade à pesquisa.

Os instrumentos de coleta foram: (a) questionário anônimo e eletrônico, com questões fechadas e abertas, aplicado mediante consentimento voluntário pelos participantes; (b) observação assistemática do ambiente institucional, de natureza não estruturada, individual e não participativa, complementar às demais técnicas; e (c) análise documental de editais, contratos, portarias de designação e demais documentos institucionais pertinentes. Os dados quantitativos foram tratados por estatística descritiva; os qualitativos, por análise de conteúdo com categorização temática. A pesquisa observou os princípios éticos de anonimato, confidencialidade e participação voluntária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 37 fiscais respondentes, 81,1% pertencem à carreira TAE e 18,9% à carreira docente; 40,5% exercem a função há mais de cinco anos, revelando experiência relevante, ainda que predominantemente não formalizada por capacitação sistemática.

Os dados quantitativos evidenciam déficits estruturais críticos: 83,8% declararam não se sentir preparados para o exercício da função; 94,6% afirmaram desconhecer adequadamente a legislação pertinente; e 94,6% avaliaram negativamente a oferta de capacitações institucionais — índice que atingiu 100% entre os TAEs. Em contraste, 97,3% reconheceram a importância do apoio dos colegas, dado que reflete a centralidade da troca informal de experiências como mecanismo substitutivo da formação institucional formal.

A análise cruzada revela que a ausência de afinidade entre o contrato fiscalizado e a área de atuação do servidor agrava o despreparo: 93,3% de não preparo entre fiscais sem relação com o cargo de origem, ante 77,3% entre aqueles com função relacionada — corroborando a literatura, que aponta a designação indiscriminada como fator de risco à qualidade da fiscalização (Marinho et al., 2018; Bedin; Fontes; Braatz, 2020). Quanto à IN 05/2017, 78,4% a consideraram insuficiente para nortear a atuação prática, convergindo com os achados de Marinho et al. (2018) sobre lacunas de competência normativa e operacional em instituições federais de ensino.

A análise qualitativa identificou três eixos temáticos predominantes: (a) déficit formativo e normativo, com fiscais relatando ingresso na função sem treinamento prévio e dificuldade de compreensão da linguagem técnica das normas; (b) sobrecarga pela acumulação de funções, exercidas em paralelo às atribuições do cargo de origem sem compensação de carga horária, situação especialmente crítica entre docentes e TAEs com múltiplos contratos; e (c) ausência de instrumentos operacionais padronizados, com lacunas em checklists, fluxos documentados e orientações específicas por tipo de contrato.

A observação *in loco* evidenciou que os fiscais buscam ativamente cumprir suas obrigações — consultando colegas, revisando documentos por conta própria e comparecendo a reuniões fora do horário habitual —, o que demonstra que o problema não é motivacional, mas essencialmente formativo, normativo e estrutural. Paradoxalmente, a análise documental identificou a existência de instrumentos operacionais formalizados (fluxos processuais, modelos de portarias, checklists, IMR e manual institucional de contratos), cujo aproveitamento pelos fiscais, contudo, mostrou-se insuficiente diante dos índices de desconhecimento apurados, revelando que a lacuna central é de disseminação e apropriação, e não de produção documental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciam que a fiscalização de contratos no IFRS, *Campus* Erechim, enfrenta uma crise de natureza estrutural, caracterizada pela confluência de três fatores críticos: conhecimento normativo mínimo, ausência de capacitação institucional sistemática e acumulação de atribuições que compromete a dedicação necessária ao exercício adequado da função fiscalizatória. A experiência acumulada ao longo do tempo, por si só, não substitui a formação formal e continuada, conforme demonstrado pelo elevado índice de não preparo mesmo entre fiscais com mais de cinco anos de função.

A partir desse diagnóstico, as principais recomendações são: implantação de programas de capacitação contínua e de caráter convocatório; ampla divulgação e efetivo aproveitamento dos instrumentos operacionais já existentes na instituição, como o manual de contratos, os *checklists*, os modelos de portarias e o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), identificados na análise documental, mas desconhecidos pela maioria dos fiscais; adoção de critérios de afinidade técnica e de limite máximo de contratos na designação

de fiscais; e avaliação da viabilidade de criação de equipe dedicada exclusivamente à fiscalização contratual.

O comprometimento demonstrado pelos servidores na observação assistemática reforça que o problema não é de ordem motivacional, mas formativo e estrutural. Essas medidas, centradas na disseminação do conhecimento já produzido e na organização institucional da função fiscalizatória, contribuiriam para a redução dos riscos jurídicos e administrativos, para a proteção do erário e para o aprimoramento da governança contratual no *Campus Erechim*.

Este estudo, ao sistematizar pela primeira vez, com base em dados empíricos, a realidade da fiscalização contratual no *campus* estudado, oferece contribuição tanto de ordem prática, para o aperfeiçoamento dos processos internos, quanto científica, ao ampliar o escasso acervo de pesquisas sobre fiscalização contratual em institutos federais de educação. Como desdobramentos futuros, recomenda-se a extensão da pesquisa a outros *campi* do IFRS e a aplicação do protocolo comparativo com outras instituições federais de ensino, possibilitando a generalização analítica dos achados.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BEDIN, Érika Pena; FONTES, Andréa Regina Martins; BRAATZ, Daniel. **Discrepância entre o trabalho prescrito e real: o caso dos fiscais de contrato de serviços terceirizados das universidades federais do estado de São Paulo**. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 232-249, abr./jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Dispõe sobre as Licitações e os Contratos Administrativos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2021.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017**. Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 maio 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Ataniela R. G. **A Gestão de Contratos na Administração Pública**. Id on Line Revista de Psicologia, v. 10, n. 29, p. 100-110, fev. 2016.

MARINHO, R. de C. P.; ANDRADE, E. P. de; MARINHO, C. R. P.; MOTTA, E. F. R. O. da. **Fiscalização de contratos de serviços terceirizados: desafios para a universidade pública**. Gestão & Produção, v. 25, n. 3, p. 444-457, 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PROPOSTA DE MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE PAGAMENTO DOS AUXÍLIOS ESTUDANTIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Andressa Fernandes Palmeira¹.

¹Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo.

<http://lattes.cnpq.br/0875732593028661>

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Pública. Assistência Estudantil. Processos Organizacionais.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/4

INTRODUÇÃO

A assistência estudantil constitui importante mecanismo de permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas universidades públicas federais, sendo uma das principais estratégias para democratização do acesso e permanência no ensino superior (Brasil, 2010; Vasconcelos, 2010).

Na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o Programa de Assistência Estudantil (PROAES-UFES) apresentou crescimento significativo no número de estudantes atendidos, ampliando a complexidade dos processos administrativos relacionados ao pagamento dos auxílios estudantis.

No contexto da gestão universitária, a modelagem de processos de negócios tem sido amplamente utilizada como ferramenta para promover padronização, transparência, controle e melhoria contínua dos processos organizacionais (Davenport, 1993; Van Der Aalst; Krogstie; Loos, 2011).

OBJETIVO

O objetivo deste estudo foi realizar a modelagem do processo de pagamento dos auxílios estudantis do PROAES-UFES e propor um manual de procedimentos referente a esse processo, visando contribuir para a padronização das atividades administrativas desenvolvidas no Departamento de Assistência Estudantil da UFES.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, desenvolvida no Departamento de Assistência Estudantil (DAE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O estudo teve como foco a análise e modelagem do processo de pagamento dos auxílios estudantis vinculados ao Programa de Assistência Estudantil

da instituição. Para a condução da pesquisa, adotou-se a abordagem de Business Process Management (BPM), entendida como um conjunto de métodos e práticas voltados à identificação, modelagem, análise e melhoria contínua dos processos organizacionais (Davenport, 1993; Van Der Aalst; Krogstie; Loos, 2011).

A modelagem dos processos foi realizada por meio da notação Business Process Model and Notation (BPMN), amplamente utilizada para representação gráfica e padronizada de processos de negócio, favorecendo a comunicação entre os diferentes atores organizacionais e a compreensão dos fluxos de trabalho (Wong; Gibbons, 2011). Como ferramenta de apoio à modelagem, utilizou-se o software Bizagi Modeler, que possibilitou a elaboração dos diagramas e a documentação das atividades, subprocessos e responsabilidades envolvidas.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de maio e julho de 2015, por meio de entrevistas não estruturadas realizadas com o Diretor do Departamento de Assistência Estudantil, servidores técnico-administrativos responsáveis pelo setor de pagamento, representantes da equipe de recebimento da documentação dos estudantes e servidores envolvidos na análise dos processos de ingresso no PROAES-UFES.

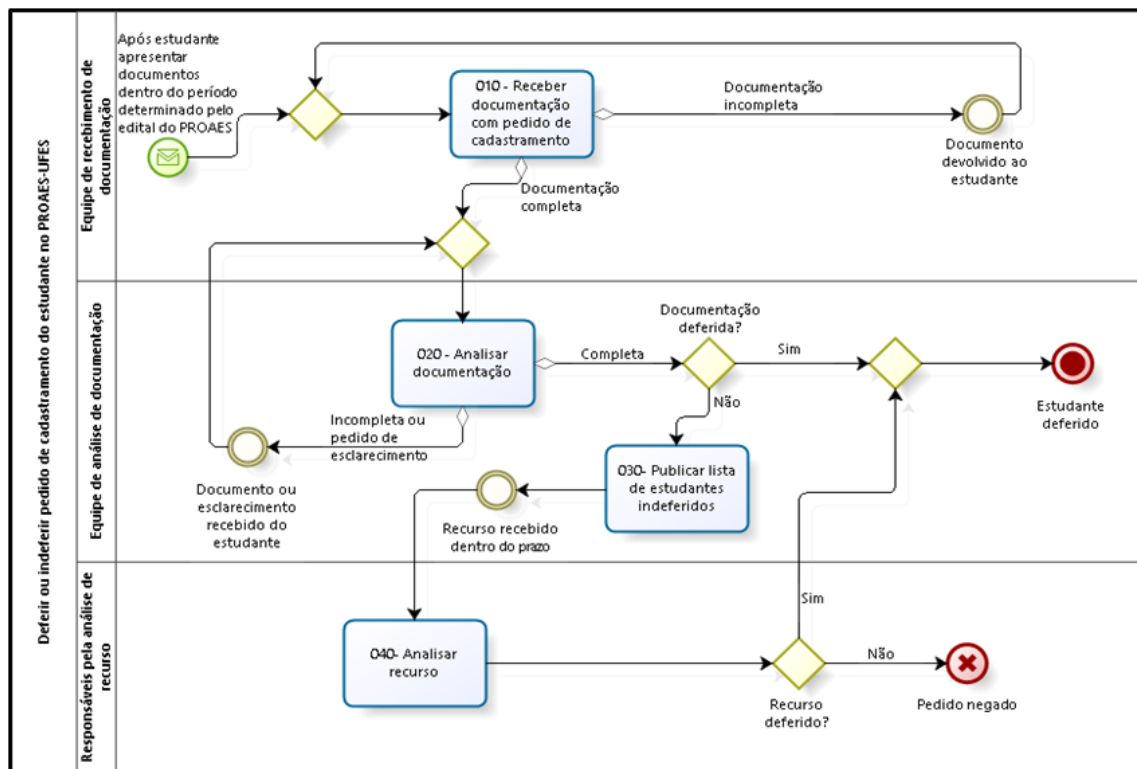
Segundo Aalst, La Rosa e Santoro (2016), a modelagem de processos constitui importante instrumento para a padronização das atividades organizacionais e para a promoção da melhoria contínua dos serviços prestados, contribuindo para maior eficiência e transparência na gestão pública.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A modelagem dos processos possibilitou o mapeamento detalhado do fluxo operacional relacionado ao pagamento dos auxílios estudantis, permitindo identificar as etapas envolvidas, os responsáveis por sua execução, os fluxos de informação e os principais pontos críticos do processo. A representação gráfica por meio da notação BPMN proporcionou uma visão sistêmica das atividades desenvolvidas, favorecendo a compreensão das interações entre os diferentes setores envolvidos e contribuindo para a identificação de oportunidades de aperfeiçoamento das rotinas administrativas.

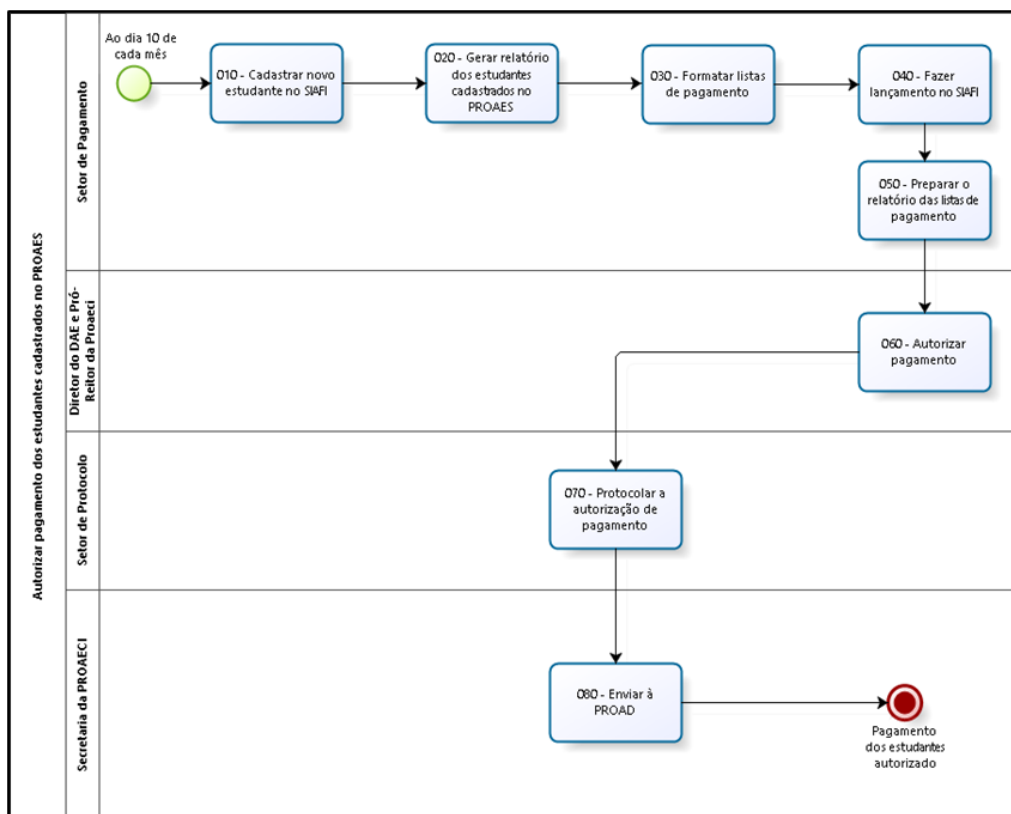
Os resultados evidenciaram que a aplicação da abordagem BPM contribui para o aprimoramento da gestão dos processos organizacionais, favorecendo maior controle, transparência e eficiência na execução das atividades administrativas. Tais achados corroboram a literatura da área, que destaca a gestão por processos como uma importante ferramenta para a melhoria contínua do desempenho organizacional e para o aumento da qualidade dos serviços prestados (Aalst; La Rosa; Santoro, 2016).

Figura 1: Diagrama de fluxo do processo de deferimento ou indeferimento do pedido de cadastramento do estudante no PROAES-UFES.



Fonte: Elaboração própria (2016)

Figura 2: Diagrama de fluxo do processo de autorização de pagamento dos estudantes cadastrados no PROAES-UFES.



Fonte: Elaboração própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos permitiram alcançar o objetivo proposto de modelar o processo de pagamento dos auxílios estudantis do PROAES-UFES e elaborar um manual de procedimentos para sua execução. A modelagem dos processos possibilitou identificar de forma sistemática as etapas, responsabilidades e fluxos de informação envolvidos, contribuindo para maior compreensão e transparência das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Assistência Estudantil.

A elaboração do manual de procedimentos mostrou-se uma importante ferramenta de gestão, ao promover a padronização das atividades, reduzir a dependência do conhecimento tácito dos servidores e facilitar a capacitação de novos integrantes da equipe.

Conclui-se que a utilização da abordagem BPM e da modelagem de processos contribuiu para o fortalecimento da gestão administrativa no âmbito da assistência estudantil da UFES, evidenciando o potencial dessas ferramentas para apoiar a modernização dos processos organizacionais e a melhoria contínua dos serviços prestados pela administração pública universitária.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

AALST, W. M. P.; KROGSTIE, J.; LOOS, P. **Business process management in the large. Business & Information Systems Engineering**, Wiesbaden, v. 3, n. 6, p. 385-388, 2011.

AALST, W. M. P.; LA ROSA, M.; SANTORO, F. **Business process management: don't forget to improve the process! Business & Information Systems Engineering**, Wiesbaden, v. 58, n. 1, p. 1-6, 2016.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

DAVENPORT, T. H. **Process innovation: reengineering work through information technology**. Boston: Harvard Business School Press, 1993.

VASCONCELOS, N. B. **Uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. *Ensino em Revista*, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010.

WONG, P. Y. H.; GIBBONS, J. **Formalisations and applications of BPMN**. *Science of Computer Programming*, Amsterdam, v. 76, n. 8, p. 633-650, 2011.

PLANEJAMENTO E EFICÁCIA NA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS CT-INFRA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Juliano Azevedo de Souza¹.

¹Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES. <http://lattes.cnpq.br/8742342366611953>

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento institucional. Gestão pública. Produção científica.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/17

INTRODUÇÃO

A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, desempenha papel relevante no fortalecimento da infraestrutura de pesquisa das instituições públicas de ensino superior brasileiras. Por meio dos Convênios de Fundo de Infraestrutura (CT-INFRA), a agência financia obras, laboratórios, equipamentos multiusuários e melhorias estruturais destinadas ao desenvolvimento científico e tecnológico das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) (FINEP, 2015).

A adequada execução desses convênios é fundamental para garantir que os investimentos públicos produzam os resultados esperados em termos de geração de conhecimento, inovação e formação de recursos humanos qualificados. Entretanto, a complexidade dos processos administrativos, licitatórios e de execução de obras frequentemente impõe desafios às instituições beneficiadas, resultando em atrasos e dificuldades para o cumprimento dos cronogramas originalmente estabelecidos.

Nesse contexto, o presente estudo analisa os Convênios de Fundo de Infraestrutura celebrados entre a FINEP e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) no período de 2004 a 2010. A pesquisa parte da necessidade de compreender os fatores que influenciaram o cumprimento dos prazos de execução dos convênios e seus impactos sobre a infraestrutura de pesquisa e a produção científica institucional.

OBJETIVO

Apresentar e analisar as causas-raiz responsáveis pelo descumprimento dos prazos de execução dos Convênios de Fundo de Infraestrutura (CT-INFRA) celebrados entre a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), sob a ótica da eficácia da gestão pública.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como aplicada quanto à natureza, uma vez que busca gerar conhecimentos voltados à solução de problemas concretos relacionados à gestão dos Convênios de Fundo de Infraestrutura celebrados entre a FINEP e a UFES. Quanto à abordagem, classifica-se como quali-quantitativa. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa explicativa e, em relação aos procedimentos técnicos, caracteriza-se como pesquisa de campo, pesquisa documental, levantamento (survey) e estudo de caso, conforme classificação proposta por Vergara (2007).

Foram coletados dados junto à FINEP por meio da Lei de Acesso à Informação, abrangendo todas as instituições participantes dos editais CT-INFRA no período de 2004 a 2010. Aplicaram-se questionários aos coordenadores dos subprojetos vinculados aos convênios analisados, bem como à Fundação Espírito Santense de Tecnologia (FEST) e à Prefeitura Universitária (PU) da UFES. Também foi realizado grupo focal para construção da Árvore de Realidade Atual (ARA), fundamentada na Teoria das Restrições.

Além disso, foram analisados documentos institucionais, relatórios técnicos, propostas dos convênios e indicadores de produção científica obtidos por meio da ferramenta Script Lattes e da base Scopus. Para análise dos dados foram utilizadas técnicas de estatística descritiva, correlação linear e análise qualitativa dos fatores relacionados à execução dos convênios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados demonstraram que a execução dos Convênios de Fundo de Infraestrutura representa um desafio significativo para as instituições de ensino superior. Dos dez convênios celebrados entre a FINEP e a UFES no período analisado, apenas três foram executados dentro do prazo originalmente previsto de três anos.

A análise comparativa dos dados obtidos junto à FINEP indicou que os atrasos observados na UFES não constituem problema isolado, sendo identificados também em outras instituições participantes dos editais CT-INFRA. Entretanto, algumas universidades apresentaram desempenho superior quanto ao cumprimento dos cronogramas, evidenciando que práticas de gestão mais estruturadas podem contribuir para a redução dos atrasos.

A construção da Árvore de Realidade Atual (ARA), ferramenta derivada da Teoria das Restrições, permitiu identificar 24 efeitos indesejáveis associados à execução dos convênios (COGAN, 2010).

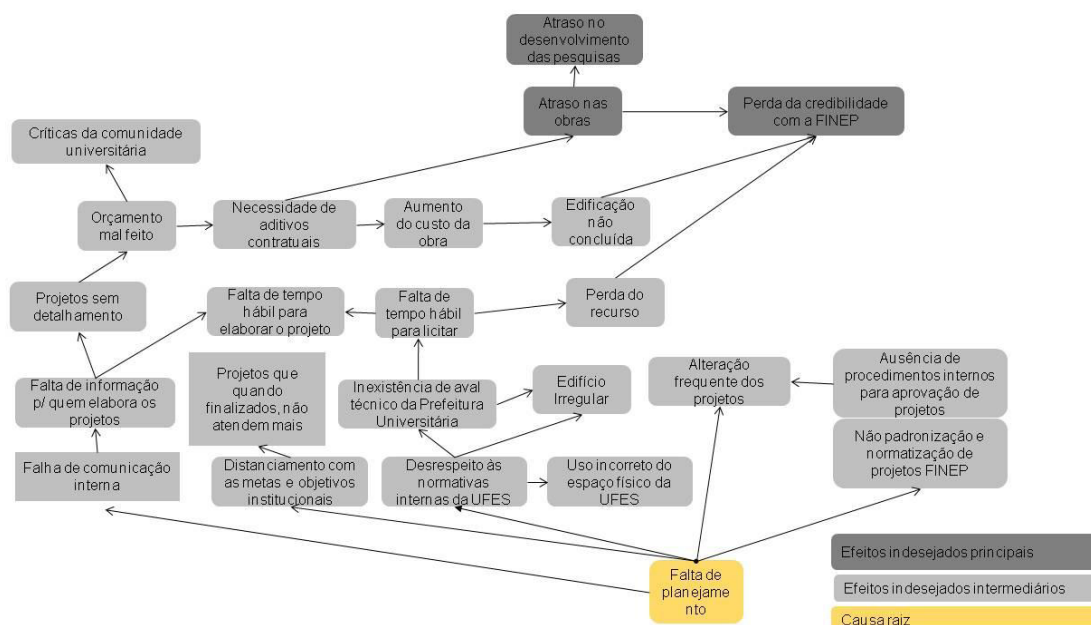
A análise das relações de causa e efeito possibilitou identificar a falta de planejamento institucional como a principal causa-raiz da ineficácia observada na execução dos convênios. Os resultados dos questionários demonstraram que grande parte dos coordenadores de subprojetos não realiza planejamento prévio antes da publicação dos editais. Além disso, verificou-se limitada participação da equipe técnica da Prefeitura Universitária durante

a fase de elaboração das propostas, contribuindo para a submissão de anteprojetos em substituição aos projetos básicos e executivos necessários para a adequada execução das obras.

Outro aspecto relevante refere-se aos impactos dos convênios sobre a produção científica institucional. Embora a pesquisa tenha analisado os dez CT-INFRA celebrados entre a FINEP e a UFES no período de 2004 a 2010, a análise de correlação linear concentrou-se nos convênios mais antigos e já concluídos (PROINFRA 01/2004, PROINFRA 01/2005, PROINFRA 01/2006 e NOVOS CAMPI 05/2006), cujos resultados científicos já podiam ser avaliados. A análise realizada por meio da ferramenta Script Lattes e da base Scopus revelou correlação linear positiva entre a produção científica das equipes participantes e a produção científica total da UFES. Os coeficientes mais expressivos foram observados nos convênios PROINFRA 01/2004 (0,76) e NOVOS CAMPI 05/2006 (0,77), indicando forte associação entre os investimentos em infraestrutura de pesquisa e a produtividade científica institucional.

Os resultados também evidenciaram contribuições relevantes para o fortalecimento da pós-graduação da instituição. Os investimentos em infraestrutura laboratorial favoreceram a consolidação e expansão de programas de pós-graduação, contribuindo para a criação de cursos de doutorado e para a melhoria dos conceitos atribuídos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Figura 1: A Árvore de Realidade Atual em relação aos CT-INFRA da UFES.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a insuficiência de planejamento institucional constitui o principal fator associado ao descumprimento dos prazos de execução dos Convênios de Fundo de Infraestrutura celebrados entre a FINEP e a UFES. A Árvore de Realidade Atual permitiu identificar os principais efeitos indesejáveis relacionados aos atrasos na execução das obras, aquisição de equipamentos e desenvolvimento das pesquisas.

Apesar das dificuldades identificadas, os investimentos realizados por meio dos CT-INFRA contribuíram para o fortalecimento da infraestrutura de pesquisa, a expansão da pós-graduação e o aumento da produção científica institucional.

Com base nos resultados obtidos, foi elaborada uma proposta de melhoria fundamentada na Portaria nº 2.817/2014 da UFES e nas recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) para planejamento e execução de obras públicas. A proposta prevê a participação antecipada da Prefeitura Universitária na elaboração das demandas de infraestrutura, a realização de reuniões de planejamento entre PRPPG, PROPLAN, PU e coordenadores dos programas de pós-graduação, bem como a elaboração prévia dos projetos básicos e executivos antes da publicação dos editais da FINEP. Também foi proposto um cronograma anual de solicitação de obras, distribuindo as etapas de levantamento de demandas, reuniões técnicas, encaminhamento de processos e acompanhamento dos projetos ao longo do ano, com o objetivo de reduzir atrasos e aumentar a eficácia da execução dos CT-INFRA (TCU, 2012; UFES, 2014).

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

COGAN, Samuel. **Contabilidade gerencial: uma abordagem da teoria das restrições**. São Paulo: Saraiva, 2010.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP). **Política operacional e informações institucionais**. Rio de Janeiro: FINEP, 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Recomendações básicas para contratação e fiscalização de obras públicas**. Brasília: TCU, SECOB, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Portaria nº 2.817, de 28 de novembro de 2014: estabelece procedimentos para requisição de projetos, laudos e obras na Universidade Federal do Espírito Santo**. Vitória: UFES, 2014.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ANÁLISE DA TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES EM UMA FARMÁCIA ESCOLA

Luiza Virginia de Castro Silva¹.

¹Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/0770694470866031>

PALAVRAS-CHAVE: Processo eletrônico. Gestão universitária. Informação institucional.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/6

INTRODUÇÃO

A transformação digital na administração pública brasileira promoveu mudanças significativas na gestão da informação e dos documentos institucionais, especialmente com a implementação do Processo Eletrônico Nacional (PEN), iniciativa voltada à modernização dos processos administrativos por meio do uso de sistemas eletrônicos (PEDRUZZI JUNIOR; SOUZA; PEDRUZZI, 2024).

Nesse contexto, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) tornou-se como uma importante ferramenta para o gerenciamento de processos administrativos, proporcionando maior acesso, transparência, rastreabilidade, controle e agilidade na tramitação documental. Além de reduzir o uso de documentos físicos, o sistema contribui para a eficiência administrativa e para o fortalecimento da gestão documental nas instituições públicas (SOUSA et al., 2026).

Nas instituições federais de ensino superior, a gestão eficiente dos processos administrativos é fundamental para o suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão. A adequada organização e circulação das informações contribuem para a tomada de decisões, o cumprimento de prazos e a prestação de serviços à comunidade acadêmica, em consonância com os princípios da transparência e do acesso à informação previstos na legislação brasileira (BRASIL, 2011).

A Farmácia Escola da Universidade Federal do Ceará desenvolve diversas atividades acadêmicas e administrativas que demandam constante produção, tramitação e acompanhamento de processos. Assim, a análise dos dados gerados pelo SEI nessa unidade pode contribuir para a compreensão do perfil das demandas administrativas e, consequentemente, para o aprimoramento dos fluxos de trabalho e das práticas de gestão documental.

OBJETIVO

Mapear e analisar os processos administrativos registrados no Sistema Eletrônico de Informações da Farmácia Escola da Universidade Federal do Ceará – UFC entre os anos de 2018 e 2026, identificando características da tramitação processual e sua contribuição para a gestão documental e administrativa da unidade.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa documental, de natureza aplicada, com abordagem quantitativa e descritiva. Os dados apresentados foram obtidos por meio de levantamento realizado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), contemplando os processos administrativos registrados pela Farmácia Escola entre os anos de 2018 e 2026.

Foram analisadas informações referentes às quantidades de processos gerados, processos com tramitação, processos encerrados, processos em andamento, documentos internos produzidos e documentos externos recebidos. Os dados foram organizados em planilha eletrônica e submetidos à análise estatística descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento identificou a geração de um total de 690 processos administrativos pela Farmácia Escola no período analisado. Foram registradas 1.305 tramitações processuais, demonstrando considerável movimentação administrativa na unidade.

Dos processos que tramitaram pela Farmácia Escola, 977 processos tiveram tramitação encerrada ao final do respectivo período analisado, enquanto 328 permaneceram em andamento. Esses resultados indicam uma significativa capacidade de acompanhamento das demandas administrativas pela unidade e indicam elevado percentual de conclusão dos processos pela unidade.

No mesmo período, foram produzidos 1.511 documentos internos e recebidos 1.558 documentos externos, totalizando 3.069 documentos movimentados no sistema. Esses dados demonstram a importância da gestão documental para o funcionamento da Farmácia Escola e a necessidade de mecanismos eficientes de controle e organização da informação.

Também foi observada variação no quantitativo anual de processos e documentos. O ano de 2022 apresentou o maior número de processos gerados (117), enquanto 2020 registrou destaque na movimentação documental, com 304 documentos internos produzidos e 431 documentos externos recebidos. Esse comportamento deveu-se às adaptações administrativas e institucionais ocorridas durante o período da pandemia de COVID-19, quando os processos eletrônicos assumiram papel ainda mais relevante na manutenção das atividades administrativas.

Os resultados evidenciam que a utilização do SEI fortaleceu a rastreabilidade das informações, ampliou a capacidade de acompanhamento das demandas e contribuiu para a redução de riscos associados à perda de documentos e ao descumprimento de prazos administrativos. Tais achados corroboram estudos que apontam o sistema como instrumento estratégico para a modernização da gestão documental e para o aumento da eficiência administrativa na administração pública brasileira (PEDRUZZI JUNIOR; SOUZA; PEDRUZZI, 2024; SOUSA et al., 2026).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados permitiu compreender o perfil da movimentação processual da Farmácia Escola da UFC ao longo de oito anos de utilização do Sistema Eletrônico de Informações. Os resultados demonstram que o SEI constitui uma importante ferramenta de apoio à gestão documental, da informação e administrativa, contribuindo para a organização das informações, o acompanhamento das demandas e a melhoria dos fluxos de trabalho. Além de favorecer a comunicação, a transparência e a rastreabilidade dos processos, o sistema fortalece a capacidade institucional de tomada de decisão. Dessa forma, a gestão documental mostra-se uma atividade estratégica essencial para o funcionamento das unidades acadêmicas, contribuindo para a eficiência administrativa, para a preservação das informações institucionais e para a qualidade dos serviços prestados à comunidade universitária.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

PEDRUZZI JUNIOR, A.; SOUZA, J. S.; PEDRUZZI, N. L. I. **Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como ferramenta para modernização da gestão documental na administração pública.** Revista de Gestão e Secretariado, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 309-319, 2024. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v15i1.3352>.

SOUZA, A. I. L.; SANTIAGO, L. A.; ROCHA, M. C. C.; CAMPOS, R. R. **SEI: uma revisão integrativa sobre o Sistema Eletrônico de Informações do Governo Federal.** Cadernos Cajúna, v. 11, n. 1, e1637, 2026. DOI: <https://doi.org/10.52641/cadcajv11i1.1637>.

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: REFLEXÕES SOBRE A VALORIZAÇÃO DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Luciana Martins Bellei¹; Arituza dos Santos Ramos².

¹Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), Juiz de Fora, Minas Gerais.

<http://lattes.cnpq.br/1908594741087845>

²Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia.

<http://lattes.cnpq.br/4636570521594014>

PALAVRAS-CHAVE: Modernização. Capacitação. Desempenho.

INTRODUÇÃO

O cenário contemporâneo da administração pública brasileira exige a transição de um modelo puramente burocrático para uma gestão de caráter gerencial, focada na eficiência, na eficácia e na otimização dos recursos disponíveis. No âmbito das Instituições Federais de Ensino (IFEs), essa evolução normativa e estrutural impõe desafios complexos à gestão de pessoas, especialmente no que tange à carreira dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs), disciplinada pela Lei nº 11.091/2005. Esses servidores desempenham funções fundamentais na manutenção das rotinas operacionais, no suporte pedagógico e na execução de políticas institucionais que viabilizam o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Historicamente, a gestão de pessoas no setor público tendeu a priorizar o cumprimento estrito de ritos formais, relegando a segundo plano o desenvolvimento contínuo do potencial humano. Contudo, a introdução do modelo de gestão por competências busca romper com essa rigidez, alinhando as habilidades individuais aos objetivos estratégicos das organizações. Esse novo direcionamento ganhou força normativa com a promulgação do Decreto nº 9.991/2019, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), estabelecendo que a capacitação no serviço público deve ser orientada por necessidades reais e mensuráveis de desempenho institucional.

Diante dessa conjuntura, o problema central desta pesquisa consiste em identificar de que maneira a implementação prática da gestão por competências pode atuar como um instrumento de valorização profissional e de desenvolvimento na carreira dos TAEs. Justifica-se este estudo pela necessidade latente de superar o tradicionalismo burocrático e entender como as competências individuais, quando mapeadas de forma transparente, funcionam como um fator propulsor de inovação e eficiência no serviço público, conforme defendido por Carvalho (2021).

OBJETIVO

Analisar a implementação da gestão por competências no contexto das Instituições Federais de Ensino, identificando as principais barreiras institucionais e os impactos desse modelo no desenvolvimento profissional e na valorização da carreira dos Técnico-Administrativos em Educação.

METODOLOGIA

Esta pesquisa configura-se como um estudo qualitativo de natureza exploratória e descritiva, conduzido por meio de levantamento bibliográfico e documental. O período de realização da pesquisa e da coleta das informações utilizadas no estudo concentrou-se integralmente ao longo do primeiro semestre de 2026. O corpus documental analisado incluiu a legislação federal que rege a carreira dos TAEs, as diretrizes do Decreto nº 9.991/2019 e a literatura acadêmica recente sobre a Nova Gestão Pública. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo por categorização temática, o que permitiu confrontar as metas de desempenho estabelecidas pelas normativas com as oportunidades reais de crescimento profissional descritas nos relatórios de gestão das universidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados bibliográficos e normativos demonstra que a aplicação do Decreto nº 9.991/2019 nas universidades federais ainda esbarra em fortes traços da cultura burocrática tradicional. Os resultados apontam que, embora os planos de desenvolvimento de pessoas prevejam o mapeamento de lacunas de competência, os critérios de progressão na carreira continuam fortemente atrelados à mera contagem de tempo de serviço e à apresentação de certificados de cursos genéricos, sem uma avaliação real do impacto dessa formação nas atividades cotidianas do servidor. Essa desconexão estrutural corrobora as críticas de Moraise (2020) sobre a necessidade de reconhecer os TAEs como agentes centrais para a eficiência das universidades, demonstrando que a falta de canais institucionais para a aplicação das novas competências adquiridas gera frustração e desengajamento na força de trabalho técnica.

Ademais, os achados indicam que o sucesso da gestão por competências nas IFES depende diretamente da criação de um ambiente organizacional que estimule a criatividade e a autonomia. Quando o mapeamento de competências é conduzido de forma estritamente punitiva ou fiscalizatória, ele perde seu caráter transformador e passa a ser visto pelos servidores como mais um rito burocrático acessório. Conforme as formulações de Carvalho (2021), as competências só operam como fatores de inovação no setor público se houver uma liderança democrática capaz de descentralizar decisões e valorizar as aptidões individuais.

A articulação dessas evidências com o referencial teórico adotado revela que a efetiva valorização dos TAEs passa pela superação do modelo formalista. Torna-se imperioso transformar a gestão por competências em uma ferramenta viva de planejamento estratégico que dialogue com as trajetórias individuais dos servidores, promovendo a mobilidade interna, o bem-estar no trabalho e uma circulação de saberes que resulte na melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação da gestão por competências nas Instituições Federais de Ensino configura-se como um componente indispensável para o aperfeiçoamento dos processos públicos e para a valorização dos Técnico-Administrativos em Educação. O estudo demonstra que a capacitação continuada não deve ser enxergada como um rito acessório ou uma mera obrigação legal, mas como um mecanismo vivo de circulação de saberes que potencializa a eficiência administrativa.

Para que o modelo produza os resultados esperados, as instituições de ensino superior precisam superar o tradicionalismo burocrático e investir na estruturação de planos de acolhimento e desenvolvimento individualizados. Reconhecer as aptidões dos TAEs e criar zonas de segurança psicológica para a aplicação de soluções inovadoras diminui o medo do erro e rompe com o conformismo técnico, transformando a mobilidade e o crescimento profissional em ferramentas de excelência organizacional comprometidas com o interesse público.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos de Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Brasília, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, 2019.

CARVALHO, Alessandro. **Gestão de pessoas no setor público: as competências como fator de inovação**. Revista de Administração Contemporânea, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 112-125, 2021.

MORAISE, Clarissa. **O papel dos técnico-administrativos na eficiência das universidades federais**. Revista Gestão e Secretariado, Curitiba, v. 11, n. 3, p. 45-62, 2020.

O TEMPO COMO RISCO: O IMPACTO DA MOROSIDADE ADMINISTRATIVA NO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS CONTRATAÇÕES DE TIC

Alessandra Marques Naves¹.

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Goiânia, Goiás.

<http://lattes.cnpq.br/0501626890047334>

PALAVRAS-CHAVE: Contratações Públicas. Governança Pública. Gestão de Riscos.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/3

INTRODUÇÃO

A eficiência nas contratações públicas adquiriu centralidade na modernização administrativa brasileira, especialmente após a Lei nº 14.133/2021, que posicionou a governança e a gestão de riscos como pilares contratuais (BRASIL, 2021). Contudo, a realidade institucional ainda revela severos gargalos procedimentais (TCU, 2020).

Essa realidade é crítica nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), onde a infraestrutura tecnológica fundamenta o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão. Tal dependência torna as aquisições de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) vulneráveis a riscos mercadológicos, como rupturas em cadeias globais de suprimentos e volatilidade cambial.

Embora a literatura sobre contratações públicas enfatize riscos relacionados ao mercado, à governança e à execução contratual, ainda são escassos os estudos que tratam o tempo administrativo como variável capaz de comprometer a efetividade das contratações. Diante disso, este estudo analisa como a duração dos processos influencia o desempenho das aquisições de TIC em uma IFES, sob a premissa de que o transcurso do tempo configura elemento crítico para a governança pública.

OBJETIVO

Analisar de que forma a duração dos processos administrativos influencia os resultados das aquisições de TIC em uma Instituição Federal de Ensino Superior, considerando sua interação com variáveis de mercado e riscos associados.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos, desenvolvida por meio de estudo de caso múltiplo e análise

documental. O uso do estudo de caso mostrou-se adequado por possibilitar a compreensão aprofundada de fenômenos contemporâneos inseridos em seu contexto real, especialmente quando os limites entre fenômeno e contexto não são claramente definidos (YIN, 2018).

O estudo foi realizado em uma IFES brasileira, mantida sob anonimato por critérios éticos. A análise documental foi conduzida entre março e maio de 2026, abrangendo processos administrativos relacionados à aquisição de unidades de armazenamento SSD (*Solid State Drive*), realizados entre outubro de 2023 e fevereiro de 2026.

Os dados foram coletados em portais oficiais de transparência, em conformidade com a Lei nº 12.527/2011 (BRASIL, 2011). A seleção ocorreu por amostragem intencional, considerando processos que apresentaram evidências documentais de impacto temporal sobre a viabilidade da contratação. A análise foi estruturada em três dimensões: (i) duração do processo de contratação; (ii) variações de mercado durante a tramitação; e (iii) efeitos dessas variações sobre o desfecho contratual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caso 1 — Ruptura de cadeia de suprimentos em contratação direta

O primeiro caso trata de uma dispensa eletrônica de outubro de 2023 para compra de SSDs NVMe, homologada em dezembro de 2023. Apesar do cumprimento estrito do rito legal, o fornecedor declinou do objeto devido à indisponibilidade do produto nos mercados nacional e internacional. O evento evidencia o impacto direto de fatores externos relacionados à cadeia global de suprimentos sobre a efetividade das contratações públicas de TIC (OECD, 2020).

Caso 2 — Impacto de variação cambial em adesão à ata de registro de preços

O segundo caso envolve a adesão a uma ata de registro de preços em agosto/2024 para aquisição de SSDs. Durante a tramitação processual, a significativa valorização da moeda estrangeira elevou os custos de importação dos SSDs, comprometendo a manutenção das condições econômicas originalmente consideradas pelo fornecedor. Ao final do procedimento, a empresa fornecedora declarou inviabilidade econômica para executar o objeto, em razão da alteração substancial das condições de mercado em relação à proposta originalmente registrada em janeiro de 2024 no pregão referente a essa adesão.

Caso 3 — Ineficiência competitiva e perda de aderência do certame

O terceiro caso versa sobre um pregão eletrônico para SSDs cujo ciclo processual superou um ano entre a pesquisa de preços e o julgamento, com início em janeiro/2025 e finalização em fevereiro/2026. Embora conduzido em conformidade com as normas aplicáveis, o certame não resultou em contratação em razão da inabilitação de fornecedor

e da desclassificação técnica das propostas. A dilação temporal reduziu a competitividade efetiva, pois as condições editalícias tornaram-se desalinhadas em relação ao mercado.

Este fenômeno reforça que o tempo administrativo atua como variável estruturante na eficiência das contratações de TIC. A análise da eficiência deve integrar aspectos formais, a dinâmica de mercado e os riscos da tramitação (TCU, 2020; OECD, 2020). Em tecnologia, o tempo configura um fator de risco ativo. Em suma, nos setores de alta volatilidade, o tempo é uma variável crítica na aderência entre planejamento e execução, submetendo a Administração a propostas defasadas no momento da emissão da nota de empenho.

Amparada pela Constituição Federal e pela Lei nº 14.133/2021, a Teoria da Imprevisão salvaguarda o equilíbrio econômico-financeiro contratual diante de alterações fáticas substanciais (BRASIL, 2021). A doutrina ratifica a legitimidade da revisão e do reajuste nesses contextos, exigindo a comprovação efetiva do prejuízo à execução (DI PIETRO, 2024; OLIVEIRA, 2023).

Nos Casos 1 e 2, o enquadramento teórico fundamenta-se em fatores externos tradicionalmente reconhecidos pela doutrina: a escassez de insumos configura força maior (Caso 1) e a flutuação cambial caracteriza fato econômico superveniente que rompe a equação financeira de itens importados (Caso 2). Já o Caso 3 apresenta a principal contribuição deste estudo ao demonstrar que a dilação excessiva do rito administrativo, embora endógena, produz impactos comparáveis aos observados em crises internacionais. A morosidade interna desalinha o edital da realidade mercadológica, evidenciando que a instabilidade contratual decorre também dos gargalos burocráticos da Administração Pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do estudo indicam que a morosidade administrativa constitui fator crítico para o desempenho das contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação em contextos de alta volatilidade de mercado. Verifica-se que a efetividade das contratações públicas não depende exclusivamente da conformidade jurídica dos procedimentos, mas também da capacidade institucional de reduzir o tempo de tramitação e responder de forma tempestiva às mudanças do ambiente externo.

Do ponto de vista teórico, o estudo sugere a incorporação do tempo administrativo como variável explicativa de risco nas contratações públicas. Do ponto de vista prático, reforça-se a necessidade de aprimoramento dos fluxos administrativos, com vistas à maior aderência entre planejamento, execução e condições reais de mercado.

Nesse contexto, reconhecer o tempo administrativo como fator de risco constitui importante contribuição para o aprimoramento da governança e da efetividade das contratações públicas.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 37. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

OECD. **Government Procurement Guidelines**. Paris: OECD Publishing, 2020.

OLIVEIRA, Rafael Sérgio Lima de. **Gestão de Riscos nas Contratações Públicas**. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Referencial Básico de Gestão de Riscos**. 2. ed. Brasília, DF: TCU, 2020.

YIN, Robert K. **Case Study Research and Applications: Design and Methods**. 6. ed. Los Angeles: SAGE Publications, 2018.

**ÁREA TEMÁTICA:
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAI
E CARREIRA DOS TAEs**

PCCTAE: CARREIRA DE PASSAGEM? UM ESTUDO SOBRE EVASÃO FUNCIONAL EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Willian Silva Coutinho¹; Carol Ane de Oliveira Teixeira²; Edilma Soares Ferenzini Moura³.

¹Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG. <http://lattes.cnpq.br/0578485495259014>

²Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG. <http://lattes.cnpq.br/0697936218786842>

³Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG. <http://lattes.cnpq.br/6269629310544122>

PALAVRAS-CHAVE: PCCTAE. Rotatividade. Carreiras públicas.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as carreiras públicas federais passaram por mudanças relevantes em seus padrões de permanência e mobilidade funcional, alterando a relação tradicional entre estabilidade estatutária e permanência institucional. Embora a estabilidade historicamente tenha sido associada à permanência institucional prolongada, estudos contemporâneos demonstram crescimento de fenômenos relacionados à rotatividade, evasão funcional e migração intercarreiras, especialmente em cargos intermediários da administração pública federal (BERGUE, 2007; CASTRO; OLIVEIRA, 2025; GUERRA; MATTOS; CORRÊA, 2020; MOBLEY, 1982).

Nesse contexto, o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), instituído pela Lei nº 11.091/2005, assume posição particularmente relevante. A carreira constitui um dos principais pilares de sustentação administrativa das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), sendo responsável pelo suporte técnico, operacional e administrativo necessário ao funcionamento das universidades federais brasileiras. Contudo, paralelamente à sua consolidação institucional, a literatura recente vem indicando possíveis dificuldades de retenção funcional na carreira, sobretudo em seus níveis iniciais.

Pesquisas recentes apontam que cargos técnico-administrativos das IFES passaram a ser frequentemente utilizados como mecanismos transitórios de ingresso no serviço público federal, funcionando, por vezes, como “carreiras de passagem” - expressão frequentemente associada à lógica dos chamados “concursos escada” -, para migração posterior a carreiras consideradas mais atrativas do ponto de vista remuneratório, funcional ou simbólico (CASTRO; OLIVEIRA, 2025). Tal fenômeno se insere em um contexto mais amplo de competição intercarreiras no interior do próprio Estado, no qual diferentes órgãos

disputam a retenção de servidores qualificados.

A literatura sobre turnover organizacional e retenção no setor público demonstra que a evasão funcional não decorre exclusivamente de fatores salariais. Aspectos relacionados ao reconhecimento institucional, às perspectivas de progressão, à valorização funcional e à atratividade relativa das carreiras públicas também exercem influência significativa sobre a permanência dos servidores (GUERRA; MATTOS; CORRÊA, 2020). No caso do PCCTAE, tais discussões tornam-se especialmente relevantes diante das assimetrias existentes entre carreiras do Executivo Federal e outras carreiras públicas de maior valorização remuneratória e institucional, como tribunais, fiscos, controladorias e agências reguladoras.

Embora o tema venha recebendo atenção crescente da literatura, ainda são limitados os estudos quantitativos voltados especificamente à evasão funcional no PCCTAE. Nesse sentido, a presente pesquisa busca contribuir para o debate sobre retenção institucional nas IFES, e utiliza dados de desligamentos por posse em cargo inacumulável da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) como recorte empírico para análise do fenômeno mais amplo.

OBJETIVO

Analisar a distribuição dos desligamentos por posse em cargo inacumulável na carreira PCCTAE, buscando identificar padrões de evasão funcional ao longo da progressão na carreira e discutir possíveis limitações de retenção institucional nas universidades federais brasileiras.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso de natureza aplicada, com abordagem quantitativa e objetivo descritivo-analítico. Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de pesquisa documental e levantamento de dados institucionais.

O estudo utilizou dados referentes aos 62 desligamentos de servidores técnico-administrativos da UFJF decorrentes de posse em outro cargo inacumulável entre 2020 e 2024, período de cinco anos anterior à reestruturação da carreira ocorrida em 01/01/2025. Os registros foram organizados segundo o nível de classificação do cargo (níveis D e E) e o posicionamento do servidor na estrutura de desenvolvimento funcional do PCCTAE (níveis 1 a 16).

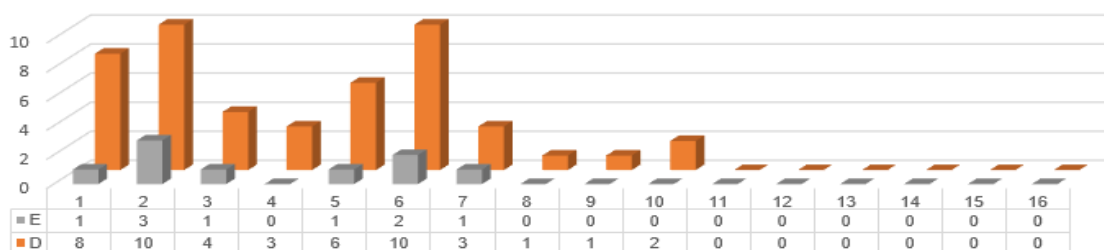
A análise concentrou-se na distribuição quantitativa das vacâncias ao longo da progressão funcional da carreira, buscando identificar padrões de concentração dos desligamentos. Os dados foram interpretados à luz da literatura sobre turnover organizacional, retenção de servidores públicos, atratividade de carreiras e mobilidade funcional no setor público. Para apoio na revisão linguística, organização textual e aprimoramento da clareza

argumentativa, foi utilizada ferramenta de inteligência artificial baseada em modelo de linguagem, sem substituição da análise crítica e interpretativa dos autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados demonstram predominância dos desligamentos nos níveis iniciais da estrutura do PCCTAE. Nos cargos de nível D - em geral, cargos de nível médio -, os maiores quantitativos ocorreram nos níveis 2 e 6 da carreira, ambos com dez desligamentos, além de oito ocorrências no nível 1. Após os níveis intermediários, observa-se redução significativa das vacâncias, tornando-se praticamente inexistentes nos níveis finais da estrutura funcional. Nos cargos de nível E, de nível superior, embora o quantitativo absoluto seja inferior, verifica-se comportamento semelhante de recorrência de evasão nos primeiros níveis da carreira.

Figura 1: Desligamentos por posse em cargo inacumulável.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Os dados sugerem que a evasão funcional não ocorre de maneira homogênea ao longo da carreira, apresentando comportamento concentrado justamente nos estágios iniciais de desenvolvimento funcional. Tal padrão reforça a hipótese de dificuldades de retenção institucional nos primeiros anos da trajetória dos servidores técnico-administrativos.

Do ponto de vista organizacional, os resultados indicam possível utilização estratégica do PCCTAE como mecanismo intermediário de mobilidade intercarreiras dentro do próprio serviço público federal. Como os desligamentos analisados decorrem especificamente de posse em outro cargo inacumulável, o fenômeno observado não representa abandono do serviço público, mas deslocamento funcional para outras carreiras estatais percebidas como mais vantajosas. Assim, os resultados sugerem a existência de dinâmica crescente de competição intercarreiras no interior do Estado brasileiro, especialmente entre estruturas burocráticas dotadas de diferentes níveis de valorização remuneratória, simbólica e funcional. Nesse cenário, as universidades federais passam a disputar retenção de servidores com órgãos pertencentes ao Judiciário, fiscos, controladorias, agências reguladoras e carreiras administrativas superiores.

Os resultados dialogam diretamente com os estudos de *turnover* organizacional desenvolvidos por Mobley (1982), segundo os quais o desligamento institucional decorre da percepção de alternativas mais vantajosas e da expectativa de ganhos associados à mudança organizacional. Além disso, a redução significativa da evasão nos níveis mais avançados da carreira aproxima-se dos modelos de comprometimento organizacional de Meyer e Allen (1997), indicando possível fortalecimento progressivo dos vínculos institucionais ao longo da permanência funcional.

Outro aspecto relevante refere-se à maior incidência de desligamentos nos cargos de nível D. Tal comportamento pode indicar menor atratividade relativa desses cargos, maior utilização como porta de entrada no serviço público federal e maior vulnerabilidade à mobilidade funcional para carreiras consideradas mais valorizadas.

Ainda que o levantamento empírico tenha sido realizado a partir de dados da Universidade Federal de Juiz de Fora, os resultados sugerem dinâmica potencialmente mais ampla relacionada à retenção funcional na carreira PCCTAE como um todo, especialmente diante da crescente mobilidade entre carreiras públicas federais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que os desligamentos por posse em cargo inacumulável no âmbito do PCCTAE apresentam forte concentração nos níveis iniciais da carreira, indicando possível dificuldade de retenção institucional nos primeiros estágios do desenvolvimento funcional. Os resultados sugerem que parte dos servidores técnico-administrativos ingressa no PCCTAE utilizando a carreira como etapa intermediária de mobilidade para outras carreiras mais atrativas.

Nesse sentido, o fenômeno da evasão funcional no PCCTAE deve ser compreendido menos como comportamento individual isolado e mais como expressão de uma dinâmica estrutural de competição intercarreiras no interior do próprio Estado brasileiro. Além disso, os achados reforçam a necessidade de aprofundamento de políticas institucionais voltadas à valorização e retenção dos servidores técnico-administrativos, especialmente nos primeiros anos de carreira, período em que os vínculos organizacionais ainda se encontram em consolidação.

Por fim, o estudo contribui para ampliar o debate sobre sustentabilidade organizacional das carreiras públicas federais e gestão de pessoas nas IFES, e sugere-se novas pesquisas quantitativas e comparativas envolvendo diferentes universidades, bem como, para o PCCTAE, sobre o grau de efetividade da reestruturação ocorrida em 2025 para a permanência na carreira.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de pessoas em organizações públicas**. 2ª ed. Caxias do

Sul: Educs, 2007. 432 p.

CASTRO, Marco Aurélio Amaral de; OLIVEIRA, Kamila Pagel de. Carreiras em modo sui generis: um estudo das carreiras de servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs). **Revista de Carreiras e Pessoas**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 251–269, 2025. DOI: 10.23925/recape.v15i2.62149. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ReCaPe/article/view/62149>. Acesso em: 12 maio. 2026.

GUERRA, Maria Helena Tavares da Silva; MATTOS, Carlos André Corrêa de; CORRÊA, Alessandro de Castro. Políticas e práticas de gestão de pessoas e intenção de rotatividade: um estudo no Instituto Federal do Pará (Brasil). **Revista de Carreiras e Pessoas**, [S. l.], v. 10, n. 3, 2020. DOI: 10.20503/recape.v10i3.45130. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ReCaPe/article/view/45130>. Acesso em: 12 maio. 2026.

MEYER, John P.; ALLEN, Natalie J. **Commitment in the workplace: theory, research and application**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1997.

MOBLEY, William H. **Employee turnover: causes, consequences and control**. Reading: Addison-Wesley, 1982.

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E CARREIRA DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO: A ATUAÇÃO DA DCEP NA UFRN

Julie Idália Araujo Macêdo¹; Buena Bruna Araujo Macêdo².

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN. <http://lattes.cnpq.br/6002660768622458>

²Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN. <http://lattes.cnpq.br/0681855287636843>

PALAVRAS-CHAVE: Capacitação. Desenvolvimento Profissional. TAEs.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento profissional dos servidores técnico-administrativos em educação (TAEs) constitui elemento fundamental para o fortalecimento das instituições públicas de ensino superior, especialmente diante das transformações sociais, tecnológicas e organizacionais que impactam o ambiente universitário. Nesse contexto, a qualificação contínua dos servidores torna-se indispensável para a melhoria da gestão universitária, da qualidade dos serviços prestados e da valorização profissional.

Nas universidades federais, as políticas de capacitação e desenvolvimento profissional assumem papel estratégico na construção de carreiras mais qualificadas, democráticas e alinhadas às demandas institucionais. A formação continuada dos TAEs contribui não apenas para o aprimoramento técnico, mas também para o fortalecimento das competências humanas, administrativas e organizacionais necessárias ao exercício das funções públicas.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Divisão de Capacitação e Educação Profissional (DCEP), vinculada à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP), destaca-se como unidade responsável pelo planejamento e execução das ações de capacitação destinadas aos servidores técnico-administrativos, docentes e gestores da instituição. Além das ações formativas, a DCEP também realiza a análise e gestão de processos de progressão, incentivo à qualificação e afastamento para capacitação dos técnicos-administrativos, contribuindo diretamente para o desenvolvimento da carreira e valorização profissional dos servidores.

As ações promovidas pela DCEP evidenciam o compromisso institucional da UFRN com a educação permanente e com a construção de políticas de gestão de pessoas voltadas ao crescimento profissional e ao fortalecimento da universidade pública. Dessa forma, discutir o papel da DCEP torna-se relevante para compreender como as políticas institucionais de capacitação impactam o desenvolvimento profissional e a trajetória dos

servidores técnico-administrativos em educação.

OBJETIVO

Analisar a atuação da Divisão de Capacitação e Educação Profissional (DCEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), destacando sua contribuição para o desenvolvimento profissional, valorização e progressão na carreira dos servidores técnico-administrativos em educação.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada e objetivo descritivo. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, desenvolvida a partir da análise de documentos institucionais, legislações e informações disponibilizadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte sobre as políticas de capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores técnico-administrativos em educação. Segundo Chizzotti (2017), a pesquisa qualitativa possibilita compreender fenômenos institucionais e sociais a partir da análise interpretativa das práticas, relações e significados construídos pelos sujeitos envolvidos. Optou-se por essa abordagem devido à possibilidade de compreender a atuação da DCEP no contexto das políticas de gestão de pessoas e desenvolvimento profissional da UFRN. Foram analisados documentos institucionais relacionados às ações da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP), informações publicadas no Portal da UFRN, normas relacionadas à carreira dos técnico-administrativos em educação e produções acadêmicas sobre desenvolvimento profissional no serviço público federal. A análise dos dados foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin, possibilitando a identificação de categorias relacionadas às políticas de capacitação, desenvolvimento profissional e valorização da carreira dos servidores técnico-administrativos em educação no contexto da UFRN.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos institucionais e das informações disponibilizadas pela UFRN evidencia que a atuação da Divisão de Capacitação e Educação Profissional (DCEP) possui papel estratégico no fortalecimento das políticas de desenvolvimento profissional dos servidores técnico-administrativos em educação.

As ações desenvolvidas pela DCEP abrangem cursos de capacitação, oficinas, programas de desenvolvimento gerencial, ações de educação continuada e acompanhamento dos processos relacionados à progressão por capacitação profissional, incentivo à qualificação e afastamento para capacitação. Essas iniciativas contribuem diretamente

para a valorização dos servidores, promovendo atualização profissional, aperfeiçoamento das competências técnicas e fortalecimento das práticas institucionais.

Observa-se que a política de capacitação desenvolvida pela UFRN está alinhada às diretrizes da administração pública federal, especialmente às políticas de desenvolvimento de pessoas no serviço público, que reconhecem a formação continuada como instrumento essencial para a melhoria da eficiência administrativa e da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Além do aspecto técnico, as ações promovidas pela DCEP também favorecem o desenvolvimento humano e institucional, estimulando a participação dos servidores em processos formativos voltados à gestão, liderança, inovação, comunicação e qualidade de vida no trabalho. Dessa forma, a capacitação deixa de ser compreendida apenas como requisito funcional e passa a constituir elemento fundamental para a construção de trajetórias profissionais mais qualificadas e participativas.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à contribuição da DCEP para a consolidação da carreira dos TAEs, especialmente no que diz respeito ao incentivo à qualificação e aos processos de progressão funcional. A atuação da divisão auxilia os servidores no acesso às políticas de desenvolvimento profissional previstas na legislação da carreira, fortalecendo a valorização profissional e o reconhecimento institucional.

Nesse contexto, percebe-se que a atuação da DCEP ultrapassa a dimensão administrativa, configurando-se como importante instrumento de gestão de pessoas e de fortalecimento institucional da universidade pública, uma vez que servidores qualificados tendem a contribuir de forma mais efetiva para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu compreender a relevância da Divisão de Capacitação e Educação Profissional (DCEP) da UFRN no desenvolvimento profissional e na valorização da carreira dos servidores técnico-administrativos em educação. As ações de capacitação, acompanhamento funcional e incentivo à qualificação desenvolvidas pela divisão demonstram o compromisso institucional da universidade com a formação continuada e com o fortalecimento das políticas de gestão de pessoas.

Verificou-se que as iniciativas promovidas pela DCEP contribuem significativamente para o aprimoramento das competências profissionais dos servidores, para a melhoria dos serviços institucionais e para o fortalecimento da carreira dos TAEs no âmbito da universidade pública federal.

Além disso, destaca-se que o investimento em políticas de capacitação e desenvolvimento profissional representa importante estratégia para o fortalecimento institucional das universidades, favorecendo ambientes organizacionais mais qualificados,

democráticos e alinhados às demandas contemporâneas da administração pública.

Por fim, compreende-se que a valorização dos técnico-administrativos em educação, por meio de políticas permanentes de desenvolvimento profissional, constitui elemento essencial para a consolidação de uma gestão universitária eficiente, participativa e comprometida com a qualidade da educação pública.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 29 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. **Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE)**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 13 jan. 2005.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020–2029**. Natal: UFRN, 2020.

[Universidade Federal do Rio Grande do Norte \(UFRN\)](#). Acesso em: 26 maio 2026.

[Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFRN \(PROGESP\)](#). Acesso em: 26 maio 2026.

Divisão de Capacitação e Educação Profissional (DCEP/UFRN). Acesso em: 26 maio 2026.

RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS TAES: REFLEXÕES SOBRE A RECONFIGURAÇÃO DA CARREIRA

Deborah Guedes Martins de Paula¹; Maria Lúcia Marcon Benicá de Moraes²; Willian Silva Coutinho³.

¹Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/2288218364082086>

²Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/0153416600212391>

³Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/0578485495259014>

PALAVRAS-CHAVE: Reconhecimento de Saberes e Competências. PCCTAE. Formação continuada.

INTRODUÇÃO

A recente reconfiguração normativa da carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs) introduz novas perspectivas para a valorização profissional no âmbito das Instituições Federais de Ensino. As alterações promovidas pela Lei nº 15.141/2025 e aprofundadas pela Lei nº 15.367/2026 produziram mudanças relevantes no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), especialmente no que se refere à criação do Reconhecimento de Saberes e Competências para o PCCTAE (RSC-PCCTAE), à redefinição dos mecanismos de desenvolvimento funcional e à instituição da Aceleração da Progressão por Capacitação (Brasil, 2025; Brasil, 2026).

Notadamente, a criação do RSC-PCCTAE modifica de maneira significativa os parâmetros tradicionais de valorização profissional na carreira, ao incorporar experiências institucionais e saberes construídos no cotidiano do trabalho como elementos passíveis de reconhecimento formal (Bergue, 2019; Brasil, 2026). A mudança sinaliza deslocamento importante na forma como o desenvolvimento profissional passa a ser compreendido no âmbito da carreira técnico-administrativa, ampliando os critérios de reconhecimento para além da formação estritamente certificatória.

Historicamente, a formação continuada ocupou posição central no desenvolvimento funcional dos TAEs, especialmente por meio da progressão por capacitação, mecanismo que estimulava a realização de cursos e atividades formais de qualificação (Brasil, 2005). Embora esse modelo tenha contribuído para ampliação do acesso à capacitação, também consolidou práticas fortemente vinculadas à lógica do acúmulo de certificados como requisito para evolução funcional.

A introdução da Aceleração da Progressão por Capacitação reconfigura parcialmente essa dinâmica ao alterar a lógica temporal anteriormente estabelecida no PCCTAE (Brasil, 2025). Paralelamente, o RSC-PCCTAE amplia as possibilidades de reconhecimento institucional ao considerar experiências profissionais, participação em projetos, atuação em espaços de gestão, produção técnica e conhecimentos construídos na prática cotidiana do trabalho (Brasil, 2026).

Essa perspectiva aproxima-se de Tardif (2014), para quem os saberes profissionais não se constituem exclusivamente em espaços formais de ensino, mas também nas experiências vivenciadas no exercício cotidiano das atividades profissionais. De maneira semelhante, Dubar (2005) compreende que os processos de construção da identidade profissional estão diretamente relacionados às formas de reconhecimento institucional e social atribuídas às trajetórias de trabalho.

No campo da gestão pública, Bergue (2019) destaca que os processos contemporâneos de desenvolvimento de pessoas demandam modelos de valorização profissional mais articulados às competências institucionais, à aprendizagem organizacional e às necessidades concretas das organizações públicas. Sob essa perspectiva, o debate sobre o RSC-PCCTAE ultrapassa a dimensão estritamente remuneratória, alcançando questões relacionadas à valorização simbólica do trabalho técnico-administrativo e ao próprio papel dos TAEs na estrutura universitária.

Diante desse cenário, torna-se necessário refletir sobre os impactos dessas transformações na dinâmica da formação continuada e na própria identidade profissional dos Técnicos-Administrativos em Educação, especialmente considerando os desafios institucionais decorrentes da implementação de novos mecanismos de reconhecimento e desenvolvimento funcional (Dubar, 2005; Tardif, 2014).

OBJETIVO

Analisar de que forma a coexistência entre a Aceleração da Progressão e o RSC-PCCTAE repercute sobre a formação continuada dos Técnicos-Administrativos em Educação, problematizando seus efeitos sobre os processos de desenvolvimento profissional na carreira.

METODOLOGIA

Este estudo possui natureza aplicada, com abordagem qualitativa, caráter exploratório e analítico-interpretativo, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental, realizada no período de abril a maio de 2026. A análise se concentra na interpretação normativa da legislação que estrutura o PCCTAE, com ênfase nas alterações promovidas na Lei nº 11.091/2005 pelas Leis nº 15.141/2025 e nº 15.367/2026, articulando-se à literatura sobre formação continuada, reconhecimento institucional e políticas de desenvolvimento

profissional na educação pública federal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

À primeira vista, as mudanças recentes na estrutura de desenvolvimento funcional poderiam ser interpretadas como redução dos incentivos à capacitação formal. Entretanto, a análise indica movimento mais complexo, marcado pela redefinição dos próprios sentidos atribuídos à formação continuada.

Nesse cenário, o RSC-PCCTAE assume papel estratégico ao ampliar os critérios de valorização profissional para além da certificação formal, reconhecendo experiências construídas no exercício da atividade técnico-administrativa, na participação institucional e na produção de conhecimentos aplicados. Tal movimento aproxima-se da compreensão de que os processos formativos ultrapassam a lógica exclusivamente certificatória, incorporando experiências socialmente construídas e institucionalmente reconhecidas (Bergue, 2019; Dubar, 2005; Tardif, 2014).

A nova configuração normativa também sugere alteração importante na forma como o desenvolvimento profissional passa a ser compreendido no âmbito das Instituições Federais de Ensino. Se anteriormente a formação continuada era frequentemente associada ao acúmulo de cursos necessários à progressão funcional, o RSC-PCCTAE introduz perspectiva mais ampla de valorização dos percursos profissionais e das experiências construídas ao longo da trajetória institucional.

Nesse contexto, atividades relacionadas à participação em comissões, projetos institucionais, ações de extensão, processos de gestão e produção técnica passam a assumir maior relevância como elementos formativos e passíveis de reconhecimento institucional. Tal mudança aproxima-se da compreensão de que os saberes profissionais são produzidos não apenas em espaços formais de capacitação, mas também nas práticas cotidianas de trabalho e nas interações organizacionais (Tardif, 2014).

Além disso, a valorização de experiências construídas no cotidiano institucional tende a fortalecer processos de pertencimento e reconhecimento profissional entre os TAEs. Conforme argumenta Dubar (2005), as identidades profissionais são constituídas por processos sociais de reconhecimento e legitimação das trajetórias individuais no interior das instituições. Assim, o RSC-PCCTAE pode contribuir para ampliar a visibilidade institucional do trabalho técnico-administrativo e para reforçar sua importância estratégica no funcionamento das universidades federais.

Desse modo, o Reconhecimento de Saberes e Competências pode atuar como elemento de transformação da lógica formativa anteriormente predominante, estimulando percursos de qualificação mais consistentes, críticos e vinculados às demandas institucionais. A mudança aponta para a valorização de repertórios profissionais construídos ao longo da trajetória funcional, favorecendo práticas formativas mais integradas às realidades

institucionais.

Por outro lado, a implementação do RSC-PCCTAE também impõe desafios às instituições, especialmente no que se refere à construção de critérios avaliativos transparentes e capazes de contemplar a diversidade de trajetórias presentes na carreira técnico-administrativa. A ausência de parâmetros claros pode gerar assimetrias institucionais e dificuldades relacionadas ao reconhecimento equilibrado das diferentes formas de atuação profissional.

Além disso, o novo cenário demanda fortalecimento das políticas de desenvolvimento de pessoas, de modo que a formação continuada não seja reduzida apenas à lógica do reconhecimento funcional, mas permaneça articulada às necessidades organizacionais, à qualificação dos serviços públicos e à valorização do trabalho desenvolvido nas IFEs (Bergue, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a implementação do RSC-PCCTAE produz mudanças relevantes na lógica de desenvolvimento funcional dos Técnicos-Administrativos em Educação, ao ampliar os mecanismos de valorização profissional para além da certificação formal. As alterações recentes indicam tendência de reconhecimento mais abrangente das experiências institucionais e dos saberes construídos no exercício cotidiano da atividade técnico-administrativa.

Percebe-se, nesse contexto, que os processos formativos tendem a assumir configuração mais articulada às experiências institucionais, às práticas organizacionais e aos conhecimentos produzidos no cotidiano do trabalho. Tal movimento aproxima-se da compreensão de que os saberes profissionais são construídos também nas trajetórias e interações desenvolvidas no ambiente institucional, e não apenas em espaços formais de capacitação.

Ao mesmo tempo, o novo cenário normativo evidencia a necessidade de fortalecimento das políticas institucionais de desenvolvimento de pessoas, especialmente no que se refere à construção de critérios de reconhecimento capazes de contemplar a diversidade de trajetórias presentes na carreira técnico-administrativa.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de pessoas em organizações públicas**. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. **Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação**. Brasília, DF:

Presidência da República, 2005.

_____. Lei nº 15.141, de 2025. **Altera dispositivos relativos à carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação**. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

_____. Lei nº 15.367, de 2026. **Institui o Reconhecimento de Saberes e Competências para o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e altera dispositivos da Lei nº 11.091/2005**. Brasília, DF: Presidência da República, 2026.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

‘MUSEUS UNIVERSITÁRIOS COMO ESPAÇO DE SABERES E COMPETÊNCIAS: PRÁTICAS MUSEOLÓGICAS NA VALORIZAÇÃO DOS TAEs

Maria do Socorro de Oliveira Cordeiro¹.

¹Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco, Acre. https://wwws.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=F1280DBF0679C68A449A4874A00A1680#

PALAVRAS-CHAVE: Museus. Educação patrimonial. TAEs.

INTRODUÇÃO

Os museus universitários desempenham papel estratégico na preservação da memória institucional e regional, constituindo-se como espaços de produção, difusão e democratização do conhecimento. Além da salvaguarda de acervos, essas instituições promovem ações de educação patrimonial que fortalecem os vínculos entre universidade e sociedade, contribuindo para a valorização das identidades culturais e para a formação cidadã (PACHECO, 2010; SILVA et al., 2020).

Nesse contexto, os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) que atuam em museus, arquivos e centros de documentação exercem funções fundamentais relacionadas à preservação, organização e difusão do patrimônio cultural. Suas atividades envolvem competências técnicas, educativas e culturais que ultrapassam o âmbito administrativo, contribuindo para o fortalecimento das ações de ensino, pesquisa e extensão e para a valorização da memória institucional (PINTO; GOMES, 2024).

A gestão e a preservação de acervos documentais constituem parte importante dessas práticas, uma vez que a organização, descrição e disponibilização de documentos contribuem para a construção e difusão da memória institucional. Conforme Jardim (1996), os arquivos participam ativamente dos processos de construção da memória social, evidenciando que as práticas de preservação documental extrapolam procedimentos técnicos e assumem relevante dimensão cultural e informacional.

O Museu Universitário da Universidade Federal do Acre (MU-UFAC), por meio da Coleção de Documentos Históricos (CDH), constitui um importante espaço de preservação documental e desenvolvimento de ações voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão. As práticas museológicas desenvolvidas nesse contexto abrangem atividades de higienização, organização, catalogação, descrição e acondicionamento documental, além do atendimento a pesquisadores e da realização de ações de educação patrimonial.

Diante desse contexto, o presente trabalho discute as práticas museológicas desenvolvidas no Museu Universitário da UFAC e suas contribuições para a valorização dos Técnicos Administrativos em Educação, para a preservação da memória institucional e regional e para o fortalecimento da integração entre universidade e sociedade. As reflexões apresentadas dialogam com pesquisas desenvolvidas no âmbito de um projeto de mestrado em andamento, que contribui para a sistematização e análise crítica das experiências vivenciadas no espaço museológico.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é analisar as práticas museológicas desenvolvidas no MU-UFAC, especialmente junto à CDH, evidenciando suas contribuições para a valorização dos Técnicos Administrativos em Educação, para a preservação da memória institucional e regional e para o fortalecimento da integração entre universidade e sociedade.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza aplicada e com objetivos exploratórios. Adotou-se o estudo de caso como procedimento metodológico, tendo como objeto de análise as práticas desenvolvidas no MU-UFAC, na Coleção de Documentos Históricos, no período compreendido entre 2019 e 2026.

O estudo fundamenta-se em uma abordagem de pesquisa participante, considerando a inserção da pesquisadora nas atividades desenvolvidas no espaço museológico. Essa condição possibilitou acompanhar diretamente processos de preservação documental, organização de acervos e desenvolvimento de ações educativas voltadas à educação patrimonial.

A coleta de dados foi realizada por meio da análise documental de relatórios institucionais, registros de atividades e projetos de extensão, complementada pela observação participante das práticas museológicas desenvolvidas no período investigado.

A análise dos dados ocorreu de forma interpretativa, buscando identificar como as ações realizadas contribuíram para a valorização dos Técnicos Administrativos em Educação, para a preservação da memória institucional e regional e para o fortalecimento da integração entre universidade e sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das práticas desenvolvidas no MU-UFAC, na CDH, evidencia a relevância da atuação dos TAEs para a preservação da memória institucional e regional. As atividades realizadas no período investigado envolveram ações de higienização, organização, catalogação, descrição e acondicionamento documental, além do atendimento a

pesquisadores, apoio a projetos de extensão e desenvolvimento de atividades de educação patrimonial.

Essas práticas contribuíram para ampliar o acesso ao acervo documental, assegurando melhores condições de preservação e consulta dos documentos históricos sob guarda da instituição. Além disso, possibilitaram a produção e circulação de conhecimentos sobre a história da UFAC e da sociedade acreana, fortalecendo o papel social da universidade ao articular ensino, pesquisa e extensão.

Os museus universitários constituem espaços privilegiados de diálogo entre universidade e sociedade, atuando como ambientes de preservação, pesquisa e difusão do patrimônio cultural (SILVA et al., 2020). Essa perspectiva se confirma na experiência do MU-UFAC, onde a preservação documental e as ações educativas têm fortalecido a identidade institucional e ampliado a integração com a comunidade.

No que se refere às ações educativas, Pacheco (2010) destaca que os museus possibilitam a construção de novos significados sobre o passado, favorecendo a formação de memórias coletivas e ampliando as possibilidades de aprendizagem histórica. No contexto da UFAC, as atividades realizadas na CDH têm promovido reflexões sobre a história local e regional, contribuindo para a educação patrimonial e para a aproximação de diferentes públicos com a universidade. Nesse sentido, arquivos e museus constituem espaços fundamentais para a promoção da cidadania e da educação patrimonial (Pinto; Gomes, 2021).

A experiência observada demonstra que a atuação dos TAEs envolve competências relacionadas à preservação documental, gestão da informação, atendimento ao público, mediação educativa e apoio às atividades acadêmicas.

A análise das atividades realizadas permitiu identificar quatro contribuições centrais das práticas museológicas desenvolvidas:

- Fortalecimento da preservação documental, por meio de ações de higienização, catalogação, descrição e acondicionamento dos documentos;
- Ampliação do acesso à informação, através do atendimento a pesquisadores e do suporte às atividades acadêmicas;
- Desenvolvimento de ações de educação patrimonial, aproximando a comunidade universitária e externa do patrimônio documental;
- Valorização da atuação dos TAEs, evidenciando a diversidade de competências mobilizadas na preservação e difusão da memória institucional.

Os resultados reforçam que os museus universitários não apenas preservam acervos, mas também se constituem como espaços de formação continuada, produção de conhecimento e reconhecimento da importância dos TAEs na construção da memória institucional e na promoção da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado no Museu Universitário da UFAC, especialmente junto à Coleção de Documentos Históricos, evidencia que os museus universitários são espaços estratégicos para a preservação da memória institucional e regional, para a promoção da educação patrimonial e para a valorização dos Técnicos Administrativos em Educação.

Através dos autores mencionados nesse trabalho, ficou evidente que universidade contemporânea deve articular ensino, pesquisa e extensão em práticas emancipadoras, reforçando que os museus são espaços de cidadania e memória, e a atuação dos TAEs no Museu Universitário da UFAC exemplifica essa função social.

Os resultados apontam que as práticas museológicas desenvolvidas no período analisado fortalecem a preservação documental, ampliam o acesso à informação e contribuem para a aproximação entre universidade e sociedade. Além disso, demonstram que os TAEs desempenham papel fundamental na gestão, preservação e difusão do patrimônio documental universitário.

Conclui-se que os museus universitários não apenas guardam acervos, mas se constituem como espaços de formação, cidadania e produção de conhecimento. A articulação entre experiência profissional e reflexão acadêmica contribui para o reconhecimento da atuação dos TAEs e para o fortalecimento das práticas institucionais voltadas à preservação da memória e à promoção da educação patrimonial.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 209-216, maio/ago. 1996. Disponível em: <https://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/821343/659-Texto-do-artigo-664-1-10-20160304.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2026.

PACHECO, R. Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museus e o ensino de história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 143-154, 2010. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/rbh/a/kzjDrTkL3qCWxkpX7bnwYdd/?format=pdf\(=pt\)](https://www.scielo.br/j/rbh/a/kzjDrTkL3qCWxkpX7bnwYdd/?format=pdf(=pt)). Acesso em: 21 maio 2026.

PINTO, L. A. L.; GOMES, P. R. Marcos teóricos em educação patrimonial: arquivos, museus, práticas e temporalidades. **Ágora: Arquivologia em Debate**, Florianópolis, v. 34, n. 69, p. 1-20, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1227/1116>. Acesso em: 21 maio 2026.

SILVA, C. M. da *et al.* Dossiê museus universitários: patrimônio, experiências e reflexões. **Revista CPC**, São Paulo, v. 15, n. 30 especial, p. 7-11, 2020. Disponível em: https://revistas.usp.br/cpc/pt_BR/article/view/182088/169185. Acesso em: 21 maio 2026.

A QUALIFICAÇÃO *STRICTO SENSU* COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS TAES NA UFPA

Hadriane de Nazaré Pinheiro Pombo¹.

¹Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará. <http://lattes.cnpq.br/7391701371194753>

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento profissional. TAEs. Qualificação *stricto sensu*

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/14

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento profissional tem assumido papel central nas discussões sobre gestão de pessoas, em razão de sua relação direta com as trajetórias de carreira, o desempenho no trabalho e a empregabilidade. Monteiro e Mourão (2017) destacam que o desenvolvimento profissional tem sido objeto de estudos em diferentes categorias profissionais e nas áreas da administração e da psicologia, em função da importância da aprendizagem contínua tanto para o desenvolvimento dos indivíduos quanto para o sucesso organizacional.

Nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), os Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs) desempenham funções essenciais ao funcionamento das universidades, demandando constante atualização de conhecimentos e desenvolvimento de competências técnicas, gerenciais e interpessoais. Machado (2024) ressalta que estudos sobre gestão de pessoas no serviço público federal apontam que o desenvolvimento profissional e a capacitação contínua constituem estratégias fundamentais para o fortalecimento das instituições públicas, uma vez que contribuem para a melhoria do desempenho organizacional e para a valorização do capital humano. Nesse contexto, a qualificação *stricto sensu*, por meio de programas de mestrado e doutorado, destaca-se como estratégia de desenvolvimento profissional, ao favorecer a ampliação de conhecimentos, habilidades e atitudes (Mourão, 2021). Sob essa perspectiva, a formação *stricto sensu* ultrapassa a dimensão da progressão funcional, constituindo-se como um instrumento de fortalecimento da autonomia intelectual, da capacidade crítica e da participação dos servidores nos processos organizacionais.

Na Universidade Federal do Pará (UFPA), a Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal (PROGEP) desenvolve políticas de qualificação voltadas à formação continuada dos servidores. Diante desse cenário, o presente estudo busca responder à seguinte questão: quais são os limites e as possibilidades da qualificação *stricto sensu* como estratégia de desenvolvimento profissional dos Técnicos-Administrativos em Educação da UFPA? A discussão mostra-se relevante por contribuir para o debate sobre

valorização profissional, formação continuada e desenvolvimento institucional no âmbito das universidades públicas.

OBJETIVO

Analisar os limites e as possibilidades da qualificação *stricto sensu* como estratégia de desenvolvimento profissional dos Técnicos-Administrativos em Educação da Universidade Federal do Pará.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza básica, com objetivos exploratórios e descritivos, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisadas produções científicas sobre desenvolvimento profissional, carreira, aprendizagem no trabalho e qualificação profissional, bem como documentos institucionais da Universidade Federal do Pará, dados secundários disponibilizados pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal (PROGEP), normativas relacionadas ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) e documentos referentes às políticas institucionais de qualificação. A análise fundamentou-se, principalmente, nas contribuições de Machado (2024), Mourão (2021), Monteiro e Mourão (2017), Oliveira (2017) e Chiavenato (2014). Os dados institucionais referem-se ao período mais recente disponível nos canais oficiais da UFPA, com destaque para informações de 2021, e foram analisados de forma interpretativa, considerando as relações entre formação continuada, desenvolvimento profissional, valorização da carreira e desenvolvimento institucional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura e dos documentos institucionais evidenciou que a qualificação *stricto sensu* constitui uma importante estratégia de desenvolvimento profissional dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs) da Universidade Federal do Pará, produzindo impactos tanto para os servidores quanto para a instituição. Entre as principais possibilidades identificadas, destacam-se a ampliação de conhecimentos, habilidades e atitudes (CHAs), o fortalecimento das competências profissionais, da autonomia intelectual e da capacidade de atuação crítica nos processos acadêmicos e administrativos, corroborando a perspectiva de Chiavenato (2014) sobre as organizações dependerem cada vez mais do capital humano para alcançar resultados sustentáveis, sendo fundamental investir na qualificação contínua dos trabalhadores.

No âmbito dessa discussão, as políticas institucionais de qualificação desenvolvidas pela UFPA reforçam essa perspectiva. Programas como o Programa de Apoio à Qualificação

de Servidores Docentes e Técnico-Administrativos (PADT) e o Programa de Auxílio à Qualificação (PROQUALI) demonstram o reconhecimento institucional da formação continuada como estratégia de valorização dos servidores e fortalecimento da universidade pública. Tal entendimento converge com a análise de Ferreira *et al.* (2012 apud Machado, 2024, p. 15), segundo a qual “investimentos em recursos humanos, como programas de capacitação contínua, são essenciais para garantir que os servidores tenham as habilidades necessárias para responder aos desafios emergentes”.

Além disso, dados institucionais publicados no site da UFPA indicam que, em 2021, dos 647 servidores matriculados em programas de mestrado, doutorado ou pós-doutorado, 355 eram TAEs, representando 55% do total de servidores em formação na organização. Com base nos dados institucionais, observa-se que os TAEs representam mais da metade dos servidores em formação na UFPA, o que evidencia a expressiva participação dessa categoria em processos de qualificação acadêmica e desenvolvimento profissional.

Os resultados também indicam que a formação *stricto sensu* pode contribuir para o fortalecimento da identidade profissional dos TAEs, uma vez que os processos formativos favorecem a articulação entre experiências profissionais, desenvolvimento de competências e reconhecimento institucional, conforme discutem Oliveira (2017) e Mourão (2021). Além disso, a qualificação pode ampliar oportunidades de valorização da carreira e favorecer maior participação dos servidores nos processos institucionais.

Entretanto, a análise revelou limites relacionados à conciliação entre trabalho e estudo, à carga excessiva de trabalho, às dificuldades para obter afastamento, às exigências burocráticas institucionais e à falta de mecanismos permanentes de valorização profissional. Tais desafios corroboram as discussões de Machado (2024), ao demonstrar que o desenvolvimento profissional depende não apenas da iniciativa individual dos servidores, mas também de condições organizacionais favoráveis. Observou-se ainda que, embora existam políticas de qualificação, persistem desafios quanto ao aproveitamento e à valorização dos conhecimentos produzidos pelos servidores após a conclusão dos cursos. Dessa forma, a efetividade da qualificação *stricto sensu* depende da ampliação de estratégias institucionais que favoreçam o acesso à formação, bem como o reconhecimento e a aplicação dos conhecimentos adquiridos no contexto organizacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualificação *stricto sensu* constitui uma importante estratégia de desenvolvimento profissional dos Técnicos-Administrativos em Educação da Universidade Federal do Pará, podendo contribuir para o aprimoramento de competências, fortalecimento da atuação institucional e valorização da carreira. O estudo evidenciou que a formação em nível de mestrado e doutorado contribui para a ampliação de conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores, favorecendo o desenvolvimento profissional e a participação institucional. Por outro lado, também foram identificados limites relacionados à sobrecarga laboral,

às dificuldades de conciliação entre trabalho e estudo, às restrições institucionais para qualificação e ao reconhecimento dos conhecimentos produzidos, os quais demonstram que o desenvolvimento profissional depende tanto da iniciativa individual quanto de políticas institucionais permanentes de incentivo e valorização da formação continuada.

Portanto, embora apresente limites e desafios que demandam atenção institucional, a qualificação *stricto sensu* representa um importante instrumento de fortalecimento institucional e valorização dos TAEs, sendo fundamental ampliar ações que favoreçam o acesso, a permanência e o aproveitamento dos conhecimentos produzidos pelos servidores qualificados. Nesse sentido, são necessárias futuras pesquisas que investiguem empiricamente as percepções dos próprios TAEs sobre os impactos da formação *stricto sensu* em suas trajetórias profissionais e na atuação institucional.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. **Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação**. Brasília: Presidência da República, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MACHADO, Elenira Firmo. **Estratégias e desafios na gestão de pessoas no serviço público federal: uma revisão bibliográfica**. Semana Acadêmica, Fortaleza, v. 12, n. 248, p. 2-32, 2024. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/elenira_firmo_machado_2024_normalizado.pdf. Acesso em: 29 maio 2026. DOI: <https://doi.org/10.35265/2236-6717-248-13012>.

MONTEIRO, A. C. F.; MOURÃO, Luciana. **Desenvolvimento profissional: a produção científica nacional e estrangeira**. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, Brasília, v. 17, n. 1, p. 39-45, 2017.

MOURÃO, Luciana. **Desenvolvimento profissional e de carreira**. In: OLIVEIRA-SILVA, Lígia Carolina; CAMPOS, Elziane Bouzada Dias (org.). Psicologia da carreira: fundamentos e perspectivas da Psicologia Organizacional e do Trabalho. São Paulo: Vetor, 2021. p. 149-171.

OLIVEIRA, Patricia Whebber Souza de. **Construção de identidades profissionais: da formação profissional à vivência da inserção no mercado de trabalho**. Revista Labor, [S. l.], v. 1, n. 6, p. 115–133, 2017. DOI: [10.29148/labor.v1i6.9306](https://doi.org/10.29148/labor.v1i6.9306). Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/labor/article/view/9306>. Acesso em: 28 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal. **Graduação e pós-graduação**. Belém: UFPA, 2026. Disponível em: <https://progep.ufpa.br/progep/graduacao-e-pos-graduacao.html>. Acesso em: 28 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal. **Programa de Auxílio à Qualificação (PROQUALI)**. Belém: UFPA, 2026. Disponível em: <https://www.progep.ufpa.br/progep/proquali.html>. Acesso em: 28 maio 2026.

HORA FICTA NÃO É ADICIONAL NOTURNO

Cícera dos Santos Gois Monteiro¹.

¹Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Recife, Pernambuco.

<http://lattes.cnpq.br/9080215495874534>

PALAVRAS-CHAVE: Hora ficta. Trabalho noturno. Termo de acordo PCCTAE.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/18

INTRODUÇÃO

Em 2024 os servidores das Instituições Federais de Ensino que laboram na jornada noturna obtiveram direito a contagem diferenciada da carga horária de trabalho no período compreendido entre 22h00 e 05h00, para efeitos de compensação de jornada pelo implemento da hora ficta. O Termo de Acordo de Greve 11/2024 foi firmado entre o governo federal e as entidades sindicais representativas da categoria dos Técnicos Administrativos da Educação Federal. A hora ficta, assim como o adicional noturno são direitos trabalhistas que estão previstos na CLT (art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho) e no Estatuto dos Servidores Públicos Federais (art. 75 da Lei 8.112 de 1990). A métrica de aferição para ambos os institutos é idêntica, vez que uma hora equivale a cinquenta e dois minutos e trinta segundos, contudo distintos nos seus efeitos. O adicional noturno tem efeito indenizatório com implemento no contracheque. Concernente à hora ficta, possui natureza compensatória, ou seja, se constitui como carga horária a ser deduzida na jornada de trabalho no mês ou meses subsequentes.

OBJETIVO

Conhecer efeitos práticos e legais da hora ficta e adicional noturno.

METODOLOGIA

A pesquisa é qualitativa, através da análise dos conteúdos sobre o tema hora ficta e adicional noturno. Foi realizada pesquisa de legislação atualizada aplicadas aos órgãos públicos e privados, acórdãos emanados das decisões judiciais, artigos científicos oriundos de publicação acadêmica, em casos paradigmas registrados nos últimos 05 (cinco) anos. O objetivo foi atingido através do raciocínio lógico dedutivo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No Estatuto do Servidor Público Federal (1990), o adicional noturno é um direito amplamente exercido no âmbito das Instituições Federais de Ensino, desde que o(a) servidor(a) comprove o labor nos horários das 22H00 às 05H00. Porém, o mesmo entendimento não se inferiu com relação a hora ficta, pois não houve ampla comprovação de que os técnicos administrativos em educação que exercem suas funções no horário enunciado, estejam no gozo do direito concedido no acordo de greve, que autorizou sua implantação.

A implantação da hora ficta foi expressamente autorizada na cláusula décima do termo acordo de greve (2024, p. 03). Dito instrumento estabeleceu que: “implantação da hora ficta para os servidores RJU que trabalham em regime de plantão ou escala, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a partir da assinatura do presente termo”.

No mesmo ano a Nota Técnica SEI nº 35774/2024/MGI pretendeu disciplinar a forma de execução/pagamento, pertinência legal e a aplicabilidade aos servidores. Atentou-se que adicional noturno e hora ficta são figuras jurídicas distintas, cujos efeitos são amplamente aplicáveis no âmbito das relações de trabalho no Brasil. Contudo, a análise e interpretação dúbia e imprecisa dos comandos legislativos existentes na Nota Técnica obstaculizaram sua implantação, mesmo a normativa aduzindo o contrário. A importância se justificou pelos impactos ocasionados na qualidade de vida dos servidores.

Inúmeros estudos sobre o impacto do trabalho noturno na vida dos trabalhadores indicaram que os danos causados a médio e longo prazo a saúde do trabalhador do noturno compreenderam riscos à saúde física (maior risco de diabetes, hipertensão arterial e câncer), a saúde mental (a inversão da rotina de descanso dia-noite, ocasionou dificuldades em conciliar o sono), maior incidência a riscos de contaminação biológica, redução de desempenho e segurança no desenvolvimento do trabalho (aumentou o risco de erros na execução das atribuições pela sonolência), (Cattani, 2022) .

Embasado nestes estudos que se reconheceu a relevância da aplicação da hora ficta, onde 60 minutos equivale a 52 minutos e 30 segundos. No plantão exercido com escala de 12 horas, ao final do seu trabalho, o servidor laborou na verdade 13 horas. Isto porque no período compreendido das 22H00 às 05H00, o trabalhador em vez de ter trabalhado 07 (sete) horas, trabalhou 08 (oito) horas. Diferença de 1 (uma) hora em relação ao trabalhador diurno que trabalhou com regime de plantão de 12 (doze) horas, em condições menos desfavoráveis e deletérias e que poderá ir para sua casa usufruir da noite de sono (Azevedo, 2025).

Nos Hospitais Universitários foi observado que os trabalhadores regidos pela CLT (Consolidação das Leis do trabalho) usufruem da hora ficta nacionalmente. Por outro lado, é comum e numeroso o pleito judicial para dar concretude, ao direito negado pelo empregador em que as decisões judiciais se fundamentaram no seguinte:

[...] Trata-se de medida jurídica que visa a assegurar a higidez física e mental dos trabalhadores, não apenas garantida por norma legal imperativa (art. 73 da CLT), como também constitucionalmente (art. 7º, XXII, da CF). Assim sendo, cumprida a jornada de trabalho em período noturno, não pode o empregador desrespeitar tais normas de ordem pública. No caso concreto, o Relator, pela via monocrática, manteve, pelos próprios e jurídicos fundamentos, a decisão objeto de recurso, que condenou a Reclamada ao pagamento de horas extras em razão da desconsideração do cômputo da hora noturna reduzida[...] Tribunal Superior do Trabalho. Ag-AIRR-100870-57.2018.5.01.0038. Órgão judicante: 3ª Turma. Relator: Maurício Godinho Delgado. Julgamento: 27/09/2023. Publicação: 29/09/2023. Tipo de documento: Acórdão.

Por ocasião do acordo de greve, na pauta de reivindicações não haveria de se lutar por benefício a que já se recebe regularmente e de longa data, como o adicional noturno. Todos os servidores que fazem jus ao adicional noturno já possuem seus efeitos financeiros em seu contracheque, ou seja, na forma preconizada no art. 75, da lei 8.112/90. assim temos: “Art. 75. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22h00 de um dia e 05h00 do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos”.

Em relação a hora ficta, esta não possui efeitos financeiros no contracheque, não se constitui em rubrica que autorize pagamento. A importância crucial deste direito a ser concedido ao servidor(a) que exerce o labor no período das 22h00 às 05h00 é a sua finalidade em relação ao trabalhador que trabalha durante o dia, de modo a compensar dos inúmeros impactos sofridos de quem trabalha a noite.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O adicional noturno tem efeito financeiro no contracheque e a hora ficta tem efeito materializado na escala de trabalho, resultando em créditos compensatórios na execução da escala de trabalho, no mês subsequente a homologação dos créditos, culminando em folgas.

Eis a importante distinção entre o adicional noturno e hora ficta. Muito embora possam se caracterizar por métrica idêntica tendo por base a hora fictícia ser considerada 52 minutos e 30 segundos, no período do labor compreendido das 22h00 às 05h00. Tais aspectos causam confusão na implantação, o que pode gerar negativas infundadas por parte da gestão e inconformismo aos servidores.

Dessa forma, o cálculo da hora ficta é o produto resultante da quantidade de horas trabalhadas no plantão noturno pelo fator de conversão ($60:52,5= 1,142857$), onde o dividendo são os minutos em uma hora normal, o divisor é a hora fictícia e o quociente é o

fator de conversão que será utilizado no cálculo das horas efetivamente trabalhadas.

Para tanto, temos como exemplo das horas calculadas no plantão de 12 horas. Assim sendo, $(7 \times 1,142857 = 8)$, onde o multiplicando é o período das 22h00 às 05h00 considerando a hora normal (60 minutos), o multiplicador o fator de conversão e o produto o resultado da quantidade de horas realmente trabalhadas, considerando o cálculo da hora ficta. Observou-se que a cada plantão de 12 horas o trabalhador noturno labora efetivamente 13 horas.

Tendo por base o cálculo na média de plantões mensais, em que o servidor (a) trabalha no período noturno, ou seja, 10 plantões na jornada diária de 12 horas (13 horas na hora reduzida), observa-se que efetivamente ao final do mês o servidor (a) trabalhou perfazendo um total de 10 (dez) horas a mais em relação ao trabalhador do período diurno, podendo tais horas não reconhecidas se caracterizarem como horas extras, resultando em efeitos financeiros de caráter indenizatório.

A implementação da hora ficta e o gozo pelos servidores Técnicos Administrativos em Educação já é realidade em outras IFES (Instituições Federais de Ensino), a saber, a Universidade Federal do Espírito Santo que publicou o Ofício Circular nº 11/2024- Progep/UFES; Universidade Federal do Paraná que normatizou por intermédio do Ofício Circular – SEI nº 29/2024/DIVGP/GAD/CHC-UFPR-Ebserh; e Universidade Federal de Mato Grosso que regulamentou através da Portaria Normativa Progep - Pró Reitor (a) -UFMT nº 18-N, de 30 de dezembro de 2025, determinando o que abaixo se transcreve:

[...] Art. 2º - Regulamentar, no âmbito do HUJM, o regime de controle de jornada por hora ficta, aplicável aos servidores(as) RJU cujas atividades se enquadrem nas características de funcionamento ininterrupto, inclusive em finais de semana, feriados e horários noturnos. Art. 3º - Poderão ser incluídos neste regime os(as) servidores(as) RJU: I – Lotados no HUJM e em efetivo exercício nas áreas assistenciais, administrativas e de apoio técnico diretamente envolvidas com a prestação ininterrupta de serviços de saúde [...]

Assim, havendo de ocorrer sua correta aplicação, efeitos financeiros não ocorrerão, pois a hora ficta importa na redução da carga horária do mês ou meses subsequente, sendo restrita sua importância a garantir saúde, higiene e segurança do trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentemente do adicional noturno que possui natureza indenizatória, a hora ficta tem natureza compensatória. Cada hora se constitui como hora excedente em relação

ao cumprimento da jornada diária e na prática encontrada no âmbito das relações de trabalho, as horas em excesso serão compensadas em jornada reduzida no mês ou meses subsequentes. Entendimento contrário poderá resultar em horas extras, ou seja, podendo ser convertida em verba indenizatória, caso o trabalhador se sinta prejudicado no exercício do seu direito.

O implemento da cláusula décima do termo de acordo nº 11/2024 exprime não somente reconhecimento e valorização da categoria dos Técnicos Administrativos em Educação, que há muito contribui com a educação pública e de qualidade em benefício de toda sociedade. Representa inclusive elevação da qualidade de vida do trabalhador noturno e redução de riscos psicossociais laborais.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Quezia Costa et al. **Impactos do Trabalho Noturno na Qualidade de vida dos enfermeiros e dos técnicos de enfermagem: Perspectivas da Teoria de Wanda Horta**. Revista ft. Enfermagem. Vol. 29- Edição 152/nov 2025. 12.11.25. DOI: 10.69849/revistaft/cl10202511121507

BRASIL. Governo Federal. **Termo de Acordo 11/2024- PCCTAE Fasubra e Sinasefe**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-de-pessoas/transparencia_e_registros/medida-provisoria-n-1286-de-31-de-dezembro-de-2024/termo-de-acordo/2024>. Acesso em: 28 mai. 2026.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (3ª turma). **Agravo de Instrumento de Recurso de Revista- 100870-57.2018.5.01.0038**. Agravo de Instrumento Em Recurso de Revista. Processo Sob A Égide Da Lei Nº 13.467/2017. Prolação de Julgamento Pela Técnica Da Motivação Relacional. Regime De Compensação 12x36. Labor Em Período Noturno. Diferenças Pela Não Consideração Da Hora noturna reduzida. Oj 388/Sbdi-1/Tst. Relator: Maurício Godinho Delgado. Julgamento: 27/09/2023. Publicação: 29/09/2023.

BRASIL. Governo Federal. **Estatuto do Servidor Público Federal. Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990**. Brasília, 2026. Disponível em: <[L8112consol](#)>. Acesso em: 27 de mai. 2026.

BRASIL. Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. **Nota Técnica Sei MGI nº 35774/2024- Implantação da hora ficta ou hora noturna para servidores dos hospitais universitários e demais servidores RJU que trabalham em regime de plantão, em cumprimento ao acordo PCCTAE**. Brasília, 2024.

CATTANI, Ariane. **Trabalho noturno: Influência do sono na saúde dos profissionais de enfermagem**. Revista Arco Jornalismo Científico e Cultural, Santa Maria, 2022. Disponível em: < [Trabalho noturno: Influência do sono na saúde dos profissionais da Enfermagem – Revista Arco](#)>. Acesso em: 28 de mai. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.
Portaria Normativa Progep - Pró-reitor(a)-ufmt Nº 18-n, de 30 de dezembro de 2025.
Cuiabá, 2025.

O SECIENUFF COMO ESPAÇO DE VALORIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Joana Lima Figueiredo¹; Anna Barbosa Soares².

¹Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ. <https://lattes.cnpq.br/1448811144260068>

²Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ. <http://lattes.cnpq.br/7173220199721119>

PALAVRAS-CHAVE: Servidores técnico-administrativos em educação. Formação continuada. Produção científica.

INTRODUÇÃO

Os servidores técnico-administrativos em educação (TAEs) das universidades federais brasileiras constituem uma categoria estratégica para o funcionamento da educação superior pública. Historicamente, essa categoria possui baixa visibilidade nas políticas de valorização e nos estudos acadêmicos sobre o ensino superior (Oliveira; Paiva, 2023). Desde a aprovação do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), pela Lei nº 7.596/1987, os TAEs constroem uma trajetória de luta por reconhecimento profissional que se consolida com o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), instituído pela Lei nº 11.091/2005. Esse marco normativo vinculou a progressão funcional à capacitação profissional, reconhecendo formalmente a dimensão formativa da carreira.

Estudos recentes apontam maior inserção dos técnico-administrativos em educação (TAEs) em processos de qualificação, pesquisa e produção de conhecimento institucional. Apesar desse avanço, sua produção científica permanece pouco documentada na literatura acadêmica (Vieira; Lima, 2024; Oliveira; Paiva, 2023). Como destaca Gobira (2024, p. 22), “poucas pesquisas estão voltadas para estudar um trabalho que também é fundamental para a realização do fazer universitário: o trabalho técnico-administrativo interno à educação superior”. O Decreto nº 9.991/2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), reforçou o alinhamento entre o desenvolvimento dos servidores e os objetivos institucionais. Nesse contexto, eventos científicos voltados aos servidores afirmam-se como instrumentos de formação continuada e produção de conhecimento. Mais recentemente, a Lei nº 15.367, de 30 de março de 2026, instituiu o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC-PCCTAE), ampliando esse debate ao reconhecer conhecimentos e experiências adquiridos pelos TAEs ao longo de sua trajetória profissional, para além da titulação formal.

A Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio da Escola de Governança em Gestão Pública (EGGP), criada em 2017 e vinculada à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE), instituiu, em 2019, o Seminário Científico dos Servidores da UFF (SecienUFF), evento bienal destinado à reflexão e divulgação de pesquisas e experiências desenvolvidas por docentes e TAEs. Em sua quarta edição, realizada em 2025, o evento reuniu 54 trabalhos e cerca de 190 autores e coautores, consolidando-se como iniciativa de formação continuada e valorização profissional.

OBJETIVO

Analisar os anais das quatro edições do SecienUFF (2019, 2021, 2023 e 2025), buscando compreender sua contribuição para o fortalecimento da atuação acadêmica e institucional dos servidores da UFF, com especial atenção ao crescimento da produção, à diversificação temática e ao papel do evento na democratização do conhecimento produzido no ambiente universitário.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem quali-quantitativa, de natureza aplicada, com objetivos descritivos e exploratórios. Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como pesquisa documental, tendo como material de análise os anais das quatro edições do SecienUFF e os editais das edições II (2021), III (2023) e IV (2025), utilizados como fontes primárias (UFF, 2019, 2021, 2023, 2025). A pesquisa foi conduzida no primeiro semestre de 2026, tendo como base documentos produzidos e publicados entre 2019 e 2025.

A coleta de dados compreendeu o levantamento dos 161 trabalhos publicados nas quatro edições, considerando as seguintes variáveis: número de trabalhos por edição, distribuição por eixo temático, tipologia dos trabalhos (pesquisa científica, pesquisa aplicada, relato de experiência, revisão de literatura e trabalho acadêmico) e recorrência de temas relacionados à atuação dos servidores na universidade. Para a análise qualitativa, adotou-se a abordagem hermenêutico-dialética de Minayo (2016), interpretando os documentos em seu contexto institucional e político. A categorização temática foi construída a partir dos títulos, resumos e palavras-chave disponíveis nos anais.

Como limitação do estudo, destaca-se a ausência de identificação padronizada do vínculo autoral (TAE ou docente), o que impede análises quantitativas precisas sobre a participação dos técnico-administrativos. Ressalta-se ainda que o edital da I edição (2019) não foi localizado, sendo essa edição analisada exclusivamente a partir dos anais e das apresentações institucionais neles contidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados revelam uma trajetória de crescimento institucional do SecienUFF. A I edição, realizada presencialmente em 2019, publicou 52 trabalhos distribuídos em quatro eixos temáticos. As edições II (2021) e III (2023), realizadas em formato virtual durante a pandemia de COVID-19, registraram 27 e 28 trabalhos, respectivamente. Já a IV edição (2025), também virtual, reuniu 54 trabalhos, cerca de 190 autores e coautores e aproximadamente 300 certificados emitidos, o maior volume desde a criação do evento. A migração para o formato *on-line* em 2021 evidencia o comprometimento institucional com a continuidade da iniciativa.

Em sua primeira edição, o SecienUFF organizou os trabalhos em quatro eixos temáticos. A partir da II edição, passou a contemplar cinco eixos, incorporando Política Pública e Educação como categoria autônoma. A distribuição temática revela mudanças relevantes: o eixo Inclusão, Diversidade e Direitos Humanos passou de 13 trabalhos em 2019 para apenas um nas edições II e III, alcançando 14 trabalhos em 2025 e tornando-se, ao lado de Gestão Pública e Inovação, o mais representado da última edição. Esse crescimento evidencia a ampliação da presença de temas relacionados à diversidade e acessibilidade entre os trabalhos apresentados ao longo do período analisado.

A análise dos trabalhos com informações de autoria disponíveis, especialmente os da II edição (2021), revela predominância dos relatos de experiência (56%), seguidos por pesquisas científicas (22%), pesquisas aplicadas (15%), revisões de literatura (4%) e trabalhos acadêmicos (4%). Essa distribuição sugere a predominância da reflexão sobre a prática institucional como forma de produção de conhecimento. A presença de estudos com diferentes níveis de rigor metodológico indica articulação entre prática profissional e qualificação acadêmica.

A comparação dos editais das edições II, III e IV evidencia um processo de institucionalização progressiva do evento. A IV edição ampliou as modalidades de participação de duas para cinco, criou funções formais de apoio técnico, mediação e avaliação de resumos e vinculou explicitamente o SecienUFF ao Programa de Qualificação Institucional (PQI) da UFF.

A manutenção do mesmo objetivo institucional nos editais das edições II, III e IV evidencia a continuidade da proposta do SecienUFF como espaço de produção e difusão do conhecimento dos servidores. Mais do que divulgar trabalhos, o evento contribui para a valorização das experiências profissionais e para a visibilidade acadêmica dos servidores, fortalecendo uma cultura institucional alinhada aos princípios de formação continuada e reconhecimento de saberes presentes nas políticas de desenvolvimento de pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos anais e editais das quatro edições do SecienUFF indica que o evento se consolidou como espaço institucional de compartilhamento e valorização das experiências e produções dos servidores da UFF. O crescimento das produções, a diversificação temática e o processo de institucionalização evidenciado pelos editais demonstram sua relevância para a formação continuada e para a comunidade universitária.

Como mecanismo de formação continuada, o SecienUFF amplia a circulação do conhecimento e contribui para o reconhecimento institucional dos servidores enquanto produtores de saber. No contexto do RSC-PCCTAE, essa dinâmica assume especial relevância para os técnico-administrativos em educação, ao conferir visibilidade às experiências e conhecimentos desenvolvidos no exercício profissional. Nesse sentido, o evento fortalece a visibilidade acadêmica dos servidores e contribui para o reconhecimento de sua atuação na universidade pública.

Destacam-se ainda, como limitação, a ausência de identificação padronizada do vínculo autoral (dos TAEs ou dos docentes) e a inexistência de mecanismos de avaliação do impacto pós-evento.

Conclui-se que iniciativas como o SecienUFF desempenham papel relevante na democratização do conhecimento, na valorização dos servidores e no fortalecimento das políticas de desenvolvimento profissional na educação pública federal.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

GOBIRA, Lara Negreiros. **Políticas de qualificação do corpo técnico-administrativo em educação: um estudo na universidade federal do espírito santo**. 2024. 250 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

OLIVEIRA, Tatiana Carla Silva Soares de; PAIVA, Liz Denize Carvalho. Educação Superior: o papel institucional e formativo do Técnico-Administrativo em Educação. **RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 8, n. 13, p. e-843, 2023. DOI: 10.29404/rtps-v8i13.843.

VIEIRA, V. S. H.; LIMA, A. M. Servidores Técnico-Administrativos em Educação nos Institutos Federais: um estudo da produção científica no Brasil nos últimos anos (2017-2022). **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 24, p. 1-19, e16160, Set. 2024. ISSN 2447-1801.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). **Anais do I Seminário Científico dos Servidores da UFF**. Niterói: EGGP/PROGEPE, 2019. ISBN 978-85-94029-28-7.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). **Anais do II Seminário Científico dos**

Servidores da UFF. Niterói: EGGP/PROGEPE, 2021. ISBN 978-65-996268-0-7.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). **Anais do III Seminário Científico dos Servidores da UFF.** Niterói: EGGP/PROGEPE, 2023. ISBN 978-65-996268-3-8.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). **Anais do IV Seminário Científico dos Servidores da UFF.** Niterói: EGGP/PROGEPE, 2025. ISBN 978-65-87875-71-2.

OS DESAFIOS DA SOCIALIZAÇÃO ORGANIZACIONAL: DIFICULDADES ENFRENTADAS POR SERVIDORES PÓS-REDISTRIBUIÇÃO NAS IFES

Luciana Martins Bellei¹; Arituza dos Santos Ramos².

¹Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), Juiz de Fora, Minas Gerais.

<http://lattes.cnpq.br/1908594741087845>

²Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia.

<http://lattes.cnpq.br/4636570521594014>

PALAVRAS-CHAVE: Mobilidade. Adaptação. Desempenho.

INTRODUÇÃO

A redistribuição de servidores públicos federais, respaldada pelo artigo 37 da Lei nº 8.112/1990, configura-se como importante instrumento de gestão de pessoas para o ajustamento da força de trabalho no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 1990). No contexto das Instituições Federais de Ensino (IFEs), essa movimentação atende tanto às necessidades institucionais quanto aos interesses dos próprios servidores. Contudo, embora os trâmites legais e normativos sejam amplamente documentados, os desdobramentos humanos e operacionais decorrentes da efetivação do ato administrativo recebem menor atenção por parte das instituições de destino.

O período subsequente à redistribuição é marcado por um processo de socialização organizacional, compreendido como o conjunto de experiências por meio das quais os indivíduos adquirem conhecimentos, comportamentos e valores necessários à integração em um novo contexto de trabalho (VAN MAANEN; SCHEIN, 1979). Nesse cenário, o Técnico-Administrativo em Educação (TAE) precisa adaptar-se a uma nova cultura institucional, compreender fluxos de trabalho específicos e reconstruir redes de relacionamento profissional. A literatura evidencia que mudanças organizacionais e processos de adaptação podem gerar insegurança, estresse e dificuldades de pertencimento quando não há suporte institucional adequado (GUEDES, 2023).

Investigar as dificuldades enfrentadas nessa fase pós-redistribuição torna-se fundamental para que as IFEs desenvolvam estratégias de acompanhamento capazes de mitigar sentimentos de isolamento, reduzir impactos negativos sobre o desempenho e favorecer processos mais efetivos de integração e aprendizagem organizacional.

OBJETIVO

Analisar os principais desafios e dificuldades operacionais e psicossociais enfrentados pelos servidores técnico-administrativos em educação no período posterior ao processo de redistribuição, discutindo a necessidade de mecanismos institucionais de acolhimento nas Instituições Federais de Ensino.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma pesquisa de natureza básica e abordagem qualitativa, classificada quanto aos seus objetivos como descritiva. Os procedimentos metodológicos basearam-se em revisão de literatura e análise documental de legislações correlatas à movimentação de pessoal no serviço público federal.

O levantamento bibliográfico foi realizado entre os meses de março e maio de 2026, mediante consulta a artigos científicos, dissertações e anais de eventos acadêmicos publicados em bases e indexadores de relevância científica, tais como Google Acadêmico e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Foram utilizados os descritores combinados “redistribuição de servidores”, “socialização organizacional”, “instituições federais de ensino” e “gestão de pessoas”.

Por fundamentar-se exclusivamente na análise de dados secundários textuais e referenciais bibliográficos, sem a realização de entrevistas, aplicação de questionários ou intervenções envolvendo seres humanos ou animais, esta pesquisa dispensa apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CEUA), em conformidade com o item 6.6 do regulamento de submissões do evento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura científica revela que o período pós-redistribuição costuma ser permeado por barreiras que comprometem o desempenho e a adaptação do servidor. Uma das principais dificuldades identificadas refere-se ao choque cultural. Embora integrem a mesma rede federal, universidades e institutos federais apresentam culturas organizacionais, normas e práticas administrativas próprias. Segundo Van Maanen e Schein (1979), os processos de socialização influenciam diretamente a forma como os indivíduos interpretam expectativas institucionais e desenvolvem sentimento de pertencimento. Assim, a ausência de orientações sistematizadas e de procedimentos claros pode gerar ambiguidade de papéis, insegurança técnica e receio de cometer erros.

Outro aspecto evidenciado é a sobrecarga cognitiva decorrente da necessidade de aprender simultaneamente novos sistemas informatizados, rotinas burocráticas e formas específicas de organização do trabalho. Guedes (2023) destaca que processos de adaptação organizacional exigem tempo para assimilação de práticas e reconstrução de referenciais

profissionais. Quando inexitem ações estruturadas de acolhimento e suporte por parte das lideranças, o servidor tende a experimentar sentimentos de ansiedade, isolamento e desvalorização profissional.

Além disso, observa-se um paradoxo no processo de redistribuição. Os servidores transferidos carregam experiências e conhecimentos adquiridos em suas instituições de origem, capazes de contribuir para a inovação e a melhoria dos processos institucionais. Entretanto, a resistência de equipes já consolidadas pode dificultar a incorporação dessas contribuições, reforçando práticas tradicionais e limitando a circulação de novos saberes. Tal cenário compromete não apenas o bem-estar do trabalhador, mas também o potencial de aprendizagem organizacional decorrente da mobilidade funcional.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

VAN MAANEN, John; SCHEIN, Edgar H. **Toward a theory of organizational socialization.** In: **STAW, Barry M.** (org.). Research in Organizational Behavior. Greenwich: JAI Press, 1979. p. 209-264.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, 1990.

GUEDES, Marcos. **Entre mindsets e rotinas: a adaptação do trabalhador em novas estruturas organizacionais.** Revista Contemporânea, v. 3, n. 9, p. 15184-15202, 2023.

ÁREA TEMÁTICA:
EDUCAÇÃO, ENSINO E APOIO PEDAGÓGICO

PRIMEIRA INFÂNCIA NA ERA DIGITAL: IMPACTOS DAS TELAS NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EMOCIONAL

Daiana Aparecida Zanoni Giacomelli¹.

¹Centro Universitário Internacional (Uninter), Maringá, Paraná. <http://lattes.cnpq.br/4257128311232270>

PALAVRAS-CHAVE: Primeira infância. Desenvolvimento infantil. Tecnologias digitais.

INTRODUÇÃO

A ampliação do uso de tecnologias digitais no cotidiano das famílias tem transformado significativamente as experiências vivenciadas na primeira infância. O acesso precoce a celulares, tablets, televisores e outros dispositivos eletrônicos tornou-se cada vez mais frequente entre crianças de 0 a 3 anos, sendo utilizado, muitas vezes, como forma de entretenimento, distração ou apoio à rotina familiar. Entretanto, profissionais das áreas da saúde, educação e desenvolvimento infantil têm demonstrado preocupação quanto aos possíveis impactos do uso excessivo de telas no desenvolvimento social e emocional infantil, especialmente em uma fase marcada pela intensa construção de vínculos afetivos, estímulos sensoriais e interações presenciais fundamentais para o desenvolvimento humano.

OBJETIVO

Analisar os impactos do uso excessivo de telas no desenvolvimento social e emocional de crianças de 0 a 3 anos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza básica, abordagem qualitativa e classificada quanto aos objetivos como descritiva e exploratória. O estudo foi desenvolvido a partir da análise de artigos científicos e produções acadêmicas relacionadas ao desenvolvimento infantil e às tecnologias digitais na primeira infância.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos analisados apontam que a exposição excessiva às telas pode contribuir para prejuízos na interação social, dificuldades na comunicação, irritabilidade, alterações comportamentais, redução das brincadeiras presenciais e menor participação nas relações

familiares.

Além disso, observa-se que o uso excessivo de dispositivos eletrônicos pode interferir no desenvolvimento da linguagem, na capacidade de concentração e na construção das habilidades emocionais da criança. Segundo Winnicott (1982), a presença afetiva e os vínculos seguros são fundamentais para o desenvolvimento emocional infantil, evidenciando que a criança necessita de vínculos seguros, atenção e experiências reais de convivência para seu desenvolvimento saudável.

Outro aspecto relevante refere-se ao fato de que a utilização excessiva de telas pode reduzir o tempo destinado às brincadeiras, às interações sociais e às experiências sensoriais essenciais na infância, como correr, explorar ambientes, brincar ao ar livre e estabelecer relações interpessoais. Estudos também demonstram que conteúdos digitais com estímulos rápidos, cores intensas e sons constantes podem favorecer comportamentos de irritabilidade, dificuldade de atenção e maior dependência de estímulos imediatos. Além disso, a ausência de mediação adequada por parte dos responsáveis pode potencializar tais impactos, sobretudo quando as telas passam a substituir momentos de convivência, diálogo e interação afetiva.

Segundo a American Academy of Pediatrics (2016), recomenda-se evitar a exposição de crianças menores de 18 meses às mídias digitais e limitar o tempo de uso entre 2 e 5 anos a cerca de uma hora diária, priorizando conteúdos de qualidade, devendo evitar o uso de dispositivos eletrônicos no período que antecede o sono.

Além dos impactos no desenvolvimento emocional e social, o uso excessivo de telas na primeira infância também pode influenciar diretamente na formação dos vínculos familiares e na qualidade das relações interpessoais. Em muitos contextos familiares, os dispositivos eletrônicos passam a ocupar espaços anteriormente destinados ao diálogo, às brincadeiras e às experiências compartilhadas entre adultos e crianças. Embora as tecnologias digitais possam representar ferramentas de apoio e entretenimento, sua utilização sem limites ou supervisão adequada pode favorecer processos de isolamento, dificuldade de socialização e redução das experiências afetivas presenciais.

Além do ambiente familiar, o contexto escolar também desempenha papel fundamental no desenvolvimento social e emocional das crianças na primeira infância. Instituições de educação infantil constituem importantes espaços de socialização, interação e construção de vínculos, favorecendo experiências coletivas essenciais ao desenvolvimento humano.

Nesse sentido, torna-se necessário que as escolas promovam debates e orientações sobre o uso consciente das tecnologias digitais, contribuindo para a construção de práticas educativas que valorizem o brincar, as interações presenciais e o desenvolvimento integral da criança. A atuação conjunta entre família, escola e profissionais da infância mostra-se indispensável diante dos desafios impostos pela era digital.

Nesse cenário, torna-se fundamental refletir sobre a responsabilidade das famílias, das instituições educacionais e dos profissionais que atuam com a infância na construção de práticas de cuidado que priorizem o desenvolvimento integral da criança. A primeira infância constitui um período essencial para a formação das habilidades emocionais, cognitivas e sociais, sendo indispensável que as crianças tenham acesso a experiências concretas de interação, brincadeiras, escuta e convivência familiar. Assim, o uso consciente e equilibrado das tecnologias digitais apresenta-se como um desafio contemporâneo que exige orientação, acompanhamento e fortalecimento das relações humanas no ambiente familiar e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos analisados, compreende-se que o uso excessivo de telas na primeira infância pode trazer impactos significativos para o desenvolvimento social e emocional das crianças, especialmente quando reduz as interações familiares, as brincadeiras e as experiências presenciais. Observa-se, portanto, a necessidade de orientar famílias e instituições educacionais sobre a importância do uso equilibrado das tecnologias digitais, valorizando práticas de convivência, diálogo e cuidado na infância. Além disso, destaca-se o papel dos profissionais das áreas da educação, saúde e Serviço Social na promoção de ações de orientação e conscientização voltadas ao desenvolvimento saudável das crianças em meio aos desafios da era digital.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

AMERICAN ACADEMY OF PEDIATRICS, **Media and Young Minds** Pediatrics, v. 138, n. 5, 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, **Manual de Orientação: Saúde de Crianças e Adolescentes na Era Digital**. Rio de Janeiro, 2019.

WINNICOTT DONALD, **A criança e o seu mundo**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

O PERFIL DO INVESTIDOR BRASILEIRO (2017-2025) COMO SUBSÍDIO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Maria Ivonete Alves da Silva¹; Alex Bruno Queiroz Maciel²; Alexandrina Cássia Ramalho Oliveira³; Anderson Carlos Freitas Santos⁴; Augusto Milton Barreto Silva e Junior⁵; José Bruno Soares de Oliveira⁶; Sergio Ricardo Braga Moura Filho⁷; Thalles Diêgo Cavalcante Melo⁸; Viviani Quinto de Azevedo⁹.

¹Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/8921097180440054>

²Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/46659136363819847>

³Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/3851203249249965>

⁴Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/6625161160434380>

⁵Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/3610339024477461>

⁶Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/560190452024366>

⁷Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/0108951184051726>

⁸Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/3619681128389630>

⁹Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará. <http://lattes.cnpq.br/0322017247468752>

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento de poupança. Mercado de capitais. Desigualdade socioeconômica.

INTRODUÇÃO

A educação financeira exerce um papel fundamental como ferramenta orientadora na tomada de decisões dos indivíduos acerca de suas finanças pessoais, atuando na modelagem de comportamentos de consumo e de poupança. Sob a perspectiva do desenvolvimento social, a capacidade de poupar e investir funciona como um mecanismo de proteção e geração de bem-estar futuro. Todavia, a formulação de políticas públicas eficazes nessa área esbarra na escassez de diagnósticos estruturais sobre como diferentes estratos da população se comportam em relação ao mercado financeiro, especialmente em cenários de instabilidade econômica.

A realidade brasileira revela que a exclusão financeira é severamente marcada por desigualdades socioeconômicas. Dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), para o ano de 2025, indicam que aproximadamente 63,9% da população nacional não realiza qualquer tipo de investimento. Desse montante, a maioria (67%) sequer consegue economizar, patamar que se eleva para

83% nas classes D e E. Diante do fato de que 82% dos indivíduos justificam a ausência de aplicações devido a limitações estritamente financeiras, como desemprego e baixa renda, torna-se evidente que o acesso ao mercado de capitais não é apenas uma escolha individual, mas um reflexo da estrutura distributiva do país. Portanto, mapear as transformações desse perfil é um passo indispensável para subsidiar programas governamentais de inclusão financeira e democratização do crédito e da poupança.

OBJETIVO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a evolução do perfil do investidor no Brasil durante o período de 2017 a 2025, segregando a análise por regiões geográficas e conforme aspectos socioeconômicos estruturais, tais como idade, sexo, renda, classe social e escolaridade, a fim de oferecer um diagnóstico robusto que sirva de subsídio para o direcionamento de políticas públicas de educação financeira.

METODOLOGIA

Para a consecução do objetivo proposto, este estudo configurou-se como uma pesquisa documental e descritiva. A fundamentação teórica baseou-se em literaturas especializadas sobre finanças pessoais, economia do setor público e desigualdade.

A abordagem empírica utilizou-se de dados secundários quantitativos obtidos de fontes estatísticas setoriais. O principal corpus de análise foi extraído das edições consecutivas da pesquisa “Raio X do Investidor Brasileiro”, desenvolvida pela Anbima, cobrindo o intervalo temporal delimitado entre os anos de 2017 e 2025. Os dados foram organizados e tabulados de forma a cruzar as variáveis demográficas e socioeconômicas com os comportamentos de alocação de ativos financeiros no mercado nacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das séries históricas da ANBIMA coletadas entre os anos de 2017 e 2025 revela um panorama complexo sobre o comportamento de poupança e investimento da população brasileira, evidenciando como os fatores macroeconômicos e as barreiras demográficas moldam a exclusão financeira no país. Os dados consolidados demonstram que, longe de ser um fenômeno homogêneo, a vulnerabilidade e a capacidade de acumulação de ativos distribuem-se de forma desigual e respondem severamente a choques estruturais do mercado. Os principais indicadores demográficos e evolutivos identificados ao longo do período analisado encontram-se sintetizados no quadro abaixo.

Quadro 1: Indicadores evolutivos e demográficos da exclusão financeira no Brasil (2017-2025).

Indicador Social / Demográfico	Cenário Inicial (2017/2019)	Cenário Recente (2025)	Impacto Estrutural Identificado
Taxa Geral de Não Investidores	57% (2017)	63,9% (2025)	Deterioração induzida pelos impactos da COVID-19.
Incapacidade Crônica de Poupar	54% (2017)	67% (2025)	Compressão severa do orçamento das famílias brasileiras.
Concentração Sul-Sudeste	71% (2017)	68% (2025)	Sutil desconcentração geográfica em direção a novas regiões.
Participação por Gênero (Mulheres)	45% (2017)	44% (2025)	Rigidez provocada pela persistência da disparidade salarial.
Escolaridade Superior vs Fundamental	—	63,4% vs 19,0%	Escolaridade consolidada como maior fator discriminante.
Base da Pirâmide (Até 2 SM)	68% do bloco	61,3% do bloco	Diluição da perda de capacidade de poupança entre classes.

Fonte: Criação dos autores (2026).

Os resultados expostos no Quadro 1 evidenciam que a variação negativa na capacidade de poupança e o avanço do grupo de não investidores não decorrem exclusivamente de escolhas individuais, mas sim de uma forte compressão orçamentária que limitou a liquidez das famílias. Conforme discutido por Cardozo *et al.* (2019), o nível de escolaridade atua como o principal divisor de águas no acesso ao mercado de capitais, o que corrobora a necessidade de que os programas de alfabetização financeira não se limitem a ensinar conceitos matemáticos de juros, mas compreendam as restrições materiais de cada público-alvo. Diante disso, a formulação de políticas públicas de educação financeira deve considerar esse desenho demográfico rígido, desenvolvendo estratégias inclusivas focadas no acolhimento de grupos historicamente marginalizados pelo sistema financeiro tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo permitem concluir que o perfil do investidor brasileiro é fortemente condicionado por determinantes socioeconômicos estruturais, nos quais a renda e a escolaridade ditam a capacidade de inserção no mercado de capitais. A crise da COVID-19 funcionou como um vetor de exclusão financeira, penalizando de forma mais acentuada as populações vulneráveis e as faixas de menor renda.

Diante desse cenário, as evidências empíricas levantadas nesta pesquisa servem como um diagnóstico essencial e um subsídio estratégico para a formulação de políticas públicas de educação financeira. Demonstra-se que ações genéricas de mercado são insuficientes para reverter esse quadro; são necessárias intervenções estatais direcionadas e capilares, que considerem as assimetrias regionais, de gênero e de instrução. Somente através do fortalecimento de políticas públicas continuadas de alfabetização financeira,

integradas a programas de inclusão social, será possível garantir que a poupança e o investimento deixem de ser privilégios de estratos restritos e passem a atuar como ferramentas de emancipação e redução das desigualdades no Brasil.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ANBIMA. Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. **Raio X do Investidor Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: ANBIMA, 2018.

ANBIMA. Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. **Raio X do Investidor Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: ANBIMA, 2019.

ANBIMA. Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. **Raio X do Investidor Brasileiro**. 3. ed. São Paulo: ANBIMA, 2020.

ANBIMA. Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. **Raio X do Investidor Brasileiro**. 4. ed. São Paulo: ANBIMA, 2021.

ANBIMA. Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. **Raio X do Investidor Brasileiro**. 5. ed. São Paulo: ANBIMA, 2022.

ANBIMA. Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. **Raio X do Investidor Brasileiro**. 6. ed. São Paulo: ANBIMA, 2023.

ANBIMA. Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. **Raio X do Investidor Brasileiro**. 7. ed. São Paulo: ANBIMA, 2024.

ANBIMA. Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. **Raio X do Investidor Brasileiro**. 8. ed. São Paulo: ANBIMA, 2025.

ANBIMA. Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. **Raio X do Investidor Brasileiro**. 9. ed. São Paulo: ANBIMA, 2026.

CARDOZO, Tuane Tayrine Mendes *et al.* **Análise do Perfil de Investidores Brasileiros**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 9., 2019, Ponta Grossa. **Anais [...]**. Ponta Grossa: ConBRepro, 2019. p. 1-12.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 02 mai. 2026.

EDUCAÇÃO, ENSINO E APOIO PEDAGÓGICO: CONTRIBUIÇÕES DOS PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DA UFRN PARA A FORMAÇÃO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Julie Idália Araujo Macêdo¹; Buena Bruna Araujo Macêdo².

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN. <http://lattes.cnpq.br/6002660768622458>

²Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN. <http://lattes.cnpq.br/0681855287636843>

PALAVRAS-CHAVE: Permanência estudantil. Apoio pedagógico. Formação acadêmica.

INTRODUÇÃO

A permanência estudantil no ensino superior constitui um dos principais desafios enfrentados pelas universidades públicas brasileiras, especialmente diante das dificuldades acadêmicas, sociais e emocionais vivenciadas pelos estudantes durante sua trajetória universitária. Nesse contexto, as políticas institucionais voltadas ao ensino e ao apoio pedagógico tornam-se fundamentais para fortalecer os processos de aprendizagem, favorecer a adaptação acadêmica e contribuir para a redução dos índices de retenção e evasão universitária.

Segundo Tinto (2012), a permanência estudantil está diretamente relacionada ao nível de integração acadêmica e institucional dos discentes, sendo necessário que as universidades desenvolvam ações de acolhimento, acompanhamento e suporte pedagógico contínuo. Para Freire (1996), a educação deve constituir-se como prática formativa crítica e emancipatória, capaz de promover autonomia, participação e transformação social.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) desempenha papel estratégico na formulação e execução de políticas institucionais voltadas ao fortalecimento do ensino e da permanência estudantil. Entre os programas coordenados pela PROGRAD destacam-se o Programa Complementar de Estudos do Ensino Médio (PROCEEM), o Programa de Educação Tutorial (PET), a Monitoria, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), a Tutoria Acadêmica, a Residência Pedagógica (PRP) e o Encontro Integrado de Projetos de Ensino (EIPE). Além disso, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) desenvolve ações de apoio pedagógico, como o Projeto de Extensão Hábitos de Estudo (PHE), voltado ao fortalecimento das competências acadêmicas dos estudantes universitários. Esses programas atuam em diferentes dimensões da formação acadêmica, envolvendo aprendizagem colaborativa, iniciação à docência, integração universitária, acompanhamento pedagógico e desenvolvimento de competências necessárias à trajetória acadêmica e profissional dos estudantes.

OBJETIVO

Analisar as contribuições dos programas institucionais de ensino e apoio pedagógico desenvolvidos pela UFRN para o fortalecimento da aprendizagem, formação acadêmica e permanência estudantil no ensino superior.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada e objetivo descritivo. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, desenvolvida a partir da análise de documentos institucionais, produções acadêmicas e informações disponibilizadas nos portais oficiais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Conforme Gil (2019), a pesquisa bibliográfica possibilita a compreensão de fenômenos sociais e educacionais por meio da análise de estudos já publicados, enquanto a pesquisa documental permite a investigação de documentos institucionais relacionados às políticas e práticas educacionais. A análise dos dados foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), permitindo identificar categorias relacionadas ao apoio pedagógico, formação acadêmica e integração estudantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que os programas institucionais desenvolvidos pela UFRN possuem papel estratégico no fortalecimento da aprendizagem, da permanência estudantil e da formação acadêmica dos discentes.

O Programa Complementar de Estudos do Ensino Médio (PROCEEM) constitui uma importante ação desenvolvida em parceria entre a PROGRAD e a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), sendo coordenado por docentes da instituição e voltado à oferta gratuita de aulas preparatórias para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O programa contribui para a democratização do acesso ao ensino superior e para o fortalecimento das políticas de inclusão educacional.

O Programa de Monitoria da UFRN configura-se como relevante ação institucional voltada à melhoria do processo de ensino-aprendizagem e ao incentivo à formação docente. Desenvolvida por meio de projetos vinculados aos cursos de graduação, a monitoria favorece a aprendizagem colaborativa, o aprofundamento dos conteúdos curriculares e o fortalecimento da formação acadêmica e pedagógica dos estudantes monitores.

O Programa de Tutoria oferece suporte acadêmico a grupos de estudantes com baixo rendimento acadêmico, buscando favorecer a adaptação dos ingressantes ao ensino superior e auxiliar estudantes que apresentam dificuldades em componentes curriculares com elevados índices de retenção nos semestres iniciais dos cursos de graduação.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Residência Pedagógica (PRP) apresentam significativa contribuição para a formação inicial de professores. O PRP teve como objetivo aperfeiçoar a formação docente e fortalecer o estágio curricular supervisionado, atendendo estudantes dos períodos finais das licenciaturas que já haviam integralizado pelo menos 50% da carga horária do curso. Além disso, as 440 horas de atividades de regência em sala de aula previstas no programa eram aproveitadas como Estágio Supervisionado, favorecendo a integração entre teoria e prática no processo formativo dos licenciandos.

O Programa de Educação Tutorial (PET) fortalece a formação acadêmica interdisciplinar por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, estimulando o protagonismo estudantil e o desenvolvimento científico.

Outro destaque refere-se ao Encontro Integrado de Projetos de Ensino (EIPE), evento multidisciplinar promovido pela PROGRAD no âmbito da formação inicial de professores. O EIPE constitui importante espaço institucional de socialização das experiências acadêmicas e pedagógicas desenvolvidas por bolsistas e voluntários dos programas de ensino da universidade, promovendo diálogo, integração acadêmica e troca de experiências entre estudantes, docentes e comunidade universitária.

Além das ações vinculadas à PROGRAD, destaca-se o Projeto de Extensão Hábitos de Estudo (PHE), desenvolvido pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFRN. O projeto realiza ações preventivas voltadas ao desenvolvimento de habilidades acadêmicas em estudantes universitários, buscando favorecer a aquisição de estratégias e hábitos de estudo adequados às exigências acadêmicas e à preparação profissional. As atividades abordam temas relacionados à organização da rotina acadêmica, planejamento dos estudos, técnicas de aprendizagem, gestão do tempo e fortalecimento da autonomia discente.

Observa-se que os programas analisados ultrapassam a dimensão exclusivamente acadêmica, constituindo-se como políticas institucionais voltadas à inclusão, acolhimento, democratização do ensino superior e fortalecimento da permanência estudantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu compreender a relevância dos programas institucionais de ensino e apoio pedagógico desenvolvidos pela UFRN para o fortalecimento da aprendizagem, formação acadêmica e permanência estudantil. As iniciativas analisadas demonstram o compromisso institucional da universidade com a qualidade do ensino, o acompanhamento pedagógico dos estudantes e a construção de políticas voltadas à inclusão e democratização do ensino superior.

Verificou-se que programas como PROCEEM, Monitoria, Tutoria, PIBID, Residência Pedagógica, PET, EIPE e Projeto Hábitos de Estudo contribuem significativamente para o desenvolvimento acadêmico, científico e profissional dos estudantes, fortalecendo

processos de aprendizagem colaborativa, iniciação à docência, integração universitária e desenvolvimento de competências acadêmicas. Dessa forma, conclui-se que o investimento em políticas institucionais de educação, ensino e apoio pedagógico constitui elemento essencial para a consolidação de uma universidade pública comprometida com a permanência estudantil, a formação crítica e o desenvolvimento integral dos discentes.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

TINTO, Vincent. **Completing college: rethinking institutional action**. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Programa de Monitoria da UFRN**. Natal: PROGRAD/UFRN, 2026. Disponível em: https://www.prograd.ufrn.br/pagina.php?a=prog_monitoria. Acesso em: 26 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Programa de Tutoria da UFRN**. Natal: PROGRAD/UFRN, 2026. Disponível em: https://www.prograd.ufrn.br/pagina.php?a=prog_tutoria. Acesso em: 26 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Programa Complementar de Estudos do Ensino Médio – PROCEEM**. Natal: UFRN, 2026. Disponível em: <https://www.prograd.ufrn.br/pagina.php?a=proceem>. Acesso em: 26 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID**. Natal: PROGRAD/UFRN, 2026. Disponível em: <https://www.prograd.ufrn.br/pagina.php?a=pibid>. Acesso em: 26 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Programa de Residência Pedagógica – PRP**. Natal: PROGRAD/UFRN, 2026. Disponível em: https://www.prograd.ufrn.br/pagina.php?a=residencia_pedagogica. Acesso em: 26 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Programa de Educação Tutorial – PET**. Natal: PROGRAD/UFRN, 2026. Disponível em: <https://www.prograd.ufrn.br/pagina.php?a=pet>. Acesso em: 26 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Encontro Integrado de Projetos de Ensino – EIPE**. Natal: PROGRAD/UFRN, 2026. Disponível em: <https://www.prograd.ufrn.br/pagina.php?a=eipe>. Acesso em: 26 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Hábitos de Estudo –**

PHE. Natal: PROAE/UFRN, 2026. Disponível em: <https://proae.ufrn.br>. Acesso em: 26 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Cadernos de Monitoria da UFRN.** Natal: PROGRAD/UFRN, 2026. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/collections/3f7e5f2c-6c5d-4a4a-b6fd-3f4a4f4a0e5d>. Acesso em: 26 maio 2026.

CONTRIBUIÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA PARA A APRENDIZAGEM DE PROGRAMAÇÃO EM CURSOS DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

Lucas Jardel José Wohlmuth Alves dos Santos¹; Fernanda Pereira Rosa².

¹MUST University, Deerfield Beach, Florida.

²FACUMINAS, Guarulhos, São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: Possibilidades. Desafios. Implicações éticas.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/7

INTRODUÇÃO

A expansão das ferramentas de Inteligência Artificial (IA) generativa tem promovido mudanças na educação superior, especialmente na computação, passando a integrar atividades como resolução de problemas, desenvolvimento de algoritmos, documentação de software e depuração de códigos (SANTOS, 2026).

No contexto educacional, a incorporação dessas tecnologias exige reflexões que vão além dos aspectos técnicos. Selwyn (2022) destaca que a adoção de novas tecnologias educacionais envolve decisões relacionadas ao currículo, às práticas pedagógicas e aos valores que orientam os processos formativos. Luckin (2018) argumenta que as tecnologias educacionais devem atuar como instrumentos de apoio ao desenvolvimento da aprendizagem e da autonomia dos estudantes, e não como substitutas da inteligência humana.

Desta forma, os benefícios associados à IA generativa coexistem com desafios pedagógicos e éticos. Kasneci *et al.* (2023) ressaltam que o uso de modelos generativos demandam estratégias que favoreçam a transparência, a reflexão crítica e a avaliação orientada ao processo de aprendizagem. De forma complementar, a UNESCO (2023) enfatiza a importância de diretrizes institucionais que promovam o uso responsável dessas tecnologias, contemplando aspectos relacionados à supervisão docente, à proteção de dados e à integridade acadêmica.

Este trabalho apresenta um recorte da dissertação de mestrado de Santos (2026), sintetizando os principais resultados sobre o uso da Inteligência Artificial generativa no ensino de programação em cursos de Ciência da Computação.

OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo analisar as possibilidades, os desafios e as implicações pedagógicas decorrentes da utilização da Inteligência Artificial generativa no ensino de

programação em cursos de Ciência da Computação.

METODOLOGIA

A investigação foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico abrangendo estudos publicados no período de 2020 a 2025. A busca das produções científicas foi realizada nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO Brasil) e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), selecionadas em função de sua relevância para a disseminação da produção científica nacional e internacional relacionada ao tema investigado.

A definição dos descritores considerou termos relacionados à IA generativa, ao ensino de programação e às suas implicações pedagógicas e éticas. As buscas utilizaram operadores booleanos para ampliar e refinar os resultados, sendo organizadas em três eixos temáticos: IA generativa, ensino de programação e aspectos pedagógicos e éticos associados ao uso dessas tecnologias.

Inicialmente foram identificadas aproximadamente 600 publicações potencialmente relevantes. Após a leitura de títulos, resumos e palavras-chave, foram pré-selecionados 180 estudos. Em seguida, realizou-se a leitura integral de 50 trabalhos, dos quais 10 atenderam integralmente aos critérios de elegibilidade, compondo o *corpus* final da pesquisa (SANTOS, 2026).

A seleção dos estudos considerou critérios de pertinência temática, clareza metodológica e discussão sobre o uso da IA generativa no ensino de programação, incluindo aspectos pedagógicos e éticos. Buscou-se sintetizar os benefícios e limitações reportados na literatura, subsidiando a discussão sobre práticas educacionais, estratégias avaliativas e políticas institucionais voltadas ao uso responsável dessas tecnologias. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo com orientação temática proposta por Bardin (2011), permitindo a identificação de categorias relacionadas às potencialidades pedagógicas, limitações, desafios e implicações éticas da IA generativa na formação em Ciência da Computação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das obras selecionadas permitiu identificar três categorias centrais relacionadas ao uso da Inteligência Artificial (IA) generativa no ensino de programação em cursos de Ciência da Computação: potencialidades pedagógicas, desafios e limitações de sua utilização e implicações éticas e pedagógicas para a formação profissional dos estudantes.

A primeira categoria, referente às potencialidades pedagógicas da IA generativa, demonstrou que essas ferramentas podem contribuir para a resolução de problemas,

para a personalização da aprendizagem e para o desenvolvimento de competências relacionadas à programação. Segundo Luckin (2018) e Kasneci *et al.* (2023), modelos generativos podem oferecer explicações adaptadas às necessidades dos estudantes, auxiliar na compreensão de conceitos e fornecer *feedback* imediato durante a realização de atividades. Em complementação, estudos de Vaithilingam; Zhang; Glassman (2022) e Barke; James; Polikarpova (2023) também indicam que a geração de exemplos, sugestões de implementação e apoio à documentação de código favorecem práticas de aprendizagem mais ativas e reflexivas, desde que associadas à análise crítica e à validação das respostas produzidas.

A segunda categoria reuniu os desafios e limitações relacionados ao uso da IA generativa na formação em Ciência da Computação. Os resultados apontam que a dependência excessiva dessas ferramentas pode comprometer o desenvolvimento do raciocínio computacional e da autonomia dos estudantes, especialmente quando as soluções geradas são utilizadas sem verificação ou reflexão sobre os processos envolvidos (VAITHILINGAM; ZHANG; GLASSMAN, 2022 e BARKE; JAMES; POLIKARPOVA, 2023). Além disso, a literatura evidenciou limitações relacionadas à confiabilidade das respostas produzidas, uma vez que modelos generativos podem apresentar erros lógicos, informações imprecisas e soluções incompatíveis com os requisitos das tarefas propostas (KASNECI *et al.*, 2023).

A terceira categoria abordou as implicações éticas e pedagógicas decorrentes da utilização dessas tecnologias. Os estudos analisados destacam a necessidade de promover uma formação crítica que contemple aspectos relacionados à transparência, à responsabilidade profissional, à proteção de dados e à mitigação de vieses algorítmicos (UNESCO, 2023). Nessa perspectiva, o uso da IA generativa deve ser acompanhado por diretrizes institucionais claras e por estratégias pedagógicas que valorizem a autoria, a integridade acadêmica e a capacidade de justificar decisões técnicas durante o desenvolvimento de soluções computacionais (KASNECI *et al.*, 2023).

Os resultados evidenciam mudanças profundas no papel docente e nos processos avaliativos, uma vez que, conforme discutem Luckin (2018) e Selwyn (2022), a presença da IA generativa desloca o foco da simples produção de código para atividades que exigem interpretação, argumentação, testes e análise crítica.

De modo geral, os resultados indicam que a IA generativa pode enriquecer o ensino de programação quando integrada de forma planejada às práticas pedagógicas. Contudo, seus benefícios dependem de estratégias que promovam a participação ativa dos estudantes, a supervisão docente e o uso ético dessas tecnologias, preservando a autonomia intelectual e a qualidade da formação (SANTOS, 2026).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a Inteligência Artificial generativa representa uma tecnologia com elevado potencial para contribuir com o ensino de programação em cursos de Ciência da Computação. Os resultados indicaram que essas ferramentas podem apoiar a resolução de problemas, ampliar o acesso a explicações personalizadas, auxiliar processos de documentação e fortalecer práticas de aprendizagem voltadas ao desenvolvimento de competências computacionais.

Entretanto, os resultados também evidenciaram a necessidade de desenvolver competências relacionadas à ética, à governança tecnológica e à avaliação crítica dos conteúdos produzidos por sistemas de IA. Nesse sentido, a formação em Ciência da Computação deve contemplar não apenas aspectos técnicos, mas também dimensões sociais e éticas associadas à utilização dessas ferramentas.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARKE, Shraddha; JAMES, Michael B.; POLIKARPOVA, Nadia. Grounded Copilot: How programmers interact with code-generating models. **Proceedings of the ACM on Programming Languages**, v. 7, n. 78, p.75-111, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1145/3586030>.

KASNECI, Enkelejda *et al.* ChatGPT for good? On opportunities and challenges of large language models for education. **Learning and Individual Differences**, v. 103, p. 1-13, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.lindif.2023.102274>.

LUCKIN, Rose. **Machine learning and human intelligence: the future of education for the 21st century**. London: UCL Institute of Education Press, 2018.

SANTOS, Lucas Jardel José Wohlmuth Alves dos. **O uso da inteligência artificial generativa no ensino da programação em cursos de Ciência da Computação**. 2026. 78 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias Emergentes em Educação) – MUST University, Deerfield Beach, 2026.

SELWYN, Neil. **Education and technology: key issues and debates**. London: Bloomsbury Academic, 2022.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Guidance for generative AI in education and research**. Paris: UNESCO, 2023. DOI: <https://doi.org/10.54675/EWZM9535>.

VAITHILINGAM, Priyan; ZHANG, Tianyi; GLASSMAN, Elena. Expectation vs. experience: Evaluating the usability of code generation tools powered by large language models. **CHI EA '22: CHI Conference on Human Factors in Computing Systems Extended Abstracts**, n. 332, p. 1-7, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1145/3491101.3519665>.

O REGISTRO ESCOLAR COMO ESPAÇO PEDAGÓGICO INVISÍVEL: PARA ALÉM DA BUROCRACIA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Angelo Antonio Silveira¹; Amanda Castro de Souza²; Clarissa Saporetti Bonfioli Soares³; Djenane Ferreira Pena⁴; Fábila Eliza Facioni⁵; Fabiana Aparecida de Paula Lopes⁶; Fernando Trivellato Soares⁷; Luciana Auxiliadora de Souza Lopes⁸; Luciana de Souza Vilela⁹; Mariza dos Santos Dias¹⁰; Matheus Rodrigues Berraut Ferreira¹¹; Ramon Tadeu Gomes¹²; Renata Maria de Souza Santos¹³; Tamiris Dalila Martins Presentino Fontes¹⁴.

¹Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/6489337737503609>

²Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/6865522789005430>

³Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/7720378520693511>

⁴Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/4783168300365183>

⁵Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/1113293482098645>

⁶Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/9611535126784662>

⁷Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/5889186429502913>

⁸Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/7320084823416323>

⁹Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais. <https://lattes.cnpq.br/1476205243014043>

¹⁰Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais. <https://lattes.cnpq.br/5370087148650251>

¹¹Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/5737146336219036>

¹²Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais. <https://lattes.cnpq.br/6489337737503609>

¹³Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais. <https://lattes.cnpq.br/8294400290042767>

¹⁴Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/8398230822545498>

PALAVRAS-CHAVE: Gestão educacional. Atendimento ao público. Mediação pedagógica.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/15

INTRODUÇÃO

O cotidiano dos setores administrativos das universidades, como a Diretoria de Registro Escolar, é, do ponto de vista da gestão, comumente associado ao cumprimento estrito de normas, prazos e procedimentos burocráticos. Tradicionalmente, a imagem que se constrói desses espaços é a de um local de arquivamento de documentos, emissão de comprovantes e aplicação impessoal de regras previstas no Regime Didático. No entanto, conforme discutem autores como Paro (2001) e Dourado (2007), a gestão escolar

democrática e qualidade socialmente referenciada exigem que setores escolares superem a lógica estritamente burocrática. A vivência do dia a dia de trabalho na Seção de Atendimento ao Público da Diretoria de Registro Escolar da Universidade Federal de Viçosa (UFV) revela uma realidade muito mais complexa e, sob certo ângulo, profundamente conectada ao contexto pedagógico. Acredita-se que, para além da burocracia, o Registro Escolar atua como um espaço de mediação, acolhimento e orientação, desempenhando um papel estratégico na garantia do direito à educação e na permanência dos estudantes, ainda que essa dimensão pedagógica permaneça, muitas vezes, invisível aos olhos da comunidade acadêmica.

Sabe-se que o ingresso no ensino superior representa um momento de transição significativo, marcado por desafios relacionados à adaptação acadêmica e à compreensão de um novo arcabouço normativo. De acordo com Bourdieu e Passeron (2014), mecanismos institucionais aparentemente neutros podem reproduzir desigualdades, especialmente para estudantes que não dominam o código normativo da universidade. Para os estudantes, especialmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou com problemas de saúde mental, entender o Regime Didático, o calendário escolar e a tramitação dos processos pode representar um obstáculo quase que intransponível. É nesse cenário que o atendimento prestado pelos funcionários que atuam na Seção de Atendimento ao Público da Diretoria de Registro Escolar, longe de ser um mero ato administrativo, se aproxima de uma prática informativa/educacional.

Conforme argumenta Paro (2001), a gestão escolar vista como democrática deve surgir da ideia de que a existência da instituição está relacionada ao atendimento das demandas dos estudantes, o que inclui, necessariamente, a forma como o atendimento ao público do Registro Escolar se organiza para receber, escutar e orientar os estudantes.

OBJETIVO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel pedagógico, frequentemente invisibilizado, desempenhado pela Diretoria de Registro Escolar da UFV, em especial pela sua Seção de Atendimento ao Público, na mediação entre as normas institucionais e as trajetórias concretas do dia a dia dos estudantes no contexto universitários. Busca-se, nessa reflexão, discutir como as atividades de orientação, acolhimento e esclarecimento, realizadas no cotidiano do setor, contribuem para a construção da autonomia estudantil, para a prevenção da evasão e para a efetivação de uma gestão escolar que, embora inserida em um contexto burocrático, pode ser compreendida como um espaço de apoio pedagógico e de garantia de direitos.

METODOLOGIA

O estudo adota uma abordagem metodológica qualitativa, de natureza teórico-reflexiva, desenvolvida no contexto da Seção de Atendimento ao Público da Diretoria de Registro Escolar da UFV. A pesquisa fundamenta-se em três perspectivas complementares: primeiro, uma revisão bibliográfica narrativa, embasada em autores do campo da educação, como Vitor Henrique Paro (2001, 2007) e Luiz Fernandes Dourado (2007), que discutem a gestão escolar democrática e a qualidade socialmente referenciada, e em autores do Direito Administrativo, como Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2022), para pensar os limites da legalidade formal. Segundo, realiza-se uma análise documental do Regime Didático da UFV (Resolução Cepe/UFV nº 17/2025) e do calendário escolar, confrontando a rigidez normativa com a complexidade das situações vivenciadas pelos estudantes. Por fim, a pesquisa se vale da observação reflexiva do cotidiano de trabalho dos funcionários que trabalham no setor de atendimento ao público, realizada ao longo do 2º semestre do ano de 2025, na qual se busca uma reflexão que, supera a perspectiva das normas e procedimentos, considerando as interações, as dúvidas recorrentes dos estudantes e as estratégias de mediação adotadas pelos servidores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A observação do cotidiano de trabalho da Seção de Atendimento ao Público evidencia que boa parte das demandas não se limita à solicitação de documentos ou à execução de rotinas simples. Pelo contrário, o que se percebe é um fluxo constante de estudantes que buscam compreender as implicações das regras previstas no Regime Didático em suas vidas. Dúvidas sobre os critérios de desligamento e de trancamento de matrícula, o funcionamento do coeficiente de rendimento, a possibilidade de abertura de processos na modalidade “fora do prazo” e por motivo de saúde ou a necessidade de elaboração do plano de estudos junto à coordenação são recorrentes, especialmente entre os alunos ingressantes.

Essas questões, embora de natureza administrativa, carregam uma forte dimensão pedagógica, pois dizem respeito à capacidade do estudante de se orientar e de tomar decisões sobre a sua própria trajetória acadêmica no contexto universitário e o seu futuro na carreira dentro do curso que ele escolheu .

Entende-se que, nesse processo de esclarecimento, o servidor do Atendimento ao Público do Registro Escolar atua como um tradutor das normas previstas no regime didático e das datas do calendário escolar. Conforme argumenta Dourado (2007), a equidade deve ser vista como norte para a caminhada em prol da qualidade educacional. Dentro do contexto do atendimento ao público, a equidade se manifesta na capacidade de o servidor reconhecer que situações desiguais, como um problema grave de saúde ou uma condição de vulnerabilidade socioeconômica, demandam respostas institucionais diferenciadas.

Acredita-se que essa atuação, que Bourdieu e Passeron (2014) ajudam a compreender ao mostrar como mecanismos institucionais aparentemente neutros podem reproduzir desigualdades, é revertida quando o atendimento ao público humanizado é pensado como um espaço de mediação. O servidor, ao explicar os artigos do Regime Didático, ao sugerir a abertura de um processo de reconsideração de desligamento ou ao orientar sobre os detalhes referentes ao momento da instrução do processo acadêmico, sobre a documentação necessária para um regime especial, está cumprindo muito mais do que uma simples função burocrática. Ele está, como propõe Paro (2007), viabilizando a realização dos fins educacionais da instituição, pois está criando as condições para que o estudante possa permanecer e ter sucesso em sua jornada acadêmica. O atendimento humanizado, nesse sentido, não deve ser minimizado a mera cortesia, mas precisa ser reconhecido como princípio político-pedagógico, na medida em que retrata a aplicação concreta do direito à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão aqui proposta parte do entendimento de que a Seção de Atendimento ao Público da Diretoria de Registro Escolar não pode ser reduzida à imagem de um setor meramente burocrático. A experiência do dia a dia de trabalho dos servidores demonstra que a Seção exerce, ainda que de forma não formalizada, um papel pedagógico fundamental, ao atuar como um espaço de acolhimento, orientação e mediação entre as normas previstas no Regime Didático e as singularidades das diversas vivências estudantis. Conclui-se que essa dimensão pedagógica, embora muitas vezes invisível aos olhos do universo acadêmico, é estratégica para a promoção da equidade, para a redução da evasão e para o fortalecimento da autonomia dos estudantes.

Reconhecer a atuação dos servidores que atuam no atendimento ao público do Registro Escolar como uma prática pedagógica implica, por sua vez, em uma série de desdobramentos. Implica, primeiramente, em investir na capacitação contínua desses servidores, não apenas em relação às normas, mas em relação a técnicas de escuta ativa, mediação de conflitos e acolhimento institucional. Implica, também, em superar a histórica desvalorização simbólica desses setores, entendendo que o trabalho ali realizado exige um elevado domínio técnico, maturidade emocional e um profundo compromisso ético com a missão da universidade pública.

Por fim, pensar o Registro Escolar como espaço pedagógico é um convite para que a gestão escolar democrática, tão abordada na literatura, se materialize também nos corredores e nos balcões de atendimento, garantindo que a legalidade e a equidade caminhem juntas na efetivação do direito à educação superior.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. 35. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

DOURADO, L. F. Qualidade da educação: conceitos e definições. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 5-18, 2007.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Resolução Cepe/UFV nº 17, de 21 de março de 2025**. Aprova o Regime Didático para os cursos de graduação da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG: UFV, 2025.

EQUIPE INTERDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL EXPERIÊNCIA DO IFAC CAMPUS RIO BRANCO

Sandra Maria Amorim da Rocha¹; Maria Joserlânia dos Santos Moreira²; Kênnia Rayane Leitão de Oliveira³; Lucas de Sousa Gomes⁴.

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

³Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

⁴Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Interdisciplinaridade. Educação Profissional e Tecnológica. Permanência Estudantil.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/23

INTRODUÇÃO

O cenário atual da Educação Profissional e Tecnológica – EPT é marcado por uma dualidade entre a expansão das instituições e a necessidade premente de garantir a permanência e o êxito dos estudantes frente às variadas expressões da questão social que se manifestam no ambiente acadêmico (Santos, 2012). Pensar a educação na perspectiva da totalidade implica reconhecer que ela é determinada por múltiplas dimensões sociais, políticas e econômicas.

A Constituição Federal (Brasil, 1988) estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado, mas a materialização desse direito na EPT exige mediações que considerem a formação integral do sujeito, unindo trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

A compreensão da educação como um direito social universal e uma política de proteção social é o ponto de partida para qualquer análise crítica que pretenda superar a visão assistencialista tradicional e consolidar uma prática emancipatória no âmbito da assistência estudantil (Almeida, 2000).

Para avaliar a importância do serviço social e o papel da atuação da equipe interdisciplinar, faz-se necessário discutir como essa atuação contribui com a garantia de direitos e com o atendimento das necessidades estudantis que são, também, humanas e sociais. O presente artigo discute a atuação da equipe interdisciplinar no Instituto Federal do Acre – IFAC, campus Rio Branco, com ênfase na Assistência Estudantil.

OBJETIVO

Discutir a atuação da equipe multiprofissional, campus Rio Branco, analisar sua importância no IFAC, destacar contribuições para a permanência e o êxito dos estudantes no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, com ênfase no papel do Serviço Social na assistência estudantil.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza básica, com objetivos descritivos e exploratórios. Quanto aos procedimentos técnicos, caracteriza-se como pesquisa documental e bibliográfica.

O estudo foi realizado a partir da análise de registros institucionais e da sistematização das práticas desenvolvidas pelo NAES do IFAC – campus Rio Branco no período de 2018 a 2020. A análise dos dados foi fundamentada em referenciais teóricos do Serviço Social e da Educação, com ênfase nas categorias de política educacional, questão social e interdisciplinaridade. Foram considerados relatórios, registros de atendimentos e ações institucionais voltadas à assistência estudantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2013), a atuação não pode se restringir ao atendimento de populações em situação de extrema vulnerabilidade. Conforme Silva (2012), a redução do público ao “pobre” mascara responsabilidades estatais e fragiliza a mobilização coletiva. Assim, reafirma-se que a educação deve ser defendida como uma política pública universal e que é necessário compreender o Serviço Social não apenas na escola, mas na educação, ampliando o escopo de intervenção profissional.

A expansão da Rede Federal, intensificada a partir da Lei nº 11.892 (Brasil, 2008), trouxe o desafio de interiorizar o ensino de qualidade e promover a verticalização da educação básica à superior. No entanto, a conjuntura histórica recente mostra processos de ataques aos direitos sociais que impactam diretamente o financiamento e a execução das políticas de assistência estudantil. Nesse contexto, a prática profissional do assistente social e dos demais técnicos administrativos em educação – TAEs deve ser orientada por um projeto ético-político que busque a emancipação humana e o pleno exercício da cidadania.

A atuação de uma equipe técnica interdisciplinar no IFAC é consolidada pela Resolução nº 032/15 (Consu/Ifac, 2015), que estabelece as atribuições da equipe técnica multiprofissional da assistência estudantil. A equipe que integra o NAES é composta por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, que devem atuar de forma integrada e dinâmica. O objetivo dessa união de saberes é garantir a implementação eficaz da política de ensino básico, técnico e tecnológico. A atuação

interdisciplinar do NAES funciona como uma ponte fundamental entre a escola e a família, permitindo que a realidade vivenciada por cada campus seja compartilhada e aprimorada coletivamente.

No IFAC, observa-se que os profissionais do NAES buscam superar o limite presente na dualidade entre as solicitações burocráticas da instituição, como a simples seleção socioeconômica para editais, e a necessidade de realizar um trabalho profissional mais profundo e transformador para o estudante. Já o foco das ações está excessivamente centralizado em núcleos específicos, havendo uma necessidade de fortalecer o papel dessas equipes na organização do trabalho como um todo e ocupar espaços de decisão institucional.

A pandemia de COVID-19 impôs desafios adicionais às equipes, exigindo a criação de protocolos de atendimento remoto e o enfrentamento de novas formas de evasão e adoecimento mental dos discentes. Já o período pós-pandemia exigiu que as equipes repensassem sua atuação interdisciplinar para lidar com as lacunas de aprendizagem e a fragilidade dos vínculos sociais.

Ao analisar a experiência no campus Rio Branco, é possível identificar avanços significativos, mas também áreas que demandam atenção redobrada da gestão institucional e dos profissionais de ponta. O relatório de gestão destaca a consolidação da infraestrutura da rede (Ifac, 2024), com todas as unidades operando em sedes próprias, o que proporciona um ambiente mais adequado para as atividades de ensino e atendimento ao estudante.

Faz-se necessário que os gestores invistam mais em qualificação técnica para as equipes interdisciplinares, especialmente em metodologias participativas e em temas como saúde mental e inclusão escolar. A valorização do servidor reflete diretamente na qualidade do atendimento prestado à comunidade acadêmica.

É necessário aprimorar a integração de dados entre os diversos sistemas institucionais. O monitoramento das taxas de permanência e êxito deve ser realizado de forma contínua e desagregada por semestre, curso e perfil socioeconômico, permitindo que as intervenções sejam preventivas e não apenas reativas.

Um desafio persistente para o Serviço Social no IFAC é superar as demandas institucionais homogêneas que tendem a tratar todos os sujeitos de maneira igual, ignorando as especificidades regionais e individuais. Nesse sentido, se faz necessário dar maior visibilidade às estratégias de mediação de conflitos, ao trabalho com as famílias e às articulações com a rede socioassistencial externa. Esses são os elementos que diferenciam o trabalho técnico-pedagógico de uma mera administração escolar e que conferem à EPT sua função social de formação para a cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração entre profissionais de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Enfermagem e demais áreas possibilita uma compreensão ampliada das demandas estudantis, favorecendo intervenções mais qualificadas e eficazes. De forma que o Serviço Social se destaca na identificação das expressões da questão social que impactam o desempenho acadêmico, como vulnerabilidade socioeconômica, dificuldades familiares e acesso limitado a direitos sociais. A partir dessas demandas, são articuladas ações intersetoriais com a equipe multiprofissional.

A interdisciplinaridade não se restringe à coexistência de saberes, mas se configura como prática colaborativa voltada à construção de soluções institucionais coletivas. Esse processo fortalece o vínculo dos estudantes com a instituição e contribui para a redução da evasão e retenção. Além disso, o trabalho desenvolvido pelo NAES amplia o acesso às políticas de assistência estudantil, promovendo maior equidade no atendimento e fortalecendo um ambiente educacional inclusivo e humanizado.

A experiência do IFAC campus Rio Branco demonstra que a atuação interdisciplinar é indispensável para a efetivação do direito à educação, pois contribui significativamente para a permanência e o êxito estudantil. O Serviço Social, articulado às demais áreas, contribui para a construção de uma cultura institucional pautada na participação, no pertencimento e na cidadania. Conclui-se que a atuação integrada da equipe multiprofissional fortalece o processo ensino-aprendizagem e contribui para a democratização do acesso e permanência na educação pública.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e Educação: novas perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2013.

IFAC, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. **Relatório de Gestão 2024**. Rio Branco, Acre. Acessado em 30 de maio de 2026, disponível em: https://www.ifac.edu.br/acesso-a-informacao/auditorias/Relatorio_de_Gestao_2024_Versao_Final_27.03.2025.pdf

SANTOS, Claudia Mônica. **Serviço Social e Educação: mediações necessárias**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Serviço Social e a política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

PROJETOS DE EXTENSÃO DO IFSP CAMPUS ARARAQUARA: RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2023

Ivanise Aurora Ventura¹

¹Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Araraquara, São Paulo. <https://lattes.cnpq.br/2812946815690962>

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Pesquisa. Extensão.

INTRODUÇÃO

A atividade extensionista, conforme estabelecido na Política Nacional de Extensão, “é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a instituição de educação e os demais setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p.15), considerando o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Sendo assim, a extensão é compreendida como uma ação educativa que visa uma ação transformadora entre a universidade e a sociedade, objetivando, portanto, um impacto na formação do estudante e na transformação social. Sendo assim, os setores responsáveis por disseminar a cultura extensionista devem elaborar estratégias e ações que permitam o diálogo entre os sujeitos da instituição de educação e da sociedade, visando a mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia.

Nesse contexto, em 2014, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 do IFSP, buscando construir uma práxis educativa que contribua para a inserção social, trouxe em seu documento vários objetivos importantes para consolidar a prática da extensão na instituição: a criação de Programas Institucionais de Extensão; a institucionalização das ações de extensão através da criação do Conselho de Extensão; a ampliação das ações de fomento interno e incentivo à participação em editais externos; articulação de ações de Extensão para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, político, e cultural local e regional; o fortalecimento das Coordenadorias de Extensão dos *campi*; acompanhamento e inserção dos alunos no mundo do trabalho; consolidação das ações de Extensão como processo educativo, cultural e científico, articulado com o ensino e a pesquisa no cotidiano acadêmico e o mundo do trabalho; desenvolvimento de programas para a promoção da cultura da diversidade e direitos humanos, educação ambiental, manifestações artísticas, esportivas e culturais, além da conservação da memória (PDI IFSP, 2014, p. 119-123).

OBJETIVO

O objetivo desse trabalho é apresentar os resultados dessa política institucional, no âmbito do IFSP Campus Araraquara, no ano de 2023, considerando os impactos relacionados aos principais atores envolvidos, sua contribuição à formação do discente do IFSP, e a participação da comunidade externa.

METODOLOGIA

A abordagem do trabalho será qualitativa, de natureza básica e descritiva, através de pesquisa documental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No IFSP – Campus Araraquara, dentre as ações de extensão realizadas, merece notoriedade a oferta de cursos de extensão - ações pedagógicas de caráter teórico e prático - planejadas e organizadas de modo sistemático para atender às necessidades da sociedade, visando ao desenvolvimento, à atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos, com critérios de avaliação definidos.

Em breve análise quantitativa, os dados registrados a partir de 2017, mostram que foram ofertadas pelo Campus Araraquara 339 vagas de cursos de extensão.

Qualitativamente, faz-se relevante informar que os cursos de extensão passam por avaliação em instância interna ao câmpus e, depois, na Pró-Reitoria de Extensão, antes de serem ofertados à comunidade. Somente os cursos aprovados nas duas instâncias podem ser ofertados, revelando-se, assim, o comprometimento com a qualidade dos cursos de extensão. Até o início de 2023, o câmpus possuía 76 cursos de extensão aprovados para oferta.

Além dos cursos de extensão, o IFSP - Campus Araraquara desenvolve projetos de extensão, que são conjuntos de ações que podem ter caráter educativo, social, desportivo, cultural, científico ou tecnológico, e funcionam como articuladores do ensino, pesquisa e extensão.

Anualmente, uma parcela do orçamento do câmpus é reservada para fomento a projetos de extensão. Esse valor é convertido em bolsas destinadas a discentes que, após aprovação em processo seletivo específico, integram a equipe executora dos projetos de extensão e fazem valer de seu protagonismo para que os projetos alcancem os objetivos almejados.

Em relação aos projetos de extensão, analisando-se quantitativamente, os dados registrados a de 2017 a 2022, mostram que foram ofertados no campus 32 projetos de extensão. Em 2023, foram aprovados e ofertados 6 projetos.

No Quadro 1, são apresentados os projetos contemplados e executados em 2023, no Campus Araraquara, divididos nas seguintes áreas temáticas: Cultura, Educação, Tecnologia e Produção, Meio Ambiente, e Multidisciplinar.

Quadro 1 – Relação de projetos do IFSP Campus Araraquara, ano 2023

ÁREA TEMÁTICA	TÍTULO	BREVE DESCRIÇÃO
Cultura	Projeto Camerata IFSP - Campus Araraquara 2023	O projeto tem por objetivo compor uma camerata no câmpus e promover a formação musical da comunidade externa do câmpus. Além disso, visa também promover a cultura popular, tanto no âmbito interno quanto externo do câmpus. O projeto visa atingir, através de suas ações, a comunidade do município de Araraquara e região, além do público do canal oficial do câmpus no YouTube.
Educação	Cine(IFSP)Debate: Arte na construção de conhecimento	A ideia principal do projeto “Cine(IFSP)Debate” é fomentar o pensamento crítico, a partir da exibição aberta à comunidade interna e externa, de filmes nacionais, com posterior debate/diálogo. Metodologicamente, o projeto prevê um cine debate por mês, respeitando as etapas de: problematização inicial; a exibição do filme propriamente dito; a realização do debate/diálogo preferencialmente no formato de rodas de conversa e a finalização ou fechamento. O cine debate buscará fazer com que os participantes reflitam temas por diversos olhares, buscando respeitosamente organizar coletivamente novos conhecimentos sobre os assuntos.
Tecnologia e Produção	Ensino de lógica de programação com metodologias ativas e ferramentas de apoio: Scratch Brasil, Hora do Código e kit LEGO	Este projeto tem como objetivo utilizar metodologias ativas para o ensino de programação aplicada visando desenvolver os conhecimentos necessários para auxiliar os alunos envolvidos no pensamento crítico e investigativo. O desenvolvimento deste projeto possibilitará a iniciação tecnológica de alunos da rede de educação básica.
Meio Ambiente	Integrando Computação, Meio Ambiente e Sociedade	O objetivo geral deste projeto é conhecer, entender e divulgar os aspectos que envolvem a fabricação e o descarte de componentes eletrônicos utilizados na área da informática e os impactos para a sociedade e o meio ambiente. Assim como o uso consciente da tecnologia e suas implicações para o meio ambiente e a sociedade, promovendo e incentivando a reciclagem de resíduos eletrônicos, atuando na preservação do meio ambiente.

Educação	Laboratório de Ensino de Matemática (LEM): um espaço de formação	O projeto de extensão proposto, intitulado “Laboratório de Ensino de Matemática (LEM): um espaço de formação”, será oferecido no âmbito do Departamento de Matemática do IFSP/Araraquara entre os meses de maio a novembro de 2023. Os objetivos principais desse projeto são: (a) garantir o acesso da comunidade ao conhecimento matemático em diferentes espaços educacionais; (b) possibilitar formação inicial e continuada para professores da rede pública, que ensinam Matemática.
Multidisciplinar	Projeto de Extensão 1 - Engenharia e Sociedade	O projeto pretende proporcionar a construção do entendimento das contribuições e do papel da engenharia mecânica na sociedade, por meio de possibilidades de realização de um trabalho nas áreas de segurança do trabalho, ergonomia e/ou acessibilidade, com o objetivo de adequação ou melhoria de uma situação real em um posto de trabalho ou na interação do homem com um equipamento mecânico. Por fim, mas não se limitando a isso, usar os conhecimentos técnicos e científicos adquiridos no curso, em propostas de soluções em sistemas produtivos e na comunidade externa em geral ou na racionalização de recursos como energia e geração de resíduos em diferentes segmentos da sociedade.

A análise apresentada aqui atentará a três aspectos que, conforme já foi exposto, são imprescindíveis a uma ação extensionista como prática educativa: promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; contribuição à formação crítica do discente do IFSP; e articulação com a comunidade externa.

Os editais de fomento a projetos de extensão, apresentou-se como um excelente instrumento para a efetivação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, já que sua estrutura gerou a necessidade de apropriação de determinadas temáticas por servidores e discentes do IFSP Campus Araraquara (gestão ambiental e cultura, por exemplo), elaboração de atividades com o envolvimento da comunidade externa (aulas, cursos, oficinas, atividades culturais, entre outros), articulação entre as escolas e a própria gestão dos projetos. Essa característica facilitou a exploração do segundo aspecto: a contribuição à formação crítica do discente do IFSP. Cada estudante interagiu com os integrantes de uma outra instituição, organizando demandas, mobilizando conhecimentos para a elaboração de atividades e assumindo o protagonismo das ações. Os relatórios apontam o desenvolvimento integral e evidente dos estudantes. Quanto ao envolvimento com a comunidade externa, de modo geral, a implantação dos projetos já aprovados foi precedida de uma fase de identificação e articulação com outras escolas e a comunidade, para a definição das demandas e de estratégias mais eficazes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos realizados no campus Araraquara em articulação com a comunidade externa contemplaram diversas áreas temáticas de interesse da sociedade, e apresentou grande potencial para o desenvolvimento de ações genuinamente extensionistas, garantindo o protagonismo do discente do IFSP e a participação da comunidade externa. Faz-se necessário, entretanto, um estímulo à maior participação ativa dos sujeitos da comunidade externa na elaboração e execução dos projetos fomentados.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos>. Acesso em: 01/06/2026.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO. **Plano de desenvolvimento institucional: 2014-2018**. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/127-assuntos/desenvolvimento-institucional/dadi/80-pdi-2014-2018>. Acesso em: 01/06/2026.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)**. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 01/06/2026.

**ÁREA TEMÁTICA:
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL**

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E GERAÇÃO DE VALOR PÚBLICO NO REGISTRO ESCOLAR DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL: ADAPTAÇÃO DO BUSINESS MODEL CANVAS

Ramon Tadeu Gomes¹; Angelo Antonio da Silveira²; Matheus Rodrigues Berraut Ferreira³

¹Universidade Federal de Viçosa (UFV)/MUST University, Viçosa, MG. <https://lattes.cnpq.br/3835884178826490>

²Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG. <https://lattes.cnpq.br/6489337737503609>

³Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG. <https://lattes.cnpq.br/5737146336219036>

PALAVRAS-CHAVE: Transformação digital. Valor público. Registro escolar.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/8

INTRODUÇÃO

A transformação digital vem promovendo profundas mudanças nos modelos de gestão organizacional, especialmente no setor público, onde a necessidade de eficiência, transparência e melhoria da prestação de serviços torna-se cada vez mais evidente. No contexto das universidades públicas federais brasileiras, os setores administrativos responsáveis pela gestão acadêmica enfrentam desafios relacionados à modernização de processos, integração de sistemas e ampliação da experiência do usuário.

Entre esses setores, o Registro Escolar ocupa posição estratégica por concentrar atividades essenciais à vida acadêmica dos estudantes, como matrícula, emissão de documentos, controle acadêmico e gestão de registros institucionais. Historicamente estruturado em procedimentos burocráticos e presenciais, esse setor passou por importantes processos de digitalização nos últimos anos, impulsionados pela expansão das tecnologias da informação e pelas demandas de governo digital.

Nesse cenário, instrumentos de análise estratégica como o Business Model Canvas (BMC) podem contribuir para compreender como ocorre a geração de valor público em ambientes administrativos digitais. Embora originalmente desenvolvido para organizações privadas, o modelo pode ser adaptado ao setor público ao considerar elementos como eficiência institucional, transparência, sustentabilidade e atendimento à sociedade.

Dessa forma, o presente estudo discute como a transformação digital reconfigura os processos administrativos do Registro Escolar de uma universidade pública federal brasileira, enfatizando a adaptação do Business Model Canvas à lógica de geração de valor público.

OBJETIVO

Analisar como a transformação digital tem reconfigurado os serviços do Registro Escolar de uma universidade pública federal brasileira, considerando a adaptação do Business Model Canvas à geração de valor público, à governança digital e à modernização administrativa.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e descritiva, estruturada por meio de estudo de caso com base documental. O estudo foi desenvolvido a partir da análise do setor de Registro Escolar de uma universidade pública federal brasileira.

A coleta de dados ocorreu mediante análise de documentos institucionais, normativas internas, relatórios administrativos, fluxos processuais digitais e literatura científica relacionada à transformação digital, modelos de negócio e gestão pública. Foram considerados documentos produzidos entre os anos de 2018 e 2024, período marcado pela intensificação da digitalização dos serviços administrativos no setor público.

A análise dos dados foi realizada por meio de análise de conteúdo categorial, utilizando como referência teórica o Business Model Canvas, o conceito de valor público e estudos sobre transformação digital e governança eletrônica. As categorias analisadas envolveram proposta de valor, recursos estratégicos, atividades-chave, stakeholders institucionais e governança digital.

Por tratar-se de pesquisa baseada exclusivamente em documentos públicos e institucionais, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados demonstram que a transformação digital no Registro Escolar ultrapassa a simples informatização de rotinas administrativas, representando uma reconfiguração estrutural dos processos de geração de valor institucional.

Observou-se que a digitalização de serviços como matrículas, emissão de históricos escolares, autenticação documental e protocolos eletrônicos promoveu maior eficiência operacional, redução de custos administrativos e melhoria na experiência dos usuários. Além disso, verificou-se aumento da rastreabilidade dos processos e ampliação da transparência institucional.

A adaptação do Business Model Canvas ao contexto público permitiu reinterpretar seus componentes tradicionais. Os “clientes” passaram a ser compreendidos como stakeholders institucionais, incluindo estudantes, docentes, técnicos administrativos e órgãos reguladores. Já a proposta de valor deixou de estar relacionada à competitividade mercadológica, concentrando-se na prestação eficiente de serviços públicos educacionais.

Os recursos-chave identificados envolveram sistemas integrados de informação, infraestrutura tecnológica e capacitação dos servidores técnico-administrativos. As atividades-chave passaram a incluir governança de dados, atendimento digital e conformidade normativa.

Também se observou que a transformação digital fortalece a sustentabilidade institucional ao reduzir o uso de documentos físicos, otimizar fluxos internos e ampliar a integração entre setores acadêmicos. Contudo, o estudo evidencia que a efetividade da digitalização depende de investimentos contínuos em capacitação, segurança da informação e governança digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a transformação digital no Registro Escolar analisado representa um importante processo de modernização administrativa e fortalecimento da geração de valor público. A digitalização dos serviços acadêmicos contribui para maior eficiência, transparência e melhoria da experiência dos usuários, além de favorecer práticas institucionais mais sustentáveis.

A adaptação do Business Model Canvas demonstrou potencial como ferramenta estratégica para análise e reorganização de processos no setor público, permitindo visualizar de forma sistêmica as relações entre tecnologia, governança e prestação de serviços.

Além disso, o estudo evidencia o papel estratégico dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs) na implementação de processos inovadores e na consolidação da transformação digital nas universidades públicas federais.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

DAVIS, F. D. Perceived usefulness, perceived ease of use, and user acceptance of information technology. *MIS Quarterly*, v. 13, n. 3, p. 319–340, 1989.

MOORE, M. H. *Creating public value: Strategic management in government*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y. *Business model generation: a handbook for visionaries, game changers, and challengers*. Hoboken: Wiley, 2010.

PITASSI, C. Estratégias de negócio e sustentabilidade corporativa: um vínculo ético. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 21, n. 2, p. 379–392, 2023.

VIMIEIRO, S. C. A.; SILVA, A. L.; BAGNO, R. B. Transformação digital em modelos de negócios: uma revisão sistemática da literatura. *Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, 2022.

A ANÁLISE DE DADOS NO CONTEXTO DAS COMPRAS PÚBLICAS: PROPOSTA DE *DASHBOARD* DESTINADA AOS GESTORES DO CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE

Rafael Patrício Lacerda¹.

¹Must University (MUST), Boca Raton, Florida. <http://lattes.cnpq.br/3919775388837844>

PALAVRAS-CHAVE: Compras públicas. Indicadores de desempenho. Painel de monitoramento.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/1

INTRODUÇÃO

Os entraves orçamentários e a constante demanda por eficiência têm impulsionado práticas voltadas ao uso otimizado das verbas públicas, fazendo com que as aquisições assumam protagonismo no ambiente das instituições governamentais (Mapa, 2021; Pimenta, 2022). Em sentido oposto à maioria das aquisições privadas, que são amplamente baseadas em relações comerciais existentes e de concretização quase imediata, as aquisições públicas são guiadas por procedimentos legais, como planejamento, estudos técnicos, triagem de fornecedores e supervisão de contratos (Munhoz, 2021). Cada etapa desse processo gera informações em escala, o que eleva a complexidade da análise gerencial e afeta a identificação da melhor alternativa. Com o refinamento das tecnologias de *Business Intelligence* (BI), tornou-se viável integrar dados dispersos em informações estratégicas dispostas em painéis com indicadores e métricas (Gonçalves; Santos; Miguel, 2022). No entanto, essas ferramentas ainda não são amplamente utilizadas no setor público (Barbosa, 2022). No Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, observou-se que não havia um painel de gestão capaz de consolidar peças informacionais para direcionar as ações de aquisição de bens e serviços. Assim, buscou-se construir um *dashboard* dinâmico para monitorar as contratações.

OBJETIVO

Desenvolver uma proposta de *dashboard* voltada à gestão das aquisições de bens e serviços do Centro Acadêmico do Agreste (CAA), com o intuito de apoiar o processo decisório.

METODOLOGIA

A pesquisa é definida como aplicada, exploratória e descritiva, seguindo um estudo de caso com abordagem qualitativa e quantitativa. A primeira envolveu a concepção do painel de monitoramento, enquanto os procedimentos quantitativos foram empregados no teste do protótipo. No início, foi realizado um levantamento bibliográfico para verificar a extensão e os tipos de compras realizados, juntamente com a gestão de dados, relatórios dinâmicos, *storytelling* e indicadores de desempenho. Paralelamente, a pesquisa documental foi executada utilizando dados institucionais de sistemas usados pelo setor de compras do CAA, incluindo o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), plataformas colaborativas, *Google Drive* organizacional e e-mails administrativos. A metodologia *Cross Industry Standard Process for Data Mining* (CRISP-DM) norteou a concepção do painel. Isso envolveu etapas de compreensão de conceitos de negócios, compreensão dos dados, preparação dos elementos informacionais, modelagem, avaliação e implementação. O lapso temporal selecionado abrangeu os processos aquisitivos efetivados entre 2018 e 2023. O protótipo foi criado no *Power BI* e validado por seis servidores das áreas de compras e contabilidade do CAA por meio de um questionário estruturado usando o *Google Forms*, no qual foram incorporados critérios de utilidade, funcionalidade e usabilidade. A investigação foi conduzida pelas diretrizes estabelecidas na Resolução nº 510/2016 promulgada pelo Conselho Nacional de Saúde e na Lei Geral de Proteção de Dados, garantindo a confidencialidade e a privacidade das informações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de aprendizado e desenvolvimento da base informacional identificou algumas tendências em relação às compras do CAA e o potencial uso da mineração de dados como suporte à gestão pública. Ao recuperar, mediante os diferentes conjuntos de dados disponíveis, uma coleção de 738 relatórios, evidenciou-se a existência de fragmentação substancial de informações e ausência de conexão integrada entre sistemas. Os dados foram divididos em cinco tabelas do tipo fato e cinco tabelas de natureza dimensão, segundo Sharda, Delen e Turban (2019), isso permite análises multidimensionais, as quais ocorreram por meio do *Orange Canvas*.

A aplicação do algoritmo *K-means* revelou três segmentos de aquisição: materiais, serviços e soluções tecnológicas, com materiais de consumo e permanentes ocupando uma posição dominante. Essa distribuição de frequência mostrou uso mais recorrente de Atas de Registro de Preços e dispensas eletrônicas. Adicionalmente, as técnicas *Multidimensional Scaling* (MDS) e *t-distributed Stochastic Neighbor Embedding* (t-SNE) indicaram predominância de micro e pequenas empresas em contratos, bem como uma concentração excessiva de despesas operacionais quando comparada com investimentos de capital.

Aplicou-se o processo de Extração, Transformação e Carregamento (ETL) na preparação dos dados, cujo conteúdo foi padronizado e inconsistências foram eliminadas. As ferramentas de BI aprimoram as capacidades analíticas das organizações por meio de visualizações interativas (Lucena; Castro; Oliveira, 2023). Isso levou à elaboração de cinco painéis temáticos com 68 indicadores para monitorar as compras demandadas pelos diversos setores do Centro em estudo.

Os indicadores foram inseridos no painel de planejamento, materializados em índice de valor estimado das aquisições, crescimento da demanda e comparação entre exercícios financeiros. O painel de seleção de fornecedores mediu a eficácia da implementação do plano anual de compras, taxa de sucesso no atendimento às demandas, diferença entre valores estimados e autorizados, bem como o tempo médio das atividades. O painel de empenhos destacou valores contratados por setor, contratos mensais médios e tempo para despachar a formalização da contratação aos fornecedores. O painel de transporte rastreou o tempo de entrega, atrasos logísticos e desempenho das empresas. Por fim, o painel de pagamentos reuniu estatísticas relacionadas à execução do orçamento, emissão de ordens bancárias e uso das portarias de crédito de natureza operacional e de capital.

O arranjo de constelação serviu de alicerce para a modelagem de dados e quatorze planilhas foram integradas como resultado do aspecto relacional entre tabelas fato e dimensão. Essa disposição promove melhor fluidez analítica entre as fases de planejamento, contratação, compromisso, transporte e pagamento (Bonel, 2019; Souza, 2022). Somando-se, outro aspecto importante foi a interação do usuário com o sistema e a usabilidade do painel. O protótipo foi estruturado em *layouts* intuitivos com menus laterais, modo escuro, filtros interativos e navegação mais simples, pois, conforme Knaflitz (2018) minimiza-se a fadiga cognitiva e enfatiza-se a interpretação visual dos indicadores. Funcionalidades como *drill-down*, *drill-up* e *tooltips* expandiram o escopo das potencialidades analíticas do sistema.

Durante o estágio de avaliação, as variáveis usabilidade, funcionalidade e utilidade do painel obtiveram resultados quantitativos positivos. Deste modo, utilizando o *System Usability Scale* (SUS), a pontuação média do sistema foi de aproximadamente 85,83, sendo classificada como excelente. Os participantes expressaram interesse em reutilizar a ferramenta e sentiram-se confiantes durante a navegação, além de compreenderem o valor do painel de gestão para acompanhamento contratual e apoio às decisões. Qualitativamente, foi observada interação intuitiva do usuário com a interface, com ênfase na estrutura lógica dos menus, coerência visual e navegação fluida. Igualmente, foi evidenciada a forte necessidade de promover uma cultura *data driven* e de capacitar a equipe para otimizar o emprego da ferramenta analítica (Bezerra; Nogueira, 2022). Durante a implementação, melhorias na usabilidade e na eficiência do sistema foram realizadas, incluindo ajustes nas fórmulas algorítmicas, criação do tema claro, indicador de atualização automática e modificações de visualização. Ao final, o *dashboard* foi publicado no portal institucional para expandir a transparência e o acesso às informações de gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que uma gestão orientada por dados pode ajudar no aperfeiçoamento das compras públicas ao converter informações disponíveis em conhecimento estratégico, favorecendo o processo de tomada de decisão. Nesse sentido, mineração de dados, inteligência de negócios e indicadores, associados ao processo CRISP-DM, bem como o *Power BI*, possibilitaram a confecção de um painel interativo capaz de consolidar informações sobre planejamento, licitações, contratos, transporte e pagamentos. O *feedback* da validação do protótipo revelou que os requisitos funcionais, características de interação intuitiva e a agregação de valor prático ao trabalho do usuário tornam o contato com a informação mais natural. No entanto, observou-se que havia baixo incentivo à cultura orientada por dados e limitada capacitação, além de restrições da pesquisa em relação ao número de pessoas envolvidas no teste do protótipo e à operacionalização de planilhas alimentadas de modo manual. Ainda assim, o trabalho acrescenta contribuições ao serviço público e engajamento acadêmico ao demonstrar a relevância prática de uma metodologia de mineração de dados e sugerir um modelo de painel.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- BARBOSA, D. S. **Business Intelligence como ferramenta de gestão em Autarquia Federal**. 2022. 71 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.
- BEZERRA, R. C. F.; NOGUEIRA, R. J. D. C. C. Inteligência Artificial nas compras públicas: uma revisão sistemática da literatura. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 6, p. 43704-43721, 2022.
- BONEL, C. **Power BI Black Belt**. 1. ed. São Paulo: Perse, 2019.
- GONÇALVES, G. M.; SANTOS, J. T. R.; MIGUEL, J. V. P. Elaboração de um *dashboard* com KPI's para gestão de *e-commerce* de pequeno porte. **CREARE – Revista das Engenharias**, v. 4, n. 1, p. 1-31, 2022.
- KNAFLIC, C. N. **Storytelling com dados: um guia sobre visualização de dados para profissionais de negócios**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.
- LUCENA, W. L. A.; CASTRO, A. F.; OLIVEIRA, A. G. **Power BI: uma visão da utilização de uma ferramenta de Business Intelligence no ambiente organizacional**. **Open Science Research XI**, v. 11, n. 1, p. 527-544, 2023.
- MAPA, M. M. G. **Compras públicas: a percepção dos servidores sobre o processo em uma Instituição Federal de Ensino de Minas Gerais**. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2021.
- MUNHOZ, J. P. **Fatores críticos, efetividade e dimensão temporal: um estudo de processos de compras públicas municipais na área da saúde**. 2021. 199 f. Tese (Doutorado

em Administração) – Universidade Positivo, Curitiba, 2021.

PIMENTA, F. B. **Indicadores de desempenho em compras públicas**: revisão da literatura e proposta de aplicação no Instituto Nacional da Propriedade Industrial. 2022. 124 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

SHARDA, R.; DELEN, D.; TURBAN, E. ***Business intelligence e análise de dados para gestão do negócio***. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

SOUZA, C. W. F. **Painel de monitoramento como instrumento de transparência no apoio à gestão das compras na UFCA**. 2022. 86 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

CAMINHOS DA INOVAÇÃO: A FORMAÇÃO CONTINUADA E A INTEGRAÇÃO PEDAGÓGICA DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Gleissel Florisbelo Alves¹; Glaicon Florisbelo Alves².

¹Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais.

<http://lattes.cnpq.br/6854016160485606>

²Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais.

<http://lattes.cnpq.br/4356767760533127>

PALAVRAS-CHAVE: Ambiente escolar. Professores. Escola.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/12

INTRODUÇÃO

A expansão das tecnologias digitais tem provocado profundas transformações sociais, culturais e educacionais, modificando as formas de comunicação, produção do conhecimento e interação humana. As tecnologias digitais têm contribuído para reduzir barreiras físicas e temporais, facilitando a circulação de informações, a troca de ideias e a realização de atividades econômicas e sociais em escala global.

De acordo com Kenski (2012), a sociedade contemporânea caracteriza-se pela rapidez na circulação das informações e pela conectividade em rede, fatores que impactam diretamente os processos educacionais e demandam novas competências docentes. Nesse contexto, a escola é desafiada a reorganizar suas práticas pedagógicas para atender às exigências de uma sociedade cada vez mais dinâmica e conectada.

Contudo, a simples inserção de recursos tecnológicos no ambiente escolar não garante inovação pedagógica nem melhorias significativas no processo de ensino e aprendizagem. O uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) requer planejamento pedagógico, intencionalidade educativa e formação adequada dos professores para que as tecnologias sejam utilizadas de forma crítica, reflexiva e participativa.

Dessa forma, a formação continuada de professores torna-se fundamental, pois possibilita o desenvolvimento de competências técnicas, pedagógicas e críticas necessárias à integração das tecnologias digitais nas práticas educativas, contribuindo para a construção de metodologias mais interativas, colaborativas e significativas no processo de aprendizagem.

OBJETIVO

Analisar como a formação continuada de professores contribui para a inovação das práticas pedagógicas e para a integração efetiva das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem, destacando os desafios, as contribuições e as possibilidades pedagógicas decorrentes da inserção dessas tecnologias no contexto educacional contemporâneo.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, natureza básica e objetivo exploratório-descritivo. A investigação fundamentou-se na análise de obras e estudos relacionados às tecnologias digitais e à formação docente, buscando compreender as contribuições da formação continuada para as práticas pedagógicas contemporâneas.

Foram utilizados autores de referência na área da educação e tecnologias, como Moran (2006, 2012), Kenski (2012), Sampaio e Leite (2004), os quais discutem os impactos das tecnologias digitais na educação e a necessidade do desenvolvimento contínuo das competências docentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da revisão bibliográfica evidenciam que as tecnologias digitais modificaram significativamente as relações sociais e educacionais, ampliando o acesso à informação e possibilitando novas formas de interação e construção do conhecimento. Segundo Kenski (2012), as tecnologias digitais aceleram os processos comunicacionais e reduzem barreiras geográficas e temporais, consolidando uma sociedade interligada em rede.

Nesse cenário, a escola assume papel essencial na formação crítica dos estudantes, auxiliando-os na interpretação e seleção das informações disseminadas pelas mídias digitais. Conforme postula Moran (2006, p. 36):

A educação escolar precisa compreender e incorporar mais as novas linguagens, desvendar os seus códigos, dominar as possibilidades de expressão e as possíveis manipulações. É importante educar para usos democráticos, mais progressistas e participativos das tecnologias, que facilitem a evolução dos indivíduos.

Nessa perspectiva, Sampaio e Leite (2004) reforçam que a formação docente deve ocorrer de maneira contínua, valorizando as experiências, as trocas de saberes e as reflexões construídas no cotidiano escolar. Assim, a formação continuada contribui para que os professores desenvolvam autonomia, pensamento crítico e maior segurança na utilização das tecnologias digitais em suas práticas pedagógicas.

Consoante enfatiza Moran (2012, p. 90):

Para que uma instituição avance na utilização inovadora das tecnologias na educação, é fundamental a capacitação de docentes, funcionários e alunos no domínio técnico e pedagógico. A capacitação técnica os torna mais competentes no uso de cada programa. A capacitação pedagógica os ajuda a encontrar pontes entre as áreas de conhecimento em que atuam e as diversas ferramentas disponíveis, tanto presenciais como virtuais. Essa capacitação não pode ser pontual; tem que ser contínua.

Em suma, os principais achados da pesquisa demonstram que:

- as tecnologias digitais ampliam as possibilidades de interação, colaboração e acesso ao conhecimento;
- a mediação pedagógica do professor permanece central no processo de aprendizagem;
- a utilização das tecnologias exige planejamento pedagógico e intencionalidade educativa;
- a formação continuada é indispensável para o desenvolvimento de competências técnicas, pedagógicas e críticas;
- muitos professores ainda enfrentam dificuldades relacionadas ao domínio e à integração pedagógica das tecnologias digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a formação continuada de professores constitui elemento essencial para a integração efetiva das tecnologias digitais ao processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa evidenciou que a presença das tecnologias no ambiente escolar exige não apenas domínio técnico, mas também compreensão crítica e pedagógica de suas potencialidades educacionais.

Os estudos analisados demonstram que a inovação pedagógica depende diretamente da preparação docente, do planejamento das práticas educativas e da capacidade de adaptação às transformações tecnológicas da sociedade contemporânea.

Como contribuição, este estudo reforça a necessidade de políticas e ações formativas permanentes que promovam o desenvolvimento profissional docente e incentivem o uso crítico, ético e pedagógico das tecnologias digitais na educação.

REFERÊNCIAS

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2012.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar**. Campinas: Papirus, 2012.

MORAN, José Manuel. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In: MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2006. p. 11-66.

SAMPAIO, Marisa Narcizo; LEITE, Lígia Silva. **Alfabetização tecnológica do professor**. Petrópolis: Vozes, 2004.

OS SISTEMAS SIGAA E SIPAC COMO INSTRUMENTOS DE INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA UFRN

Buena Bruna Araujo Macêdo¹; Julie Idália Araujo Macêdo².

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN.

<http://lattes.cnpq.br/0681855287636843>

²Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN.

<http://lattes.cnpq.br/6002660768622458>

PALAVRAS-CHAVE: Transformação digital. SIGAA. SIPAC.

INTRODUÇÃO

A transformação digital tem promovido mudanças significativas na gestão pública e nas instituições de ensino superior, ampliando a eficiência administrativa, a integração de informações e a modernização dos serviços acadêmicos. Nesse contexto, as universidades federais brasileiras vêm implementando sistemas integrados de gestão com o objetivo de otimizar processos institucionais e fortalecer a inovação tecnológica.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), destacam-se o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), ferramentas desenvolvidas para integrar atividades acadêmicas e administrativas da instituição. Esses sistemas contribuem para a digitalização dos processos institucionais, redução da utilização de documentos físicos e ampliação da eficiência organizacional.

Segundo Castells (1999), a sociedade contemporânea é marcada pela centralidade das tecnologias da informação e da comunicação, que reconfiguram as relações institucionais, organizacionais e sociais. Nesse sentido, a utilização de sistemas digitais na administração pública fortalece práticas de inovação e modernização dos serviços oferecidos à sociedade.

Além disso, conforme afirmam Lévy (1999) e Kenski (2012), as tecnologias digitais transformam as dinâmicas educacionais e administrativas, promovendo maior conectividade, compartilhamento de informações e agilidade nos processos institucionais. Dessa forma, os sistemas SIGAA e SIPAC representam importantes instrumentos de transformação digital no âmbito universitário.

OBJETIVO

Analisar a contribuição dos sistemas SIGAA e SIPAC para os processos de inovação e transformação digital na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, destacando seus impactos na gestão acadêmica e administrativa.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza básica, com objetivos descritivos e exploratórios. Conforme Chizzotti (2006), a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos sociais em seus contextos institucionais e organizacionais.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, realizada por meio da análise de documentos institucionais da UFRN, informações disponibilizadas nos portais dos sistemas SIGAA e SIPAC e produções científicas relacionadas à transformação digital e inovação na gestão pública universitária.

Para análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), permitindo a organização e interpretação das informações relacionadas à digitalização dos processos acadêmicos e administrativos na universidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que os sistemas SIGAA e SIPAC contribuíram significativamente para a modernização da gestão universitária na UFRN. O SIGAA possibilitou maior integração das atividades acadêmicas, abrangendo processos relacionados à matrícula, ensino, extensão, pesquisa, acompanhamento discente e gestão docente.

Já o SIPAC fortaleceu a gestão administrativa institucional, integrando procedimentos relacionados a contratos, patrimônio, compras, protocolo e tramitação eletrônica de processos. A utilização desses sistemas reduziu a burocracia administrativa, ampliou a transparência institucional e fortaleceu a eficiência dos serviços públicos universitários.

Conforme apontam Pinho e Sacramento (2009), a utilização das tecnologias digitais na administração pública contribui para o fortalecimento da transparência, da governança e da eficiência institucional. Nesse contexto, a adoção de sistemas integrados de gestão representa importante avanço para as universidades públicas brasileiras.

Outro aspecto relevante refere-se à ampliação da tramitação eletrônica de documentos, reduzindo o uso de papel e fortalecendo práticas sustentáveis no ambiente institucional. Além disso, os sistemas favoreceram maior acessibilidade às informações acadêmicas e administrativas por parte de servidores, docentes e estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os sistemas SIGAA e SIPAC representam importantes instrumentos de inovação e transformação digital na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A integração dos processos acadêmicos e administrativos fortaleceu a modernização institucional, ampliando a eficiência organizacional, a transparência e a acessibilidade das informações.

A digitalização dos procedimentos universitários demonstra a relevância das tecnologias da informação para o fortalecimento da gestão pública e para a melhoria dos serviços educacionais oferecidos pelas instituições federais de ensino superior. Os sistemas integrados da UFRN consolidam-se como ferramentas estratégicas para o desenvolvimento institucional e para a promoção da inovação tecnológica na educação pública brasileira.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Transparência na administração pública: desafios para a gestão contemporânea. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 60, n. 2, p. 135-151, 2009.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA)**. Natal: UFRN, 2026. Disponível em: <https://sigaa.ufrn.br>. Acesso em: 28 maio 2026.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC)**. Natal: UFRN, 2026. Disponível em: <https://sipac.ufrn.br>. Acesso em: 28 maio 2026.

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DE ECOSISTEMAS DE INOVAÇÃO NO ACRE

Adriana da Silva Peixoto Leao¹

¹Instituto Federal do Acre (IFAC) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Rio Branco.

<https://lattes.cnpq.br/3282872476828241>

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo. Capital humano. Ecossistemas de inovação.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de ecossistemas de inovação no Brasil apresenta profundas assimetrias regionais, reflexo de desigualdades históricas na distribuição de infraestrutura e investimento (IPEA, 2017). Enquanto as regiões Sul e Sudeste concentram universidades de pesquisa, parques tecnológicos e capital financeiro, o estado do Acre enfrenta obstáculos adicionais: isolamento geográfico, baixa densidade industrial, limitações logísticas e restrições orçamentárias no setor público.

A educação empreendedora, compreendida como processo formativo orientado ao desenvolvimento de competências técnicas, cognitivas e socioemocionais, tem sido reconhecida como elemento estruturante dos ecossistemas de inovação (OCDE, 2015). Nesse contexto, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, instituídos pela Lei nº 11.892/2008, assumem papel estratégico ao integrar ensino, pesquisa aplicada e extensão com foco no desenvolvimento regional. O Instituto Federal do Acre (IFAC) destaca-se pela atuação da Incubadora de Empreendimentos de Impacto (INCUBAC), que articula educação empreendedora e ambientes promotores de inovação nas cinco regionais do estado.

OBJETIVO

Analisar como a educação empreendedora promovida pelo Instituto Federal do Acre (IFAC) contribui para o fortalecimento do capital humano e da infraestrutura institucional estratégica para inovação no estado do Acre, com foco na atuação da INCUBAC.

METODOLOGIA

O estudo adota abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivo descritivo-analítico e procedimentos de pesquisa documental e institucional. A coleta e análise

dos dados foram realizadas no período de novembro de 2025 a janeiro de 2026. Foram examinados registros oficiais e normativas do IFAC, como a Cartilha de Incubação, o Manual de Procedimentos, a Resolução INCUBAC nº 190/2024 e o Relatório de Gestão 2024.

A análise é estruturada sob a lente teórica da Hélice Tríplice (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000), que avalia a sinergia entre instituições de ensino, governo e setor produtivo como motor de desenvolvimento regional. Para mensurar a eficácia dessa integração, utilizam-se os parâmetros do modelo CERNE e dos Níveis de Prontidão Tecnológica (TRL).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A INCUBAC constitui exemplo concreto da integração entre educação empreendedora e ambientes de inovação. Sua presença nas cinco regionais do Acre — Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri — a posiciona como uma das poucas incubadoras amazônicas com abrangência territorial integral no estado, materializando o conceito de universidade empreendedora (ETZKOWITZ, 2003).

Os empreendimentos selecionados têm acesso a infraestrutura física e tecnológica especializada, acompanhada de capacitações, mentorias, rodadas de negócios e suporte técnico para captação de recursos e registro de propriedade intelectual junto ao INPI. A incubadora integra ainda empreendedores externos à comunidade acadêmica, ampliando o impacto social do IFAC e a difusão da cultura empreendedora no território acreano (IFAC, 2024b).

Sob a perspectiva da Hélice Tríplice, a INCUBAC atua como arranjo organizacional público que conecta o sistema educacional, o sistema científico-tecnológico, o setor produtivo e o poder público. Parcerias estratégicas com Embrapa, UFAC, Sebrae, SENAI, CNPq, Anprotec e o Governo do Estado reforçam essa articulação, ampliando a capacidade operacional da incubadora e favorecendo a inserção dos empreendimentos incubados em redes mais amplas de cooperação (IPEA, 2017).

A metodologia de incubação estrutura-se em etapas claramente definidas — diagnóstico inicial, planejamento, capacitações, mentorias e graduação —, formalizadas na Cartilha de Incubação e no Manual de Procedimentos do IFAC (2023a; 2023b), e adaptadas às especificidades regionais e aos diferentes estágios de maturidade dos projetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da INCUBAC evidencia que a consolidação de ecossistemas de inovação em contextos periféricos depende da articulação estruturada entre capital humano qualificado, infraestrutura institucional e políticas públicas educacionais orientadas à inovação. Ao integrar ensino, pesquisa, extensão e empreendedorismo, o IFAC configura-

se como infraestrutura estatal de inovação capaz de irradiar capacidades institucionais para além de seus campi.

Conclui-se que a integração entre educação empreendedora, Institutos Federais e ambientes promotores de inovação constitui estratégia estruturante para a sustentabilidade dos ecossistemas inovadores na Amazônia, apresentando potencial de replicabilidade em outros contextos regionais de baixa densidade institucional.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

ETZKOWITZ, H. Innovation in innovation: the Triple Helix of university-industry-government relations. *Social Science Information*, v. 42, n. 3, p. 293-337, 2003.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government relations. *Research Policy*, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Brasília: IPEA, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE (IFAC). Cartilha de Incubação da INCUBAC. Rio Branco: IFAC, 2023a. Documento Institucional.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE (IFAC). Manual de Incubação da INCUBAC. Rio Branco: IFAC, 2023b. Documento Institucional.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE (IFAC). Resolução CONSU/IFAC nº 190, de 04 de julho de 2024. Rio Branco: IFAC, 2024a.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE (IFAC). Relatório de gestão 2024. Rio Branco: IFAC, 2024b.

OCDE. Habilidades para o Progresso Social: o poder das habilidades sociais e emocionais. Paris: OCDE, 2015.

O CRPI COMO ARTICULADOR DAS QUATRO HÉLICES DA INOVAÇÃO NO IFRS: UM ESTUDO DE CASO DAS EXPERIÊNCIAS EXITOSAS E BOAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS

Emanuelli Horbach Matte¹; Samuel Costa Jundi²; Henrique Comin Agatti³; Émerson dos Santos Passari⁴.

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Ibirubá, Ibirubá, RS. <http://lattes.cnpq.br/4347303084727679>

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Ibirubá, Ibirubá, RS. <http://lattes.cnpq.br/6890728606493077>

³Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Ibirubá, Ibirubá, RS. <http://lattes.cnpq.br/9095784075208882>

⁴Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Ibirubá, Ibirubá, RS. <http://lattes.cnpq.br/3641296605766171>

PALAVRAS-CHAVE: Inovação. Quádrupla Hélice. Desenvolvimento Regional.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/19

INTRODUÇÃO

De acordo com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, os ambientes de inovação desempenham papel estratégico na articulação entre universidades, empresas, governo e sociedade, favorecendo o desenvolvimento científico e tecnológico do país (BRASIL, 2021). Diante disso, o modelo das quatro hélices de inovação busca estratégias para promover a interação entre universidade, empresas, governo e comunidade, a fim de estimular o desenvolvimento tecnológico, econômico e social de forma colaborativa.

Dentro desse contexto, o Centro de Referência em Pesquisa e Inovação (CRPI), uma das várias iniciativas voltadas ao empreendedorismo e pesquisa científica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, Campus Ibirubá, vem apresentando resultados de grande relevância para a comunidade. Sua atuação tem caráter articulador de relações por meio do incentivo e implementação dos pilares da inovação, atuando como habitat para essas atividades e permitindo uma maior integração entre diversos setores através do modelo das quatro hélices para o desenvolvimento regional.

As ações propostas dentro do CRPI estão relacionadas à pesquisa aplicada, inovação tecnológica, manufatura digital, prototipagem, capacitação de estudantes, apoio à propriedade intelectual, desenvolvimento de startups e interação com empresas e órgãos

públicos. Sua estrutura é apoiada por meio de fomentos provenientes de editais públicos e privados, na elaboração de projetos cooperativos de pesquisa e desenvolvimento, na execução de serviços tecnológicos e no fortalecimento do ecossistema regional de inovação, contribui não apenas para o desenvolvimento institucional do IFRS, mas também para a geração de impactos econômicos, sociais e tecnológicos no Alto Jacuí e regiões adjacentes. Essas iniciativas refletem o modelo de cooperação entre universidade, indústria e governo, considerado fundamental para a promoção da inovação, do empreendedorismo e do desenvolvimento baseado no conhecimento (ETZKOWITZ e ZHOU, 2017).

OBJETIVO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as experiências exitosas e as boas práticas institucionais desenvolvidas pelo CRPI do IFRS Campus Ibirubá, destacando sua atuação como articulador das quatro hélices da inovação por meio da integração entre academia, setor produtivo, poder público e sociedade civil.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, de natureza qualitativa e descritiva, desenvolvida por meio de estudo de caso institucional. A pesquisa foi realizada a partir da análise das atividades, projetos, ações institucionais e resultados obtidos pelo CRPI do IFRS Campus Ibirubá entre os anos de 2023 e 2026.

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas, análise documental de projetos institucionais, relatórios de atividades, registros de ações de pesquisa e inovação, editais de fomento, indicadores institucionais, processos relacionados à propriedade intelectual, ações de extensão e iniciativas de interação com empresas e órgãos públicos.

A análise considerou especialmente as ações relacionadas à articulação entre as quatro hélices da inovação, observando aspectos como desenvolvimento de projetos cooperativos com empresas, formação de recursos humanos, participação estudantil em projetos de pesquisa aplicada, estímulo ao empreendedorismo inovador, captação de recursos externos e fortalecimento do ecossistema regional de inovação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atuação do CRPI dentro do Campus Ibirubá, bem como a integração com os demais pilares das quatro hélices, apresenta resultados que demonstram a necessidade de existir um agente integrador com visão estratégica a fim de criar, fortalecer e estruturar conexões que geram resultados benéficos para a sociedade. Ao abordar atividades envolvendo ensino, pesquisa, extensão e inovação, o CRPI viabiliza o desenvolvimento de projetos multidisciplinares voltados às demandas reais do setor produtivo regional, especialmente

nas áreas metalmecânica, agroindustrial, automação, manufatura aditiva e transformação digital. Esses resultados corroboram a perspectiva de que as instituições públicas de ensino atuam como agentes promotores da inovação e do desenvolvimento regional, por meio da articulação entre conhecimento, tecnologia e demandas da sociedade (PASSARI *et al.*, 2026).

Abordando alguns resultados específicos, pode-se evidenciar a ampliação das parcerias com empresas da região para desenvolvimento de soluções tecnológicas e pesquisa aplicada. Desde sua criação, o CRPI atuou junto a mais de 15 empresas e executou mais de 20 projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Os projetos desenvolvidos em cooperação têm possibilitado a aproximação entre estudantes, pesquisadores e indústria, promovendo experiências práticas alinhadas às necessidades do mercado, fortalecendo a transferência de tecnologia e contribuindo para o aumento da competitividade das organizações atendidas.

O centro também atua na elaboração de estudos e propostas para captação de recursos junto a agências de fomento e programas governamentais como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Fundação de Amparo à Pesquisa Aplicada do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), incluindo iniciativas voltadas à inovação industrial, transformação digital e desenvolvimento regional, por meio dos quais já foram captados R\$ 1.905.000,00 em recursos. Esses valores foram distribuídos em bolsas de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico, aquisição de equipamentos e consumíveis para a efetivação dos projetos. Tais ações possuem caráter estratégico para a consolidação da infraestrutura laboratorial, ampliação da capacidade de execução de projetos tecnológicos e fortalecimento da pesquisa aplicada no campus, uma vez que os equipamentos e recursos adquiridos são fundamentais para a prototipagem, validação de tecnologias, realização de ensaios e análise dos resultados obtidos.

Outra frente importante é o incentivo à propriedade intelectual e à cultura da inovação. O CRPI apoia o desenvolvimento de protótipos, a validação tecnológica e os processos de proteção intelectual, tendo participado de cinco pedidos de patente entre processos depositados e em tramitação. Além disso, realizou serviços tecnológicos especializados nas áreas de transformação digital, prototipagem rápida e análise de materiais, atendendo demandas de empresas e instituições da região.

Na formação de recursos humanos, o CRPI conta atualmente com 13 bolsistas e o apoio de 17 servidores de diferentes áreas do conhecimento. Desde sua criação, mais de 130 estudantes participaram de projetos, eventos e ações de inovação. Essas experiências contribuem para o desenvolvimento de competências técnicas, empreendedoras e inovadoras, preparando profissionais mais qualificados para os desafios da indústria e da economia do conhecimento.

O centro também promove a disseminação da cultura da inovação por meio da realização e participação em eventos técnicos e científicos. Até o momento, promoveu mais de cinco eventos voltados à inovação e participou de mais de 20 eventos regionais, estaduais e nacionais relacionados à pesquisa aplicada e ao fortalecimento dos ecossistemas de inovação.

Além de atender empresas consolidadas, o CRPI apoia o desenvolvimento de *startups* e iniciativas empreendedoras de base tecnológica. Atualmente, o ecossistema apoiado pelo centro conta com uma *startup* em operação e duas iniciativas em fase inicial de desenvolvimento. Essa atuação contribui para a criação de um ambiente favorável ao empreendedorismo inovador e ao desenvolvimento econômico regional.

De forma geral, as ações do CRPI fortalecem a relação entre o IFRS, o setor produtivo e o poder público, contribuindo para projetos estratégicos voltados à inovação, sustentabilidade e desenvolvimento regional. Os resultados alcançados evidenciam sua capacidade de articular parcerias, captar recursos, apoiar a geração de propriedade intelectual, prestar serviços tecnológicos e formar recursos humanos qualificados, consolidando seu papel como agente estratégico de inovação e desenvolvimento territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os dados demonstrados nesse estudo de caso, constatou-se que o Centro de Referência em Pesquisa e Inovação do IFRS Campus Ibirubá apresenta grande relevância para o amadurecimento da cultura de inovação na região, e com isso, o desenvolvimento regional por meio dos elos criados entre os setores das quatro hélices. Onde tal ambiente institucional atua como catalisador de oportunidades, sejam elas de pesquisa, prototipagem, capacitação ou conexões criadas a partir das ações desenvolvidas.

Além dos impactos institucionais, as iniciativas conduzidas pelo CRPI contribuem para a consolidação do IFRS como agente estratégico no ecossistema regional de inovação, fortalecendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão de maneira aplicada e conectada às demandas contemporâneas da sociedade e da indústria.

Por fim, observa-se que a continuidade e ampliação dessas ações podem potencializar os impactos já obtidos, sejam eles sociais, tecnológicos ou econômicos, reforçando a importância dos habitats de inovação dentro das instituições públicas de ensino.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília: MCTI, 2021.

ETZKOWITZ, Henry; ZHOU, Chunyan. **The triple helix: university-industry-government innovation and entrepreneurship**. Londres: Routledge, 2017.

PASSARI, Émerson *et al.* **MENSURAÇÃO DO GRAU DE INOVAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA CIDADE DE GRAVATAÍ.** *Vivências*, v. 22, n. 45, p. 451-468, 2026.

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÃO DE DIAGNÓSTICO DA INFRAESTRUTURA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UFMG: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Egna Mara Botinha¹.

¹Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG

PALAVRAS-CHAVE: Infraestrutura de Redes. Governança de TI. Gestão Universitária.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/10

INTRODUÇÃO

A infraestrutura de redes constitui elemento estratégico para o funcionamento das instituições contemporâneas, sustentando atividades acadêmicas, administrativas e de pesquisa. A adequada identificação dos ativos, a documentação dos recursos instalados e o planejamento da capacidade da rede são aspectos fundamentais para a gestão eficiente da tecnologia da informação (ISACA, 2019).

Da mesma forma, a literatura especializada destaca que a utilização de equipamentos adequados e a correta organização da infraestrutura física influenciam diretamente o desempenho, a confiabilidade e a capacidade de expansão das redes de computadores (TANENBAUM; WETHERALL, 2011).

Em 2019, a Direção da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) designou comissão técnica, por meio da Portaria nº 24/2019, para realizar diagnóstico da infraestrutura de rede de dados da unidade e apresentar subsídios para sua modernização (UFMG, 2019a).

Como integrante da comissão, a autora participou das atividades de levantamento e análise da infraestrutura existente. O diagnóstico evidenciou situações que impactavam diretamente a gestão da rede de dados. Entre os achados observou-se, em um dos ambientes analisados, a ocupação integral de 80 portas de switches, embora apenas 46 pontos de rede estivessem efetivamente em utilização, indicando inconsistências na identificação e no gerenciamento dos recursos instalados. Também foram identificados equipamentos HUB ainda em operação e a existência de segmentos utilizando padrões de cabeamento inferiores aos recomendados para processos de modernização tecnológica (UFMG, 2019b).

OBJETIVO

Relatar a experiência profissional da autora como integrante da comissão técnica responsável pelo diagnóstico da infraestrutura de rede da Escola de Enfermagem da

UFMG, evidenciando a contribuição dos servidores técnico-administrativos na produção de diagnósticos institucionais e na proposição de melhorias voltadas à gestão da infraestrutura tecnológica.

METODOLOGIA

Trata-se de relato de experiência elaborado a partir da participação da autora em comissão técnica instituída pela Portaria nº 24/2019 da Escola de Enfermagem da UFMG, em março de 2019 (UFMG, 2019a). O relato refere-se às atividades desenvolvidas pela comissão durante o ano de 2019 e às análises registradas em seu relatório final (UFMG, 2019b).

As atividades envolveram levantamento presencial dos ambientes da unidade, contemplando identificação de pontos de rede, equipamentos de distribuição, racks, utilização dos recursos instalados e condições gerais do cabeamento estruturado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A participação na comissão possibilitou contato direto com diferentes aspectos da gestão da infraestrutura de tecnologia da informação em ambiente universitário. Foram identificadas dificuldades relacionadas ao rastreamento de pontos de rede, inconsistências na identificação de ativos e utilização de equipamentos tecnologicamente defasados.

Entre os achados do diagnóstico destacou-se a identificação de inconsistências entre a ocupação dos equipamentos de distribuição e a utilização efetiva dos pontos de rede. Em um dos ambientes avaliados verificou-se a ocupação integral de 80 portas de switches, embora apenas 46 pontos estivessem efetivamente em uso. O levantamento também identificou a utilização de HUBs para distribuição interna da rede e a existência de segmentos utilizando padrões de cabeamento inferiores aos recomendados para processos de modernização tecnológica (UFMG, 2019b).

Os resultados observados corroboram a importância da gestão e documentação dos ativos de tecnologia da informação, uma vez que inconsistências na identificação dos recursos dificultam processos de manutenção, expansão e tomada de decisão institucional (ISACA, 2019). Além disso, a permanência de equipamentos HUB em operação evidencia limitações tecnológicas já amplamente discutidas na literatura especializada (TANENBAUM; WETHERALL, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada evidenciou a relevância dos diagnósticos técnicos como instrumentos de planejamento e gestão da infraestrutura de tecnologia da informação nas instituições públicas de ensino. A participação da comissão contribuiu para identificação de

oportunidades de melhoria e para planejamento de ações de modernização tecnológica da unidade.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14565: **Cabeamento estruturado para edifícios comerciais e data centers**. Rio de Janeiro: ABNT, 2019.

ISACA. **COBIT 2019 Framework: Governance and Management Objectives**. Schaumburg, Illinois: ISACA, 2019.

TANENBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David J. **Redes de Computadores**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Escola de Enfermagem. **Portaria nº 24, de 25 de março de 2019**. Institui comissão para elaboração de diagnóstico da infraestrutura de rede da Escola de Enfermagem da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2019a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Escola de Enfermagem. **Relatório Final da Comissão de Elaboração de Diagnóstico de Cabeamento Estruturado e Estudo de Modernização da Rede de Dados da Escola de Enfermagem**. Belo Horizonte: UFMG, 2019b.

PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA A ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UFMG

Egna Mara Botinha¹.

¹Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG

PALAVRAS-CHAVE: Contratações Públicas. Estudo Técnico Preliminar. Gestão de Riscos.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/11

INTRODUÇÃO

A Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais possui infraestrutura computacional utilizada por docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos, abrangendo aproximadamente 600 estações de trabalho distribuídas entre laboratórios de informática, salas de aula, setores administrativos e ambientes de apoio às atividades acadêmicas. A manutenção dessa infraestrutura demanda planejamento contínuo das aquisições de Tecnologia da Informação (TIC), observando os princípios da administração pública e os procedimentos estabelecidos para as contratações governamentais.

Nesse contexto, foi constituída a Equipe de Planejamento da Contratação, por meio do Ato nº 40/2022 da Faculdade de Medicina da UFMG, observando as diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, que disciplina o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito da Administração Pública Federal. Entre as atividades desenvolvidas pela equipe destacaram-se a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e da Matriz de Gerenciamento de Riscos, documentos fundamentais para o planejamento da contratação, para a identificação de riscos e para o suporte à tomada de decisão administrativa.

OBJETIVO

Realizar o levantamento das necessidades de infraestrutura de Tecnologia da Informação da Escola de Enfermagem da UFMG e elaborar os documentos técnicos necessários ao planejamento da contratação, incluindo o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e a Matriz de Gerenciamento de Riscos, visando assegurar a continuidade dos serviços de TI, a manutenção da infraestrutura tecnológica e o adequado atendimento às atividades acadêmicas e administrativas da unidade.

METODOLOGIA

Inicialmente, foi realizado o levantamento das necessidades da infraestrutura tecnológica da unidade, considerando a situação dos equipamentos utilizados na Escola de Enfermagem e as demandas relacionadas à manutenção das atividades acadêmicas e administrativas. Com base nesse diagnóstico, foi elaborado o Estudo Técnico Preliminar (ETP), contemplando a caracterização da necessidade institucional, a definição dos requisitos da contratação, a descrição da solução proposta, a estimativa dos quantitativos, a análise de viabilidade e o alinhamento ao Plano Anual de Contratações.

Também foi elaborada a Matriz de Gerenciamento de Riscos, com a identificação, análise e gerenciamento de riscos relacionados à disponibilidade orçamentária, especificações inadequadas, atrasos no processo licitatório, fornecimento de materiais em desacordo com as exigências técnicas e atrasos na entrega dos itens.

As atividades foram desenvolvidas no âmbito da Equipe de Planejamento da Contratação, com utilização dos perfis institucionais disponibilizados no SIASG para atuação nas etapas de planejamento de contratação, elaboração do ETP Digital e registro da Matriz de Riscos. As atividades ocorreram entre julho e agosto de 2022, período em que foram elaborados o Estudo Técnico Preliminar, a Matriz de Gerenciamento de Riscos e os demais registros necessários ao planejamento da contratação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho resultou na produção dos documentos técnicos que subsidiaram o processo administrativo de aquisição de materiais e equipamentos de Tecnologia da Informação da Escola de Enfermagem da UFMG. Foram definidos quantitativos e especificações técnicas para aquisição de SSDs, pendrives, teclados, mouses, switches de rede de 24 e 48 portas e patch cords, totalizando valor estimado de R\$ 29.786,04. Os switches de rede constituem componentes essenciais para a infraestrutura de comunicação de dados, contribuindo para a conectividade, a disponibilidade e o desempenho dos ambientes computacionais institucionais (TANENBAUM; WETHERALL, 2011).

Os registros institucionais vinculados ao Processo SEI nº 23072.245193/2022-00 evidenciam a participação da autora na elaboração do Estudo Técnico Preliminar e da Matriz de Gerenciamento de Riscos da contratação. Posteriormente, a atuação foi formalizada por meio do Ato nº 40, de 22 de agosto de 2022, que instituiu a Equipe de Planejamento da Contratação.

Os estudos elaborados demonstraram a viabilidade técnica da contratação e permitiram o adequado encaminhamento do processo administrativo, culminando em manifestação favorável da Superintendência Administrativa quanto à aquisição integral dos itens previstos. A solução planejada teve como finalidade apoiar a manutenção da infraestrutura computacional da unidade, possibilitando a reposição de componentes, a

recuperação de equipamentos, a melhoria do desempenho dos recursos tecnológicos existentes e a redução do risco de interrupções nos serviços de Tecnologia da Informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação na elaboração do Estudo Técnico Preliminar e da Matriz de Gerenciamento de Riscos permitiu aplicar conhecimentos técnicos de Tecnologia da Informação no planejamento de contratação pública, contribuindo para a tomada de decisão administrativa e para o aprimoramento da gestão institucional. A experiência evidencia atuação em processos de planejamento, gestão de riscos e apoio à governança das contratações públicas, demonstrando competências que extrapolam a execução operacional da área de TI e contribuem para o desenvolvimento institucional da Universidade Federal de Minas Gerais.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Governo Digital. **Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019**. Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP.

TANENBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David J. **Redes de Computadores**. 5. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Ato nº 40, de 22 de agosto de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Cadastro de usuário no SIASG com habilitação para os perfis REQUI, ETP Digital e Matriz de Riscos**. Processo SEI nº 23072.244795/2022-31.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Estudo Técnico Preliminar nº 11/2022**. Processo SEI nº 23072.245193/2022-00.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Matriz de Gerenciamento de Riscos**. Processo SEI nº 23072.245193/2022-00.

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA E FORMAÇÃO CONTINUADA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Sandra Regina¹; Gabriel Silva².

^{1,2}Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento digital. Comunicação institucional. Desenvolvimento profissional.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/27

INTRODUÇÃO

A presença das tecnologias digitais no cotidiano das instituições públicas de ensino superior e básico tem provocado mudanças profundas nas formas de comunicação, no acesso informacional e na própria organização das rotinas de trabalho. A velocidade com que conteúdos são produzidos, replicados e compartilhados nas redes exige do corpo funcional técnico-administrativo e pedagógico competências que superam o mero domínio operacional de ferramentas e sistemas digitais. Conforme aponta Kenski (2008), o novo ritmo da informação redefine as estruturas das organizações educacionais, demandando habilidades reflexivas frente aos canais conectados.

Nesse panorama de transformações, a educação midiática ganha centralidade por atuar diretamente no fomento à leitura crítica dos fluxos de comunicação, no uso ético dos recursos digitais e no fortalecimento da cidadania digital. Conforme teoriza Buckingham (2010), compreender os ecossistemas de mídia é vital para que os sujeitos não funcionem como meros consumidores passivos de tecnologias. Essa abordagem ganha caráter de urgência diante dos impactos nocivos da desinformação corporativa e social, da proliferação de notícias falsas e da necessidade premente de profissionalização e segurança na comunicação institucional da administração pública educacional.

OBJETIVO

Refletir sobre as contribuições da educação midiática para a formação continuada dos profissionais que atuam na educação pública — com ênfase nas atribuições técnicas, administrativas e de gestão —, investigando os principais desafios analíticos e as oportunidades de inovação institucional desencadeados pelo cenário da cultura digital contemporânea.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem estritamente qualitativa e de natureza aplicada. Quanto aos seus objetivos principais, a investigação assume contornos descritivos e exploratórios. O levantamento e a coleta de dados teóricos foram realizados no período compreendido entre março e maio de 2026, por meio do mapeamento de produções científicas sobre letramento midiático, cidadania no ciberespaço e desenvolvimento de carreiras, além do exame minucioso de documentos educacionais normativos e diretrizes federais de capacitação de pessoal. Os dados obtidos foram interpretados e correlacionados de maneira crítico-analítica para fundamentar os achados sobre o contexto da educação pública.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os referenciais analisados demonstram de forma unânime que a educação midiática transcende a dimensão instrumental ou o treinamento prático de softwares e plataformas. Seu núcleo reside na capacidade de decodificar, avaliar e conceber dados e informações com responsabilidade ética e social. Como pondera Lévy (2010), os espaços digitais exigem uma inteligência coletiva capaz de gerir saberes de forma autônoma. No âmbito do trabalho dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs) e gestores, a apropriação dessas habilidades otimiza os canais de diálogo público, reduz falhas operacionais e insere o servidor de maneira qualificada nos espaços decisórios da instituição.

Adicionalmente, observou-se que a capacitação contínua em cultura digital serve como uma defesa estratégica contra as crises institucionais alimentadas pela desinformação mas sintonizada ao cotidiano dos ambientes escolares e universitários. Em consonância com a busca pela autonomia de Freire (1996), a formação continuada permite que funcionários, secretários e administradores adotem uma postura investigativa em suas rotinas, minimizando o compartilhamento inadvertido de dados falsos. Desse modo, o letramento midiático impulsiona a inovação nos setores ao incentivar dinâmicas de colaboração em rede e a transparência pública, modernizando os fluxos de trabalho sem desumanizar as relações institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação da educação midiática revela-se um vetor indispensável para a consolidação de políticas de formação continuada voltadas aos profissionais da educação pública. Diante dos imperativos da transformação digital, a instrumentalização meramente técnica mostra-se insuficiente se dissociada de um senso crítico aguçado quanto à circulação informacional diária.

Os apontamentos levantados pelo estudo confirmam que o letramento midiático qualifica diretamente o desempenho dos servidores públicos, blinda a comunicação

institucional contra boatos e fortalece as decisões administrativas. Portanto, a inclusão permanente dessa temática nos planos de capacitação da rede de ensino consolida o aprimoramento dos serviços públicos oferecidos à comunidade acadêmica e reitera o compromisso democrático da instituição de ensino com a formação cidadã na era da informação.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BUCKINGHAM, David. Cultura digital, educação midiática e o lugar da escolarização. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 37-58, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2008.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: O PROTAGONISMO DOS TAEs NA INOVAÇÃO

Arituza dos Santos Ramos¹; Luciana Martins Bellei².

¹Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia.

<http://lattes.cnpq.br/4636570521594014>

²Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste Minas), Juiz de Fora, Minas Gerais.

<http://lattes.cnpq.br/1908594741087845>

PALAVRAS-CHAVE: Governança Digital. Competências Digitais. Eficiência Institucional.

INTRODUÇÃO

A transformação digital consolidou-se como um dos principais vetores de modernização das organizações públicas no século XXI. No âmbito das Instituições Federais de Ensino (IFEs), esse movimento tem promovido mudanças significativas nos processos administrativos, acadêmicos e gerenciais, exigindo novas competências dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs). Mais do que usuários de sistemas informatizados, esses profissionais assumem papel estratégico na implementação de soluções digitais, na gestão da informação, na inovação organizacional e na melhoria contínua dos serviços públicos. Essa transição está inserida em um fenômeno global que Castells (2016) caracteriza como a ascensão da sociedade em rede, onde a informação e a conectividade redefinem as estruturas de poder e as dinâmicas de trabalho, exigindo que o Estado se descentralize e se modernize para fazer frente às novas demandas sociais.

A publicação da Lei nº 14.129/2021, conhecida como Lei do Governo Digital, fortaleceu a necessidade de ampliar a oferta de serviços digitais, promover a transparência, simplificar procedimentos e aumentar a eficiência da administração pública. Nesse contexto, a transformação digital passa a representar não apenas uma mudança tecnológica, mas uma mudança cultural e de governança. Para Cavalcante e Camões (2017), a inovação no setor público difere da esfera privada por estar atrelada à geração de valor público e à ampliação do acesso aos direitos cidadãos. Diante disso, o problema central de pesquisa reside em compreender como o protagonismo e a capacitação dos TAEs influenciam o sucesso e a velocidade da transição digital nas universidades federais brasileiras. Justifica-se este estudo pela premência de alinhar as competências da força de trabalho técnica às diretrizes da Estratégia Federal de Governo Digital, convertendo o aparato burocrático em uma estrutura ágil e responsiva.

OBJETIVO

Analisar a relevância da tecnologia, da inovação e da transformação digital para a atuação dos Técnicos-Administrativos em Educação, destacando seus impactos na eficiência administrativa, na qualidade dos serviços públicos educacionais e na modernização das instituições federais de ensino.

METODOLOGIA

Para responder ao problema formulado, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e descritivo, realizada por meio de uma revisão bibliográfica e documental. O período de realização do levantamento bibliográfico e da coleta das informações utilizadas no estudo concentrou-se ao longo do primeiro semestre de 2026. O corpus de análise foi constituído por legislações federais vigentes, com destaque para a Lei nº 14.129/2021 e o Decreto nº 12.046/2024, além de estudos acadêmicos sobre governança digital e competências no serviço público. Os materiais coletados foram submetidos à análise de conteúdo temática, permitindo mapear as barreiras e as oportunidades identificadas na atuação prática dos TAEs frente à digitalização dos processos institucionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A transformação digital ultrapassa a simples informatização de procedimentos. Trata-se de um processo abrangente que envolve redesenho de fluxos de trabalho, integração de dados, desenvolvimento de competências, inovação nos serviços e fortalecimento da governança institucional.

Nas instituições federais de ensino, a digitalização de processos administrativos trouxe ganhos expressivos de produtividade, transparência e eficiência. Ferramentas como processos eletrônicos, assinaturas digitais, sistemas integrados de gestão, plataformas de atendimento virtual e ambientes colaborativos reduziram o tempo de execução das atividades e ampliaram a capacidade de monitoramento institucional.

Os TAEs destacam-se como agentes de transformação organizacional. Sua atuação deixou de estar restrita à execução de tarefas burocráticas para incorporar funções relacionadas à gestão estratégica da informação, análise de dados, melhoria de processos e implementação de soluções inovadoras. A tecnologia passou a ampliar a capacidade de atuação desses profissionais, permitindo respostas mais rápidas e eficientes às demandas institucionais.

A inovação no serviço público tornou-se requisito fundamental para a geração de valor público. Nas IFEs, iniciativas desenvolvidas por equipes técnicas têm contribuído para otimizar rotinas administrativas, ampliar o acesso aos serviços e melhorar a experiência dos usuários. Tecnologias emergentes, como inteligência artificial, automação de processos, computação em

nuvem e análise de dados, apresentam elevado potencial para aperfeiçoar a gestão universitária.

Entretanto, desafios permanecem. A resistência às mudanças, as limitações de infraestrutura tecnológica, as restrições orçamentárias e a necessidade de observância da Lei Geral de Proteção de Dados exigem planejamento institucional e capacitação permanente. A literatura demonstra que organizações inovadoras são aquelas que valorizam seus servidores e promovem ambientes favoráveis à aprendizagem contínua.

Nesse contexto, o desenvolvimento das competências digitais dos TAEs torna-se elemento estratégico. A capacidade de utilizar tecnologias, interpretar dados, propor soluções inovadoras e atuar de forma colaborativa fortalece a governança institucional e contribui para a construção de serviços públicos mais eficientes, inclusivos e responsivos.

Os dados documentais e legislativos analisados demonstram que a implementação da Estratégia Federal de Governo Digital, balizada pelo Decreto nº 12.046/2024, avança de forma heterogênea nas IFEs. Os resultados apontam que, embora existam sistemas robustos para a tramitação de processos e matrículas, o principal gargalo reside na ausência de programas contínuos de alfabetização digital voltados especificamente para a carreira dos TAEs. Essa lacuna corrobora a tese de Castells (2016) sobre a exclusão e a desarticulação de nós na rede quando os agentes não dominam as ferramentas tecnológicas e os fluxos informacionais dominantes, gerando uma sobrecarga nos servidores que já possuem tais competências avançadas.

Outro ponto crítico evidenciado diz respeito à resistência cultural interna em relação à substituição de rotinas analógicas por fluxos totalmente automatizados. Os achados indicam que o medo do monitoramento excessivo e a falta de clareza sobre a segurança dos dados geram entraves na adesão plena às novas plataformas de governança. Conforme discutido por Cavalcante e Camões (2017), a inovação burocrática bem-sucedida pressupõe a criação de um ambiente de segurança psicológica e o fomento a uma liderança transformadora, capaz de engajar os servidores na coconstrução das soluções digitais.

A articulação desses resultados com a literatura pertinente deixa evidente que a transformação digital nas universidades federais não pode se limitar à aquisição de hardwares ou softwares. O sucesso desse processo depende diretamente do reconhecimento dos TAEs como sujeitos ativos da inovação, o que requer investimentos em formação em competências digitais complexas, na simplificação normativa e na valorização das iniciativas de base que partem dos próprios servidores para otimizar os serviços prestados à comunidade acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia, a inovação e a transformação digital representam elementos centrais para o fortalecimento da administração pública educacional. Os Técnicos-Administrativos em Educação ocupam posição estratégica nesse processo ao atuarem como protagonistas

da modernização institucional.

O fortalecimento das competências digitais, aliado ao incentivo à inovação e à valorização profissional, constitui condição indispensável para a consolidação de uma gestão pública orientada por resultados, transparência e excelência. Assim, a transformação digital deve ser compreendida como uma estratégia permanente de desenvolvimento institucional capaz de ampliar a qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica e à sociedade.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021**. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública. Brasília: Presidência da República, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2021/2021/lei/l14129.htm. Acesso em: 9 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Decreto nº 12.046, de 5 de junho de 2024**. Institui a Estratégia Federal de Governo Digital para o período de 2024 a 2027. Brasília: Presidência da República, 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. v. 1.

CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marizaura (org.). **Inovação no Setor Público**: teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: Enap, 2017.

FERRAMENTA WEB FACILITADORA PARA PREENCHER FORMULÁRIOS DE SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS E PRESTAÇÃO DE CONTAS NO CCHSA/CAVN/UFPB

Verônica Germano da Silva¹; Josilene Aires Moreira².

¹PPGOA -Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes da UFPB, João Pessoa, PB.

²PPGOA -Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes da UFPB, João Pessoa, PB.

PALAVRAS-CHAVE: Solicitação de Diárias. Inteligência Artificial. Tecnologia Digital.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/13

INTRODUÇÃO

A concessão de diárias e passagens constitui o instrumento oficial da Administração Pública para a indenização de despesas com deslocamentos a serviço, visando o atendimento do interesse público. E será obtido esse direito, “o servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas [...]”. (BRASIL, 1990).

Esse processo é rigorosamente disciplinado por marcos regulatórios que impõem aos usuários o cumprimento de requisitos documentais e procedimentais específicos, incluindo a Instrução Normativa nº 3 no seu artigo 3º, que orienta sobre os itens a serem cumpridos no Sistema de Concessão de Passagens - SCDP:

Art. 13. São procedimentos administrativos para concessão de diárias e passagens no SCDP:

I - autorização e solicitação de afastamento;

II - pesquisa e reserva dos trechos;

III - autorização de emissão da passagem;

IV - pagamento da diária; e

V - prestação de contas do afastamento. (BRASIL, 2015a)

No âmbito do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA) e do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN) da UFPB, embora o Setor de Contabilidade e Finanças

(SCF) disponibilize, em seu portal institucional (UFPB..., 2026), os documentos para solicitação de Diárias e Passagens, incluindo os formulários padronizados e orientações, observa-se uma recorrência de falhas operacionais.

E esse cenário atual revela a entrega de documentação incompleta e erros no preenchimento dos formulários, o que ocasiona gargalos processuais e retrabalho na análise via Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) antes da inserção no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).

Diante desse desafio, surge a necessidade de implementar mecanismos inovadores que transcendam a mera digitalização, promovendo uma redefinição de procedimentos e atitudes para otimizar a comunicação organizacional e a eficiência administrativa

OBJETIVO

O controle de gestão e acompanhamento dos procedimentos e documentos processuais exigidos na solicitação de diárias e posterior prestação de contas é realizado pelo Setor de Contabilidade e Finanças do CCHSA e ocorre por meio do Sistema SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos e SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens.

E embora exista o oferecimento de meios esclarecedores no site e todos os procedimentos necessários, há uma demasiada ocorrência de falhas decorrentes de ausência de documentos.

Além de incorreções no preenchimento dos formulários padrão, gerando retrabalho nos setores envolvidos e comprometendo a eficiência.

Nesse aspecto, a pesquisa a ser estudada visa mapear esses procedimentos para Solicitação de Diárias e Passagens no Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA) e Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN) e aprimorar os formulários e forma de demonstrá-los com inovação, através da análise de duas propostas, sendo a primeira com uso de inteligência artificial ou uso de tecnologia digital na web.

Dessa forma, a pesquisa mostra-se relevante no âmbito operacional junto aos servidores, quando fazem uso de diárias e passagens; para a instituição CCHSA e CAVN e os setores envolvidos. E por fim, mostra-se relevante, também, no aspecto pessoal, agregando em novos conhecimentos.

METODOLOGIA

O estudo utilizará uma metodologia qualitativa com procedimento bibliográfico “elaborada com base em material já publicado” Gil (2018, p. 138), exploratória descritiva, cujo objetivo está na descrição e características de determinada população ou fenômeno. (2018, p. 26). Além de se inspirar na pesquisa-ação para investigar, junto aos requisitantes

de diárias, sua visão como protagonistas para esse procedimento, de forma a buscar os meios para possível redução dos erros existentes, conforme Gil (2018, p. 138) “sem esse objetivo de solucionar problemas práticos a pesquisa-ação não teria sentido, já que seria difícil conseguir a participação dos interessados”.

Fomenta-se o desenvolvimento de um artefato apoiado também na relação de Produto Técnico e Tecnológico (PTT) da Área 27 – Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, a qual o PPGOA faz parte, e dentre as onze categorias de PTTs adotadas, o artefato se enquadra na categoria número oito: “Software/Aplicativo.

Para isso, aplicar-se-á o método “*Design Science Research*” - DSR como abordagem epistemológico-metodológica para pensar-fazer pesquisa interdisciplinar, envolvendo Educação e Computação com enfoque no desenvolvimento de artefatos”. (PIMENTEL, FILIPPO, SANTOS, 2020, p. 05).

E esse método de pesquisa se confirma também pelo fato do DSR abordar dois objetivos com relação direta a questão estudada, ou seja, melhorar um ponto de gargalo por meio de uma ferramenta técnica. Em outras palavras: “(1) desenvolver um artefato para resolver um problema prático num contexto específico e (2) gerar novos conhecimentos técnicos e científicos. “(PIMENTEL, FILIPPO, SANTOS, 2020, p. 05).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pretender-se-á trazer inovação no setor público no locus CCHSA/CAVN/UFPB e para isso “é essencial compreender que a inovação interna nesse segmento difere de outros contextos, pois demanda ruptura com os padrões estabelecidos. Não se trata apenas de implementar tecnologia, mas também de repensar e redefinir procedimentos e atitudes.” (VERAS, 2025, p.02). Nessa conjuntura e apoiada na Resolução nº. 23/2024 que regulamenta a Estrutura Acadêmica do Programa de Pós Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes – PPGOA, o estudo lançará a proposta de desenvolver um protótipo digital e inovador para o ambiente, através de formulários online como facilitadores, de forma a atender o preenchimento dos formulários setoriais para âmbito de requisição de diárias e passagens. O artefato terá o acesso virtual e busca oferecer mais independência ao usuário, tendo a opção de respondê-los de três formas, sendo a primeira, importando os dados (upload) a partir de um formulário já utilizado para aproveitar os dados pessoais preenchidos e apenas completar os dados da nova viagem; a segunda opção é responder o formulário por completo em todos os seus campos e a terceira opção é fazer uso de um assistente através de uma conversa com um agente online que vem orientar o preenchimento do formulário.

O artefato projetado captura e valida os dados inseridos, calcula os prazos e datas e marcadores automáticos de fim de semana e feriado, e se a solicitação estiver fora do prazo, alerta da necessidade de preencher os campos de justificativas. E, por fim, gera os

formulários preenchidos na opção PDF/DOC/DOCX, sem a necessidade de ter o word e LibreOffice instalados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, a ferramenta é idealizada com o objetivo de mitigar os problemas e gargalos, causados pelos erros recorrentes no preenchimento dos formulários. E dessa forma, otimizar o fluxo processual, trazendo melhorias e maior celeridade para todos os setores envolvidos, gerando uma nova atmosfera com uma sinergia de inovação no ambiente público do CCHSA e CAVN/UFPB.

Nesse contexto e como fora apontado um termo da administração pública a execução desse PTT, promete colaborar para uma maior eficácia entre os envolvidos e maior efetividade, através de uma ruptura dos padrões e paradigmas.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Senado Federal, 18 de abril de 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 30/05/2025

BRASIL, Presidência da República. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3**, de 11 de fevereiro de 2015a. Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para aquisição de passagens aéreas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-3-de-11-de-fevereiro-de-2015> . Acesso em: 10/01/2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias. **Documentos para solicitação de Diárias e Passagens**. Disponível em: <https://www.cchsa.ufpb.br/cchsa/contents/paginas/procedimentos-para-solicitacao-de-diarias-e-passagens> Acesso em: 10/06/2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Gabinete da Reitoria. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01**, de janeiro de 2020. Regulamenta a solicitação, autorização, concessão, pagamento, ressarcimento e prestação de contas de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, a serviço, no âmbito da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <https://www.pra.ufpb.br/wp-content/uploads/sites/276/sites/276/2025/12/instrucao-normativa-01-2020-1.docx.pdf> Acesso em: 30/01/2026.

GIL, Antonio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6ª Ed. São Paulo. Atlas, 2018.

PIMENTEL, M.; FILIPPO, D.; SANTOS, T.M.. Design Science Research: pesquisa científica atrelada ao design de artefatos. Revista RE@D - Revista de Educação a Distância e Elearning, Universidade Aberta, v. 3, n.1. p. 37-61. março/abril 2020.

VERAS, Jonathan. Quais são os caminhos para promover inovação no setor público?. Revista HSM Management. Disponível em: <https://revistahsm.com.br/quais-sao-os-caminhos-para-promover-inovacao-no-setor-publico/> Acesso em 21/12/2025

BRASIL. MEC. UFPB. RESOLUÇÃO Nº 23/2024 - REITORIA SODS, de 22 de agosto de 2024. Revoga a Resolução CONSEPE nº.49/201,7 aprova e dá nova redação ao Regulamento e à Estrutura Acadêmica do Programa de PósGraduação em Gestão nas Organizações Aprendentes, sob a responsabilidade do Centro de Educação.

**ÁREA TEMÁTICA:
SAÚDE, QUALIDADE DE VIDA
E BEM-ESTAR NO SERVIÇO PÚBLICO**

SAÚDE, QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR NO SERVIÇO PÚBLICO: O PROGRAMA VIVER EM HARMONIA DA UFRN

Julie Idália Araujo Macêdo¹; Buena Bruna Araujo Macêdo².

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN. <http://lattes.cnpq.br/6002660768622458>

²Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN. <http://lattes.cnpq.br/0681855287636843>

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade de vida. Saúde do servidor. Bem-estar institucional.

INTRODUÇÃO

As transformações nas relações de trabalho e o aumento das demandas institucionais têm provocado impactos significativos na saúde física, emocional e social dos trabalhadores, especialmente no contexto do serviço público. Nesse cenário, as políticas de promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho tornam-se fundamentais para o fortalecimento do bem-estar, da valorização profissional e da humanização das relações institucionais.

Segundo Limongi-França (2012), a qualidade de vida no trabalho está relacionada à construção de ambientes organizacionais saudáveis, participativos e capazes de promover satisfação e desenvolvimento humano. Para Dejours (1992), as condições e a organização do trabalho exercem influência direta sobre a saúde mental e o equilíbrio psicossocial dos trabalhadores.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a Política de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) foi instituída por meio da Resolução nº 011/2017-CONSAD, compreendendo a qualidade de vida como um conjunto de práticas individuais e coletivas relacionadas ao trabalho, à gestão organizacional e à promoção da saúde e segurança laboral, buscando proporcionar satisfação, reconhecimento socioprofissional, relações interpessoais harmoniosas, ambiente laboral saudável e equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

A política institucional fundamenta-se no modelo teórico-metodológico da Ergonomia da Atividade Aplicada à Qualidade de Vida no Trabalho, compreendendo a importância da adaptação das condições laborais às necessidades humanas e organizacionais. Nesse contexto, destaca-se o Programa “Viver em Harmonia”, vinculado à Divisão de Qualidade de Vida no Trabalho (DQVT) da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP), responsável pelo desenvolvimento de ações voltadas à promoção da saúde, bem-estar e valorização dos servidores da universidade.

OBJETIVO

Analisar as contribuições da Política de Qualidade de Vida no Trabalho da UFRN e das ações desenvolvidas pelo Programa Viver em Harmonia para a promoção da saúde, bem-estar e valorização dos servidores públicos universitários.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada e objetivo descritivo. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, desenvolvida a partir da análise de documentos institucionais, normativas e informações disponibilizadas nos portais oficiais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Conforme Gil (2019), a pesquisa bibliográfica permite compreender fenômenos sociais e organizacionais a partir da análise de estudos publicados, enquanto a pesquisa documental possibilita a investigação de políticas institucionais e documentos normativos.

Foram analisados documentos relacionados à Política de Qualidade de Vida no Trabalho da UFRN, à Resolução nº 011/2017-CONSAD e às ações desenvolvidas pelo Programa Viver em Harmonia, vinculado à PROGESP.

A análise dos dados foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), permitindo identificar categorias relacionadas à promoção da saúde, gestão humanizada, bem-estar institucional e valorização do servidor público.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que a Política de Qualidade de Vida no Trabalho da UFRN constitui importante instrumento institucional voltado à promoção da saúde, valorização humana e fortalecimento das relações de trabalho no ambiente universitário.

A política institucional apresenta diretrizes voltadas à mediação e fortalecimento das relações interpessoais, melhoria contínua das condições laborais, promoção da saúde e segurança no trabalho, incentivo ao desenvolvimento profissional e fortalecimento das práticas de gestão participativa e humanizada. Além disso, estimula o equilíbrio entre vida profissional e pessoal, o uso consciente dos recursos ambientais e a inclusão social dos servidores com deficiência.

Entre os eixos norteadores da política destacam-se a promoção da saúde e segurança no trabalho, o desenvolvimento de pessoas, o lazer e vida social e as práticas de gestão do trabalho. Esses eixos buscam favorecer o bem-estar físico, mental e social dos servidores, promovendo ambientes organizacionais mais saudáveis, acolhedores e participativos.

Nesse contexto, destaca-se o Programa Viver em Harmonia, vinculado à Divisão de Qualidade de Vida no Trabalho (DQVT) da PROGESP. O programa possui como finalidade coordenar, executar e acompanhar ações voltadas à promoção da satisfação socioprofissional, fortalecimento das relações interpessoais harmoniosas, melhoria do ambiente laboral e equilíbrio entre trabalho e vida pessoal.

O Viver em Harmonia é composto por coordenação própria, Comitê Gestor e Comitê Técnico, envolvendo representantes da PROGESP, centros acadêmicos e unidades descentralizadas da universidade, favorecendo a gestão participativa das ações e o diálogo institucional entre gestores e servidores.

As ações ofertadas pelo programa são destinadas prioritariamente aos servidores ativos da universidade, incluindo docentes e técnicos-administrativos em educação, podendo também contemplar aposentados e trabalhadores terceirizados, mediante disponibilidade de vagas. As atividades incluem práticas integrativas, atividades físicas, ações educativas, promoção da saúde mental, desenvolvimento humano, convivência e prevenção de adoecimentos relacionados ao trabalho.

Outro aspecto relevante refere-se ao incentivo institucional à participação dos servidores nas ações do programa. Conforme a Resolução nº 084/2019-CONSAD, os servidores podem participar das atividades durante o horário de trabalho, mediante autorização da chefia imediata e observância da carga horária máxima semanal permitida. Essa iniciativa demonstra o reconhecimento institucional da importância da promoção da saúde e qualidade de vida no contexto universitário.

Além disso, o programa possibilita a submissão de projetos relacionados aos eixos da política de QVT, estimulando ações de pesquisa, extensão e intervenção institucional voltadas à promoção do bem-estar e melhoria das condições de trabalho. Os projetos submetidos passam por processo contínuo de avaliação e acompanhamento, fortalecendo as práticas institucionais de promoção da saúde e valorização do servidor.

Dessa forma, observa-se que as ações desenvolvidas pela UFRN ultrapassam práticas assistencialistas pontuais, constituindo-se como política institucional comprometida com a humanização das relações de trabalho, prevenção de adoecimentos e promoção de ambientes laborais mais saudáveis, sustentáveis e participativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu compreender a relevância da Política de Qualidade de Vida no Trabalho da UFRN e das ações desenvolvidas pelo Programa Viver em Harmonia para a promoção da saúde, bem-estar e valorização dos servidores públicos universitários.

As iniciativas analisadas demonstram o compromisso institucional da universidade com a construção de ambientes organizacionais mais saudáveis, humanizados e comprometidos com a qualidade de vida no trabalho.

Verificou-se que as ações voltadas à promoção da saúde física e mental, prevenção de adoecimentos, fortalecimento das relações interpessoais, desenvolvimento humano e incentivo à participação institucional contribuem significativamente para o fortalecimento do bem-estar e melhoria das condições de trabalho. Dessa forma, conclui-se que a política de qualidade de vida no trabalho da UFRN constitui importante instrumento de valorização do servidor público e fortalecimento das políticas institucionais de saúde no contexto das universidades federais.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1992.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Qualidade de vida no trabalho – QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Política de Qualidade de Vida no Trabalho da UFRN**. Natal: UFRN, 2017. Disponível em: <https://progesp.ufrn.br>. Acesso em: 26 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Programa Viver em Harmonia**. Natal: PROGESP/UFRN, 2026. Disponível em: <https://progesp.ufrn.br>. Acesso em: 26 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 011/2017-CONSAD**. Natal: UFRN, 2017. Disponível em: <https://sigrh.ufrn.br>. Acesso em: 26 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 084/2019-CONSAD**. Natal: UFRN, 2019. Disponível em: <https://sigrh.ufrn.br>. Acesso em: 26 maio 2026.

PROGRAMA MESES COLORIDOS NA UFU: SABERES E COMPETÊNCIAS DOS TAES NA PROMOÇÃO DA SAÚDE DO SERVIDOR

Sandra de Fátima Barcelos Correa Moura¹.

¹Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais,

<http://lattes.cnpq.br/7393380353682020>

PALAVRAS-CHAVE: Promoção da saúde. Saúde do trabalhador. Serviço público.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/9

INTRODUÇÃO

A gestão pública contemporânea nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) tem exigido dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs) uma atuação cada vez mais ampla e estratégica, para além das atividades administrativas tradicionais. Nesse contexto, destaca-se a participação desses profissionais em ações voltadas à promoção da saúde do servidor, envolvendo planejamento, articulação institucional, comunicação e acolhimento no ambiente universitário.

Essa atuação encontra respaldo no Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS), instituído pelo Decreto nº 6.833/2009, que estabelece diretrizes para ações de promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores públicos federais (Brasil, 2009). No contexto universitário, marcado por demandas acadêmicas, administrativas e emocionais intensas, tornam-se necessárias estratégias institucionais capazes de fortalecer o cuidado com os trabalhadores e promover qualidade de vida no ambiente laboral.

Nessa perspectiva, os TAEs assumem importante papel na implementação de práticas institucionais voltadas à humanização das relações de trabalho, contribuindo para a construção de espaços mais acolhedores e saudáveis (Dejours, 2015). A atuação desses profissionais ultrapassa funções meramente burocráticas, envolvendo a mediação de conflitos, a organização de ações educativas e a elaboração de estratégias de cuidado direcionadas à comunidade universitária.

Inserido nesse cenário, o Programa Meses Coloridos, desenvolvido pelo Setor Integrado de Ações de Promoção à Saúde do Servidor (SIAPSS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), constitui uma iniciativa voltada à promoção da saúde e à conscientização institucional. O programa organiza campanhas temáticas ao longo do ano, abordando assuntos relacionados à saúde física, mental e social dos servidores públicos.

As ações do Programa Meses Coloridos mobilizam diferentes competências dos TAEs, especialmente na produção de materiais educativos, organização de campanhas e desenvolvimento de atividades de acolhimento. Dessa forma, o programa tem se consolidado como importante estratégia institucional de promoção da saúde.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o Programa Meses Coloridos como estratégia de promoção à saúde do servidor na Universidade Federal de Uberlândia, destacando o protagonismo dos Técnicos-Administrativos em Educação na construção de ações institucionais de cuidado e conscientização.

OBJETIVO

Relatar a experiência do Programa Meses Coloridos na Universidade Federal de Uberlândia, evidenciando de que maneira os saberes práticos, a autonomia e as competências dos Técnicos-Administrativos em Educação contribuíram para a organização, execução e fortalecimento da iniciativa no serviço público universitário.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza aplicada, com objetivo descritivo, desenvolvido na modalidade relato de experiência. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, baseada na sistematização das ações desenvolvidas no Programa Meses Coloridos e na observação das atividades realizadas pela equipe do Setor Integrado de Ações de Promoção à Saúde do Servidor (SIAPSS).

O estudo foi desenvolvido no SIAPSS, vinculado à Diretoria de Qualidade de Vida e Saúde do Servidor (DIRQS) da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da Universidade Federal de Uberlândia. Foram analisadas as ações desenvolvidas desde a criação do Programa Meses Coloridos, em 2019, até as atividades consolidadas em 2025, considerando materiais técnicos produzidos, campanhas institucionais, atividades realizadas e indicadores de participação e engajamento do público-alvo.

Por se tratar de relato de experiência baseado na descrição de ações institucionais e práticas profissionais desenvolvidas no âmbito do serviço público universitário, sem envolvimento direto de participantes, coleta de dados pessoais identificáveis ou intervenção com seres humanos, o presente estudo não demandou submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes da Resolução CNS nº 510/2016.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa Meses Coloridos foi criado em 2019 pela equipe do Setor Integrado de Ações de Promoção à Saúde do Servidor (SIAPSS), a partir da necessidade identificada pelos profissionais do setor de ampliar os espaços de diálogo, informação e conscientização

sobre saúde no ambiente universitário.

Desde sua implementação, o programa passou a desenvolver campanhas temáticas relacionadas à promoção da saúde, prevenção de agravos e fortalecimento do cuidado institucional. As ações são organizadas de forma integrada por Técnicos-Administrativos em Educação de diferentes áreas, incluindo saúde, psicologia, serviço social e administração.

Para viabilizar as atividades do programa, a equipe passou a desenvolver ações voltadas à educação em saúde, organização de campanhas educativas, produção de conteúdos informativos e articulação de encaminhamentos institucionais destinados aos servidores que necessitam de acompanhamento especializado.

Entre as atividades promovidas pelo programa destacam-se palestras, mesas-redondas, campanhas educativas, produção de cartilhas, vídeos informativos e ações de acolhimento voltadas aos servidores da universidade. As atividades buscaram ampliar o acesso à informação sobre saúde no ambiente de trabalho.

Durante a pandemia de COVID-19, as ações do programa foram adaptadas ao formato digital, com transmissões ao vivo, palestras virtuais e atividades educativas no canal da DIRQS no YouTube, garantindo a continuidade e ampliando o alcance das ações.

Em 2025, a campanha “Agosto Lilás”, voltada ao enfrentamento da violência de gênero, representou um importante marco na consolidação das ações do programa. A equipe técnica elaborou uma cartilha educativa contendo orientações jurídicas, informações sobre canais de denúncia e fluxos institucionais de acolhimento psicossocial.

Além da cartilha, também foram produzidos vídeos em formato de “pílulas de conhecimento”, com informações rápidas e acessíveis sobre violência de gênero e rede de apoio institucional. A programação contemplou, ainda, uma mesa-redonda intersetorial reunindo especialistas convidados, discentes, servidores e representantes da comunidade externa.

Tabela 1 – Ações Integradas do Programa Meses Coloridos (Agosto Lilás 2025).

Ação	Descrição	Formato
Mesa-redonda	“Fortalecendo Redes de Apoio e Rompendo Silêncios”: diálogo sobre o enfrentamento à violência de gênero no ambiente universitário	Presencial (Auditório 5O-A) e transmissão ao vivo via YouTube
Cartilha Técnica	2ª edição do guia educativo com tipificações de violência (Lei Maria da Penha) e fluxogramas de suporte institucional	Digital (PDF) disponível no portal oficial da PROGEP/UFU
Vídeo Informativo	Material audiovisual adaptado da cartilha, com orientações rápidas e democratização da informação em saúde	Disponível no canal PROGEP UFU (YouTube)

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A experiência do Programa Meses Coloridos evidencia que os Técnicos-Administrativos em Educação desempenham papel relevante na construção de ações institucionais voltadas à promoção da saúde no serviço público universitário. As atividades desenvolvidas demonstram competências relacionadas à articulação institucional, planejamento, criatividade, comunicação e trabalho colaborativo, aspectos considerados importantes para a administração pública contemporânea (Tamada; Cunha, 2022).

A elaboração de materiais educativos, a adaptação das atividades ao formato digital durante a pandemia e a organização de campanhas institucionais demonstram a capacidade técnica da equipe em desenvolver soluções voltadas às demandas da comunidade universitária.

Além disso, a experiência analisada reforça a importância das competências relacionais no contexto universitário, especialmente diante de temas sensíveis, como saúde mental, violência de gênero e acolhimento institucional. Nesse sentido, o SIAPSS consolida-se como espaço de promoção da saúde, educação institucional e fortalecimento do cuidado no ambiente de trabalho.

A experiência também se aproxima da perspectiva apresentada por Christophe Dejours, ao considerar que o reconhecimento profissional está relacionado à possibilidade de mobilização da inteligência prática e dos saberes construídos pelos trabalhadores no cotidiano institucional (Dejours, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiência do Programa Meses Coloridos evidencia a contribuição dos Técnicos-Administrativos em Educação para a promoção da saúde dos servidores da Universidade Federal de Uberlândia. As ações desenvolvidas ao longo do programa demonstram que a atuação integrada da equipe possibilitou a realização de campanhas educativas, atividades de acolhimento e estratégias de conscientização voltadas à comunidade universitária. Além de fortalecer as ações de promoção da saúde, a experiência reforça a importância do protagonismo dos TAEs na construção de práticas institucionais alinhadas às necessidades dos servidores, constituindo uma experiência que pode inspirar iniciativas semelhantes em outras instituições públicas de ensino superior.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009**. Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal – SIASS. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

DEJOURS, Christophe. ***O trabalho vivo: sexualidade e trabalho***. v. 1. Brasília: Paralelo 15, 2015.

GIL, Antônio Carlos. ***Como elaborar projetos de pesquisa***. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2016.

TAMADA, R. C. P.; CUNHA, I. C. K. O. ***Gestão por competências na administração pública brasileira: uma revisão integrativa da literatura***. *Revista do Serviço Público*, v. 73, n. 3, p. 426-450, 2022.

ESTRATÉGIAS DE CONTROLE DO ESTRESSE OCUPACIONAL APLICADAS A ENFERMEIROS COM SÍNDROME DE BURNOUT: UMA REVISÃO DE ESCOPO

Lílian Braga do Nascimento¹.

¹Universidade de Pernambuco (UPE), Recife, Pernambuco. <http://lattes.cnpq.br/5563178730072037>

PALAVRAS-CHAVE: Esgotamento profissional. Saúde ocupacional. Enfermagem.

INTRODUÇÃO

O surgimento do termo *burnout* consolidou-se na década de 1970 para descrever o esgotamento físico e mental associado às profissões de alta dedicação interpessoal (MASLACH; SCHAUFELI; LEITER, 2001). Caracterizada como uma síndrome eminentemente ocupacional, é estruturada em três pilares fundamentais: a exaustão emocional, a despersonalização e a redução da realização profissional, sendo a exaustão o componente de maior prevalência e impacto inicial relatado (MASLACH; SCHAUFELI; LEITER, 2001).

No contexto da saúde, a equipe de enfermagem atua sob condições crônicas de sobrecarga, jornadas duplas e pressão iminente ligada ao manejo da dor e da morte, fatores que intensificam consideravelmente a vulnerabilidade ao adoecimento psíquico (MUROFUSE; ABRANCHES; NAPOLEÃO, 2005; OLIVEIRA; LIMA; VILELA, 2017).

As consequências do desenvolvimento do esgotamento vão além do sofrimento individual, refletindo-se diretamente na infraestrutura dos serviços de assistência por meio do absenteísmo elevado, rotatividade, pedidos de licença médica e declínio na segurança do paciente (MOREIRA et al., 2009; MENEHINI; PAZ; LAUTERT, 2011).

O diagnóstico consolidado e considerado padrão-ouro na literatura internacional realiza-se por meio do instrumento *Maslach Burnout Inventory* (MBI), que mensura quantitativamente os níveis das dimensões da síndrome (VIDOTTI et al., 2018; FRAGA OLIVEIRA et al., 2020). Para mitigar esse panorama, diversas intervenções baseadas em evidências vêm sendo sugeridas, englobando desde práticas de *mindfulness*, ioga, até suporte psicoeducativo e terapias cognitivo-comportamentais (XIE et al., 2020; MANDAL et al., 2021). Contudo, a literatura carece de sínteses homogêneas que mapeiem e comparem a resolutividade dessas abordagens em grupos específicos. Justifica-se, portanto, a estruturação deste trabalho para clarear os caminhos terapêuticos existentes.

OBJETIVO

Identificar e sintetizar as evidências científicas disponíveis sobre programas de gerenciamento do estresse empregados no tratamento de enfermeiros com Síndrome de Burnout, descrevendo as intervenções utilizadas e seus principais efeitos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa aplicada, de natureza qualitativo-quantitativa e com objetivos descritivos, delineada metodologicamente como uma revisão de escopo (*scoping review*). O protocolo do estudo foi formalmente registrado na plataforma digital de acesso público *Open Science Framework* (OSF), visando à transparência metodológica. A coleta e o levantamento de dados foram integralmente executados no período compreendido entre 03 de janeiro de 2023 (data de submissão inicial) e 30 de junho de 2023 (data da busca final e atualização nas bases de dados).

A estratégia de busca estruturou-se a partir de descritores controlados e palavras-chave combinadas com operadores booleanos, aplicados nas seguintes bases indexing operacionais: MEDLINE (PubMed), Embase, CINAHL, PsycINFO, LILACS, SCOPUS, Web of Science e Cochrane, além de incursões na literatura cinzenta pelo Google Scholar e BDTD. Os critérios de inclusão selecionaram estudos primários que abordassem exclusivamente enfermeiros com diagnóstico de burnout avaliados pelo MBI, sem restrição de idioma.

Excluíram-se trabalhos que agregassem dados de técnicos, auxiliares ou acadêmicos de enfermagem de forma indissociável. A seleção foi operada por dois revisores independentes em regime duplo-cego via Rayyan, e as divergências foram sanadas por reunião de consenso coordenada por um terceiro avaliador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca inicial resultou em um contingente de 10.793 registros bibliográficos. Após a eliminação manual e automatizada de duplicatas, restaram 3.540 artigos para a triagem de títulos e resumos. Deste subtotal, 55 foram selecionados para leitura integral, culminando na exclusão de 36 estudos por desalinhamento temático. A amostra final desta revisão de escopo constituiu-se de 19 artigos elegíveis publicados entre 2010 e 2023, consolidando uma população total de 2.127 enfermeiros avaliados mundialmente. Geograficamente, a China concentrou a maior fatia das pesquisas (33%), seguida pelos Estados Unidos (28%) e Turquia (11%).

Dentre os eixos de intervenção catalogados, os programas baseados em *mindfulness* foram os mais prevalentes, figurando em 7 publicações, seguidos por psicoterapia/psicologia positiva (3 artigos), relaxamento terapêutico (2 artigos) e ioga do riso (2 artigos). Técnicas isoladas como musicoterapia, terapia cognitivo-comportamental (TCC), ioga tradicional,

grupos de Balint e coloração de mandalas completaram o escopo analítico com 1 artigo cada.

A análise crítica demonstra que intervenções focadas em *mindfulness* apresentaram reduções expressivas de estresse e resiliência aumentada (KOPP, 2020), embora o engajamento digital por aplicativos móveis tenha sofrido com baixa adesão (PRATT et al., 2023). Programas de TCC demonstraram eficácia robusta na despersonalização, contudo falharam em aplacar a exaustão emocional primária (BAGHERI et al., 2019).

Adicionalmente, abordagens de relaxamento mostraram-se providenciais para setores críticos de alta mortalidade, como a enfermagem oncológica (ONAN; ISIL; BARLAS, 2013). Discute-se que fatores estruturais sistêmicos e turnos laborais diversos agem como vieses severos na generalização dos desfechos encontrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento evidenciou que a Síndrome de Burnout na enfermagem possui contornos multifatoriais alarmantes. Embora a literatura internacional apresente uma gama diversificada de programas de gerenciamento de estresse, não há uma conclusão definitiva ou receita universal para a mitigação do burnout nesses profissionais.

Contudo, o *mindfulness* desponta de forma reiterada como a terapêutica mais estudada e promissora em termos de eficácia e adaptabilidade organizacional. Sinaliza-se a premente necessidade de pesquisas primárias futuras que padronizem suas amostras, comparando grupos de controle e de intervenção que compartilhem o mesmo setor hospitalar, mesmo turno de trabalho e níveis equivalentes de estresse basal, de modo a neutralizar variáveis de confusão socioambientais e elevar o nível de evidência científica.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BAGHERI, T.; FATEMI, M. J.; PAYANDAN, H.; SKANDARI, A.; MOMENI, M. **The effects of stress-coping strategies and group cognitive-behavioral therapy on nurse burnout.** Annals of Burns and Fire Disasters, vol. 32, n. 3, p. 184-190, 2019.

FRAGA OLIVEIRA, F. K. F.; SANTOS, J. D. dos; BENTO FRAGA, A. S.; OLIVEIRA DE GÓIS, R. M.; SILVA LIMA, M. E. da. **Uso do instrumento maslach burnout inventory como método diagnóstico para síndrome de burnout em profissionais de enfermagem: Uma revisão integrativa.** Caderno de Graduação Ciências Biológicas e da Saúde - UNIT - SERGIPE, v. 6, n. 1, p. 189, 2020.

KOPP, E. A. **Efficacy of a Mindfulness-Based Intervention in Reducing Burnout and Increasing Resilience in Registered Nurses Caring for Patients with Hematologic Malignancies.** UCLA Electronic Theses and Dissertations, 2020.

MANDAL, S. et al. **Effect of Structured Yoga Program on Stress and Professional**

Quality of Life Among Nursing Staff in a Tertiary Care Hospital of Delhi - A Small Scale Phase-II Trial. Journal of Evidence-Based Integrative Medicine, v. 26, p. 1-11, 2021.

MASLACH, C.; SCHAUFELI, W. B.; LEITER, M. P. **Job burnout.** Annual Review of Psychology, v. 52, p. 397-422, 2001.

MENEGHINI, F.; PAZ, A. A.; LAUTERT, L. **Fatores ocupacionais associados aos componentes da síndrome de Burnout em trabalhadores de enfermagem.** Texto & Contexto - Enfermagem, v. 20, n. 2, p. 225-233, 2011.

MOREIRA, D. S. et al. **Prevalência de síndrome de burnout em trabalhadores de enfermagem de um hospital de grande porte da Região Sul do Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, v. 25, n. 7, p. 1559-1568, 2009.

MUROFUSE, N. T.; ABRANCHES, S. S.; NAPOLEÃO, A. A. **Reflexões sobre estresse e Burnout e a relação com a enfermagem.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 13, n. 2, p. 255-261, 2005.

OLIVEIRA, R. F. de; LIMA, G. G. de; VILELA, G. de S. **Incidência da Síndrome de Burnout nos profissionais de enfermagem: uma revisão integrativa.** Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro, v. 7, p. 1-10, 2017.

ONAN, N.; ISIL, O.; BARLAS, G. U. **The Effect of a New Coping Intervention on Stress and Burnout in Turkish Oncology Nurses.** Marmara Üniversitesi Sağlık Bilimleri Fakültesi Tıp Fakültesi Dergisi (MÜSBED), v. 3, n. 3, p. 121-130, 2013.

PRATT, E. H. et al. **Mobile Mindfulness for Psychological Distress and Burnout among Frontline COVID-19 Nurses: A Pilot Randomized Trial.** Annals of the American Thoracic Society, v. 20, n. 10, p. 1475-1482, 2023.

VIDOTTI, V.; RIBEIRO, R. P.; GALDINO, M. J. Q.; MARTINS, J. T. **Síndrome de Burnout e o trabalho em turnos na equipe de enfermagem.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 26, e3022, 2018.

XIE, C. et al. **Educational intervention versus mindfulness-based intervention for ICU nurses with occupational burnout: A parallel, controlled trial.** Complementary Therapies in Medicine, v. 52, 102485, 2020.

SÍNDROME DE BURNOUT E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: DESAFIOS PARA O BEM-ESTAR DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Luciana Martins Bellei¹; Arituza dos Santos Ramos².

¹Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), Juiz de Fora, Minas Gerais.

<http://lattes.cnpq.br/1908594741087845>

²Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia.

<http://lattes.cnpq.br/4636570521594014>

PALAVRAS-CHAVE: Esgotamento. Saúde ocupacional. Servidor.

INTRODUÇÃO

A discussão acerca da saúde mental e da qualidade de vida no trabalho ganhou contornos de urgência no ambiente corporativo e na administração pública contemporânea. No contexto das Instituições Federais de Ensino (IFEs), a reestruturação dos processos administrativos, a transformação digital e a crescente complexidade dos fluxos de trabalho têm ampliado as exigências cognitivas e emocionais impostas aos servidores. Entre os Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs), destacam-se cenários marcados pela sobrecarga de demandas, pressão por resultados e limitação de recursos operacionais.

Esse conjunto de fatores pode comprometer o equilíbrio psicofísico dos trabalhadores, tornando-os mais suscetíveis ao adoecimento ocupacional. A Síndrome de Burnout caracteriza-se por exaustão emocional, despersonalização e redução da realização profissional, sendo compreendida como uma resposta crônica a estressores interpessoais presentes no ambiente de trabalho (MASLACH; JACKSON, 1981). Posteriormente, Maslach e Leiter (2016) reforçaram que o fenômeno decorre, sobretudo, do desajuste entre as características organizacionais e as necessidades dos trabalhadores, superando interpretações centradas exclusivamente na responsabilidade individual. Nesse sentido, compreender os fatores associados ao Burnout no serviço público educacional é fundamental para subsidiar políticas institucionais voltadas à promoção da saúde ocupacional e à melhoria das condições de trabalho.

OBJETIVO

Analisar os principais fatores determinantes para o desenvolvimento da Síndrome de Burnout em servidores técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino,

discutindo estratégias institucionais eficazes para a promoção da qualidade de vida e a preservação do bem-estar no serviço público.

METODOLOGIA

O presente estudo constitui uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, classifica-se como descritiva e explicativa. Os procedimentos metodológicos basearam-se em revisão de literatura e análise documental.

O levantamento bibliográfico foi realizado entre os meses de março e maio de 2026, mediante consulta às bases Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Foram incluídos artigos científicos, dissertações e documentos oficiais publicados recentemente, que abordassem estresse ocupacional, Burnout, saúde mental no funcionalismo público e políticas de qualidade de vida no trabalho.

Por se tratar de estudo fundamentado exclusivamente em dados secundários de domínio público, sem coleta direta de informações junto a seres humanos ou animais, a pesquisa dispensa apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CEUA), em conformidade com o item 6.6 do edital do evento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura demonstra que o esgotamento profissional entre os TAEs está associado predominantemente a fatores organizacionais. De acordo com Maslach e Leiter (2016), ambientes caracterizados por excesso de demandas, baixa autonomia, reconhecimento insuficiente e conflitos de valores favorecem o desenvolvimento do Burnout. Nesse contexto, a pressão por produtividade associada à rigidez burocrática pode intensificar sentimentos de impotência e frustração entre os servidores.

Os estudos analisados também apontam que a fragmentação da atenção decorrente do uso simultâneo de múltiplos sistemas informatizados e da necessidade de respostas imediatas contribui para a sobrecarga cognitiva e para o aumento dos níveis de ansiedade. Além disso, a ausência de suporte organizacional e de espaços de segurança psicológica tende a ampliar o isolamento do trabalhador adoecido, dificultando a busca por ajuda e favorecendo o agravamento do sofrimento psíquico.

Em contrapartida, evidências da literatura indicam que estratégias institucionais voltadas à promoção da qualidade de vida no trabalho, tais como o desenvolvimento de lideranças sensíveis às questões de saúde mental, programas de apoio psicossocial, ações de educação permanente e revisão de processos excessivamente burocráticos, atuam como fatores protetivos, contribuindo para a redução do absenteísmo e para a melhoria do clima organizacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação da saúde e do bem-estar dos Técnico-Administrativos em Educação consolida-se como um requisito estratégico para a construção de uma administração pública humanizada, eficiente e sustentável. O estudo evidencia que o enfrentamento à Síndrome de Burnout exige uma transição de postura por parte das IFEs, que devem abandonar ações meramente paliativas em favor de políticas de qualidade de vida estruturais e contínuas.

Promover o bem-estar no serviço público demanda a criação de canais de acolhimento seguros, o redesenho de processos institucionais e a conscientização permanente das chefias sobre a importância do equilíbrio entre as metas profissionais e a saúde mental. Ao desacelerar rotinas mecânicas e valorizar o fator humano acima das métricas frias de desempenho, as instituições federais não apenas protegem a integridade de seus servidores, mas também qualificam a prestação do serviço entregue à sociedade civil.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde do trabalhador e da trabalhadora**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

MASLACH, Christina; JACKSON, Susan E. **The measurement of experienced burnout**. *Journal of Occupational Behavior*, v. 2, n. 2, p. 99-113, 1981.

MASLACH, Christina; LEITER, Michael P. **Burnout at work: a psychological perspective**. New York: Psychology Press, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Doenças – CID-11**. Genebra: OMS, 2019.

READAPTAÇÃO DE SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA NO ANOS DE 2023 A 2025

Andréa de Freitas Andrade Sene¹; Cleude Mar Lopes Fernandes Assunção².

¹Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, MG. <http://lattes.cnpq.br/4914417088348672>

²Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, MG. <http://lattes.cnpq.br/7128984043559432>

PALAVRAS-CHAVE: Perícia. Comorbidade. Adoecimento.

INTRODUÇÃO

A readaptação funcional constitui um importante instrumento de proteção à saúde do trabalhador e de manutenção da eficiência na Administração Pública Federal. No ecossistema das universidades federais, a complexidade das rotinas operacionais, técnicas e administrativas submete o corpo de servidores a exigências biopsicossociais contínuas. Conforme apontado pela literatura clássica de psicopatologia do trabalho, a organização laboral e a pressão por metas institucionais podem atuar como fortes desencadeadores de sofrimento psíquico e desgaste mental severo (DEJOURS, 2015; SELIGMANN-SILVA, 2011).

Quando a capacidade laborativa sofre limitações definitivas ou temporárias atestadas por junta médica oficial, o ordenamento jurídico exige o reajuste das atribuições para preservar a dignidade do trabalhador. Este estudo aborda a incidência de afastamentos e avaliações periciais em ambiente acadêmico, contextualizando o fenômeno do adoecimento multifatorial e a necessidade de adequação jurídica das atividades desempenhadas por servidores públicos acometidos por patologias físicas e mentais crônicas.

OBJETIVO

Analisar o perfil epidemiológico dos servidores da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) submetidos à avaliação pericial para fins de readaptação no período de 2023 a 2025, correlacionando as patologias identificadas com as previsões de ajustamento funcional contidas na Lei nº 8.112/1990.

METODOLOGIA

Quanto à natureza, esta é uma pesquisa aplicada; quanto aos objetivos, classifica-se como descritiva; e quanto à abordagem, configura-se como um estudo quantitativo. Segundo

a literatura de metodologia científica, a pesquisa aplicada visa gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos; a descritiva busca especificar as propriedades e perfis de pessoas ou comunidades; e a abordagem quantitativa utiliza a coleta e a análise de dados para responder a perguntas de pesquisa de forma estatística (GIL, 2019; SAMPIERI, 2013).

O procedimento adotado consistiu em uma pesquisa documental eletrônica realizada a partir dos dados oficiais de saúde suplementar do servidor público federal. A coleta de dados foi executada por meio do Sistema de Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), consultando especificamente o Relatório de Perícias Concluídas disponível no endereço eletrônico do Siape Saúde. A população do estudo compreendeu os registros de avaliações médicas de servidores da UFU consolidados nos anos de 2023, 2024 e 2025. A análise foi executada por meio de estatística descritiva, categorizando as informações de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (OMS, 2008). Preservou-se o sigilo e o cumprimento integral das normas éticas vigentes pelo uso de dados secundários agregados e anonimizados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A evolução do volume de servidores avaliados pela junta médica oficial da UFU revelou variações quantitativas no triênio analisado: foram avaliados **25 servidores em 2023, 35 servidores em 2024 e 26 servidores em 2025**. A triagem diagnóstica evidenciou um cenário de comorbidades complexas, caracterizado pela concomitância crônica de transtornos mentais, distúrbios osteomusculares e doenças sistêmicas.

Os dados extraídos do SIASS foram compilados e estruturados de forma a apresentar os códigos CID registrados e as respectivas frequências absolutas ano a ano, conforme exposto na Tabela 1.

Tabela 1: Distribuição das patologias identificadas em servidores avaliados na UFU (2023 a 2025).

Categoria Diagnóstica	Códigos CID Registrados e Frequência Absoluta
Transtornos Mentais e Comportamentais	2023: F102 (1); F31 (2); F33 (2); F41 (1); f411 (1); f419 (1); F43 (1); f432 (1).
	2024: F102 (1); F31 (2); F33 (2); F41 (1); f411 (1); f419 (1); F43 (1); f432 (1).
	2025: F31.3 (1); F32 (1); F32.2 (1); F32.9 (1); F33 (1); F41 (1); F41.2 (1); F84 (1).

Doenças Osteomusculares e do Tecido Conjuntivo	2023: M17 (1); M20 (1); M313 (1); M328 (1); m51 (1); M54 (1); M541 (1); M542 (1); M751 (3); M79 (1); M87 (1). 2024: M17 (1); M20 (1); M313 (1); M328 (1); m51 (1); M54 (1); M541 (1); M542 (1); M751 (3); M79 (1); M87 (1). 2025: M07.2 (1); M12.3 (1); M17 (3); M51 (1); M54 (1); M54.2 (1); M54.5 (1); M65 (1); M75 (1); M79.7 (1).
Doenças do Sistema Nervoso e órgãos dos sentidos	2023: G56 (2); G700 (1); G933 (1); H544 (1). 2024: G56 (2); G700 (1); G933 (1); H544 (1). 2025: G25.8 (1); G50 (1); G56.0 (1); G933 (1).
Doenças dos Aparelhos Circulatório e Respiratório	2023: I21 (2); I25 (1); J45 (2). 2024: I21 (2); I25 (1); J45 (2). 2025: Não houve registros nestas categorias.
Outras Condições Clínicas e Neoplasias	2023: B91 (1); C50 (1). 2024: B91 (1); C50 (1). 2025: E27.1 (1); E78.2 (1)
TOTAL ANUAL DE DIAGNÓSTICOS	2023: 37 diagnósticos 2024: 37 diagnósticos 2025: 26 diagnósticos

Fonte: SIAPE SAÚDE. Relatório de Perícias Concluídas (2023 a 2025).

Disponível em: <https://www2.siapenet.gov.br/saude/>.

A análise dos dados mostra repetição exata no perfil epidemiológico e nas frequências absolutas entre 2023 e 2024. Nesses períodos, houve expressiva carga de patologias cardiovasculares crônicas (I21, I25), respiratórias (J45) e distúrbios osteomiotendíneos focados em membros superiores, com destaque para a síndrome do manguito rotador (M751). O adoecimento psíquico distribuiu-se de forma ampla por diversas manifestações clínicas de ansiedade e depressão.

Em 2025, embora o espectro de diagnósticos totais tenha reduzido para 26 ocorrências, os eixos de saúde mental (F) e do sistema osteomuscular (M) mantiveram a predominância absoluta de impacto institucional. Emergiram nessa reta final manifestações de subcódigos específicos como episódios depressivos graves (F32.2) e dores lombares (M54.5). O contínuo entrelaçamento de fragilidades físicas e psíquicas eleva os índices de absenteísmo, tornando a readaptação uma ferramenta para mitigar o risco de invalidez precoce no serviço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados do triênio 2023–2025 evidenciam que o processo de readaptação na UFU é impulsionado por um perfil complexo e crônico de adoecimento multifatorial. A aplicação correta do artigo 24 da Lei nº 8.112/1990 cumpre o objetivo traçado, consolidando-se como uma política de proteção social e de manutenção da eficiência administrativa. Conclui-se que a instituição necessita fortalecer de forma contínua suas políticas internas de saúde ocupacional por meio de adaptações ergonômicas e oferta de redes de apoio psicossocial, mitigando gatilhos de estresse e garantindo a permanência sustentável e saudável do servidor em atividade.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Siape Saúde: Relatório de Perícias Concluídas**. Disponível em: <https://www2.siapenet.gov.br/saude/sistema/consultasGerenciais/relatorioPericiasConcluidas.xhtml>. Acesso em: 2026.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10)**. 10. rev. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SAMPIERI, Roberto Hernández. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito à saúde no limite da força de trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011.

**ÁREA TEMÁTICA:
PRODUÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA
E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO**

TEORIA CRÍTICA E PÓS-MODERNISMO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: CATEGORIAS ANALÍTICAS FUNDAMENTAIS

Deusdete Junior Santos¹; Gabriela Menezes Bonfim².

¹Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS. <http://lattes.cnpq.br/3360137547758207>

²Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS. <http://lattes.cnpq.br/1073011215572681>

PALAVRAS-CHAVE: Teoria crítica. Pós-modernismo. Estudos organizacionais.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/20

INTRODUÇÃO

No campo dos estudos organizacionais em perspectiva crítica, pesquisadores como Alvesson e Deetz (1998) apontam a existência de duas vertentes principais: a teoria crítica e o pós-modernismo. Ambas focadas na mudança social e antagônicas aos ideais modernistas, surgem em períodos próximos – a primeira no final da década de 1970, a segunda no final dos anos 1980.

Para compreender essas correntes, é necessário retomar o contexto do Iluminismo e do projeto modernista, dos quais elas são, em grande medida, uma negação. O Iluminismo oficializou uma linguagem transparente e uma verdade de representações baseadas na razão. O projeto modernista, conforme Habermas (1983), equivaleu ao esforço intelectual de desenvolver a ciência objetiva, a moralidade universal e a arte autônoma.

No entanto, o fracasso desse projeto em promover efetiva emancipação humana, somado às transformações globais (globalização, novas tecnologias, mudança da natureza do trabalho), criou terreno fértil para emergência de teorias críticas e pós-modernas nos estudos organizacionais.

Este trabalho tem como objetivo analisar os fundamentos da teoria crítica e do pós-modernismo nos estudos organizacionais a partir de categorias analíticas comuns, destacando semelhanças, diferenças e contribuições de cada vertente.

OBJETIVO

O presente trabalho tem como objetivo central analisar os fundamentos da teoria crítica e do pós-modernismo aplicados aos estudos organizacionais, por meio da identificação e comparação de categorias analíticas compartilhadas e divergentes entre essas duas tradições teóricas.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, o estudo classifica-se como qualitativo. Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa básica, pois visa gerar conhecimento novo sem aplicação prática imediata. Quanto aos objetivos, caracteriza-se como exploratória e descritiva, uma vez que busca familiarizar-se com o fenômeno e descrever as características das teorias estudadas.

Quanto aos procedimentos, adotou-se a pesquisa bibliográfica. Foram consultados livros, artigos, dissertações e teses que versam sobre teoria crítica e pós-modernismo nos estudos organizacionais. Não se aplica definição de local, população ou período, por se tratar de pesquisa estritamente bibliográfica. Também não houve coleta de dados primários, portanto não há normas éticas relacionadas a pesquisa com seres humanos ou experimentação animal.

A técnica de análise dos dados consistiu na análise temática e interpretativa da literatura selecionada. Foram analisados autores anglo-saxões e brasileiros representativos do campo: Alvesson e Deetz (1998), Kilduff e Mehra (1997), Calás e Smircich (1999), Fournier e Grey (2006), Alcadipani e Davel (2003) e Vieira e Caldas (2006). A partir da leitura atenta dos textos, identificaram-se quatro categorias analíticas recorrentes: modernismo e razão; pós-modernidade e fragmentação; poder e conhecimento; narrativas e discurso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na literatura examinada, foram identificadas quatro categorias analíticas que estruturam o debate entre teoria crítica e pós-modernismo nos estudos organizacionais.

Modernismo e razão

A teoria crítica e o pós-modernismo compartilham uma crítica à razão instrumental e ao projeto modernista. Alvesson e Deetz (1998) definem o sujeito iluminado como aquele autônomo, gradualmente emancipado pelo conhecimento científico e pautado pela razão. O modernismo, no contexto organizacional, instrumentaliza pessoas e natureza mediante conhecimento técnico-científico, visando previsibilidade, produtividade e resolução técnica de problemas.

Pode-se definir a semelhança entre as vertentes a partir de que ambas rejeitam a suposta neutralidade e o otimismo do progresso modernista.

Já a diferença central está em que a teoria crítica acredita ser possível resgatar o caráter humano da razão (Burrell, 1994), já o pós-modernismo é mais radical ao desconfiar de qualquer fundamento universal, incluindo aqueles propostos pelos próprios críticos.

Pós-modernidade e fragmentação

Enquanto a modernidade era caracterizada por solidez, hierarquias, fronteiras e instituições estáveis, a pós-modernidade é fluida, fragmentada, marcada por descentralização, redes, curto prazo e imprevisibilidade (Vieira; Caldas, 2006).

Lyotard (1979) aponta a descrença nas grandes narrativas (socialismo, redenção cristã, progresso iluminista) como principal característica do pós-modernismo. Jameson (2005) complementa: o mundo pós-moderno é contingente, instável, diverso – gerando ceticismo em relação à verdade objetiva e às identidades coerentes.

Implicações para os estudos organizacionais: As organizações passam a ser vistas como espaços de identidades fragmentadas, onde os sujeitos não têm uma essência unitária, mas são moldados por discursos concorrentes (Alvesson; Deetz, 1998).

Poder e conhecimento

A conexão poder-conhecimento é central para ambas as vertentes, mas especialmente desenvolvida pelo pós-modernismo a partir de Foucault (1999). O conhecimento não é neutro; ele produz arranjos de poder, organiza instituições sociais e produz formas particulares de sujeitos.

Nos estudos organizacionais, Foucault explora o conceito de disciplina. Os mecanismos que dominam o sujeito, organizam espaços, tornam o indivíduo complacente e facilmente manipulável. Townley (*apud* Alvesson; Deetz, 1998) mostra como o conhecimento de recursos humanos foi usado para subordinar empregados.

A diferença relevante é que a teoria crítica tende a ver o poder como algo ligado ao capitalismo e à dominação de classe, enquanto o pós-modernismo (Foucault) vê o poder como capilar, difuso, presente em microrrelações e não apenas no Estado ou na economia.

Narrativas e discurso

O pós-modernismo dá centralidade ao discurso como constitutivo da realidade. A linguagem não apenas descreve o mundo, ela o estrutura. Os indivíduos não escolhem sua língua materna e sua subjetividade é estruturada por ela.

Alvesson e Deetz (1998) elencam sete concepções básicas do pós-modernismo nos estudos organizacionais, entre elas: a centralidade do discurso, identidades fragmentadas, crítica da filosofia da presença, perda das grandes narrativas, conexão poder/conhecimento, hiperrealidade e pesquisa como resistência.

A teoria crítica também se preocupa com a linguagem, mas via ação comunicativa (Habermas): o diálogo livre de dominação pode levar ao consenso racional. Já o pós-modernismo desconfia até mesmo dessa possibilidade, vendo qualquer consenso como

potencialmente excludente.

Como sintetizam Alvesson e Deetz (1998, p. 257): “A diferença é, em certo sentido, a mesma que existe entre uma teoria que empurra e uma que puxa. A teoria crítica quer que ajamos e proporciona direção; o pós-modernismo nos encoraja a sair do caminho e permitir que o mundo nos leve a sentimentos e pensamentos desconhecidos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria crítica e o pós-modernismo constituem vertentes alternativas ao positivismo lógico e ao funcionalismo hegemônico nos estudos organizacionais. Ambas oferecem caminhos únicos para compreender as organizações e sua administração, embora com diferenças ontológicas e políticas significativas.

Como semelhanças, destacam-se: críticas acentuadas à modernidade e suas formas de dominação; ataques à divisão na pesquisa acadêmica que impõe discursos e regras; combinação de teoria social, filosofia, crítica cultural e preocupações políticas.

Como diferenças fundamentais a teoria crítica busca emancipação e orientação para a ação, enquanto o pós-modernismo prefere a resistência local e a indeterminação. A primeira ainda crê na possibilidade de resgatar o projeto iluminista; a segunda o rejeita liminarmente.

Alvesson e Deetz concluem que as duas abordagens são necessárias e complementares. Wood Jr. (1999) reforça: tanto a teoria crítica quanto o pós-modernismo representam formas de vincular vitalidade ao desenvolvimento e renovação dos estudos organizacionais.

Sugere-se, para pesquisas futuras, uma análise mais aprofundada da relação entre estruturalismo e pós-estruturalismo nos estudos organizacionais, bem como a ampliação do debate para incluir autores do Sul Global e perspectivas pós-coloniais, conforme sugerem Calás e Smircich (1999).

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. **Handbook de estudos organizacionais**. Tradução Miguel Caldas et al. São Paulo: Atlas, 1998, v. 1, p. 226-264.
- CALÁS, M.; SMIRCICH, L. Past Postmodernism? Reflections and Tentative Directions. **Academy of Management Review**, v. 24, n. 4, p. 649-671, 1999.
- DAVEL, E.; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 4, p. 72-85, 2003.

- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOURNIER, V.; GREY, C. Na hora da crítica: condições e perspectivas para estudos críticos de gestão. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 1, p. 59-70, 2006.
- HABERMAS, J. Modernidade versus pós-modernidade. **Arte em Revista**, n. 7, p. 86-91, 1983.
- Burrell, G. Modernism, postmodernism and organizational analysis: the contribution of Jürgen Habermas. **Organization Studies**, v. 15, n. 1, p. 1-45, 1994.
- KILDUFF, M.; MEHRA, A. Postmodernism and Organizational Research. **Academy of Management Review**, v. 22, n. 2, p. 453-481, 1997.
- LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- VIEIRA, M. M. F.; CALDAS, M. Teoria crítica e pós-Modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 1, p. 59-70, 2006.
- WOODJR., T. Teoria crítica e pós-modernismo: alternativas à hegemonia funcionalista. **Revista de Administração de Empresas**, v. 39, n. 1, p. 68-77, 1999.

A LICITAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

Isadora da Silva Ribas¹.

¹Centro Universitário Internacional (UNINTER), Polo Setor Oeste, Goiânia - Goiás.

<https://lattes.cnpq.br/7521120451904652>

PALAVRAS-CHAVE: Licitação. Transparência. Gestão.

INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura de um país com estruturas digitais já consolidadas, há a necessidade e obrigação do agente público ao que se refere à conscientização comunitária acerca da importância dos processos licitatórios públicos com ampla fiscalização, utilizando-se dos princípios, legislações e portais eletrônicos para promover a transparência dos serviços públicos. De modo que a confiança nas instituições públicas torna-se fragilizada devido ao desconhecimento de forma generalizada de todo o trâmite necessário à gestão pública para contratar bens e serviços. As exigências da legislação envolvem uma série de documentos e procedimentos que são fiscalizados por órgãos reguladores que garantem a isonomia do estado ao não favorecer terceiros.

OBJETIVO

Salientar e esclarecer, com uma abordagem direta, trazendo a ótica interna dos trâmites legais e os princípios (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, celeridade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável) que orientam e dirigem as ações do agente público para a divulgação aos agentes externos.

A partir da repaginação através da Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) Lei nº 14.133/2021 houve a padronização uniforme dos processos de compras do serviço público, em que anteriormente ocorria de forma confusa e diferente para cada caso decorrente das diversas legislações que haviam em vigor. Todo e qualquer processo de busca de serviços, bens, obras, compras e alienações da administração pública deve, obrigatoriamente, ocorrer nos moldes detalhados da lei nº 14.133/21 (princípio da legalidade) exceto os casos previstos em lei que autorizam a compra direta. Através da licitação pública é assegurada a igualdade de condições a todos os concorrentes (princípio da impessoalidade ao impossibilitar a

participação de parentes/empresa de parentes dos servidores atuando no certame por exemplo), por meio dos editais que são abertos e acessível a todos os interessados na disputa por exemplo (princípio da vinculação ao edital e igualdade), as exigências mínimas para o cumprimento das necessidades apresentadas pelo órgão público e também os valores a serem investidos bem como sua origem. Esta disputa criada pelas entidades governamentais nasce da ideia de buscar no mercado o que ela mesma não é capaz (ou não é vantajoso) de reproduzir ou solucionar, desta forma recorre a terceiros com atributos e aptidões necessários com a proposta mais vantajosa às conveniências e cofres públicos (princípio da eficiência) realizando um desenvolvimento nacional sustentável.

Antes mesmo da publicação de um certame de licitação há várias etapas e tarefas longas já realizadas, conforme determina a lei de licitação, pelos servidores públicos designados como a equipe de planejamento da contratação. A lei nº 14.133/21 instituiu exigências que devem ser observadas no planejamento prévio dos certames como o PCA: Plano de Contratações Anual. O PCA é um documento público interno que oficializa uma necessidade de uma entidade governamental que se alinha ao seu planejamento estratégico, este racionaliza as contratações (toda contratação é vinculada a um PCA) e serve de base para a elaboração das leis orçamentárias. É um documento público que é posto à disposição dos interessados assim como outros documentos da etapa de planejamento: Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR), Anteprojeto, Projeto Básico, Projeto Executivo, Matriz de Risco e Pesquisa de Preços. Os instrumentos de planejamento licitatório visam dar a base das necessidades e definições para o edital que será publicado para a contratação de bens e serviços/alienação, além de analisar e mitigar possíveis riscos. Além disso a equipe também deve determinar as condições de execução e pagamento, as garantias exigidas, as condições de recebimento, orçamentos estimados e indicação da dotação orçamentária para a realização da licitação, modalidade de licitação e critérios de julgamento/modo de disputa adequados conforme legislação e tudo isso deve ser publicado no site eletrônico de livre acesso o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Todas essas etapas devem passar e ser aprovadas pela Assessoria Jurídica que realiza o controle da legalidade do certame e da contratação.

METODOLOGIA

Foi realizada uma atividade no formato palestra expositiva com duração de aproximadamente 1 hora às 10 horas do dia 14 de março de 2026, na sala de apoio 2 do primeiro andar do Centro de Cultura e Eventos Professor Ricardo Freua Bufáical no campus Samambaia da UFG, endereço Av. Esperança s/n - Vila Itatiaia, Goiânia - Goiás, CEP 74690-612. Sobre o tema “A licitação como instrumento de transparência na gestão pública”, o número de participantes foi de 8 pessoas e o seu perfil era jovens, entre 23 a 30 anos, residentes na região metropolitana de Goiânia que não possuíam contato direto com licitações e contratações públicas.

Do ponto de vista do conteúdo, foram abordados os seguintes assuntos:

- O que é a licitação
- A Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) Lei nº 14.133/2021
- Princípios da licitação
- Fases, documentos e sistemas base de uma licitação
- O Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

O conteúdo abordado na palestra possui relação direta e indireta com as áreas da Gestão Pública: Licitação e Contratos Administrativos, Accountability e Transparência Pública, Ética/Cidadania e Sustentabilidade, Planejamento Estratégico na Gestão Pública, Gestão de Serviços e Obras Públicas Municipais e Gestão do Patrimônio, Materiais e Logística Pública. Tais áreas demonstram a importância dos processos licitatórios públicos com ampla fiscalização, utilizando-se dos princípios, legislações e portais eletrônicos para promover a transparência dos serviços públicos a todos os cidadãos.

Foram distribuídos questionários de avaliação da atividade realizada a todos os participantes ao final da palestra, em que foi possível mensurar qualitativamente a apresentação, o tema, entendimento do conteúdo abordado, estrutura, conforto e tempo de duração com também um espaço para relatar o entendimento acerca do tema tratado.

Figuras 1 e 2: Registros fotográficos da palestra realizada.



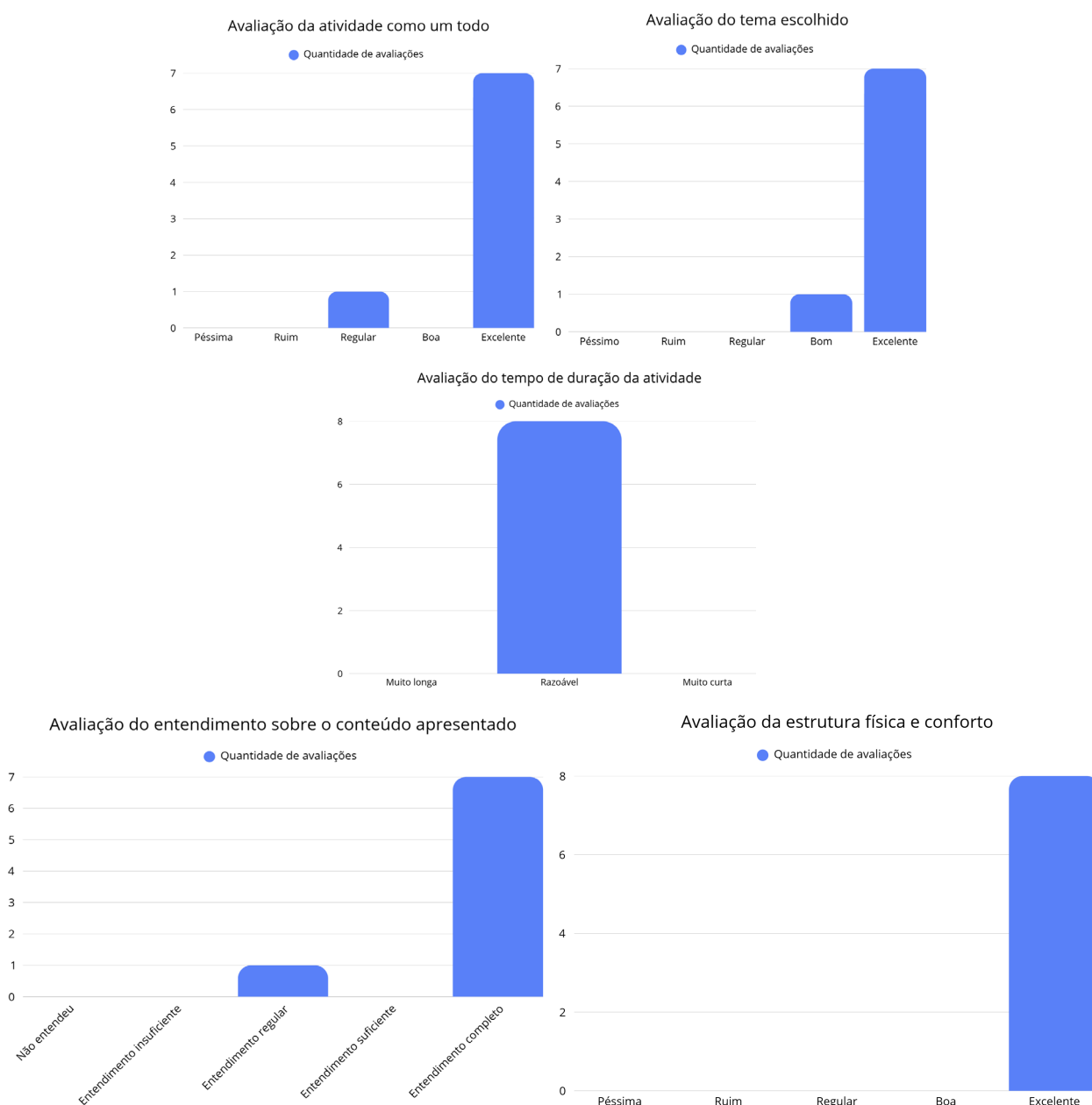
Fonte: Fotografias por Isadora da Silva Ribas

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ideia central desta atividade foi de alterar a percepção negativa comum do cidadão brasileiro não inserido no contexto público sobre os agentes públicos, tornando mais transparente as funções de um servidor público na licitação e sua importância fundamental na sociedade. Por meio da interceptação direta com diálogo, visando esclarecer à população o porquê da existência da licitação via legislação e a sua importância como um instrumento do governo de realizar suas compras (utilizando verbas públicas) do modo mais proveitoso possível.

A atividade obteve as seguintes avaliações conforme gráficos:

Figuras 3, 4, 5, 6 e 7: Gráficos em barra como representação visual da avaliação qualitativa da palestra realizada.



Fonte: Isadora da Silva Ribas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir ao final da atividade e análise dos dados que, devido a falta da ampla divulgação sobre o tema, o cidadão brasileiro possui interesse no tema que pode e deve ser mais abordado e divulgado pela esfera pública no contexto diário da sociedade visando a transparência da licitação nas compras e contratações públicas.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**. Disponível em: <https://www.gov.br/pncp/>. Acesso em: 20 maio 2026.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C. **Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro**. Brasília, DF: Enap, 2019.

ROXO, Gustavo Henrique Sperandio. **Licitações e contratos administrativos: considerações à luz da lei n. 14.133/2021**. Curitiba: Editora InterSaberes, 2021(Série Estudos Jurídicos: Direito Público).

A REVISTA EDUCAÇÃO EM QUESTÃO COMO INSTRUMENTO DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Buena Bruna Araujo Macêdo¹; Julie Idália Araujo Macêdo²

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN. <http://lattes.cnpq.br/0681855287636843>

²Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN. <http://lattes.cnpq.br/6002660768622458>

PALAVRAS-CHAVE: Difusão científica. Periódico. Educação.

INTRODUÇÃO

A produção científica constitui elemento essencial para o desenvolvimento da educação, da pesquisa e da pós-graduação no Brasil. Nesse contexto, os periódicos científicos desempenham importante função na socialização do conhecimento, na circulação de pesquisas e no fortalecimento das instituições acadêmicas. Conforme destaca Mueller (2000), os periódicos científicos representam os principais meios de comunicação formal da ciência, possibilitando a divulgação e a legitimação do conhecimento produzido nas universidades e centros de pesquisa.

Entre os periódicos da área educacional, a Revista Educação em Questão destaca-se como relevante instrumento de difusão científica vinculado ao Centro de Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Criada em 1986 e lançada oficialmente em 1987, a revista surgiu em um contexto de expansão das discussões educacionais e fortalecimento da produção científica na área da Educação.

Segundo Morosini (2014), a circulação do conhecimento científico tornou-se elemento fundamental para o fortalecimento da pós-graduação brasileira e para a ampliação da visibilidade das pesquisas acadêmicas. Nesse cenário, os periódicos científicos assumem papel estratégico na democratização do acesso às produções acadêmicas e no intercâmbio científico entre pesquisadores nacionais e internacionais.

Ao longo de sua trajetória, a Revista Educação em Questão passou por importantes transformações editoriais, ampliando seu alcance acadêmico e científico. A implementação da versão eletrônica, em 2006, possibilitou maior democratização do acesso às produções publicadas, fortalecendo o acesso aberto e a disseminação do conhecimento científico.

Além disso, conforme afirmam Severino (2017) e Demo (2011), a pesquisa científica e a produção acadêmica constituem dimensões fundamentais da formação universitária, contribuindo para a construção crítica do conhecimento e para o desenvolvimento social.

Nesse sentido, a Revista Educação em Questão consolida-se como espaço de produção, circulação e valorização das pesquisas educacionais brasileiras.

OBJETIVO

Analisar a trajetória da Revista Educação em Questão e sua contribuição para a difusão do conhecimento científico na área da Educação, destacando sua relevância acadêmica e institucional no fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza básica, com objetivos descritivos e exploratórios. Segundo Chizzotti (2006), a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos sociais em sua complexidade, considerando os significados, contextos e interpretações produzidos pelos sujeitos e pelas instituições.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, realizada a partir da análise de documentos institucionais, informações disponíveis no portal eletrônico da Revista Educação em Questão e produções científicas relacionadas à comunicação científica, periódicos acadêmicos e difusão do conhecimento.

A pesquisa documental permitiu identificar aspectos históricos da criação da revista, suas transformações editoriais, processos de modernização e contribuição para a circulação da produção científica na área da Educação. Já a pesquisa bibliográfica fundamentou a discussão teórica acerca da comunicação científica e da relevância dos periódicos acadêmicos no contexto universitário.

Para análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), compreendida como um conjunto de procedimentos sistemáticos de descrição e interpretação das informações, permitindo a organização, categorização e inferência dos dados coletados. A análise concentrou-se em categorias relacionadas à difusão científica, produção acadêmica, acesso aberto e fortalecimento da pós-graduação em Educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados demonstram que a Revista Educação em Questão consolidou-se como importante periódico científico da área educacional brasileira, especialmente no contexto da Região Nordeste. Sua criação representou um avanço para a divulgação da produção científica desenvolvida no âmbito da pós-graduação em Educação da UFRN.

Inicialmente publicada em formato impresso, a revista ampliou significativamente sua visibilidade acadêmica com a implantação da versão eletrônica, favorecendo o acesso aberto ao conhecimento científico e possibilitando maior alcance das pesquisas publicadas.

Outro aspecto relevante refere-se à qualidade editorial do periódico, evidenciada por sua indexação em bases de dados nacionais e internacionais e pela classificação Qualis A1/CAPEs. Esses elementos fortalecem a credibilidade científica da revista e ampliam sua contribuição para o desenvolvimento das pesquisas educacionais.

Conforme apontam Packer e Meneghini (2007), a visibilidade dos periódicos científicos está diretamente relacionada à democratização do acesso ao conhecimento e à ampliação da circulação das produções acadêmicas. Nesse sentido, a adoção de plataformas digitais e sistemas de acesso aberto fortaleceu significativamente a difusão científica no contexto universitário.

Além disso, a Revista Educação em Questão acompanhou importantes transformações históricas da educação brasileira, publicando estudos relacionados às políticas educacionais, à democratização do ensino, à formação docente e às práticas pedagógicas. Dessa forma, o periódico tornou-se espaço de diálogo científico e construção coletiva do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Revista Educação em Questão exerce papel relevante na difusão do conhecimento científico na área da Educação, contribuindo para o fortalecimento da produção acadêmica e da pós-graduação brasileira. Sua trajetória evidencia a importância dos periódicos científicos como instrumentos de democratização do conhecimento e promoção do intercâmbio acadêmico.

A modernização editorial, o acesso aberto e a continuidade das publicações consolidaram a revista como importante referência científica nacional. Assim, o periódico reafirma seu compromisso com a produção, circulação e socialização do conhecimento científico na educação pública brasileira.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOROSINI, Marília Costa. **Internacionalização da educação superior e produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento**. Ciência da Informação, Brasília, v. 29, n. 2, p. 27-38, 2000.

PACKER, Abel Laerte; MENEZHINI, Rogério. **Visibilidade da produção científica brasileira**. Ciência da Informação, Brasília, v. 36, n. 3, p. 99-109, 2007.

REVISTA EDUCAÇÃO EM QUESTÃO. **Histórico do periódico**. Natal: UFRN, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/about>. Acesso em: 28 maio 2026.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

INSTRUMENTOS TÉCNICO-OPERATIVOS DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO, ESTUDO SOCIAL E RELATÓRIOS NO IFAC CAMPUS RIO BRANCO

**Lucas de Sousa Gomes¹; Maria Joserlânia dos Santos Moreira²; Kênnia Rayane Leitão
de Oliveira³; Sandra Maria Amorim da Rocha⁴.**

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Brasil.

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

³Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

⁴Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Estudo Social. Assistência Estudantil.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/24

INTRODUÇÃO

Os instrumentos técnico-operativos do Serviço Social são fundamentais para a efetivação da política de assistência estudantil nas instituições de ensino, uma vez que possibilitam a leitura crítica da realidade social dos estudantes e de suas famílias (Gerber, 2002). No contexto dos Institutos Federais, tais instrumentos assumem papel estratégico na identificação de vulnerabilidades sociais que impactam diretamente a permanência e o êxito acadêmico.

No Instituto Federal do Acre – IFAC, Campus Rio Branco, o Serviço Social, por meio do Núcleo de Assistência Estudantil – NAES, utiliza instrumentos como levantamento socioeconômico, estudo social, relatórios e pareceres técnicos, que subsidiam tanto a concessão de auxílios quanto o planejamento de ações institucionais.

OBJETIVO

Analisar a importância dos instrumentos técnico-operativos do Serviço Social na assistência estudantil do IFAC Campus Rio Branco, destacando sua contribuição para o conhecimento da realidade dos discentes e para a garantia de direitos no âmbito educacional.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos descritivos. Quanto aos procedimentos, trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada em produções teóricas do Serviço Social

(Lewgoy; Silveira, 2007) e na análise de práticas profissionais desenvolvidas no contexto institucional (Mioto, 2009).

Os dados foram obtidos por meio de documentos institucionais, registros técnicos e materiais produzidos pelo NAES, sendo analisados a partir do referencial teórico crítico do Serviço Social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento socioeconômico é o principal instrumento inicial de aproximação com a realidade dos estudantes, permitindo identificar condições de vulnerabilidade social, econômica e familiar que interferem no processo educacional (Lewgoy; Silveira, 2007).

O estudo social aprofunda essa análise, possibilitando a compreensão das múltiplas determinações que envolvem a vida do discente, servindo de base para decisões institucionais como concessão de auxílios e encaminhamentos a políticas públicas (Gerber, 2002).

Os relatórios e pareceres sociais cumprem a função de sistematizar e registrar tecnicamente as análises realizadas, garantindo respaldo profissional às intervenções e contribuindo para a tomada de decisões institucionais.

Esses instrumentos, quando articulados, fortalecem a atuação do Serviço Social na política de assistência estudantil, ampliando a capacidade institucional de resposta às demandas dos estudantes e promovendo condições mais equitativas de permanência e êxito acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os instrumentos técnico-operativos do Serviço Social são essenciais para a consolidação da política de assistência estudantil no IFAC – Campus Rio Branco, pois possibilitam a leitura crítica da realidade social dos estudantes e orientam intervenções qualificadas (Gerber, 2002). Sua utilização contribui diretamente para a efetivação de direitos sociais no espaço educacional, fortalecendo o compromisso institucional com a permanência e o sucesso acadêmico dos discentes.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

GERBER, Luiza Maria Lorenzini. **Oficina de Serviço Social: Elaboração de Relatórios e Laudos**. Porto Alegre: Serviço Social em Revista, 2002.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. **Planejamento e avaliação em Serviço Social**. Porto Alegre: Textos & Contextos, 2007.

MIOTO, Regina Célia. **Família, trabalho com famílias e Serviço Social**. Londrina: Serviço Social em Revista, v. 12, n. 2, 2009.

A CULTURA DO CONSUMO E AS APOSTAS ONLINE NO BRASIL

PALAVRAS-CHAVE: Apostas. Cultura do consumo. Vulnerabilidade.

INTRODUÇÃO

O mercado de apostas *online*, amplamente difundido sob o termo “bets”, consolidou-se como um dos fenômenos mais impactantes do cenário contemporâneo brasileiro. Operando na interseção entre a economia digital, a cultura popular e o comportamento do consumidor, este setor tem sido impulsionado por avanços tecnológicos e novas regulamentações que facilitam a operação em mercados estratégicos (Araújo, Silva e Acioli, 2023). A onipresença de publicidades e a facilidade de acesso via dispositivos móveis elevaram o ato de apostar a uma prática social de massa, exigindo um olhar acadêmico que transcenda a análise estritamente econômica.

A regulamentação global, observada após a abertura de mercados estratégicos, incentivou a entrada de grandes plataformas globais (Marques, 2019), alterando a dinâmica de consumo. Este trabalho propõe uma investigação interdisciplinar sob a lente da *Consumer Culture Theory* (CCT), buscando compreender as nuances simbólicas que estruturam esse mercado. O fenômeno não é tratado aqui apenas como um risco financeiro, mas como um elemento que reflete e molda a cultura de consumo brasileira, influenciando o comportamento organizacional e a estratégia competitiva das plataformas (Trigo, 2023). Ao conectar as apostas ao consumo digital, o estudo analisa como a gamificação da vida cotidiana cria novas formas de busca por status e pertencimento, fundamentando-se nas teorias clássicas e contemporâneas do campo.

OBJETIVO

O objetivo principal deste trabalho é investigar como o mercado de apostas *online* no Brasil utiliza práticas culturais para explorar o consumidor, com ênfase naqueles em situação de vulnerabilidade. Por vulnerabilidade entende-se que são os cidadãos que estão à margem da sociedade brasileira. O estudo busca explicitar as tensões entre a busca das plataformas pela maximização do lucro via estímulo ao vício e a necessidade de regulação estatal que assegure a autonomia individual e a proteção do consumidor.

METODOLOGIA

A investigação caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa e exploratória. O procedimento operacional consistiu em uma pesquisa bibliográfica e análise documental de caráter público, realizada no período de janeiro a março de 2026. A análise teórica mobilizou conceitos fundamentais da CCT e da análise estratégica, utilizando autores que

discutem a expansão do setor em jurisdições globais (Araújo, Silva e Acioli, 2023) e o impacto das plataformas digitais (Marques, 2019). O aporte teórico também incorporou estudos sobre a gestão de marcas e o posicionamento estratégico (Trigo, 2023), além de discussões sobre os impactos socioeconômicos do jogo (Trindade, 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise revela que o mercado de *bets* funciona como um vetor de reconfiguração identitária. Ao aplicar o conceito de “eu estendido” de Belk (1988), percebe-se que o apostador incorpora a plataforma como uma extensão de sua própria identidade digital. Essa construção é potencializada pela estrutura descrita por McCracken (1986), na qual a “transferência de significado” desloca o valor cultural do *glamour* esportivo para o risco financeiro.

A expansão de empresas sediadas em jurisdições com regulação flexível facilitou a internacionalização do setor, mas também impôs desafios de governança (Benatti e Cavalheiro, 2024). Estrategicamente, conforme apontado por Trigo (2023), as plataformas não competem apenas em preço, mas na construção de uma arquitetura de escolha que estimula o consumo continuado (Mussa, 2024), afetando de forma severa as camadas mais vulneráveis da sociedade (Instituto Locomotiva, 2024). De acordo com dados do Ministério da Fazenda (2025) obtidos em abril de 2025, 154 plataformas de apostas *online* estavam autorizadas a operar em território nacional.

Sob a perspectiva de Bourdieu (2007), as plataformas operam como um campo social de alta volatilidade, onde o consumidor busca a acumulação de capital simbólico. A estrutura desenhada para explorar vieses cognitivos transforma a aposta em um “evento sagrado” no cotidiano (Belk, Wallendorf e Sherry, 1989), mascarando a exploração de fragilidades financeiras. Conforme Trindade (2024), os impactos na economia doméstica e na saúde mental dos usuários são significativos, exigindo que o debate sobre regulação integre diretrizes de responsabilidade social corporativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho evidenciou que a ascensão das apostas *online* no Brasil transcende a dimensão estritamente financeira, consolidando-se como um fenômeno cultural de ampla complexidade. A análise, alicerçada nos pressupostos da *Consumer Culture Theory* (CCT), permitiu compreender como o mercado de “bets” instrumentaliza rituais de consumo e processos de construção identitária. A gamificação, aliada a estratégias de posicionamento corporativo descritas por autores como Trigo (2023) e Marques (2019), transforma o ato de apostar em um elemento central da vida cotidiana, reconfigurando o comportamento do consumidor sob uma lógica de busca constante por capital simbólico e ascensão social.

Sob uma perspectiva estratégica, a investigação revelou que as plataformas autorizadas operam através de arquiteturas de escolha sofisticadas, desenhadas para explorar vieses cognitivos e vulnerabilidades socioeconômicas dos usuários. Conforme apontado pelos estudos de Silva e Acioli (2023), essa dinâmica competitiva, muitas vezes pautada pela agressividade do marketing, impõe desafios severos à autonomia do indivíduo. A interdependência entre a internacionalização dessas plataformas e a fragilidade de setores vulneráveis da população brasileira denota um desequilíbrio estrutural, onde a estratégia de mercado atua, de forma deletéria, sobre a estabilidade financeira e o bem-estar dos consumidores menos favorecidos.

Diante desse cenário, conclui-se que o debate sobre a regulação estatal do setor exige um nível de maturidade que ultrapasse a mera fiscalização tributária ou o cumprimento de requisitos administrativos. É imperativo que as políticas públicas incorporem diretrizes de responsabilidade social corporativa e proteção ao consumidor, limitando os efeitos das arquiteturas digitais predatórias que sustentam o modelo de negócio atual. A literatura contemporânea (Trindade, 2024; Benatti e Cavalheiro, 2024) reforça a necessidade de um arcabouço normativo que mitigue os riscos de endividamento e transtornos comportamentais, garantindo que a inovação tecnológica no setor não se faça à custa da vulnerabilidade social.

Por fim, embora este estudo ofereça informações sobre o fenômeno, sua natureza exploratória impõe limitações que delineiam o horizonte para pesquisas futuras. É fundamental que novos estudos científicos ampliem essa discussão através de investigações empíricas, focando nos efeitos concretos do consumo dessas plataformas sobre o orçamento doméstico das famílias e na saúde mental dos apostadores. Somente através da convergência entre a reflexão acadêmica e a produção de dados de campo será possível subsidiar o desenvolvimento de estratégias de mitigação eficazes, promovendo um ambiente de consumo digital mais equânime, transparente e socialmente responsável no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A.; SILVA, F.; ACIOLI, M. **O setor de apostas online**: avanços tecnológicos e regulação. *Revista de Administração e Estratégia*, 2023.
- BELK, Russell W. **Possessions and the Extended Self**. *Journal of Consumer Research*, v. 15, n. 2, p. 139-168, 1988.
- BELK, Russell W.; WALLENDORF, Melanie; SHERRY, John F. **The Sacred and the Profane in Consumer Behavior**: Theodicy on the Odyssey. *Journal of Consumer Research*, v. 16, n. 1, p. 1-38, 1989.
- BENATTI, R.; CAVALHEIRO, G. **Jurisdições e internacionalização do setor de apostas**. *Cadernos de Administração*, 2024.

- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.
- INSTITUTO LOCOMOTIVA. **Relatório sobre o consumo nas classes populares**. São Paulo: Instituto Locomotiva, 2024.
- MARQUES, J. A. **A entrada das plataformas globais no mercado de apostas**. *Gestão & Tecnologia*, 2019.
- MCCRACKEN, Grant. **Culture and Consumption: A Theoretical Account of the Structure and Movement of the Cultural Meaning of Consumer Goods**. *Journal of Consumer Research*, v. 13, n. 1, p. 71-84, 1986.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Confira a lista de empresas autorizadas pelo Ministério da Fazenda a ofertar apostas de quota fixa em âmbito nacional**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/composicao/orgaos/secretaria-de-premios-e-apostas/lista-de-empresas>. Acesso em 25 de abril de 2025.
- MUSSA, F. **O estímulo ao consumo nas plataformas digitais**. *Revista de Comportamento do Consumidor*, 2024.
- TRIGO, E. **Estratégia e Comportamento Organizacional nas Bets**. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2023.
- TRINDADE, L. **Impactos socioeconômicos das apostas online**. *Revista Brasileira de Economia*, 2024.

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E BEM-ESTAR DIGITAL: DESAFIOS INFORMACIONAIS DIANTE DO FENÔMENO DOOMSCROLLING

Soraya Fernandes Campos Lira¹.

¹Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba. <http://lattes.cnpq.br/3417946816927414>

PALAVRAS-CHAVE: Competência em informação. *Doomscrolling*. Bem-estar digital.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/16

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea caracteriza-se pela intensa circulação de informações em ambientes digitais, favorecida pelo avanço das tecnologias da informação e comunicação. Nesse contexto, as mídias sociais assumiram papel central na produção, compartilhamento e consumo de conteúdos informacionais, alterando significativamente a forma como os indivíduos se relacionam com a informação. Conforme destaca Castells (2000), a sociedade em rede redefiniu os processos comunicacionais e ampliou a integração entre os indivíduos e as tecnologias digitais.

Embora esse cenário proporcione um aumento do acesso à informação, também favorece o surgimento de comportamentos associados ao consumo excessivo de conteúdos digitais. Entre esses fenômenos destaca-se o *doomscrolling*, termo utilizado para descrever a navegação compulsiva por notícias predominantemente negativas em plataformas digitais (Sharma *et al.*, 2022). Esse comportamento tornou-se mais evidente durante a pandemia da COVID-19, período marcado por elevados níveis de incerteza e busca constante por informações (Shabahang *et al.*, 2022).

Diante dos desafios decorrentes do excesso de informações disponíveis, da variedade de conteúdos acessíveis e do consumo contínuo de informações em ambientes digitais, torna-se necessário refletir sobre estratégias capazes de promover uma relação mais equilibrada entre os indivíduos e os ambientes informacionais. Nesse contexto, a competência em informação apresenta-se como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que possibilitam ao indivíduo reconhecer suas necessidades informacionais, localizar fontes confiáveis, avaliar criticamente conteúdos e utilizar a informação de forma ética e consciente (Belluzzo, 2021).

Dessa forma, discutir a relação entre competência em informação, bem-estar digital e *doomscrolling* mostra-se relevante para compreender os desafios informacionais contemporâneos e promover práticas mais conscientes de consumo de informação.

OBJETIVO

Refletir sobre as contribuições da competência em informação para a promoção do bem-estar digital, discutindo estratégias que favoreçam o enfrentamento dos desafios no consumo de informações associados ao fenômeno do *doomscrolling*.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza básica, abordagem qualitativa e caráter descritivo. O estudo foi desenvolvido por meio da análise de literatura científica nacional e internacional no Portal de Periódicos da CAPES, sobre competência em informação, bem-estar digital e *doomscrolling*. Foram consultados artigos científicos que abordam os desafios do consumo informacional na era digital e as competências necessárias para o enfrentamento do excesso de informações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O fenômeno do *doomscrolling* está inserido em um contexto marcado pela ampla disponibilidade de informações e pela intensa conectividade digital. A facilidade de acesso às informações, associada à atualização constante dos conteúdos disponibilizados nas plataformas digitais, favorece a exposição contínua dos indivíduos a grandes volumes de informação, nem sempre acompanhados de processos adequados de seleção e avaliação crítica.

O *doomscrolling* não pode ser compreendido apenas como um hábito individual de consumo de notícias negativas. Trata-se de um comportamento influenciado por fatores tecnológicos, sociais e psicológicos que caracterizam a sociedade digital contemporânea. A necessidade de manter-se constantemente atualizado sobre acontecimentos relevantes, especialmente em contextos de crise, contribui para que muitos indivíduos permaneçam conectados por longos períodos aos fluxos informacionais disponíveis nas plataformas digitais.

Além dos fatores individuais, características estruturais das mídias sociais também favorecem esse comportamento. Recursos como feeds infinitos, notificações constantes e recomendações algorítmicas ampliam a exposição dos usuários a conteúdos sucessivos, dificultando a interrupção da navegação e estimulando o consumo contínuo de informações. Como consequência, o indivíduo tende a permanecer mais tempo exposto a conteúdos emocionalmente carregados, especialmente aqueles relacionados a acontecimentos negativos.

Estudos recentes apontam que a prática do *doomscrolling* pode contribuir para o aumento do sofrimento psicológico, da ansiedade e da percepção negativa da realidade (Shabahang *et al.*, 2022; Satıcı *et al.*, 2023). A exposição recorrente a notícias negativas

tende a reforçar sentimentos de preocupação e insegurança, especialmente em contextos de crise, incerteza ou instabilidade social.

De acordo com Lévy (2011), a informação possui valor quando contribui para a redução das incertezas e para a ampliação da compreensão sobre determinado contexto. Entretanto, o excesso de conteúdos disponíveis e a velocidade de circulação das informações podem produzir o efeito contrário, dificultando a interpretação dos conteúdos acessados e comprometendo a construção de uma compreensão equilibrada da realidade.

Diante desse cenário, a competência em informação assume papel relevante ao favorecer o desenvolvimento de habilidades relacionadas à identificação de necessidades informacionais, à avaliação da qualidade das fontes e ao uso consciente da informação (Belluzzo, 2020). Mais do que acessar conteúdos, torna-se necessário desenvolver a capacidade de selecionar informações confiáveis, interpretar criticamente mensagens e compreender os mecanismos que influenciam o consumo informacional nos ambientes digitais.

Sob essa perspectiva, estratégias como a verificação da credibilidade das fontes, a diversificação dos canais de informação, a limitação do tempo de exposição às notícias e a reflexão sobre os próprios hábitos informacionais podem contribuir para uma relação mais equilibrada com os ambientes digitais. Embora a competência em informação não elimine os fatores que favorecem o *doomscrolling*, ela pode auxiliar na construção de práticas mais conscientes de acesso e uso da informação.

Assim, observa-se que a promoção da competência em informação está diretamente relacionada ao fortalecimento do bem-estar digital, uma vez que favorece a autonomia dos indivíduos para lidar com os desafios decorrentes do excesso de informações, da variedade de conteúdos disponíveis e do consumo contínuo de informações em ambientes digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensificação do consumo de informações em ambientes digitais trouxe benefícios significativos para o acesso ao conhecimento, mas também gerou desafios relacionados à sobrecarga informacional e aos impactos psicossociais decorrentes do uso excessivo das mídias digitais. Entre esses desafios, o *doomscrolling* destaca-se por sua capacidade de influenciar negativamente o bem-estar emocional e a percepção da realidade dos indivíduos.

Conclui-se que os desafios decorrentes da ampla disponibilidade de informações, da variedade de conteúdos acessíveis e da facilidade de acesso aos ambientes digitais exigem o desenvolvimento de competências que permitam aos indivíduos lidar criticamente com os fluxos informacionais contemporâneos. Nesse contexto, a competência em informação apresenta potencial para contribuir com práticas mais conscientes de consumo de conteúdos digitais, favorecendo a promoção do bem-estar digital.

Embora o *doomscrolling* represente um fenômeno complexo e multifatorial, a adoção de estratégias fundamentadas na competência em informação pode auxiliar os indivíduos na construção de uma relação mais crítica, equilibrada e saudável com a informação. Além disso, o tema apresenta potencial para futuras investigações na área da Ciência da Informação, especialmente no que se refere às relações entre comportamento informacional, saúde mental e ambientes digitais.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BELLUZZO, Regina. Célia Baptista. Competência em informação: das origens às tendências. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, n. 4, 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

SATICI, Seydi Ahmet *et al.* Doomscrolling scale: its association with personality traits, psychological distress, social media use, and wellbeing. **Applied Research in Quality of Life**, v. 18, p. 833-847, 2023. Disponível em: <https://doi-org.ez15.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s11482-022-10110-7>. Acesso em: 01 jun. 2026.

SHABAHANG, Reza *et al.* Give your thumb a break from surfing tragic posts: potential corrosive consequences of social media users' doomscrolling. **Media Psychology**, v. 26, n. 4, p. 460-479, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonlinecom.ez15.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1080/15213269.2022.2157287>. Acesso em: 01 jun. 2026.

SHARMA, Bhakti *et al.* The dark at the end of the tunnel: doomscrolling on social media newsfeeds. Technology, **Mind, and Behavior**, v. 3, n. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/tmb0000059>. Acesso em: 01 jun. 2026.

TASKIN, Sumeyye *et al.* Doomscrolling and mental well-being in social media users: a serial mediation through mindfulness and secondary traumatic stress. **Journal of Community Psychology**, v. 52, p. 512-524, 2024. Disponível em: <https://doiorg.ez15.periodicos.capes.gov.br/10.1002/jcop.23111>. Acesso em: 02 jun. 2026.

ÁREA TEMÁTICA:
DIVERSIDADE, INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS

PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS ENTRE ADOLESCENTES NO ACRE: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA FAMÍLIAS FORTES NO CONTEXTO ESCOLAR

Sandra Maria Amorim da Rocha ¹; Maria Joserlânia dos Santos Moreira²; Kênnia Rayane Leitão de Oliveira³; Lucas de Sousa Gomes⁴.

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

³Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

⁴Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas. Prevenção ao uso de drogas na adolescência. Contexto Família-Escola.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/26

INTRODUÇÃO

O uso abusivo de álcool e outras drogas entre adolescentes constitui-se em um grave problema social e de saúde pública que impacta diretamente as relações familiares, o ambiente escolar e a dinâmica comunitária. Trata-se de uma temática recorrente devido aos múltiplos impactos que provoca no desenvolvimento biopsicossocial dos jovens. Além dos prejuízos individuais, o uso abusivo de drogas está associado ao aumento da criminalidade, à evasão escolar e ao enfraquecimento dos vínculos familiares, atingindo principalmente adolescentes em contextos de vulnerabilidade social.

A família é reconhecida como o primeiro e principal espaço de socialização do indivíduo, exercendo influência decisiva no desenvolvimento emocional, social e cognitivo de crianças e adolescentes (Ferreira et al, 2019). Relações familiares positivas favorecem a construção de vínculos seguros, a internalização de valores pró-sociais e a adoção de comportamentos saudáveis, enquanto contextos familiares fragilizados podem contribuir para o surgimento de condutas de risco.

Nesse sentido, a prevenção assume papel central, exigindo ações articuladas entre família, escola, comunidade e poder público. No estado do Acre, marcado por desigualdades sociais e pelo crescimento da violência urbana nos últimos anos, iniciativas como o Programa Famílias Fortes apresentam-se como estratégias relevantes para a promoção da saúde e da proteção integral de crianças e adolescentes.

OBJETIVO

Este artigo tem como objetivo analisar a experiência de implementação do Programa Famílias Fortes no estado do Acre, com ênfase no município de Rio Branco, destacando seus fundamentos teóricos, o contexto histórico-social local e os resultados observados junto às famílias participantes.

METODOLOGIA

A metodologia adotada é de natureza descritiva e qualitativa, baseada em análise documental, relatórios institucionais e relatos de profissionais envolvidos na execução do programa Famílias Fortes, que é uma intervenção preventiva destinada a famílias com adolescentes de 10 a 14 anos, desenvolvida em sete encontros semanais de duas horas, realizados em espaços comunitários. As atividades são conduzidas por profissionais das áreas da saúde, educação e assistência social, trabalhando separadamente com pais/responsáveis e adolescentes na primeira hora, e de forma conjunta na segunda hora.

O foco do programa está no fortalecimento dos vínculos familiares, na melhoria da comunicação, no estabelecimento de regras claras e no desenvolvimento de habilidades parentais positivas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Já se sabe que as drogas têm sido motivo de preocupação mundial há décadas, uma vez que seu uso abusivo provoca deterioração pessoal, instabilidade familiar e favorece a inserção de adolescentes em práticas delituosas (Félix, 2005). Pesquisadores alertam que a adolescência configura-se como um período de maior vulnerabilidade para o início do uso de substâncias psicoativas (Castro; Rosa, 2010), por se tratar de uma fase de transição marcada por intensas transformações físicas, emocionais e sociais.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990), crianças e adolescentes têm direito à proteção integral, cabendo à família, à escola, à comunidade e ao estado a responsabilidade compartilhada de garantir orientação, acompanhamento e condições adequadas para o seu desenvolvimento. A sociedade contemporânea, influenciada pelo processo de globalização, impõe mudanças rápidas nos modos de vida, exigindo da família e da escola uma postura mais dinâmica e preventiva diante de temas complexos, como o uso de drogas.

Castro e Rosa (2010) destacam que diversos fatores podem contribuir para o uso de drogas na adolescência, entre eles a curiosidade, a busca por prazer, a insatisfação com a vida, o uso de substâncias pelos pais, o autoritarismo familiar, o baixo desempenho escolar, a ausência de regras claras na escola e a exclusão social. Esses fatores evidenciam a necessidade de ações preventivas que ultrapassem o enfoque repressivo e priorizem a

educação para a vida saudável.

A Política Nacional sobre Drogas enfatiza que a prevenção eficaz é resultado do comprometimento e da cooperação entre os diferentes segmentos da sociedade, fundamentada no princípio da responsabilidade compartilhada e na construção de redes sociais de apoio (Félix, 2005). Nesse contexto, programas como o Programa Saúde na Escola – PSE e o Programa Famílias Fortes destacam-se como importantes aliados da comunidade escolar.

O papel da família como rede de apoio no cuidado em saúde mental é central (Covelo; Moreira, 2015). Frequentemente, os familiares relatam falta de tempo e espaços de autocuidado, gerando desconforto frente ao sofrimento psíquico dos filhos. A literatura indica que relações de violência nas famílias muitas vezes decorrem de uma realidade de extrema vulnerabilidade social e ausência de serviços articulados. Ao planejar intervenções, deve-se considerar a articulação da rede, como o CRAS, CREAS, unidades de saúde e escolas.

Dessa forma, a valorização da cultura das famílias e das comunidades locais, por meio do resgate de saberes e práticas culturais e da promoção de vivências lúdicas, fortalece o sentimento de pertencimento e identidade, elementos essenciais para o desenvolvimento integral dos sujeitos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As avaliações do Programa Famílias Fortes indicaram resultados expressivos quando comparado com outras avaliações de programas realizadas pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2018). Entre os profissionais envolvidos que foram avaliados: 100% afirmaram que o programa promoveu cooperação intersetorial e 75% avaliaram-no como um instrumento eficaz de intervenção junto às famílias.

No âmbito familiar, foram observados avanços na coesão, no diálogo, na expressão de afeto e na redução de conflitos. As práticas parentais apresentaram melhorias significativas, com maior capacidade de estabelecer limites, supervisionar comportamentos e oferecer apoio emocional aos filhos. Entre os principais resultados, destacam-se a redução da agressividade e de comportamentos de isolamento social entre crianças e adolescentes, bem como a melhoria da interação e da comunicação entre pais e filhos. A redução de comportamentos agressivos pode estar diretamente associada a diminuição do estresse parental e do aumento da coesão familiar.

No contexto escolar, responsáveis relataram maior engajamento dos adolescentes, melhorias no rendimento e no comportamento, além de maior participação da família no acompanhamento da vida escolar. Já no âmbito comunitário, embora os impactos diretos tenham sido menos evidentes, destacou-se o fortalecimento de redes de apoio e a ampliação do acesso aos serviços públicos.

Espera-se que esses resultados impactem na prevenção do uso abusivo de substâncias psicoativas, uma vez que relações familiares fortalecidas e práticas parentais positivas atuam como fatores de proteção frente a comportamentos de risco. A socialização em espaços de formação e educação contribui para a construção e reconstrução das histórias de vida de jovens e famílias, fortalecendo vínculos afetivos e promovendo valores pró-sociais no território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Programa Famílias Fortes no Acre evidencia a relevância de ações preventivas intersetoriais no enfrentamento ao uso de drogas entre adolescentes que promovam o fortalecimento dos vínculos familiares. Este, portanto, aliado à atuação articulada entre saúde, educação e assistência social, mostrou-se um importante fator de proteção.

Ao proporcionar espaços de convivência, escuta e aprendizagem, a iniciativa contribui para a construção de relações familiares mais saudáveis e para a prevenção do uso abusivo de substâncias psicoativas. Já o investimento em ações voltadas à família, desenvolvidas de forma planejada e sistemática, constitui um caminho eficaz para o fortalecimento do protagonismo familiar e comunitário, impactando positivamente o desenvolvimento integral das novas gerações.

Conclui-se que, diante do contexto de vulnerabilidade social e do aumento da violência no estado, torna-se imprescindível a continuidade e expansão do programa para outros municípios, bem como o investimento em formação continuada, monitoramento sistemático e produção de pesquisas avaliativas. A prevenção, quando fundamentada em evidências e no compromisso coletivo, configura-se como um caminho efetivo para a promoção da saúde e da cidadania.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

CASTRO, M. G.; ROSA, E. M. Adolescência e uso de drogas: fatores de risco e proteção. 2010.

COVELO, Bárbara Souza Rodriguez; MOREIRA, Maria Inês Badaró. **Laços entre família e serviços de Saúde Mental**. Botucatu, São Paulo: Interface, 2015.

FERREIRA, Thayane Pereira da Silva et al. **A família no cuidado em saúde mental: desafios para a produção de vidas**. João Pessoa, Paraíba: UFPB, 2019.

FÉLIX, J. A. Política Nacional sobre Drogas: prevenção e responsabilidade compartilhada. Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Prevenção ao uso de drogas: implantação e avaliação de programas no Brasil. Brasília, 2018.

A ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DO IFAC, CAMPUS RIO BRANCO NO PERÍODO DE 2019 A 2021

Lucas de Sousa Gomes¹; Maria Joserlânia dos Santos Moreira²; Kênnia Rayane Leitão de Oliveira³; Sandra Maria Amorim da Rocha⁴.

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

³Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

⁴Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência estudantil. Educação Pública pós-pandemia COVID-19. Saúde mental.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/21

INTRODUÇÃO

O período de 2019 a 2021 foi marcado por profundas transformações sociais, educacionais e institucionais, intensificadas pela pandemia da COVID-19 (Oms, 2020). Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, a ampliação das desigualdades sociais, o agravamento de situações de vulnerabilidade socioeconômica e os impactos na saúde mental exigiram respostas institucionais integradas e sensíveis às realidades locais.

No âmbito do Instituto Federal do Acre – IFAC, o Núcleo de Assistência ao Educando – NAES do Campus Rio Branco consolidou-se como espaço estratégico de articulação de políticas de cuidado, desenvolvendo ações voltadas não apenas aos discentes, mas também às suas famílias e à comunidade acadêmica em geral, por meio de ações interdisciplinares de natureza psicossocial, pedagógica e comunitária.

OBJETIVO

Este artigo tem como objetivo sistematizar e analisar as principais ações desenvolvidas pelo NAES nesse período, apresentando-as como proposta estruturante para um Plano de Ação no cenário pós-pandemia.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e documental. Foram utilizados registros institucionais (Ifac, 2021), relatórios de acompanhamento, experiências de atendimentos psicossociais e pedagógicos, bem como

estudos de caso realizados pelo NAES em parceria com outros setores do campus e da rede socioassistencial. A análise buscou compreender a abrangência, os objetivos e os impactos das ações desenvolvidas no período pandêmico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma das frentes centrais da atuação do NAES consistiu no trabalho com grupos de líderes estudantis e comunitários, promovendo orientações e o desenvolvimento de temáticas voltadas à formação cidadã. Entre os principais eixos abordados, que constam no Relatório Institucional (Ifac, 2021), destacam-se: liderança e protagonismo juvenil; a ação do ser humano no espaço social e ambiental; a trajetória do educando na escola e na comunidade; história e identidade comunitária; desenvolvimento comunitário; enfrentamento de problemas; tomada de decisão; organização e relacionamento interpessoal.

Essas ações contribuíram para o fortalecimento do protagonismo dos discentes, estimulando a participação ativa na vida escolar e comunitária, bem como o desenvolvimento de habilidades socioemocionais fundamentais no contexto de crise sanitária e social. Corroborando com a função do núcleo que é definida pela política nacional de assistência estudantil (Brasil, 2010).

O acompanhamento familiar constituiu-se como eixo estruturante das ações do NAES, priorizando três grupos principais: famílias pertencentes ao grupo de risco da COVID-19, famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica e famílias de discentes com deficiência.

No caso dos grupos de risco, o NAES (Ifac, 2021) atuou em parceria com a rede municipal e estadual de saúde, incluindo Equipes de Saúde da Família e agentes comunitários, com foco em orientações sobre medidas de distanciamento social, identificação de sintomas de risco e monitoramento de pessoas com doenças crônicas. Essa articulação intersetorial é fundamental para a prevenção de agravamentos e para o acesso adequado aos serviços de saúde (Oms, 2020).

Quanto às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, foram desenvolvidas ações de mapeamento e organização de serviços oferecidos por membros dessas famílias, com o objetivo de divulgar essas atividades no âmbito da comunidade do campus e incentivar sua contratação. Tal iniciativa busca promover o fortalecimento econômico, a emancipação pelo trabalho e a construção de redes comunitárias solidárias (Brasil, 2010).

No acompanhamento das famílias de discentes com deficiência, em parceria com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE, destacou-se a atenção às dinâmicas familiares e aos impactos psicológicos decorrentes do isolamento social. As ações incluíram escuta sensível, incentivo ao apoio entre pares, orientação sobre práticas parentais positivas e encaminhamentos conforme as

especificidades de cada caso.

As situações consideradas mais complexas foram analisadas por meio de estudos de caso (Ifac, 2021), instrumento fundamental para a compreensão da realidade social dos discentes e de suas famílias, bem como para o planejamento de intervenções qualificadas. Participaram desse processo equipes do NAES, NAPNE, DIREN, DECTI, COTEP, coordenações de curso, docentes, discentes e familiares.

Essa abordagem favorece intervenções integradas, respeitando a singularidade de cada situação e fortalecendo o trabalho em rede dentro e fora da instituição (Brasil, 2010).

Os atendimentos individuais e coletivos nas áreas psicológica, social e pedagógica tiveram como finalidade o acompanhamento contínuo das famílias assistidas pelo NAES. Para ampliar o alcance dessas ações, foram estabelecidas parcerias com o Projeto IFAC Amarelo, com o Programa Famílias Fortes e com profissionais e instituições da rede socioassistencial municipal e estadual.

Destacam-se ainda os grupos de pais e alunos, desenvolvidos por meio do Projeto “Conversa sobre a Vida” (Ifac, 2021), que se configuraram como espaços de diálogo, acolhimento e fortalecimento de vínculos familiares e escolares.

Reconhecendo os impactos da pandemia na saúde mental, o NAES promoveu ações voltadas a toda a comunidade acadêmica: discentes, familiares, docentes, técnicos administrativos e comunidade externa. Em parceria com a COSVI e a DSAES, foram realizados levantamentos de servidores pertencentes ao grupo de risco e planejadas ações específicas de acompanhamento.

Além disso, foram desenvolvidas atividades educativas sobre saúde mental, mensagens semanais de incentivo, lives institucionais com participação da comunidade e ações solidárias, como arrecadação de cestas básicas para o Projeto “Alimento é Vida”. Eventos culturais, como exposições de talentos e saraus, também foram utilizados como estratégias de promoção do bem-estar e da integração comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pelo NAES do Campus Rio Branco entre 2019 e 2021 evidenciam a centralidade da assistência estudantil no enfrentamento dos impactos sociais, econômicos e emocionais da pandemia da COVID-19 (Ifac, 2021). A atuação integrada, intersetorial e territorializada contribuiu para o fortalecimento da permanência e do êxito dos estudantes, bem como para a promoção da saúde mental e do desenvolvimento comunitário.

Como proposta para o Plano de Ação Pós-Pandemia, destaca-se a necessidade de institucionalizar essas práticas, ampliando parcerias, fortalecendo o trabalho em rede e consolidando políticas de cuidado que considerem o estudante em sua integralidade e em seu contexto familiar e social (Brasil, 2010).

Os resultados evidenciam a relevância do trabalho com lideranças, do acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade, da articulação intersetorial e do fortalecimento da saúde mental da comunidade acadêmica. Conclui-se que as ações do NAES contribuíram significativamente para a permanência e o êxito dos estudantes, além de apontarem diretrizes fundamentais para políticas institucionais de cuidado no período pós-pandêmico.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

SAÚDE, Organização Mundial da. **Considerações sobre saúde mental durante a pandemia de COVID-19**. Genebra: OMS, 2020.

IFAC, Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação. **Relatório Institucional do Núcleo de Assistência ao Educando – NAES**. Rio Branco: IFAC, 2021.

DIVERSIDADE, INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS NA UFRN: A ATUAÇÃO DAS CPIAS E A POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACESSIBILIDADE

Julie Idália Araujo Macêdo¹; Buena Bruna Araujo Macêdo².

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN. <http://lattes.cnpq.br/6002660768622458>

²Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN. <http://lattes.cnpq.br/0681855287636843>

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Acessibilidade. Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

A inclusão e a acessibilidade no ensino superior têm se consolidado como temas centrais nas discussões sobre direitos humanos, equidade e democratização da educação pública. Nas últimas décadas, as universidades brasileiras passaram a desenvolver políticas institucionais voltadas à eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais, buscando garantir o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes historicamente excluídos dos espaços educacionais. Nesse contexto, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) destaca-se nacionalmente pela consolidação de uma política institucional de inclusão e acessibilidade estruturada e permanente. Essa política foi fortalecida por meio da criação da Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA) e da implementação das Comissões Permanentes de Inclusão e Acessibilidade (CPIAs), presentes em todas as unidades acadêmicas e administrativas da universidade. As CPIAs representam importantes instrumentos de gestão democrática, atuando na articulação entre estudantes, docentes, técnicos administrativos e gestores institucionais para o desenvolvimento de ações inclusivas. Essas comissões contribuem para o fortalecimento de uma cultura universitária pautada na diversidade, no respeito às diferenças e na promoção dos direitos humanos. A discussão sobre inclusão no ensino superior ultrapassa a garantia legal de acesso, envolvendo também a construção de práticas pedagógicas inclusivas e a valorização da diversidade humana. Conforme Mantoan (2015), a inclusão constitui um processo contínuo de transformação institucional e social, fundamentado no reconhecimento das diferenças como elemento constitutivo da educação democrática. Dessa forma, compreender a atuação das CPIAs torna-se essencial para analisar os avanços e desafios das políticas inclusivas no contexto universitário.

OBJETIVO

Analisar a atuação das Comissões Permanentes de Inclusão e Acessibilidade (CPIAs) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), destacando sua contribuição para o fortalecimento das políticas institucionais de inclusão, acessibilidade, diversidade e direitos humanos no ensino superior.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada e objetivo descritivo-exploratório. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, desenvolvida a partir da análise de documentos institucionais, legislações e produções acadêmicas relacionadas às políticas de inclusão e acessibilidade no ensino superior.

Segundo Chizzotti (2017), a pesquisa qualitativa possibilita compreender fenômenos sociais complexos a partir da interpretação das relações, práticas e significados construídos pelos sujeitos e pelas instituições. Assim, optou-se pela abordagem qualitativa por permitir uma análise crítica da atuação das CPIAs e das políticas institucionais da UFRN.

A pesquisa foi realizada a partir do levantamento e análise de documentos oficiais da UFRN, incluindo resoluções, portarias, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020–2029) e o Plano de Acessibilidade da universidade. Também foram analisados artigos científicos, dissertações e trabalhos acadêmicos relacionados à inclusão e acessibilidade no ensino superior, especialmente aqueles voltados à atuação das CPIAs.

Para análise dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), organizada em três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados. Essa metodologia possibilitou identificar categorias relacionadas à gestão democrática, acessibilidade, inclusão e participação coletiva no contexto universitário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que a UFRN consolidou uma política institucional de inclusão e acessibilidade pautada na gestão democrática e na participação coletiva. As CPIAs atuam como estruturas descentralizadas responsáveis pelo acompanhamento das demandas relacionadas à acessibilidade e inclusão em cada unidade acadêmica e administrativa da universidade.

A composição das CPIAs envolve docentes, técnicos administrativos, estudantes e representantes institucionais, fortalecendo o diálogo entre diferentes segmentos da comunidade universitária. Essa organização contribui para que as decisões relacionadas às políticas inclusivas sejam construídas de forma participativa e contextualizada às necessidades de cada unidade.

Entre as principais ações desenvolvidas pelas CPIAs destacam-se a identificação de barreiras arquitetônicas e pedagógicas, a promoção de adaptações curriculares, a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, a articulação com intérpretes de Libras e a realização de atividades formativas sobre inclusão e acessibilidade. Além disso, as comissões desenvolvem ações de sensibilização voltadas à promoção do respeito à diversidade e dos direitos humanos no ambiente acadêmico.

Os estudos analisados demonstram que a atuação das CPIAs tem contribuído significativamente para o fortalecimento da permanência estudantil e para a construção de uma cultura institucional mais inclusiva. Observa-se também que a inclusão passou a ser compreendida não apenas como responsabilidade de setores específicos, mas como compromisso coletivo da universidade.

Entretanto, ainda existem desafios relacionados à ampliação da acessibilidade digital, à formação continuada dos servidores, à adequação de estruturas físicas antigas e ao fortalecimento dos mecanismos de monitoramento das políticas inclusivas. Dessa forma, torna-se necessário ampliar investimentos institucionais e fortalecer ações permanentes voltadas à inclusão e à acessibilidade.

A atuação das CPIAs demonstra que a inclusão no ensino superior deve ser compreendida como prática social, política e pedagógica. Conforme Freire (1996), a educação constitui instrumento de transformação social e emancipação humana, sendo fundamental a construção de espaços educativos democráticos, participativos e humanizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as Comissões Permanentes de Inclusão e Acessibilidade (CPIAs) representam importante instrumento de consolidação das políticas institucionais de inclusão e acessibilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Sua atuação fortalece a gestão democrática, promove a participação coletiva e contribui para a construção de uma universidade mais acessível, plural e comprometida com os direitos humanos.

As ações desenvolvidas pelas CPIAs demonstram que a inclusão deve ser entendida como processo contínuo de transformação institucional, envolvendo práticas pedagógicas, administrativas e culturais voltadas à valorização da diversidade e à garantia da equidade. Além disso, evidencia-se que as políticas de inclusão contribuem significativamente para o fortalecimento da permanência estudantil e da democratização do ensino superior público.

Apesar dos avanços observados, persistem desafios relacionados à acessibilidade física, tecnológica e pedagógica, exigindo planejamento institucional contínuo, investimentos e fortalecimento das ações formativas voltadas à inclusão. Assim, reforça-se a importância da continuidade e ampliação das políticas institucionais da UFRN, consolidando a universidade como espaço de promoção da cidadania, dos direitos humanos e da justiça social.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: Presidência da República, 2015.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MACÊDO, J. I. A.; MACÊDO, B. B. A. **A política de inclusão e acessibilidade no ensino superior da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Anais do V Congresso Internacional de Educação Inclusiva (CINTEDI). Campina Grande: Realize Editora, 2024.

MACÊDO, Buena Bruna Araujo; MACÊDO, Julie Idália Araujo. **A atuação das CPIAs na UFRN: política institucional de inclusão, acessibilidade e gestão democrática**. In: Anais do Seminário de Boas Práticas de Ensino e Aprendizagem (SBPEA) da EEL-USP. Anais... Lorena (SP): EEL-USP, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sbpea2025-625395/1382438-A-ATUACAO-DAS-CPIAS-NA-UFRN--POLITICA-INSTITUCIONAL-DE-INCLUSAO-ACESSIBILIDADE-E-GESTAO-DEMOCRATICA>. Acesso em: 26 maio 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.

UFRN. **Resolução Conjunta nº 002/2022-CONSEPE/CONSAD**. Dispõe sobre as Comissões Permanentes de Inclusão e Acessibilidade (CPIAs). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022.

ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO E SOCIAL DOS ESTUDANTES

Lucas de Sousa Gomes¹; Maria Joserlânia dos Santos Moreira²; Kênnia Rayane Leitão de Oliveira³; Sandra Maria Amorim da Rocha⁴.

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Brasil.

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

³Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

⁴Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Desenvolvimento acadêmico. Inclusão social.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/22

INTRODUÇÃO

A educação desempenha papel fundamental na formação intelectual, social e cultural dos indivíduos, sendo considerada um dos principais instrumentos de transformação social (Moran, 2018). No contexto contemporâneo, marcado por constantes mudanças tecnológicas, econômicas e sociais, torna-se indispensável discutir práticas educacionais capazes de promover uma aprendizagem significativa e contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes.

As instituições de ensino possuem a responsabilidade de desenvolver metodologias que estimulem o pensamento crítico, a autonomia e a participação ativa dos discentes no processo de aprendizagem (Freire, 2019). Nesse sentido, diferentes estratégias pedagógicas vêm sendo implementadas com o objetivo de tornar o ambiente escolar mais inclusivo, dinâmico e eficiente, favorecendo tanto o desempenho acadêmico quanto as relações interpessoais.

Além disso, estudos apontam que práticas educacionais inovadoras influenciam positivamente o rendimento escolar, a motivação dos alunos e a construção de competências essenciais para a vida em sociedade (Moran, 2018). Dessa forma, compreender os impactos dessas práticas torna-se relevante para o fortalecimento das políticas educacionais e para a melhoria da qualidade do ensino.

OBJETIVO

Analisar os impactos das práticas educacionais no desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes, destacando sua contribuição para a melhoria do processo de ensino-

aprendizagem e para a formação cidadã.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos descritivos e exploratórios. Quanto aos procedimentos técnicos, caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de artigos científicos, livros, dissertações e documentos oficiais relacionados à temática estudada.

A coleta de dados foi realizada entre fevereiro e abril de 2026, utilizando bases de dados acadêmicas nacionais e internacionais. Foram selecionados materiais publicados nos últimos dez anos, considerando critérios de relevância, atualidade e relação direta com o objeto de estudo.

Posteriormente, os dados foram organizados e analisados por meio de leitura interpretativa e análise crítica do conteúdo, permitindo identificar os principais fatores associados às práticas educacionais e seus impactos no contexto escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciaram que práticas educacionais inovadoras contribuem significativamente para o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. Observou-se que metodologias participativas, atividades interdisciplinares e estratégias de ensino colaborativo favorecem maior envolvimento dos alunos no processo de aprendizagem, estimulando a autonomia, a criatividade e o pensamento crítico.

Além disso, verificou-se que ambientes escolares que promovem inclusão, diálogo e participação ativa apresentam melhores índices de desempenho acadêmico e convivência social. Os estudos analisados demonstraram ainda que o uso de recursos tecnológicos no ensino pode potencializar a aprendizagem quando utilizado de forma planejada e alinhada aos objetivos pedagógicos (Saviani, 2020).

Outro aspecto relevante identificado foi a importância da formação continuada dos docentes para a implementação de práticas pedagógicas mais eficientes e adaptadas às necessidades dos estudantes. Nesse contexto, a valorização profissional e o investimento em capacitação contribuem diretamente para a melhoria da qualidade educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as práticas educacionais exercem influência significativa no desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes, contribuindo para a construção de uma aprendizagem mais dinâmica, participativa e inclusiva. A utilização de metodologias inovadoras e estratégias pedagógicas adequadas favorece não apenas o desempenho

escolar, mas também o fortalecimento das relações interpessoais e da formação cidadã (Moran, 2018).

Os resultados obtidos reforçam a necessidade de investimentos contínuos em políticas educacionais, formação docente e desenvolvimento de práticas pedagógicas que atendam às demandas contemporâneas da educação (Brasil, 2018). Assim, espera-se que este estudo contribua para futuras pesquisas e discussões relacionadas à melhoria da qualidade do ensino.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação – MEC, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre: Penso, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2020.

INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA PREVENÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR E NO FORTALECIMENTO DO VÍNCULO FAMÍLIA–ESCOLA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Lucas de Sousa Gomes¹; Maria Joserlânia dos Santos Moreira²; Kênnia Rayane Leitão de Oliveira³; Sandra Maria Amorim da Rocha⁴.

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Brasil.

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

³Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

⁴Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Evasão escolar. Serviço Social. Família–escola.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/25

INTRODUÇÃO

A evasão escolar constitui uma das expressões mais complexas da questão social no contexto educacional brasileiro, refletindo desigualdades estruturais que atravessam a vida dos estudantes e suas famílias (Nascimento, 2009). Esse fenômeno não pode ser compreendido apenas a partir de fatores individuais, mas sim como resultado de múltiplas determinações sociais, econômicas, culturais e institucionais.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente nos Institutos Federais, a evasão escolar se apresenta como um desafio recorrente, exigindo a atuação de equipes multiprofissionais e políticas institucionais voltadas à permanência e ao êxito dos estudantes (Brasil, 2004). Nesse cenário, o Serviço Social desempenha papel estratégico na identificação de vulnerabilidades sociais e na construção de respostas institucionais articuladas.

A atuação do assistente social no ambiente educacional, fundamentada em princípios ético-políticos da profissão, contribui para a garantia do direito à educação e para a redução das desigualdades que impactam diretamente o desempenho e a permanência escolar (Cfess, 2001).

OBJETIVO

O presente estudo discute a intervenção profissional no enfrentamento da evasão escolar, com ênfase na mediação de conflitos e no fortalecimento do vínculo entre escola e famílias.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos descritivos e explicativos. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, baseada em produções acadêmicas do Serviço Social na área da educação, além de documentos institucionais e normativos que orientam a atuação profissional.

A análise fundamenta-se em autores clássicos do Serviço Social e da educação, além de documentos do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e da Política Nacional de Assistência Social.

A interpretação dos dados foi realizada por meio de análise crítica e reflexiva, considerando o contexto social e institucional em que se insere a atuação do Serviço Social na educação. Não houve envolvimento de seres humanos, dispensando apreciação por comitê de ética.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A evasão escolar é um fenômeno multifacetado que se relaciona diretamente com as condições de vida dos estudantes (Nascimento, 2009). Entre os principais fatores associados, destacam-se a vulnerabilidade socioeconômica, a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, dificuldades de aprendizagem, fragilidade dos vínculos familiares e ausência de suporte institucional adequado (Mito, 2009).

Nesse contexto, o Serviço Social se insere como profissão fundamental na mediação das expressões da questão social no ambiente escolar (Iamamoto, 2007). Sua atuação vai além do atendimento individual, abrangendo ações coletivas, preventivas e intersetoriais.

Entre as principais estratégias desenvolvidas, destacam-se a mediação de conflitos escolares e familiares, o acompanhamento sistemático de estudantes em situação de risco de evasão, a realização de atendimentos sociais, visitas domiciliares e articulação com a rede socioassistencial.

A mediação de conflitos, enquanto instrumento técnico-operativo do Serviço Social, possibilita a construção de espaços de diálogo entre estudantes, famílias e instituição escolar (Cfess, 2001). Essa prática se fundamenta na escuta qualificada, no respeito à diversidade e na busca por soluções coletivas, evitando a judicialização ou a culpabilização dos sujeitos envolvidos.

O trabalho com famílias também ocupa papel central na intervenção profissional. Segundo Mito (2009), as famílias devem ser compreendidas em sua diversidade e complexidade, sendo necessárias ações que fortaleçam sua autonomia e participação no processo educativo. Nesse sentido, os grupos socioeducativos promovidos pelo Serviço Social possibilitam a troca de experiências, o acesso à informação e o fortalecimento dos

vínculos familiares.

Outro aspecto relevante refere-se à articulação com a rede socioassistencial e demais políticas públicas (Neves, 2009). A evasão escolar, enquanto expressão da questão social, exige respostas intersetoriais que envolvam educação, assistência social, saúde e demais políticas públicas. O trabalho em rede permite a construção de estratégias mais eficazes de acompanhamento e proteção social dos estudantes.

Além disso, observa-se que a atuação do Serviço Social contribui para a democratização do espaço escolar (Schneider; Hernandorena, 2012), na medida em que promove o reconhecimento dos direitos sociais e fortalece a participação das famílias no processo educativo. Essa perspectiva está alinhada ao projeto ético-político da profissão (Brasil, 2004), que defende a ampliação da cidadania e a redução das desigualdades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o Serviço Social desempenha papel fundamental na prevenção da evasão escolar e no fortalecimento do vínculo entre família e escola, especialmente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

A atuação profissional, pautada na mediação de conflitos, no trabalho com famílias e na articulação com a rede de proteção social, contribui significativamente para a permanência e o sucesso dos estudantes na instituição escolar (Mioto, 2009).

Dessa forma, reafirma-se a importância de práticas intersetoriais e interdisciplinares no enfrentamento da evasão escolar, reconhecendo que este fenômeno é resultado de múltiplas determinações sociais e requer intervenções coletivas e estruturadas.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, 2004.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **O Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

MIOTO, Regina Célia. **Família, trabalho com famílias e Serviço Social**. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 12, n. 2, 2009.

NASCIMENTO, Elizabete Ferreira. **Evasão escolar e questão social**. Lisboa, Portugal: 2009.

NEVES, Delma Pessanha. **Redes sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHNEIDER, Aline; HERNANDORENA, Maria Cecília. **O trabalho do assistente social no espaço escolar**. Florianópolis: Revista Katálysis, 2012.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA CARREIRA DOS TAEs: ACESSIBILIDADE E PROGRESSÃO NAS IFES

Arituza dos Santos Ramos¹; Luciana Martins Bellei².

¹Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia.

<http://lattes.cnpq.br/4636570521594014>

² Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste Minas), Juiz de Fora, Minas Gerais.

<http://lattes.cnpq.br/1908594741087845>

PALAVRAS-CHAVE: Administração pública. Equidade. Desenvolvimento profissional.

INTRODUÇÃO

As instituições federais de ensino superior (IFES) operam em um cenário contemporâneo onde a eficiência administrativa deve caminhar em consonância com as garantias fundamentais e os direitos humanos. No âmbito da gestão pública, a carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs), estruturada pela Lei nº 11.091/2005, desempenha um papel essencial no suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para Santos (2004), a democratização do espaço universitário deve ser integral, o que pressupõe uma estrutura administrativa que espelhe a pluralidade social defendida em suas atividades fins.

Contudo, os processos de progressão funcional, capacitação e distribuição de cargas de trabalho muitas vezes negligenciam as especificidades de marcadores sociais de diversidade, como gênero, raça, orientação sexual e condições de deficiência. A ausência de um planejamento institucional inclusivo cria barreiras invisíveis que limitam o crescimento profissional de grupos minorizados dentro da carreira. Essa dinâmica reflete o que Almeida (2019) conceitua como barreiras estruturais decorrentes de desigualdades históricas, as quais se reproduzem silenciosamente no interior das organizações públicas através de normas aparentemente neutras. Diante desse panorama complexo, o problema central desta pesquisa reside em compreender como a ausência de políticas integradas de diversidade e inclusão impacta a equidade na progressão de carreira e no bem-estar dos TAEs. Justifica-se este estudo pela necessidade imperiosa de alinhar as práticas de gestão de pessoas no serviço público aos tratados internacionais de direitos humanos, transformando as universidades em espaços democraticamente representativos não apenas no corpo discente, mas em sua força de trabalho administrativa.

OBJETIVO

O objetivo primordial deste trabalho é analisar os impactos das políticas de diversidade e inclusão na estrutura de progressão e no desenvolvimento profissional da carreira dos TAEs nas universidades públicas. Para atingir essa meta macro, o estudo busca identificar as principais barreiras institucionais enfrentadas por servidores pertencentes a grupos minorizados, avaliar a eficácia dos programas de capacitação sob a ótica da acessibilidade e demonstrar a relevância estratégica da implementação de ações afirmativas internas como mecanismo para blindar os direitos humanos e promover a equidade étnico-racial e de gênero na ocupação de cargos de gestão e assessoramento na administração pública.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem essencialmente qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em um levantamento bibliográfico e documental sistemático. A coleta de informações e o levantamento dos dados documentais foram realizados durante o primeiro semestre de 2026. O universo do estudo concentra-se na literatura nacional que discute a Nova Gestão Pública, a teoria contingencial e as relações de poder no aparelho estatal.

Foram selecionados livros técnicos e artigos científicos indexados em bases de dados de alto impacto na área de Administração Pública, Gestão de Pessoas e Ciências Sociais. Os critérios de inclusão priorizaram estudos publicados nos últimos anos que abordassem de forma integrada os conceitos de direitos humanos, diversidade nas organizações e os mecanismos de desenvolvimento na carreira pública federal. Os dados conceituais foram analisados por meio de técnica comparativa e analítica, permitindo correlacionar as práticas administrativas vigentes com as barreiras estruturais descritas na literatura de desigualdades organizacionais. Essa triangulação teórica permitiu a construção de um arcabouço crítico sobre as lacunas de inclusão nos ambientes das IFES.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A administração pública gerencial preconiza a otimização de processos e a meritocracia como pilares para a eficiência. No entanto, teóricos clássicos da sociologia do trabalho apontam que a meritocracia, quando aplicada sobre estruturas desiguais, tende a reproduzir e legitimar exclusões históricas. No contexto dos TAEs, a progressão por capacitação e o incentivo à qualificação exigem investimentos individuais de tempo e recursos que não são distribuídos de forma equitativa. Servidoras mulheres com tripla jornada, servidores pretos e pardos concentrados em posições de menor prestígio institucional e servidores com deficiência que enfrentam barreiras de acessibilidade arquitetônica e digital possuem pontos de partida distintos na busca pelo crescimento funcional.

A promoção dos direitos humanos na carreira pública exige que a igualdade formal, aquela garantida por lei no ato do concurso público, seja convertida em igualdade material no cotidiano laboral. Isso significa que os instrumentos gerenciais de controle, as políticas de licença capacitação e a distribuição de gratificações por encargo de curso ou de funções comissionadas (CD e FG) precisam passar por um ajuste contingencial baseado no contexto de cada servidor. Organizações inclusivas não são aquelas que tratam a todos de forma idêntica, mas as que configuram suas práticas para acolher a pluralidade, mitigando os riscos psicossociais decorrentes do preconceito velado e do isolamento institucional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados bibliográficos e documentais evidencia que o crescimento na carreira dos TAEs apresenta um fenômeno conhecido na literatura como “teto de vidro”. Embora a base da carreira seja diversificada, a ocupação de cargos de alta gestão, como pró-reitorias, direções e coordenações estratégicas nas universidades, ainda apresenta uma sub-representação acentuada de mulheres e negros, e uma quase total invisibilidade de pessoas com deficiência. Essa disparidade corrobora as teses de Fleury (2000) sobre a urgência de gerenciar a diversidade cultural nas organizações brasileiras, demonstrando que a igualdade de acesso via concurso público não garante, por si só, a equidade na ascensão profissional.

Os resultados apontam que as políticas de capacitação oferecidas pelas IFES frequentemente carecem de tecnologias assistivas e de desenhos metodológicos inclusivos, o que exclui servidores com deficiência visual, auditiva ou neurodivergências de participarem de cursos necessários para a sua progressão funcional. Além disso, observou-se que a falta de flexibilização e de apoio institucional para conciliação da vida laboral e familiar afeta desproporcionalmente as servidoras, limitando suas participações em projetos de pesquisa institucional e comissões de alta relevância, que contam como critérios de pontuação interna.

Esse descasamento entre a rigidez dos processos administrativos e a realidade social dos servidores gera um sentimento crônico de desvalorização, elevando os índices de absenteísmo e adoecimento mental. Sob a ótica do diagnóstico psicossocial trazido por Baptista et al. (2011), o desgaste no ambiente corporativo é severamente amplificado quando as ferramentas de avaliação e suporte institucional falham em reconhecer as vulnerabilidades e os limites do indivíduo, gerando quadros de isolamento. A discussão desses resultados demonstra que o sucesso e a sustentabilidade de uma instituição pública não dependem apenas do volume de processos arquivados ou do faturamento social de suas atividades, mas da eficiência em garantir um ambiente de trabalho que respeite a dignidade e promova a equidade de oportunidades de forma ativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação de uma universidade pública socialmente referenciada exige que os direitos humanos e a inclusão comecem pela própria estrutura administrativa interna. Conclui-se que a padronização excessiva e o tratamento uniforme dos processos de trabalho e de progressão na carreira dos TAEs atuam como mecanismos de exclusão indireta de grupos minorizados. Há uma necessidade urgente de que os planos de desenvolvimento de pessoas das IFES incorporem indicadores de diversidade e equidade, garantindo acessibilidade plena em programas de capacitação e aplicando critérios de discriminação positiva na escolha de lideranças e concessão de incentivos. Somente através de um planejamento de curto e longo prazo focado no ajuste contingencial e na sensibilidade social será possível transformar a carreira técnica em um espaço de sustentabilidade, dignidade humana e justiça social.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BAPTISTA, M. N. et al. **Compêndio de Avaliação Psicológica**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior vinculadas ao Ministério da Educação. Brasília, 2005.

FLEURY, M. T. L. Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 3, p. 18-25, 2000.

SANTOS, B. S. **A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

**ÁREA TEMÁTICA:
SUSTENTABILIDADE, MEIO AMBIENTE
E RESPONSABILIDADE SOCIAL**

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E AS AÇÕES DA UFRN NA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Julie Idália Araujo Macêdo¹; Buena Bruna Araujo Macêdo².

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN.

<http://lattes.cnpq.br/6002660768622458>

²Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN.

<http://lattes.cnpq.br/0681855287636843>

PALAVRAS-CHAVE: ODS. Sustentabilidade. Universidade pública.

INTRODUÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem uma agenda global adotada pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental. Integrados à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, os ODS são compostos por 17 objetivos e 169 metas que orientam ações voltadas à erradicação da pobreza, à redução das desigualdades, à proteção ambiental e à promoção da qualidade de vida em escala global (ONU, 2015). Conforme Sachs (2008), o desenvolvimento sustentável pressupõe a articulação entre crescimento econômico, equidade social e conservação ambiental, elementos que também fundamentam os princípios orientadores dos ODS.

As universidades públicas desempenham papel estratégico na implementação de práticas alinhadas aos ODS, por meio de atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional. Segundo Sachs (2008), o desenvolvimento sustentável exige integração entre crescimento econômico, responsabilidade social e preservação ambiental, fortalecendo a atuação das instituições públicas na construção de sociedades mais sustentáveis.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) desenvolve ações acadêmicas, científicas e extensionistas relacionadas aos ODS, promovendo iniciativas voltadas à sustentabilidade, inclusão social, educação de qualidade e responsabilidade ambiental. Essas ações fortalecem o compromisso institucional da universidade com o desenvolvimento sustentável e com a transformação social. Além disso, conforme afirmam Jacobi (2003) e Leff (2015), as instituições de ensino superior possuem importante responsabilidade na formação cidadã e na construção de práticas sustentáveis capazes de promover consciência ambiental e responsabilidade coletiva.

OBJETIVO

Analisar a relação entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as ações desenvolvidas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, destacando sua contribuição para a sustentabilidade e a responsabilidade social.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de natureza básica, com objetivos descritivos e exploratórios. Conforme Chizzotti (2018), a pesquisa qualitativa possibilita compreender fenômenos sociais e institucionais considerando seus contextos e significados. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, desenvolvida a partir da análise de documentos institucionais da UFRN, informações disponibilizadas em portais institucionais e produções científicas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e à sustentabilidade nas universidades públicas. Para interpretação dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), permitindo a organização e análise das informações relacionadas às práticas institucionais alinhadas aos ODS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) desenvolve diversas ações alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incorporando os princípios da Agenda 2030 em atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional. As iniciativas identificadas contemplam diferentes áreas estratégicas, contribuindo para a promoção da educação de qualidade, redução das desigualdades, saúde e bem-estar, inovação, sustentabilidade ambiental e fortalecimento das parcerias para o desenvolvimento sustentável.

No âmbito da extensão universitária, destaca-se o Programa Trilhas Potigueres, uma das mais tradicionais ações extensionistas da instituição. O programa promove a integração entre universidade e municípios do Rio Grande do Norte por meio de atividades educativas, culturais, sociais e ambientais desenvolvidas por estudantes e professores. Suas ações contribuem diretamente para os ODS relacionados à educação de qualidade (ODS 4), redução das desigualdades (ODS 10), cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11) e parcerias para a implementação dos objetivos (ODS 17).

A UFRN desenvolve importantes ações voltadas à inclusão social e à permanência estudantil por meio da política de assistência estudantil, que contempla bolsas, auxílios socioeconômicos, apoio à moradia estudantil, alimentação, inclusão digital e acompanhamento pedagógico. Essas iniciativas favorecem a democratização do acesso ao ensino superior e contribuem para a redução das desigualdades educacionais, estando alinhadas principalmente aos ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 4 (Educação de

Qualidade) e ODS 10 (Redução das Desigualdades).

No campo da inclusão e acessibilidade, destacam-se as ações desenvolvidas pela Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA/UFRN), que promove suporte pedagógico e tecnológico aos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e necessidades educacionais específicas. Tais iniciativas fortalecem a construção de uma educação inclusiva e equitativa, em consonância com os princípios da Agenda 2030.

Em relação à sustentabilidade ambiental, a universidade desenvolve ações vinculadas à Política Ambiental da UFRN e ao Plano de Logística Sustentável, que orientam práticas de uso racional dos recursos naturais, gestão de resíduos, economia de energia, educação ambiental e conscientização da comunidade universitária. Essas ações dialogam diretamente com os ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima) e ODS 15 (Vida Terrestre).

Outro importante destaque refere-se às atividades desenvolvidas pelo Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS/UFRN), reconhecido nacionalmente por projetos voltados à saúde digital, inovação tecnológica, formação profissional e desenvolvimento de soluções para o Sistema Único de Saúde. Essas iniciativas contribuem para os ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

A universidade desenvolve ações por meio do Instituto Metrópole Digital (IMD), que fomenta a formação em tecnologia da informação, inovação, empreendedorismo e transformação digital. Além disso, projetos de extensão voltados à inclusão digital de idosos e comunidades socialmente vulneráveis ampliam o acesso ao conhecimento e às tecnologias, fortalecendo a inclusão social e a cidadania.

No campo da pesquisa, diversos grupos e programas de pós-graduação desenvolvem estudos relacionados à sustentabilidade, energias renováveis, recursos hídricos, saúde coletiva, educação, desenvolvimento regional e inovação tecnológica. Essas iniciativas demonstram a contribuição da produção científica da UFRN para o enfrentamento dos desafios contemporâneos previstos na Agenda 2030.

Os resultados corroboram as reflexões de Jacobi (2003), ao destacar que a sustentabilidade exige processos educativos capazes de promover participação social, cidadania e responsabilidade coletiva. De forma complementar, Leff (2015) defende que a construção de uma racionalidade ambiental depende da articulação entre conhecimento científico, práticas educativas e compromisso social. Nesse contexto, observa-se que a integração entre ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional permite que a UFRN contribua efetivamente para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ampliando seu impacto social e reafirmando o papel das universidades públicas na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte desenvolve importantes ações alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, fortalecendo seu compromisso com a sustentabilidade, a inclusão social e a responsabilidade institucional. As iniciativas acadêmicas, científicas e extensionistas desenvolvidas pela universidade contribuem para a promoção da educação de qualidade, da cidadania e da conscientização socioambiental, reafirmando o papel das universidades públicas na construção de uma sociedade mais sustentável e socialmente justa. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão fortalece a implementação dos ODS no contexto universitário, ampliando o impacto social das ações desenvolvidas pela instituição.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.
- JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, 2003.
- LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova York: ONU, 2015.
- SACHS, I. **Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI**. São Paulo: Garamond, 2008.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Portal Institucional da UFRN**. Natal: UFRN, 2026. Disponível em: <https://www.ufrn.br>. Acesso em: 28 maio 2026.

IMPACTO DA POLÍTICA AMBIENTAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS: ANÁLISE COMPARATIVA

Gabriela Menezes Bonfim¹.

¹Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS.

<http://lattes.cnpq.br/1073011215572681>

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Ambiental. Sustentabilidade. Política Ambiental.

INTRODUÇÃO

O debate sobre sustentabilidade ambiental se intensificou nas últimas décadas, sobretudo, no final do século XX e no início do século XXI, intensificado com as transformações decorrentes do modo de produção capitalista, que causou sérios problemas ambientais. A criação do conceito de desenvolvimento sustentável, conforme o Relatório de Brundtland (1987), consiste na proteção ambiental garantida pela Constituição Brasileira de 1988 e sinaliza a necessidade urgente de modificar comportamentos e práticas que ameaçam o equilíbrio ambiental.

Este trabalho analisa as atividades da Divisão de Gestão Ambiental (DGA) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) durante o período de 2015 a 2019, destacando passos importantes na implementação da política ambiental da instituição. O envolvimento da universidade com iniciativas de sustentabilidade também é essencial para formar cidadãos conscientes e comprometidos com a preservação ambiental.

Além disso, a inclusão de práticas sustentáveis nas instituições de ensino é fundamental para preparar alunos para os desafios sociais e ambientais contemporâneos. A formação de uma cultura organizacional voltada para a sustentabilidade é essencial para que ações efetivas sejam implementadas, engajando todos os setores da universidade e refletindo um comprometimento institucional com a transformação social e ambiental.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é mostrar as atividades desenvolvidas pela DGA na UFGD entre 2015 e 2019, através de uma análise comparativa de documentos e entrevistas com a liderança da DGA, além de recomendar a implementação de um sistema de gestão ambiental. Também aborda a importância do papel da DGA como mediadora de iniciativas que contribuam para a construção de uma identidade sustentável na universidade.

A pesquisa pretende não só documentar os avanços nesse período, mas também estabelecer um roteiro para que futuras ações sejam sistematicamente realizadas e monitoradas, assegurando um acompanhamento efetivo do progresso ambiental na UFGD. Assim, a proposta busca garantir a integração das práticas sustentáveis nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

METODOLOGIA

O estudo é de natureza qualitativa, descritiva e documental. A coleta de dados envolveu análise de documentos relacionados à política ambiental da UFGD e entrevistas semiestruturadas com a chefe da DGA, Vera Luci de Almeida, realizadas em novembro de 2019. O diagnóstico ambiental foi realizado por meio de questionários e observações diretas na Universidade. Estas metodologias garantiram um entendimento amplo e profundo das condições atuais da gestão ambiental na UFGD.

Além disso, foram realizados grupos focais com alunos e funcionários para coletar percepções e sugestões sobre a política ambiental da instituição. Tais interações são fundamentais para que a DGA possa ajustar suas estratégias às expectativas e necessidades da comunidade universitária, criando um espaço de corresponsabilidade em relação às práticas sustentáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do diagnóstico inicial de 2015, constatou-se que a UFGD possuía diversas carências: não havia licenciamento ambiental vigente, o descarte de resíduos era inadequado, não havia ações contínuas de educação ambiental ou de eficiência energética.

Nesse sentido, a DGA foi reestruturada em 2015, alinhando suas atividades às diretrizes da política ambiental. Observou-se que, durante esse período, a UFGD apresentou progresso significativo na obtenção de licenças ambientais, na elaboração de um plano de gerenciamento de resíduos e na sensibilização da comunidade acadêmica para a sustentabilidade. A adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) marcou um avanço importante para inserção da UFGD como referência em gestão ambiental no estado de MS.

Com a reestruturação da DGA e a chegada de novos servidores técnicos, a evolução anual foi notória:

- 2016: Destaque para a adesão da UFGD à A3P (primeira universidade de MS a aderir), criação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e a renovação da licença prévia.
- 2017: Marco histórico com a obtenção das Licenças de Instalação e Operação de algumas unidades (como a FADIR). Houve adequação do armazenamento de

produtos químicos e elaboração de planos de contingência ambiental (PRIA).

- 2018: Recebimento das licenças ambientais das Unidades 1 e 2. Implementação do recolhimento de pilhas e baterias, além de parcerias para doação e descarte adequados de óleos lubrificantes.
- 2019: Avanço nos processos de Uso e Outorga de Água de poços junto ao IMASUL, criação do Projeto “Área Verde” e grande campanha (Dia “D”) de combate à tríplice epidemia (dengue, zika e chikungunya) em parceria com outras instituições.

Entretanto, os resultados indicaram que, embora progressos tenham sido alcançados, ainda existem desafios a serem superados, principalmente na continuidade das ações de educação ambiental, que foram caracterizadas como isoladas e pontuais. Promover uma cultura de sustentabilidade requer uma abordagem integrada, em que a educação ambiental seja sistematicamente incorporada em todas as atividades acadêmicas e operacionais da universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pela DGA indicam um avanço notável no comportamento sustentável da UFGD. Isso porque, o estudo conclui que a atuação da DGA entre 2015 e 2019 retirou a UFGD de um cenário de passivo e irregularidade ambiental, transformando-a em uma instituição de referência em sustentabilidade no Mato Grosso do Sul. Contudo, percebeu-se que a DGA ainda precisa de maior autonomia e de infraestrutura para garantir a continuidade das ações.

Para tanto, a estruturação e a autonomia da DGA precisam ser fortalecidas, recomendando-se a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado nas diretrizes da NBR ISO 14001, para que as iniciativas sejam mais efetivas e integradas à cultura da universidade. A criação de um SGA fortaleceria a capacidade da UFGD de monitorar e avaliar continuamente suas práticas ambientais, promovendo um ambiente de aprendizado e a melhoria contínua.

Além disso, a implementação do SGA deve incluir a capacitação e o engajamento de todos os colaboradores, criando uma rede de apoio à sustentabilidade que abranja tanto o corpo docente quanto os alunos. A sensibilização da comunidade acadêmica e a promoção de um ambiente que estimule a participação ativa são cruciais para o sucesso da política ambiental da universidade. Isso não só atenderá às expectativas de responsabilidade social, como também elevará o nível de consciência ambiental entre todos os membros da instituição.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm Acesso em: 15 nov. 2019.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**: 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

FOUTO, A. R. F. **O papel das universidades rumo ao desenvolvimento sustentável**: das relações internacionais às práticas locais. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais Relações Internacionais do Ambiente), Universidade Nova de Lisboa, 2002.

LIMA, G. F. C. **Educação, Emancipação e Sustentabilidade**: Em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: Philippe Pomier Layrargues. (Org.). Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Edições Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MACHADO, V. S.; SACCOL, J. **Introdução à Gestão Ambiental**. Porto Alegre: SAGAH, 2016.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**. Brasília, 5ª Ed. 2009. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p> Acesso em 09 nov. 2019.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. **A gestão ambiental em instituições de ensino superior**: modelo para implantação em campus universitário. *Gestão & Produção*, v.13, n.3, p. 503-515, set.-dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/11.pdf> Acesso em: 16 nov. 2019.

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO EDUCACIONAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS/UFGD

Gabriela Menezes Bonfim¹; Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira².

¹Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS.

<http://lattes.cnpq.br/1073011215572681>

²Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS.

<http://lattes.cnpq.br/7891161158206645>

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Sistema de Gestão Ambiental. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial do século XVIII trouxe mudanças significativas, incluindo o aumento da exploração de recursos naturais e urbanização, que resultaram em desafios ambientais. A busca por um desenvolvimento sustentável começou a ganhar espaço, como evidenciado pelos conceitos de Thomas Malthus, criador da Teoria Populacional Malthusiana, em 1798, e as conferências internacionais que se seguiram. Para Malthus, a sociedade caminharia rumo a um colapso, caso não fossem adotadas medidas sustentáveis (Guia do Ensino, 2020). O contexto global atual, marcado por uma crescente preocupação com a exploração de recursos naturais e os impactos da urbanização, impulsionou o debate sobre o desenvolvimento sustentável.

Conceitos como o “Triple Bottom Line” de John Elkington, que preconiza o equilíbrio entre os pilares social, econômico e ambiental, destacam a necessidade de uma mudança cultural em todas as esferas, incluindo as Instituições de Ensino Superior (IES). Estas instituições possuem um papel estratégico na formação de cidadãos conscientes e na promoção de práticas sustentáveis. A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) já possui uma Política Ambiental (2013) e uma Divisão de Gestão Ambiental (DGA), mas diagnósticos internos revelaram a descontinuidade de ações na área de Educação Ambiental.

Este trabalho propõe a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) na UFGD, baseado na série de normas ISO 14001, com um enfoque especial na Educação Ambiental, visando aprimorar o desempenho ambiental da instituição e consolidar sua cultura de sustentabilidade.

OBJETIVO

O objetivo deste artigo é propor um modelo de implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), fundamentado nas normas ISO 14001 e com foco no eixo da Educação Ambiental, a fim de gerenciar e monitorar os aspectos e impactos ambientais da instituição e promover a melhoria contínua de seu desempenho ambiental.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se, quanto à abordagem, como **qualitativo**, buscando compreender em profundidade a necessidade e os impactos da implantação do SGA. Quanto aos objetivos, é **exploratório** e **descritivo**, pois visa analisar o cenário existente na UFGD e apresentar uma proposta detalhada. Quanto aos procedimentos, a pesquisa é **bibliográfica** e **documental**, com análise do diagnóstico ambiental da UFGD de 2015 e relatórios de atividades da DGA de 2015-2019.

Complementarmente, utilizou-se a técnica de **entrevista semiestruturada** com a chefia da Divisão de Gestão Ambiental (DGA) em 08 de novembro de 2019, para coleta de dados sobre a percepção das ações e falhas existentes.

Para a análise dos dados, foram utilizados levantamento de informações sobre legislação ambiental vigente e comparação com modelos de IES que já implementaram SGAs, consideradas referências em práticas sustentáveis. Não houve pesquisa com seres humanos ou experimentação animal, portanto, as normas éticas relacionadas a esses tipos de estudos não foram aplicadas.

RESULTADOS

A análise teórica demonstrou a importância do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) como ferramenta para o desenvolvimento sustentável, conforme as normas ISO 14001 e o ciclo PDCA (Plan-Do-Check-Act). A revisão da literatura destacou a crescente conscientização ambiental global e a responsabilidade das IES nesse processo, atuando como formadoras de opinião e modelos de práticas.

Exemplos de sucesso em IES brasileiras reforçam a viabilidade da proposta. A UNISINOS, primeira IES da América Latina certificada pela ISO 14001 em 1997, demonstra a integração do SGA com a academia, através de auditorias contínuas e da criação de um curso de Gestão Ambiental. A UFSC e a FURB também se destacam, esta última com um SGA implementado em 1999 após um trabalho de conscientização com toda a comunidade universitária, seguindo as diretrizes da ISO 14001. Esses casos evidenciam que, apesar de desafios como a falta de informação e a percepção de que a universidade não polui, a implantação do SGA é possível e gera resultados positivos.

No contexto da UFGD, o diagnóstico de 2015 e os relatórios da DGA (2015-2019) revelaram avanços significativos em eixos como Licenciamento Ambiental e Gestão de Resíduos, impulsionados pela reestruturação da DGA e adesão à A3P. Contudo, a Educação Ambiental, apesar de ser um eixo central da Política Ambiental da UFGD, apresentou ações isoladas e sem a continuidade necessária. A entrevista com a chefia da DGA confirmou a necessidade de fortalecer a sensibilização e conscientização de toda a comunidade acadêmica.

Diante disso, propõe-se a implantação de um SGA na UFGD em seis etapas:

1. **Apoio da Reitoria:** Fundamental para o engajamento da alta gestão e a alocação de recursos.
2. **Política Ambiental:** Utilização e aprofundamento da Política Ambiental já existente da UFGD.
3. **Planejamento:** Análise de aspectos e impactos ambientais, requisitos legais, definição de objetivos e metas.
4. **Implementação e Operação:** Desenvolvimento de mecanismos de apoio, alocação de recursos (humanos, financeiros, tecnológicos e logísticos), treinamento e comunicação.
5. **Verificação e Ação Corretiva:** Monitoramento, medição, tratamento de não-conformidades e auditorias para avaliar o desempenho ambiental.
6. **Análise Crítica:** Revisão periódica do SGA para garantir a melhoria contínua e a adaptação às novas demandas.

A ênfase na Educação Ambiental dentro do SGA da UFGD sugere a criação de uma disciplina de gestão ambiental em todos os cursos de graduação, buscando integrar a temática à formação acadêmica e promover uma transformação cultural abrangente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa reforça que a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) na UFGD é crucial para consolidar as ações de sustentabilidade já iniciadas e superar as falhas identificadas, especialmente no eixo da Educação Ambiental.

As Instituições de Ensino Superior, como a UFGD, têm um papel desafiador e insubstituível na construção de uma sociedade culturalmente mais evoluída em questões ambientais, pois atuam na formação de futuros tomadores de decisão e como modelos de práticas sustentáveis em seus campi. Um SGA formalizado, seguindo a ISO 14001, proporcionará a estrutura para gerenciar, monitorar e avaliar as ações da DGA de forma contínua e eficaz.

Essa iniciativa garantirá que a Política Ambiental da UFGD se torne uma realidade plena, promovendo uma cultura de aprimoramento contínuo e assegurando que os objetivos

e princípios constitucionais de um meio ambiente ecologicamente equilibrado sejam efetivamente alcançados em benefício de toda a comunidade acadêmica e do entorno.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ABNT. **Sistema de Gestão de Qualidade** ABNT NBR ISO 14001. [s.d.] Disponível em: <http://www.abnt.org.br/certificacao/tipos/sistemas#faqnoanchor> Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.795**, de 27 de Abril de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm Acesso em: 15 nov. 2019.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**: 3. Ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2019.

Elkington, J. (1994). **Triple bottom line revolution**: reporting for the third millennium. Australian CPA, p. 75.

Guia do Ensino. (2020). **Sustentabilidade**: origem e evolução do conceito. Disponível em: <https://guiadoensino.com.br/geografia/sustentabilidade-origem-e-evolucao-do-conceito/> Acesso em: 08 jun. 2026.

LIMA, G. F. C. **Educação, Emancipação e Sustentabilidade**: Em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Org.). Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Edições Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 85-111.

ISO 14001. **Sistema de Gestão Ambiental**. [s.d.] Disponível em: <https://certificacaoiso.com.br/iso-14001/> Acesso em: 15 nov. 2019.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. **A gestão ambiental em instituições de ensino superior**: modelo para implantação em campus universitário. *Gestão & Produção*, v.13, n.3, p. 503-515, set.-dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/11.pdf> Acesso em: 16 nov. 2019.

UNISINOS. **SGA Unisinos**. [s.d.] Disponível em: <http://www.unisinos.br/institucional/meio-ambiente/sga-unisinos>. Acesso em: 15 nov. 2019.

A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO DIREITO AMBIENTAL URBANO BRASILEIRO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL

Daniel Lothario Koch¹.

¹Universidade de Caxias do Sul (UCS), Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Resíduos Sólidos. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Direito Ambiental Urbano.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/5

INTRODUÇÃO

Na primeira década deste século o estabelecimento de uma Política para orientar o gerenciamento da produção de resíduos sólidos no país, no que tange a poluição do solo, se tornou imprescindível. Sensível a isto, bem como a mobilização social, o legislador instituiu uma política com a aprovação da Lei n. 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2013).

Nesse sentido, a referida Lei é uma oportunidade aos operadores do direito, num primeiro momento, para analisar suas consequências e adequações nos municípios. Além disso, conveniente para verificar se o poder público tem instrumentos normativos, administrativos e políticos para cumprimento desta legislação, que teve o prazo final para agosto de 2014, por exemplo, para erradicação dos lixões.

Como resultados, que derivam de forma sucinta do Trabalho de Conclusão de Curso de 2014, o estudo de cunho jurídico e relevância multidisciplinar, contribuirá com futuras pesquisas científicas para a academia e gestão governamental em geral, sob os efeitos políticos decorrentes da Lei n. 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Por derradeiro, este estudo, numa abordagem introdutória, pode contribuir positivamente para evolução e desenvolvimento do direito ambiental urbano, do ensino e da formação de um profissional no domínio de suas atividades, agregando valor aos serviços prestados a comunidade.

OBJETIVO

Avaliar como o município de Caxias do Sul situado na serra do Rio Grande do Sul, está se adequando a Lei n. 12.305 de 02/08/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

METODOLOGIA

A estratégia de pesquisa documental foi muito utilizada entre abril e setembro de 2014 nos estudos referentes à legislação no que tange à Resíduos Sólidos e sua relação com os aspectos dos riscos ambientais, pois havia facilidade de acesso a vários documentos da Câmara Legislativa e da Prefeitura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pode-se resumir o seguinte marco legal específico acerca dos resíduos sólidos no Município de Caxias do Sul:

Quadro 1: Instrumentos legais municipais de Caxias do Sul.

Ano	Marco Legal	Matéria
1974	Lei 2.192	Autoriza o Poder Executivo Municipal a constituir uma Sociedade de Economia mista e dá outras providências.
1990	Lei 3.600	Regulamenta o transporte e o armazenamento de produtos perigosos à saúde humana e ao meio ambiente - cargas tóxicas.
1991	Lei 3.652	Dispõe sobre a separação de lixo nos órgãos públicos do Município.
1992	Lei 3.955	Aprova a assinatura de Convênio que celebram entre si o Município de Caxias do Sul e a Fundação Ambiental-Sul, tratando dos resíduos industriais, domiciliares e hospitalares do Município.
2001	Lei 5.674	Institui o Programa de Saneamento das Embalagens de Agrotóxicos no Município de Caxias do Sul.
2001	LC 162	Disciplina a atividade de produção, transporte e descarga de concreto e argamassa em obras de construção civil no Município de Caxias do Sul.
2002	Lei 5.873	Disciplina o descarte e o gerenciamento adequado de pilhas, baterias e lâmpadas usadas no Município de Caxias do Sul.
2003	Lei 5.995	Cria a marca “eco-embalagem” no Município de Caxias do Sul.
2003	LC 208	Autoriza o Poder Executivo a efetuar concessão, mediante concorrência, de serviços de gerenciamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos do Município.
2005	LC 246	. Estabelece conceitos e funções da Zona das Águas (ZA) - bacias de captação e acumulação de água para o abastecimento do Município de Caxias do Sul, e disciplina o uso e parcelamento do solo para estes espaços.
2005	Lei 6.359	. Institui o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil para o Município de Caxias do Sul, em conformidade com as Resoluções CONAMA n.307/2002 e 348/2004, e as Normas Brasileiras correlatas, estabelecidas pela ABNT, na forma que especifica.
2007	Decreto Municipal 13.179	Instituiu o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.
2009	Lei 7.046	Cria a Central de Comercialização de Material Seletivo.
2010	Lei 12.305	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
2010	LC 376	Consolida a legislação relativa à Política Municipal do Meio Ambiente.

2013	Decreto Municipal 16.401	Cria Comissão Especial para Elaboração e Implantação da Política Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos.
2014	Lei 14.528	Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2014).

No Quadro 1 observa-se que, no município de Caxias do Sul, foram aprovadas a Lei Complementar 376/2010 que consolida a legislação relativa à Política Municipal do Meio Ambiente; e o Decreto Municipal 16.401/2013 que cria Comissão Especial para Elaboração e Implantação da Política Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos. Entretanto, somente a última tem relação direta com a Lei 12.305/2010 de Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Na administração direta foi criada a Comissão Especial para Elaboração e Implantação da Política Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos, ou seja, de modo geral, não foi criado nenhum setor ou aumentado o efetivo de servidores em virtude da nova lei federal.

Ocorre que, praticamente todo tratamento de resíduo sólido gerado no município de Caxias do Sul é executado pela CODECA (Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul) sob fiscalização da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, instituída pela Lei Municipal 2.192, de 1974 e que foi a primeira norma legal municipal, apesar de antecessora, tem relação com a Lei N. 12.305/2010 de acordo com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Caxias do Sul.

Pelos dados da CODECA (Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul), que há projeção de aumento da população em 2027 com relação ao 2014 terá um incremento de 30%, e quantidade diária terá um incremento de 40% em resíduos domésticos (PMGIRS, 2014, p.91), por isso dá importância das políticas sociais com relação ao meio ambiente no município.

Diante desse cenário em 2014, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos passava por uma consulta pública, para que a sociedade caxiense conheça o produto das discussões técnicas, só então será levada à Câmara Municipal de Vereadores. A consulta pública pode ser um instrumento capaz de conferir efetividade e legitimidade na tutela ambiental das ações com prazos de 2015 até 2035 (PMGIRS, 2014, p.270).

Em suma, evidencia-se que a lei federal consolida grande parte das possibilidades jurídicas do município ou não houve tempo hábil para o município se adaptar à nova lei em termos legais.

É notório que a Política Nacional de Resíduos Sólidos é um instrumento de política pública que está contribuindo para eficácia na tutela do meio ambiente ecologicamente equilibrado, talvez se não houvesse a lei federal nem haveria políticas públicas de tratamento dos resíduos sólidos no município com mesma intensidade que vem ocorrendo em Caxias do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concretização do direito fundamental ao ambiente ecologicamente equilibrado foi constitucionalizada na legislação brasileira originária no artigo 225, que impôs de maneira compartilhada ao Poder Público e a coletividade o dever de tutelar esse bem jurídico ambiental.

A pesquisa acadêmica em 2014 buscou analisar a Política Nacional de Resíduos Sólidos tem sido um instrumento de efetivação destas políticas públicas ambientais, por exemplo, a aprovação da Lei n. 14.528/2014, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Rio Grande do Sul e criação Comissão Especial para Elaboração e Implantação da Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Caxias do Sul com o Decreto Municipal n. 16.401/2013.

Há expectativa por parte do pesquisador que, quando implementadas as ações do Plano Municipal entre 2015 e 2035 (PMGIRS, 2014, p.270), haverá redução dos riscos ambientais, e em contrapartida, também poderá ter a redução de processos administrativos ou de ações na justiça para reparação ou indenização em virtude de eventuais danos ambientais.

Como resultados deste estudo realizado 2014, espera-se contribuir com futuras pesquisas científicas para a academia e gestão governamental em geral, sob os efeitos políticos decorrentes da Lei n. 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm > Acesso em 10 out. 2013.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE CAXIAS DO SUL (PMGIRS). Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Caxias do Sul, Adivandro Rech, Letícia Gonçalves Dias Lima, Vanise Sebben. Caxias do Sul, RS: SEMMA, 2014. Disponível em:< http://www.caxias.rs.gov.br/meio_ambiente/plano_pmgirs/PMGIRS.html >. Acesso em 19 set.2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL. Lei Complementar n. 376, de 22 de dezembro de 2010. Consolida a legislação relativa à Política Municipal do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/somenteTexto.jsf?RenderOutputType=pdf>> Acesso em 15 set. 2014.

_____. Decreto Municipal n. 16.401, de 4 de abril de 2013. Cria Comissão Especial para Elaboração e Implantação da Política Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos. Disponível

em: <https://www.caxias.rs.gov.br/_uploads/jornal/jornal_126.pdf> Acesso em 14 set. 2014.

RIO GRANDE DO SUL (ESTADO). Lei n. 14.528, de 16 de abril de 2014. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Disponível em: < www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.528.pdf> Acesso em 22 set. 2014.

LOGÍSTICA VERDE E RESPONSABILIDADE SOCIAL: DIRETRIZES DE CONSUMO PARA OS TAEs

Arituza dos Santos Ramos¹; Luciana Martins Bellei².

¹Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia.

<http://lattes.cnpq.br/4636570521594014>

² Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste Minas), Juiz de Fora, Minas Gerais.

<http://lattes.cnpq.br/1908594741087845>

PALAVRAS-CHAVE: Administração pública. Eco-eficiência. Sustentabilidade corporativa.

INTRODUÇÃO

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) exercem um papel duplo perante a sociedade, pois atuam como centros de vanguarda no desenvolvimento científico e devem servir como modelos de conduta ética, responsabilidade social e preservação ambiental. No contexto operacional dessas autarquias, a força de trabalho dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs) configura-se como o motor essencial para a execução de políticas de infraestrutura, logística, contratos e compras governamentais. Historicamente, a administração pública gerencial tendeu a priorizar a eficiência estritamente financeira e a padronização burocrática dos processos de trabalho, muitas vezes negligenciando a pegada ecológica gerada pelo consumo cotidiano de materiais e pela destinação inadequada de resíduos de serviços.

Essa busca tradicional pela maximização de recursos e controle rígido de custos, sem a devida contrapartida socioambiental, encontra eco nos modelos clássicos de gestão corporativa. De acordo com Brigham e Houston (2013), o foco convencional das organizações sempre esteve voltado para a otimização de fluxos financeiros e eficiência operacional imediata. No entanto, o cenário contemporâneo exige que a administração de recursos públicos supere a visão puramente orçamentária. A introdução de critérios de sustentabilidade nas decisões de compra e contratação não deve ser vista como um entrave burocrático, mas como uma evolução necessária da responsabilidade social do Estado.

O problema central de pesquisa surge quando as decisões administrativas de curto prazo, como a aquisição massiva de insumos de baixa durabilidade ou a ausência de critérios ecológicos nos editais de licitação, entram em rota de colisão com as metas de sustentabilidade institucional. Para Gitman e Zutter (2017), a sustentabilidade das operações depende do equilíbrio entre as necessidades presentes e a preservação de ativos para o

futuro. Diante disso, este estudo justifica-se pela urgência de compreender o papel dos TAEs como agentes transformadores, capazes de implementar diretrizes de logística verde que alinhem a eficiência orçamentária aos compromissos ambientais das IFES.

OBJETIVO

O objetivo primordial deste trabalho é analisar como as práticas administrativas e de logística interna conduzidas pela carreira dos TAEs influenciam a sustentabilidade financeira, o impacto ambiental e a responsabilidade social das universidades públicas. Para que essa meta macro seja plenamente atingida, o estudo desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: identificar os gargalos nos processos de contratação e gestão de materiais que mais geram desperdícios nas IFES; avaliar a inserção de critérios de sustentabilidade e green sourcing nos editais de licitação coordenados pelo corpo técnico; mapear os principais riscos ecológicos decorrentes de decisões operacionais ineficientes na gestão de ativos e frotas de curto prazo; além de demonstrar a relevância estratégica do planejamento e do redesenho de processos como mecanismos para blindar a integridade ambiental das organizações face às pressões orçamentárias atuais.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem essencialmente qualitativa, de natureza marcadamente exploratória e descritiva, fundamentada em um levantamento bibliográfico e documental sistemático. O estudo foca na interpretação, correlação e aplicação de conceitos teóricos de Logística Verde (Green Supply Chain Management), Teoria Contingencial e Responsabilidade Social Corporativa voltados ao ecossistema do serviço público federal. O critério de inclusão priorizou estudos técnicos e artigos científicos indexados em bases de dados consolidadas nas áreas de Administração Pública e Ciências Ambientais que abordassem de forma integrada o comportamento dos estoques, das compras sustentáveis e da gestão do capital de giro socioambiental.

Os dados conceituais e os modelos de eco-eficiência gerencial extraídos dessas fontes foram analisados por meio de técnica comparativa, permitindo a construção de um arcabouço analítico robusto. Este arcabouço serviu de base para estruturar um modelo prático simulado aplicável à rotina dos TAEs, demonstrando como variáveis operacionais simples impactam a Necessidade de Capital de Giro (NCG) institucional e a pegada de carbono da organização, validando os argumentos qualitativos por meio de diretrizes aplicadas ao ambiente das IFES.

Para responder ao problema formulado, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e descritivo, realizada por meio de uma sólida revisão bibliográfica e documental. O período de realização do levantamento bibliográfico e da coleta das informações utilizadas no estudo concentrou-se ao longo do primeiro

semestre de 2026. O corpus de análise foi constituído por legislações federais vigentes, com destaque para a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 98/2024, além de manuais de gestão e livros-texto consagrados na área de administração financeira e orçamentária. Os materiais coletados foram submetidos à análise de conteúdo, o que permitiu categorizar as principais barreiras enfrentadas pelos TAEs na aplicação prática dos Planos de Logística Sustentável (PLS) e identificar os pontos de convergência entre as restrições orçamentárias e as exigências de eco-eficiência no setor público.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A gestão estratégica de recursos de curto prazo nas organizações públicas não deve mais limitar-se à conciliação contábil entre receitas e despesas correntes. A teoria da sustentabilidade corporativa transposta para o setor público exige que os instrumentos gerenciais passem por um ajuste contingencial baseado no contexto em que a instituição opera. Conforme a literatura de Logística Verde, a cadeia de suprimentos de uma organização consome energia, gera emissões e descarta resíduos em todas as suas etapas operacionais. No serviço público, a coordenação, a definição de metas e o acompanhamento do desempenho tradicionalmente ignoravam essas variáveis, gerando o que os autores denominam vulnerabilidade institucional e desperdício estrutural.

A inserção da responsabilidade social na carreira dos TAEs conecta-se diretamente com o julgamento profissional e com o poder discricionário desses servidores na formulação de Termos de Referência. Quando os instrumentos de compras governamentais focam unicamente no menor preço imediato, sem avaliar o ciclo de vida do produto ou os custos de descarte, a administração gera uma falsa economia de curto prazo que sobrecarrega os sistemas ambientais e financeiros no longo prazo. Desse modo, o planejamento financeiro de curto prazo e a contabilidade gerencial ambiental surgem como mecanismos cruciais para blindar a sustentabilidade corporativa, provando que a eficácia administrativa é indissociável da preservação ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos institucionais revela que a implementação da logística verde nas IFES enfrenta um grande obstáculo na cultura do menor preço estrito, que norteia a maior parte das compras públicas. Os dados indicam que os TAEs responsáveis pelos setores de compras e almoxarifado frequentemente encontram dificuldades para justificar a aquisição de bens sustentáveis, que tendem a apresentar um custo de aquisição inicial mais elevado, embora gerem maior economia a longo prazo. Esse impasse reflete o dilema discutido por Assaf Neto (2021), ao apontar que a análise de valor de um ativo deve considerar todo o seu ciclo de vida útil e os custos marginais associados, e não apenas o desembolso financeiro imediato.

Outro ponto crítico identificado nos resultados diz respeito à fragilidade do planejamento orçamentário integrado nas universidades. A falta de previsão de recursos específicos para a substituição de frotas poluentes ou para a automação de processos internos que reduzam o consumo de papel impede que as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 98/2024 saiam do campo das intenções. Conforme as formulações de Hoji (2021), a execução de qualquer estratégia organizacional de longo prazo é severamente comprometida quando não há um alinhamento direto com o orçamento empresarial e com as metas contingenciais.

Essa desconexão orçamentária faz com que os servidores técnicos operem em um ambiente de constante pressão por metas imediatas, sacrificando as diretrizes ecológicas em nome da celeridade burocrática. A articulação desses achados com a literatura demonstra que a responsabilidade social e a logística verde nas IFES não se consolidarão apenas com decretos regulatórios. Torna-se imprescindível reformular os mecanismos de avaliação de desempenho financeiro da administração pública, inserindo indicadores que mensurem o retorno ambiental e o impacto social das decisões tomadas pelos TAEs na gestão patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela sustentabilidade e pela responsabilidade social no âmbito das instituições públicas federais demanda uma mudança profunda na cultura gerencial e nas práticas de trabalho cotidianas. Conclui-se que a carreira dos TAEs possui papel estratégico essencial na condução dessa transição, visto que as decisões tomadas nos setores de logística, compras e gestão patrimonial impactam diretamente a conformidade ecológica institucional. A ausência de planejamento financeiro integrado com critérios socioambientais transforma a expansão das atividades das IFES em vetores de vulnerabilidade ambiental.

Recomenda-se o fortalecimento da capacitação contínua dos servidores em compras públicas sustentáveis e o desenho de processos administrativos baseados na eco-eficiência. O sucesso na prestação de serviços à comunidade acadêmica, desprovido de um adequado planejamento socioambiental, compromete a sustentabilidade corporativa a longo prazo, evidenciando que a eficiência do serviço público moderno deve ser medida tanto pela entrega social quanto pelo respeito absoluto aos limites do meio ambiente.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Finanças Corporativas e Valor**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRASIL. **Instrução Normativa SEGES/MGI nº 98, de 2024**. Estabelece diretrizes para a elaboração dos Planos de Logística Sustentável (PLS) no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, 2024.

BRIGHAM, E. F.; HOUSTON, J. F. **Fundamentos de Administração Financeira**. 14. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

GITMAN, L. J.; ZUTTER, C. J. **Princípios de Administração Financeira**. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2017.

HOJI, M. **Administração Financeira e Orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

ÁREA TEMÁTICA: EXPERIÊNCIAS EXITOSAS E BOAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS

A ENFERMAGEM COMO EIXO ESTRUTURANTE NA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO EM CLÍNICA ODONTOLÓGICA DE ENSINO DA UFMG

Letícia Xavier de Sousa Pedro¹; Rosilene de Sousa Aguiar Marques².

¹Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG.

<http://lattes.cnpq.br/2194091165753124>

²Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG.

<http://lattes.cnpq.br/7415616753181544>

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem. Biossegurança. Educação em Odontologia.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/2

INTRODUÇÃO

Os serviços de saúde vinculados às instituições de ensino superior constituem espaços complexos de articulação entre assistência, formação profissional e gestão. Nas clínicas odontológicas de ensino, a realização simultânea de atividades acadêmicas e assistenciais demanda processos de trabalho capazes de assegurar qualidade do cuidado, segurança dos usuários e adequada utilização dos recursos institucionais. Nesse contexto, a biossegurança, a gestão de materiais e a organização dos fluxos assistenciais assumem papel central na prevenção de riscos e na qualificação das práticas desenvolvidas (BRASIL, 2013; SOBECC, 2021).

A enfermagem tem ampliado sua participação em cenários tradicionalmente ocupados por outras categorias profissionais, contribuindo para a organização dos serviços, educação permanente das equipes, gerenciamento de recursos e fortalecimento das práticas de segurança do paciente (PEDUZZI; AGRELI, 2018). Em ambientes acadêmicos, sua atuação favorece a integração entre diferentes áreas do conhecimento, promovendo experiências alinhadas aos princípios da interdisciplinaridade e da formação em saúde orientada pelas necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS).

A organização dos processos de trabalho em clínicas odontológicas de ensino envolve múltiplos desafios relacionados à biossegurança, ao gerenciamento de materiais, à segurança ocupacional e à articulação entre ensino e assistência. Em instituições de ensino superior que realizam atividades clínicas, a elevada circulação de estudantes, docentes, técnicos e usuários exige a construção de fluxos organizacionais capazes de garantir qualidade, segurança e eficiência nas práticas desenvolvidas.

Na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais (FAO-UFG), a enfermagem integra o serviço há vários anos. Entretanto, a partir das demandas evidenciadas durante e após a pandemia de COVID-19, observou-se a necessidade de fortalecimento de ações relacionadas à biossegurança, organização dos fluxos assistenciais e qualificação das práticas institucionais. Nesse contexto, a enfermagem passou a assumir papel mais estruturado na articulação dos processos de trabalho, contribuindo para a organização das atividades clínicas e para a construção de práticas mais seguras no ambiente de ensino.

A experiência evidencia a relevância da enfermagem como elemento articulador entre gestão, assistência, educação permanente e segurança em saúde, favorecendo a integração entre os diferentes setores envolvidos nas atividades acadêmicas e assistenciais.

OBJETIVO

Relatar a experiência da atuação da equipe de enfermagem na organização do processo de trabalho de uma clínica odontológica de ensino da Universidade Federal de Minas Gerais, destacando sua participação na estruturação dos fluxos assistenciais, no gerenciamento de materiais, nas ações de biossegurança, no acompanhamento de acidentes com material biológico e no suporte às situações de urgência e emergência, bem como suas contribuições para a qualificação das práticas assistenciais, gerenciais e educativas desenvolvidas no ambiente acadêmico.

METODOLOGIA

O relato contempla as atividades desenvolvidas pela equipe de enfermagem entre os anos de 2022 e 2026, período marcado pelo fortalecimento de sua atuação na organização dos processos de trabalho, na biossegurança, na gestão de materiais, na educação permanente em saúde, no acompanhamento de acidentes com material biológico e no suporte às atividades assistenciais realizadas nas clínicas odontológicas de ensino.

As informações apresentadas foram construídas a partir da vivência profissional das autoras, da observação sistemática das rotinas institucionais e do acompanhamento das ações implementadas no serviço. Também foram considerados documentos institucionais utilizados no cotidiano de trabalho, como fluxos operacionais, protocolos assistenciais, normas de biossegurança e rotinas administrativas relacionadas às atividades desenvolvidas pela enfermagem.

A análise foi realizada de forma reflexiva e descritiva, buscando compreender as contribuições da enfermagem para a organização dos processos de trabalho, para o fortalecimento das práticas de biossegurança e para a qualificação das atividades desenvolvidas no ambiente acadêmico-assistencial.

Por tratar-se de um relato de experiência fundamentado na descrição de práticas profissionais e organizacionais, sem coleta de dados junto a participantes, aplicação de questionários, realização de entrevistas ou utilização de informações individualizadas de estudantes, trabalhadores ou pacientes, o trabalho não se caracteriza como pesquisa envolvendo seres humanos, conforme previsto na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência permitiu reconhecer a enfermagem como componente estratégico na organização do processo de trabalho da clínica odontológica de ensino. Sua atuação passou a abranger diferentes dimensões do serviço, articulando aspectos assistenciais, gerenciais e educativos fundamentais para o funcionamento das atividades acadêmicas.

Entre as ações desenvolvidas, destaca-se a estruturação de fluxos de apoio às atividades clínicas, favorecendo maior integração entre setores e contribuindo para a padronização das rotinas institucionais. A definição de responsabilidades e a organização dos processos possibilitaram maior clareza operacional e melhor articulação entre as equipes envolvidas nas atividades de ensino e assistência.

No gerenciamento de materiais, a enfermagem assumiu papel relevante na organização do armazenamento, controle e dispensação de insumos utilizados pelos estudantes durante os atendimentos clínicos. Essa atuação mostrou-se importante para o acompanhamento do consumo de materiais e para a promoção do uso racional dos recursos públicos, aspecto fundamental em instituições vinculadas ao SUS e à administração pública.

No campo da biossegurança, a enfermagem passou a desenvolver ações contínuas de orientação voltadas a estudantes, docentes e trabalhadores. As atividades incluíram acompanhamento de rotinas relacionadas ao processamento de produtos para saúde, organização dos ambientes clínicos, inspeção visual de materiais após a limpeza e orientação quanto ao preparo adequado dos instrumentais encaminhados para esterilização. Tais ações dialogam com recomendações nacionais voltadas à prevenção e ao controle de infecções em serviços de saúde (ANVISA, 2012).

Outro aspecto relevante foi a organização dos fluxos institucionais relacionados aos acidentes com material perfurocortante e às exposições ocupacionais a material biológico. A enfermagem passou a atuar na orientação inicial, encaminhamento dos envolvidos e acompanhamento dos procedimentos previstos institucionalmente, contribuindo para maior segurança e padronização das condutas adotadas.

Destaca-se ainda sua participação no suporte a situações de urgência e emergência ocorridas no ambiente odontológico, colaborando para a identificação precoce de intercorrências clínicas e para a adoção das medidas iniciais necessárias ao atendimento dos usuários.

A experiência também evidenciou potencial impacto na formação dos estudantes, uma vez que a convivência cotidiana com práticas relacionadas à biossegurança, segurança do paciente, gestão de materiais e organização dos serviços favorece o desenvolvimento de competências essenciais para o exercício profissional em saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência demonstrou que a atuação da enfermagem extrapola o cuidado direto, assumindo papel estratégico na organização dos processos de trabalho em ambientes acadêmico-assistenciais. Sua inserção estruturada abrange ações relacionadas à biossegurança, gerenciamento de materiais, educação permanente, segurança ocupacional e apoio às atividades clínicas, contribuindo para a organização dos fluxos de trabalho e para a construção de um ambiente mais seguro, integrado e alinhado às necessidades institucionais.

Como lição aprendida, evidencia-se que a enfermagem, quando inserida de forma articulada e participativa, assume papel central na qualificação do cuidado e na reorganização dos serviços, favorecendo a transformação de práticas fragmentadas em ações mais seguras, eficientes e sustentáveis. Além de contribuir para o funcionamento do serviço, sua presença possibilita aos estudantes a vivência de princípios relacionados à segurança do paciente, prevenção de riscos, trabalho interprofissional e organização dos serviços de saúde, aspectos essenciais para a formação de profissionais comprometidos com a qualidade do cuidado.

Por fim, a experiência reforça a importância da integração entre ensino, assistência e gestão como elemento fundamental para a consolidação de práticas alinhadas aos princípios do Sistema Único de Saúde. Nesse contexto, a enfermagem destaca-se como profissão estratégica para a qualificação dos processos de trabalho e para o fortalecimento de uma cultura institucional voltada à segurança, à educação permanente e à excelência na formação em saúde.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies**. Brasília: ANVISA, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?** Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

PEDUZZI, Marina; AGRELI, Heloise Helena Celina. **Trabalho em equipe e prática colaborativa na atenção à saúde**. Interface: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu,

v. 22, supl. 2, p. 1525-1534, 2018.

SOBECC. Associação Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização. **Diretrizes de práticas em enfermagem perioperatória e processamento de produtos para saúde**. 8. ed. Barueri: Manole, 2021.

EXPOSIÇÕES TEMÁTICAS COMO PRÁTICA DE INCENTIVO À LEITURA E VISIBILIDADE DO ACERVO NA BIBLIOTECA DO IFPA CAMPUS ITAITUBA

Helen Roseany da Silva Souza Luz¹.

¹Instituto Federal do Pará (IFPA), Itaituba, Pará. <http://lattes.cnpq.br/4727614606957507>

PALAVRAS-CHAVE: Mediação de Leitura. Difusão da Informação. Biblioteca Escolar e Universitária.

INTRODUÇÃO

A biblioteca do Instituto Federal do Pará (IFPA) Campus Itaituba, integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, desempenha papel fundamental na formação de leitores, no apoio às atividades acadêmicas e na disseminação do conhecimento. Sua missão consiste em oferecer produtos e serviços que atendam às necessidades informacionais dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e dos cursos superiores. Entretanto, a disponibilização de um acervo diversificado e o livre acesso às estantes nem sempre garantem a utilização dos materiais pelos usuários. Nesse contexto, torna-se necessária a adoção de estratégias capazes de aproximar a comunidade acadêmica da leitura e dos recursos informacionais disponíveis. Segundo Blattmann (2005), ações fundamentadas em planejamento, organização e execução podem contribuir para o fortalecimento dos ambientes de leitura e para a ampliação do acesso à informação.

Diante dessa realidade, a Biblioteca do IFPA Campus Itaituba desenvolveu uma estratégia baseada na realização de exposições temáticas de livros em uma estante expositora, organizadas a partir de datas comemorativas, eventos culturais, calendário acadêmico do campus, campanhas educativas e temas de relevância social. Como os livros permanecem dispostos no acervo de forma linear e lateral, muitas obras acabam tendo pouca visibilidade. Nas exposições temáticas, entretanto, os exemplares são apresentados com as capas voltadas para o público, conferindo maior destaque aos materiais e facilitando sua identificação pelos usuários. Essa organização coloca em prática a terceira lei da Biblioteconomia proposta por Ranganathan (2009), segundo a qual todo livro possui seu leitor, favorecendo o encontro entre as obras e seus potenciais leitores e despertando sua curiosidade.

Assim, essa ação demonstra que é possível dinamizar o espaço da biblioteca por meio de uma iniciativa de baixo custo, criativa e facilmente replicável. Além de aproximar a comunidade acadêmica de obras que poderiam passar despercebidas no acervo, a

estratégia contribui para fortalecer o papel pedagógico, cultural e mediador do bibliotecário no ambiente escolar e promover a leitura.

OBJETIVO

O objetivo geral deste trabalho é relatar a experiência de planejamento e implementação de exposições temáticas na biblioteca do IFPA Campus Itaituba como prática de incentivo à leitura e difusão do conhecimento. Para alcançar essa meta, traçaram-se os seguintes objetivos específicos: a) realizar o levantamento e a curadoria de livros do próprio acervo institucional alinhados ao calendário civil e acadêmico; b) desenvolver estratégias de expografia e apelo visual na estante expositora para atrair a atenção dos usuários; e c) observar a percepção da comunidade escolar e a circulação dos materiais bibliográficos expostos.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva, uma vez que os dados foram obtidos no contexto natural da biblioteca. Conforme Prodanov e Freitas (2013), na pesquisa qualitativa o ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados, característica presente neste estudo. Trata-se de um relato de experiência de natureza prático-profissional, desenvolvido na Biblioteca do Instituto Federal do Pará (IFPA) Campus Itaituba. A unidade de informação atende a comunidade acadêmica nos três turnos de funcionamento, abrangendo estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos de graduação e servidores da instituição.

A atividade desenvolvida divide-se em duas etapas: a definição do tema e a curadoria do conteúdo. Inicialmente, realiza-se a análise do calendário civil, nacional e institucional do campus para a seleção das temáticas mensais, como o Setembro Amarelo, o Mês da Consciência Negra, a Semana da Mulher e o Dia Mundial do Meio Ambiente. Em seguida, é realizado o levantamento das obras por meio do sistema de gerenciamento de bibliotecas Pergamum e da consulta direta ao acervo físico. O processo de seleção prioriza materiais interdisciplinares, contemplando obras literárias, biografias, livros técnicos e outros materiais que dialoguem com a temática escolhida, utilizando os recursos bibliográficos já disponíveis na biblioteca.

A etapa final consiste na montagem da exposição e na organização visual do espaço. Os materiais selecionados são retirados das estantes convencionais, onde estão organizados de forma linear, e transferidos para uma estante expositora localizada próxima ao balcão de atendimento. Os livros são organizados com as capas voltadas para a frente, proporcionando maior destaque e facilitando sua identificação pelos usuários. A apresentação visual é feita com cartazes informativos e elementos decorativos de baixo custo relacionados ao tema, criando um ambiente atraente que estimula a interação dos

frequentadores com as obras e favorece sua consulta e empréstimo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo dos anos de 2025 e 2026, foram desenvolvidas diversas exposições temáticas na Biblioteca do IFPA Campus Itaituba, abordando assuntos de relevância cultural, histórica e socioambiental. Entre elas, destacam-se “Cine Livro”, promovida durante a semana do Oscar e dedicada a obras que receberam adaptações cinematográficas; “Resistência e Liberdade”, realizada no mês de maio; “Literatura e Meio Ambiente”, desenvolvida em junho; e a exposição “Leituras ou Travessuras” feita em alusão ao *Halloween*.

Por meio da observação direta, verificou-se que a estante expositora despertou o interesse dos usuários, que frequentemente paravam para observar os materiais selecionados. Também foi percebida a realização de empréstimos das obras expostas, sugerindo que a organização temática do acervo contribui para aproximar os usuários da biblioteca e ter conhecimento dos materiais disponíveis. Tais evidências demonstram o potencial das exposições temáticas como estratégia de mediação da leitura e valorização do acervo bibliográfico.

A seguir, são apresentadas imagens de algumas das exposições desenvolvidas na Biblioteca do IFPA Campus Itaituba durante os anos de 2025 e 2026.

Figura 1: Exposições temáticas realizadas na Biblioteca do IFPA Campus Itaituba.



Fonte: Acervo da biblioteca IFPA Campus Itaituba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ações de incentivo à leitura são fundamentais em uma instituição de ensino. Cabe aos profissionais da educação terem o desejo de romper com a mesmice e inovar com práticas que, mesmo com recursos escassos, podem ser realizadas se forem escolhidas ações de baixo custo ou até custo zero.

Conclui-se que, além de contribuir com a visibilidade do acervo bibliográfico, a experiência evidenciou o potencial das exposições temáticas como prática de mediação da leitura de baixo custo e implementação acessível. Dessa forma, a continuidade e diversificação dessas ações podem ampliar as oportunidades de interação dos usuários com a biblioteca, favorecendo a formação de leitores e o fortalecimento das atividades culturais e educativas no ambiente institucional.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BLATTMANN, Ursula; VIAPIANA, Noeli. Leitura instrumento de cidadania. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 21, **Anais...** 2005, Curitiba, 2005. Disponível em: <http://www.oocities.org/ublattmann/papers/ao55.html>. Acesso em: 31 maio 2026.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/ebook%20metodologia%20do%20trabalho%20cientifico.pdf>. Acesso em: 31 maio 2026.

RANGANATHAN, Shiyali Rmamrita. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília, DF, Briquet de Lemos, 2009.

ÁREA TEMÁTICA: OUTRAS

AVALIAÇÃO DA TEMPERATURA DE RECEBIMENTO DE PREPARAÇÕES SERVIDAS EM UM RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

Keiva Maria Silva Gomes¹; Gerlândia Alves da Silva².

¹Universidade Federal do Ceará (UFC), Crateús, CE. <http://lattes.cnpq.br/3705797406079141>

²Universidade Federal do Ceará (UFC), Crateús, CE. <http://lattes.cnpq.br/1559208577663927>

PALAVRAS-CHAVE: Refeições Transportadas. Controle Térmico. Segurança Alimentar.

INTRODUÇÃO

As Unidades de Alimentação e Nutrição (UANs) podem operar por diferentes modelos de gestão. Na modalidade de autogestão, a própria instituição é responsável pela administração da unidade e pela produção das refeições destinadas aos seus colaboradores. Já no sistema de concessão, também conhecido como terceirização, uma empresa especializada assume a operação do serviço de alimentação, utilizando o espaço disponibilizado pela contratante e ficando encarregada de todas as atividades gerenciais e produtivas. Outra forma de funcionamento é a produção de refeições transportadas, na qual os alimentos são preparados em uma unidade central e posteriormente distribuídos para locais que dispõem apenas de área para consumo, sem estrutura própria para preparo das refeições (Antunes; Dal Bosco, 2019).

A ocorrência, sobrevivência e proliferação de perigos biológicos nos alimentos dependem de diversos fatores que podem favorecer ou limitar o crescimento microbiano. Esses fatores são classificados como intrínsecos, quando associados às propriedades físico-químicas do alimento, e extrínsecos, quando relacionados às condições ambientais, tais como temperatura, umidade relativa do ar e composição gasosa. Entre os fatores intrínsecos destacam-se o pH, a atividade de água e o potencial de oxirredução (Dams, 2023).

O controle de temperatura é importante para garantir a integridade microbiológica dos alimentos distribuídos. Em termos regulatórios, a RDC nº 216/2004 da ANVISA estabelece que alimentos quentes devem ser mantidos acima de 60°C (sessenta graus Celsius) por, no máximo, 6 (seis) horas.

OBJETIVO

Este estudo teve como objetivo avaliar a adequação das temperaturas das preparações quentes oferecidas em um Restaurante Universitário (RU) no momento do recebimento das

refeições transportadas, etapa realizada imediatamente antes da distribuição no balcão de self-service, a fim de verificar sua conformidade com os parâmetros estabelecidos pela legislação sanitária vigente.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo, de natureza aplicada, com abordagem quantitativa e caráter descritivo, realizada em um Restaurante Universitário (RU) que recebe refeições transportadas para distribuição aos usuários.

A coleta de dados ocorreu durante o período de abril a maio de 2026, de segunda a sexta-feira, no serviço de almoço. Foram avaliadas as temperaturas das preparações no momento do recebimento das refeições transportadas, imediatamente antes de sua disponibilização no balcão de self-service. As preparações analisadas incluíram acompanhamentos, guarnição, pratos principais e opções vegetarianas.

Para a aferição das temperaturas, utilizou-se um termômetro eletrônico de penetração com faixa de medição de -50 °C a 300 °C. As medições foram realizadas no momento da colocação das cubas no balcão térmico, por volta das 10h40. A aferição foi conduzida mediante a inserção do termômetro no centro geométrico de cada preparação, sem contato com o fundo ou as laterais do recipiente, registrando-se a temperatura após sua estabilização.

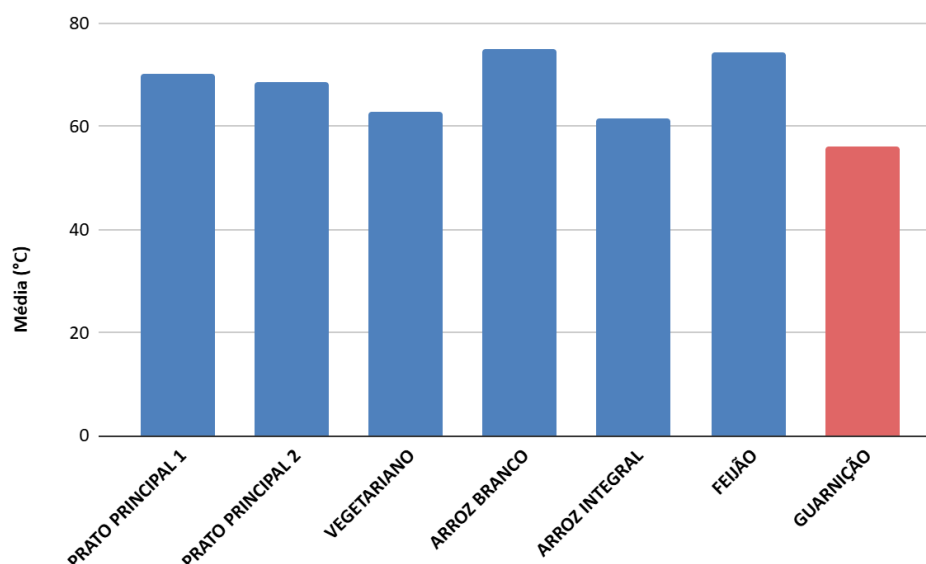
Os dados obtidos foram organizados em planilhas eletrônicas e analisados por meio de estatística descritiva. Foram calculadas médias, medianas, desvios-padrão e percentuais de conformidade e não conformidade das preparações em relação aos critérios de temperatura estabelecidos pela legislação sanitária vigente.

Por não envolver seres humanos, dados pessoais ou experimentação animal, o estudo não necessitou de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

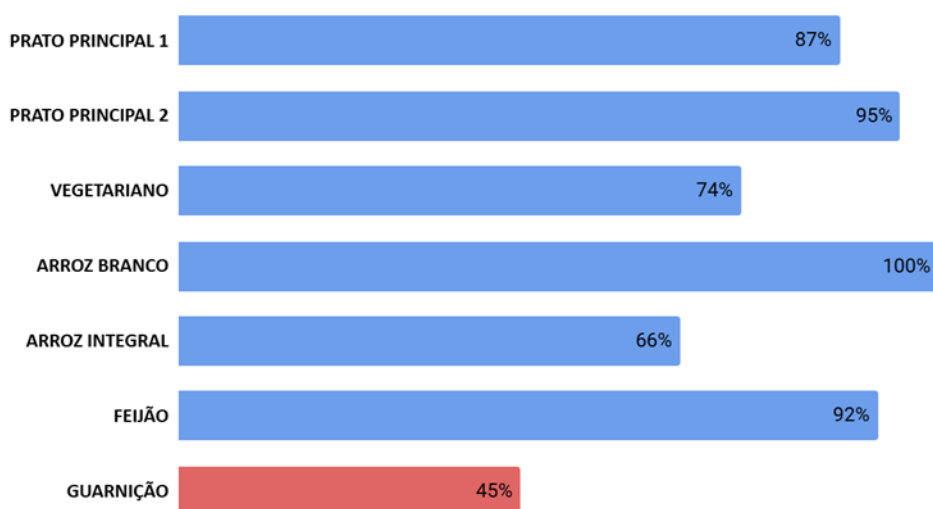
Foram avaliadas as temperaturas de sete categorias de preparações distribuídas no Restaurante Universitário durante o período de coleta. As preparações quentes apresentaram médias de temperatura entre 56,0 °C e 75,2 °C. O arroz branco apresentou o melhor desempenho, com média de 75,2 °C e 100% de adequação aos parâmetros estabelecidos. Também foram observados elevados percentuais de conformidade para o prato principal 2 (preparações à base de frango e peixe (95%)), o feijão (92%) e o prato principal 1 (preparações à base de carne bovina e suína (87%)). A opção vegetariana apresentou adequação de 74%, enquanto o arroz integral atingiu 66%. Os resultados das temperaturas médias das preparações avaliadas podem ser observados na Figura 1

Figura 1: Média de temperatura das preparações avaliada



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 2: Percentual de adequação das preparações avaliadas



Fonte: Dados da pesquisa

O percentual de adequação de cada preparo encontra-se apresentado na Figura 2. A guarnição apresentou a menor conformidade, com percentual de adequação de 45% e temperatura média de 56,0 °C, valor inferior ao recomendado pela legislação para alimentos quentes. Além disso, apresentou elevada variabilidade nas medições, evidenciada pelo desvio-padrão de 15,6 °C.,0

Os valores de mediana foram próximos às respectivas médias para a maioria das preparações, sugerindo distribuição relativamente homogênea das temperaturas observadas. Entretanto, os elevados desvios-padrão verificados para a guarnição e para o prato principal 1 indicam maior dispersão dos dados nessas categorias.

Os resultados observados para a guarnição corroboram com achados descritos na literatura. No estudo realizado por Do Nascimento (2016), essa preparação também apresentou temperaturas inferiores às recomendadas pela legislação em todas as etapas avaliadas, com médias variando entre 43,3 °C e 48,4 °C. De forma semelhante, Tonini (2018) verificou que as preparações classificadas como acompanhamentos ou guarnições apresentaram temperaturas médias abaixo dos padrões estabelecidos. Esses achados sugerem que as guarnições podem constituir uma categoria mais suscetível à perda de temperatura durante as etapas de transporte, armazenamento e distribuição, demandando maior atenção no controle térmico das refeições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstraram que a maioria das preparações avaliadas apresentou temperaturas adequadas no momento do recebimento das refeições transportadas, atendendo aos parâmetros estabelecidos pela RDC 216. Entretanto, foram identificadas não conformidades em algumas preparações, com destaque para a guarnição, que apresentou o menor percentual de adequação. Dessa forma, ressalta-se a importância do monitoramento contínuo das temperaturas durante as etapas de transporte, recebimento e distribuição das refeições, a fim de garantir a segurança dos alimentos e a qualidade do serviço prestado aos usuários do RU.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

ANTUNES, Maria Terezinha; DAL BOSCO, Simone Morelo. **Gestão em Unidades de Alimentação e Nutrição: da Teoria à Prática**. Curitiba: Editora Appris, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº. 216, de 15 de setembro de 2004**. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para serviços de alimentação. Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2004

DAMS, Rosemeri Inês. **Microbiologia Geral e de Alimentos**. Freitas Bastos, 2023.

DO NASCIMENTO, Luzimeire Assis et al. Binômio tempo e temperatura de preparações em serviço de alimentação transportada. **Nutrivisa Revista de Nutrição e Vigilância em Saúde**, v. 3, n. 3, p. 112-120, 2016.

GRAÇA, Brenda Assunção; BARRETO, Edilma Moura; ALE, Vanessa Maria Machado. A importância da certificação sanitária para garantir a segurança alimentar em produtos de origem animal. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 6, n. 2, p. 6557-6573, 2023.

TONINI, Ingrid Gabriela de Oliveira et al. Avaliação da temperatura e do tempo de exposição das preparações no buffet de restaurante tipo self service. **Hig. aliment**, p. 38-41, 2018.



contato@editoraomnisscientia.com.br 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

@editora_omnis_scientia 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 87 99920-5762 



contato@editoraomnisscientia.com.br 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

@editora_omnis_scientia 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 87 99920-5762 